

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

**SABERES ALIMENTARES TRADICIONAIS E BEM VIVER: VAZANTEIROS EM
MOVIMENTO E OS PROCESSOS DE RESISTÊNCIAS FRENTE À DINÂMICA
AGROALIMENTAR GLOBAL**

PORTO ALEGRE

2023

QUEITE MARRONE SOARES DA SILVA

**SABERES ALIMENTARES TRADICIONAIS E BEM VIVER: VAZANTEIROS EM
MOVIMENTO E OS PROCESSOS DE RESISTÊNCIAS FRENTE À DINÂMICA
AGROALIMENTAR GLOBAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Profa. Dra. Rumi Regina Kubo

PORTO ALEGRE

2023

CIP - Catalogação na Publicação

Silva, Queite Marrone Soares da
Saberes alimentares tradicionais e bem viver :
vazanteiros em movimento e os processos de
resistências frente à dinâmica agroalimentar global /
Queite Marrone Soares da Silva. -- 2023.
271 f.
Orientadora: Rumi Regina Kubo.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural,
Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Comunidades tradicionais. 2. Norte de Minas
Gerais. 3. Vazanteiros. 4. Estratégias alimentares. 5.
Bem viver. I. Kubo, Rumi Regina, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

QUEITE MARRONE SOARES DA SILVA

**SABERES ALIMENTARES TRADICIONAIS E BEM VIVER: VAZANTEIROS EM
MOVIMENTO E OS PROCESSOS DE RESISTÊNCIAS FRENTE À DINÂMICA
AGROALIMENTAR GLOBAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Desenvolvimento Rural da
Faculdade de Ciências Econômicas da
UFRGS, como requisito para obtenção do
título de Doutora em Desenvolvimento
Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 12 de setembro de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Rumi Regina Kubo – Orientadora
UFRGS

Profa. Dra. Ana Paula Glinskoi-Thé
Unimontes

Profa. Dra. Fabiana Thomé da Cruz
UFRGS

Profa. Dra. Felisa Cançado Anaya
Unimontes

Dedico esta tese de Doutorado ao meu querido pai e herói, **Pedro Moreira da Silva (PEDRO NETO)**.

Por todo o seu amor e cuidado, até o infinito eu honrarei teu nome.

*Visão do espaço estamos tão distantes
se acelero os passos sigo a voz do meu coração.
Ontem eu fui dormir mais tarde um pouco.
E tudo vai indo bem...*

*Venço o cansaço e o medo do futuro.
No teu abraço é que encontro à cura do mal
Hoje eu acordei te quis por perto.*

*E você não sai do meu pensamento
E eu me questiono aqui se isso é normal.
Não precisa ser de novo assim tudo igual.*

*Entre o retorno de Saturno e o seu,
Busco uma resposta que acalme o meu coração
Do amanhã não sei o que posso esperar.*

(O Retorno de Saturno – Detonautas Roque Clube).

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pelo dom da vida, e por ser a minha maior fortaleza. Agradeço a minha família, pelo incentivo e apoio incondicional.

Ao meu pai Pedro Neto, a quem eu dedico este trabalho, sobretudo, pela sua triste ausência. Trabalhador rural que foi presidente de associação comunitária, e enfrentou a seca por diversos anos, já viu suas criações e toda a sua plantação morrer, mas sem perder a esperança de que o ano seguinte seria diferente, nem sempre era. O sol e as condições de trabalho pesaram em sua saúde, foi recomendado a diminuir o seu trabalho braçal, fonte de sua sobrevivência, para ver os seus netos crescerem, teve que se afastar daquilo que fez a vida toda com amor, vindo a se despedir da família subitamente, em agosto de 2019, aos 55 anos de idade, nas vésperas da qualificação desta tese.

À minha mãe, Dusreis, uma mulher guerreira, elementar na educação dos filhos. Ambos não mediram esforços para seus cinco filhos concluírem um curso superior e de Pós Graduação. Aos meus irmãos Érika, Nanda, Bruno e especialmente Greicy, que me apoiaram nesse processo.

Agradeço a minha Orientadora, Professora Dra. Rumi Kubo, que ao longo desses anos foi um apoio incondicional, tornando essa parceria leve e acolhedora, minha eterna admiração e carinho. Estendo o meu agradecimento a toda equipe de servidores do PGDR/UFRGS pelos serviços prestados com prontidão e eficiência. Aos meus colegas de mestrado e doutorado, em virtude da amizade construída durante esses anos em Porto Alegre – RS.

Agradeço ao NIISA/UNIMONTES, por meio do Projeto "Dinâmicas socioambientais na bacia média do rio São Francisco mineiro" em parceria com a Rede Tropi-Dry. À Professora Dra. Felisa Anaya, que foi um apoio fundamental para a realização do doutorado, e a Professora Dra. Ana Paula Glinskoi-Thé pelas contribuições diversas. Agradeço ainda as Professoras Dra. Lorena Fleury, e Dra. Fabiana Thomé por enriquecer o meu trabalho na Banca de Qualificação.

À CAPES pelos dois anos de bolsa concedida, e auxílios disponibilizados para a pesquisa de campo.

Agradeço com carinho a todos os Vazanteiros que colaboraram, possibilitando a concretização desse estudo. Espero contribuir com a visibilização de suas lutas por direitos. Toda minha gratidão!

Os fracassos são minhas vitórias.
Eu detestaria estar no lugar de quem me venceu.
Darcy Ribeiro (1978).

RESUMO

O presente estudo qualitativo tem como tese, as interações entre desenvolvimento e povos e comunidades tradicionais, a partir da análise dos saberes alimentares tradicionais, processos de resistências, e estratégias agroalimentares e produtivas dos vazanteiros do Norte de Minas Gerais, frente à dinâmica agroalimentar global, socioambiental, e de lutas territoriais. Os interlocutores desta pesquisa são os vazanteiros das comunidades Pau Preto, Quilombo da Lapinha e Pau de Léguas. O objetivo é entender o contexto dos conflitos socioambientais no Norte de Minas Gerais, e de que modo impactaram nos modos de vida das comunidades vazanteiras, influenciando na dinâmica agroalimentar. Esta pesquisa se organizou em quatro etapas fundamentais para compreensão da questão em foco, se dividindo nas seguintes abordagens: perspectiva decolonial, impérios alimentares, e a (re) existência dos saberes tradicionais locais; a modernização da agricultura e os projetos de desenvolvimento provocando impactos socioambientais no Norte de Minas Gerais; o movimento dos vazanteiros enquanto uma mobilização política e reivindicação territorial; e a perspectiva do bem viver em relação aos saberes tradicionais, organização social, e estratégias cotidianas. Percebe-se que as transformações dos sistemas de produção, e a modificação dos agroecossistemas locais provocadas pela hegemonia de grandes projetos capitalistas têm intensificado a invisibilização cultural e socioeconômica dos vazanteiros, de modo que a descaracterização de sua organização social e produtiva implica na necessidade de construção de estratégias de resistência e sobrevivência, frente à inserção de outras dinâmicas fundamentadas pelo modelo agroalimentar global. Deste modo, procurou-se entender em que medida o caráter restritivo de acesso e manejo aos territórios impactaram e impacta na segurança alimentar dessas comunidades, e analisar a perspectiva do bem viver na organização social dos vazanteiros, buscando entender nos saberes tradicionais, e nos modos de vida vazanteiros a concepção de que outros mundos são possíveis à luz da perspectiva do Bem viver, como propósito de desconstrução e reconstrução de alternativas.

Palavras-chave: Comunidades tradicionais. Norte de Minas Gerais. Vazanteiros. Estratégias alimentares. Bem viver.

ABSTRACT

The present qualitative study has as its thesis the interactions between development and traditional peoples and communities, based on the analysis of traditional food knowledge, resistance processes, and agri-food and productive strategies of the *evacanteiros* in the North of Minas Gerais, in view of the global agri-food, socio-environmental dynamics, and territorial struggles. The interlocutors of this research are the people from the communities of Pau Preto, Quilombo da Lapinha and Pau de Léguas. The objective is to understand the context of socio-environmental conflicts in the north of Minas Gerais, and how they impacted on the ways of life of the *evacant* communities, influencing the agro-food dynamics. This research was organized into four fundamental stages for understanding the issue in focus, divided into the following approaches: decolonial perspective, food empires, and the (re)existence of local traditional knowledge; the modernization of agriculture and development projects causing socio-environmental impacts in the north of Minas Gerais; the movement of the *Vacant* people as a political mobilization and territorial claim; and the perspective of good living in relation to traditional knowledge, social organization, and everyday strategies. It is noticed that the transformations of production systems, and the modification of local agroecosystems caused by the hegemony of large capitalist projects have intensified the cultural and socioeconomic invisibilization of the *vacanteiros*, so that the de-characterization of their social and productive organization implies the need for construction of resistance and survival strategies, facing the insertion of other dynamics based on the global agro-food model. In this way, an attempt was made to understand the extent to which the restrictive nature of access and management to the territories impacted and still impacts on the food security of these communities, and to analyze the perspective of good living in the social organization of the *vacanteiros*, seeking to understand in traditional knowledge, and in the ways of life the concept that other worlds are possible in the light of the Good Living perspective, with the aim of deconstructing and reconstructing alternatives.

Keywords: Traditional communities. Norte de Minas Gerais. *Vazanteiros*. Food strategies. Well live.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA'S	Proteções Ambientais
APOINME	Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste Minas Gerais e Espírito Santo
APPs	Áreas de Preservação Permanente
ASA	Articulação do Semiárido
CAA	Centro de Agricultura Alternativa
CEBs	Comunidades Eclesias de Base
CECANE	Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar
CEMIG	Centrais Elétricas de Minas Gerais
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CHESF	Companhia Hidrelétrica de São Francisco
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNAEE	Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
COPAM	Conselho Estadual de Política Ambiental
CPP	Conselho Pastoral dos Pescadores
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
DAIJ	Distrito Agroindustrial do Jaíba
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DIJ	Distrito de Irrigação de Jaíba
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
DOU	Diário Oficial da União
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAPEMIG	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
FINOR	Fundo de Investimento no Nordeste
FISET	Fundo de Investimentos Setoriais
FTI	Federação dos Trabalhadores da Indústria

FUNDACENTRO	Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho
FUNDIFRAN	Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco
GESTA	Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IEF	Instituto Estadual de Florestas
IRPAA	Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MPP	Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NIISA	Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental
PGA	Programa De Gerenciamento Ambiental
PGRD	Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural
PJMP	Pastoral da Juventude do Meio Popular
PLANOROESTE	Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Noroeste
PMA	Pastoral do Meio Ambiente
PNAD	Programa Nacional por Amostra de Domicílios
PPGDS	Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social
PRAD	Programa De Recuperação De Áreas Degradadas
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RENAFRO	Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde
RESEX	Reserva Extrativista
RURALMINAS	Fundação Rural Mineira
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SAP	Sistema de Áreas Protegidas
SAT	Sistemas Agrícolas Tradicionais
SINDIELETRO	Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais
SINDIUTE	Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais

SINSEP-MG	Sindicato Trabalhadores Ativos, Aposentados e Pensionistas do Serviço Público Federal de Minas Gerais
SINSEP/MG	Aposentados e Pensionistas do Serviço público Federal de Minas Gerais
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SSTRAF	Sindicato dos Trabalhadores (as) Rurais e Agricultores (as) Familiares de Barra
STR	Sindicatos de Trabalhadores Rurais
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UC's	Unidades de Conservação
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UHE	Usina Hidrelétrica
UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros
UPI's	Unidades de Proteção Integral
UUS	Unidades de Uso Sustentável

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Perímetro de canais de irrigação do Projeto Jaíba.....	33
Figura 2 – Margens do Rio São Francisco.....	73
Figura 3 – Microrregiões do Estado de Minas Gerais.....	79
Figura 4 – Área de atuação da SUDENE – Microrregiões de Minas Gerais.....	87
Figura 5 – Layout Geral do Projeto Jaíba – MG.....	116
Figura 6 – Ficha Fundiária do Projeto Jaíba.....	117
Figura 7 – Divisão fundiária da etapa II	117
Figura 8 – Áreas em cultivo.....	118
Figura 9 – Dados de produção.....	118
Figura 10 – Mapa de Conflito: Sobreposição dos territórios Vazanteiros.....	121
Figura 11 – Área de Parques Estaduais, Proteções Ambientais, Reservas Biológicas e Legal.....	123
Figura 12 – O 7º Encontro da Articulação dos Vazanteiros em Movimento.....	141
Figura 13– Comunidades tradicionais reunidas no Quilombo da Lapinha.....	154
Figura 14– Caminhada em direção as Margens do Rio São Francisco.....	156
Figura 15–Vazanteiros em reunião no Quilombo da Lapinha em Matias Cardoso – MG.....	158
Figura 16– Chegada de comunidades vazanteiras no 7º Encontro dos Vazanteiros em Movimento.....	166
Figura 17–Vazanteiros orando pela reconquista dos seus territórios e pela recuperação do braço do Rio São Francisco.....	169
Figura 18– Nas margens secas do Rio São Francisco os Vazanteiros cantam pela proteção dos seus territórios.....	175
Figura 19– 7º Encontro da Articulação dos Vazanteiros em Movimento.....	180
Figura 20 – Avanços, conquistas e principais dificuldades.....	181
Figura 21–Vazanteira do Quilombo da Lapinha.....	186
Figura 22–Quilombo da Lapinha Matias Cardoso – MG.....	189
Figura 23–Lançamento da Cartilha “Comunidade Tradicional Vazanteira da Ilha de Pau de Léguas”.....	191
Figura 24 - Comunidade Pau Preto.....	194
Figura 25 - Antiga fazenda na Comunidade Pau Preto.....	196

Figura 26 – Sequeiro, Vazantes e Lameiros.....	198
Figura 27 –Tempo das águas.....	199
Figura 28 - Ampliação de moradias.....	200
Figura 29 – Quintal no Quilombo da Lapinha.....	202
Figura 30 - Quilombo da Lapinha.....	207
Figura 31- Alimentação vazanteira.....	213
Figura 32 – As lagoas.....	214
Figura 33 – Readaptaçãodos Quintais.....	217
Figura 34 - Produção de pimentas e cenouras.....	220

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	25
3	PERSPECTIVA DECOLONIAL, IMPÉRIOS ALIMENTARES, E A (RE) EXISTENCIA DOS SABERES TRADICIONAIS LOCAIS.....	33
3.1	COLONIALIDADE DO SABER, DO VIVER E DO PODER.....	35
3.2	QUESTÕES AGROALIMENTARES MUNDIAIS E HEGEMONIA: A LÓGICA DE DOMINAÇÃO COLONIAL APLICADA AOS IMPÉRIOS ALIMENTARES.....	48
3.3	PROCESSOS DE RESISTÊNCIA E SABERES ALIMENTARES TRADICIONAIS: REIVINDICANDO O PROTAGONISMO E A VISIBILIZAÇÃO DE NARRATIVAS SILENCIADAS.....	57
3.4	IDENTIDADE, TERRITORIALIDADE E CULTURA NA REPRESENTAÇÃO DOS ALIMENTOS: SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR EM TEMPOS DE TRANSIÇÃO E CRISES.....	65
4	A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E OS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO: IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NO NORTE DE MINAS GERAIS.....	73
4.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA.....	76
4.2	O DESENVOLVIMENTISMO NO NORTE DE MINAS GERAIS E A INSERÇÃO DA REGIÃO NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA SUDENE.....	84
4.3	O ASPECTO CONSERVADOR DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA: EXPANSÃO DE FRONTEIRAS AGRÍCOLAS E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS ¹	93
4.4	CONFLITOS TERRITORIAIS E AS ANTIGAS FAZENDAS: A PECUÁRIA EXTENSIVA.....	102
4.5	A IMPLEMENTAÇÃO E EXPANSÃO DO PROJETO DE FRUTICULTURA IRRIGADA JAÍBA.....	111
4.6	CONDICIONANTES AMBIENTAIS: CONFLITOS AMBIENTAIS FRENTE À CRIAÇÃO DOS PARQUES ESTADUAIS VERDE GRANDE, LAGOA DO CAJUEIRO E MATA SECA.....	119

¹ A construção deste tópico resulta na reinterpretação das questões tratadas e discutidas no capítulo I da Dissertação de Mestrado da autora, cuja temática foi inicialmente trabalhada.

4.7	PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO: OS IMPACTOS DA EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS DA USINA HIDRELÉTRICA DE TRÊS MARIAS – MG.....	126
5	VAZANTEIROS EM MOVIMENTO: MOBILIZAÇÃO POLÍTICA, REIVINDICAÇÕES TERRITORIAIS E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA.....	141
5.1	PROCESSOS DE (IN) VISIBILIZAÇÃO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DO NORTE DE MINAS GERAIS.....	143
5.2	SUJEITOS DE DIREITOS: O ACIONAMENTO DA IDENTIDADE E DO MODO DE VIDA VAZANTEIRO PARA O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS TERRITORIAIS: VAZANTEIROS DE PAU PRETO, PAU DE LÉGUA E QUILOMBO DA LAPINHA.....	149
5.3	CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E TERRITORIAIS NO NORTE DE MINAS GERAIS: NOVOS AGENTES E A RECONFIGURAÇÃO DOS CONFLITOS.....	160
5.4	GESTÃO, MANEJO E DISPUTAS PELOS RECURSOS NATURAIS.....	167
5.5	OS PROCESSOS DE MOBILIZAÇÃO POLÍTICA E REIVINDICAÇÕES TERRITORIAIS: A ARTICULAÇÃO DOS VAZANTEIROS EM MOVIMENTO COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA.....	176
6	BEM VIVER, SABERES TRADICIONAIS E ESTRATÉGIAS AGROALIMENTARES EM TERRITORIOS VAZANTEIROS.....	186
6.1	SABERES ALIMENTARES E MODOS DE VIDA DOS VAZANTEIROS: ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA E FORMAS DE MANEJO.....	187
6.2	CONFLITOS E AMEAÇAS: RESTRIÇÃO TERRITORIAL E CRIMINALIZAÇÃO DAS PRÁTICAS TRADICIONAIS.....	203
6.3	REIVINDICAR E RESISTIR: AS ESTRATÉGIAS AGROALIMENTARES DOS VAZANTEIROS FRENTE ÀS DINÂMICAS ALIMENTARES GLOBAIS DOMINANTES.....	208
6.4	OUTROS MUNDOS POSSÍVEIS À LUZ DO BEM VIVER: DESCONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS SILENCIADAS.....	228
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	236
	REFERÊNCIAS.....	242
	APÊNDICE A - FOTOS.....	259

APÊNDICE B - ROTEIRO DE QUESTÕES SOBRE O PROJETO JAIBA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA (CODEVASF).....	271
---	------------

NOTA INICIAL DA AUTORA

Ao longo da minha trajetória acadêmica, jamais me posicionei de forma pessoal em um trabalho. Contudo, ao término de um Doutorado numa Universidade Federal importante e reconhecida nacionalmente e internacionalmente, torna-se plausível reafirmar a seriedade da ciência nesses tempos tão sombrios.

Desde o ano de 2020 vivemos a pandemia da COVID-19, acompanhada de uma crise sanitária, política, econômica, social, e moral. A neutralidade científica sempre emergiu como importante para a credibilidade de um trabalho, mas ser indiferente a tantos óbitos no Brasil e no mundo é omitir das gerações futuras os registros da realidade desse momento histórico. Dedico esta pesquisa em memória as vítimas da COVID-19. (*Vacinas salvam vidas!*).

Posiciono-me neste trabalho, também em solidariedade às vítimas das injustiças sociais, do genocídio da população pobre, vulnerável, negra, periférica, comunidades tradicionais, e tantos outros grupos sociais, cujo protagonismo sempre foi silenciado por estruturas de poder e dominação.

Aqui me apresento como filha de trabalhadores rurais, que reafirma o papel da educação como instrumento de transformação social, de modo que o seu acesso precisa ser democrático, justo, e baseado na equidade, pois a perspectiva da meritocracia é uma falácia equivocada, cruel e descontextualizada. Não desejo receber cumprimentos de superação / exceção, eu anseio pelo constitucional tratamento igual aos iguais, e desigual aos desiguais, na medida das desigualdades.

Por fim, as circunstâncias que este trabalho foi escrito não foram as mais confortáveis. Foram anos difíceis, sobretudo, pelas perdas e lutos vivenciados neste percurso. Deste modo, dedico-o às seguintes pessoas especiais que gostaria que estivessem aqui: a minha avó Maria, que partiu em 2017; ao meu avô Chiquinho, que partiu em 2018; a minha madrinha Dazinha, que partiu em 2019; e principalmente, ao meu pai Pedro Neto, que também em 2019 veio ao óbito por morte súbita, advinda de uma insuficiência respiratória, nas vésperas da qualificação desta tese. Neste contexto de fragilidades e superações, que essa pesquisa se desenvolveu. Seu maior objetivo é visibilizar lutas de grupos sociais, cujas estruturas de poder atuam para silenciar suas narrativas e protagonismo.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho versa sobre as interações entre desenvolvimento, e povos e comunidades tradicionais, a partir da análise dos saberes alimentares tradicionais, processos de resistências e estratégias alimentares e produtivas dos vazanteiros do Norte de Minas Gerais, frente à dinâmica agroalimentar global, socioambiental e de lutas territoriais dos povos e comunidades tradicionais. Os interlocutores desta pesquisa são os vazanteiros das comunidades Pau Preto, Quilombo da Lapinha e Pau de Léguas.

A proposta da temática surgiu no ano de 2017, por meio das vivências e contato com a realidade social das comunidades vazanteiras, a partir da participação no Projeto da Rede Tropi Dry Mata Seca - Brasil², e no Projeto Dinâmicas socioambientais na bacia média do Rio São Francisco mineiro: identificação e caracterização de terras tradicionalmente ocupadas por povos e comunidades tradicionais, inseridos no Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental (NIISA) da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), que possibilitou ainda a participação ativa no 7º Encontro da Articulação dos Vazanteiros em Movimento, no Quilombo da Lapinha, município de Matias Cardoso - MG, onde ocorreu o pré-campo desta pesquisa.

Posteriormente, uma equipe de pesquisadores do NIISA/Unimontes em parceria com o Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGRD/UFRGS) submeteu a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), o Projeto "Saberes e tradições alimentares no Médio São Francisco – MG", aprovado e aguardando o início da execução. Estas experiências foram fundamentais para o recorte temático e desenvolvimento desta pesquisa.

A realização do estudo ocorrerá em territórios autorreconhecidos vazanteiros, que se localizam as margens do Rio São Francisco, na microrregião de Januária,

² Do inglês: "*Tropical Dry Forest*". Em português "Florestas Tropicais Secas". Criada em 2004 e coordenada por um engenheiro civil costarricense, da Universidade de Alberta-Canadá, propõe estudos comparativos em Florestas Tropicais Secas. O Brasil é inserido na rede, através de um convênio firmado com a Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), tendo como principal local de estudo o Parque Estadual da Mata Seca. A Rede é composta por pesquisadores do Canadá, Estados Unidos, Costa Rica, México, Venezuela e Brasil, entre eles estudantes de doutorado, mestrado e graduação.

Norte de Minas Gerais, os quais são territórios marcados por situações de intensos processos de transformações econômicas, ambientais e disputa territorial, que remetem a noção de conflitos socioambientais enfatizada por Acselrad (2004).

Esses conflitos socioambientais têm como marco as disputas territoriais e os processos de desterritorialização das comunidades tradicionais, por grandes extensões de fazendas agropecuárias, e posteriormente a desapropriação de grupos sociais para a construção do maior projeto de fruticultura irrigada da América Latina (EMATER/MG, 2016), baseados na ótica dos projetos de desenvolvimento econômico e de modernização da agricultura. A reconfiguração territorial dos vazanteiros na região está relacionada com a criação de Unidades de Proteção Integral (UPI's), propostas como medidas compensatórias aos impactos ambientais do Projeto Jaíba. Esse processo influenciou não apenas a formação do novo cenário territorial, mas também os modos de vida das comunidades locais, seus saberes, práticas e conhecimentos etnoecológicos, construindo uma realidade de “encurralamento fundiário”, onde os povos tradicionais se sentem cercados pelos parques.

A condição de “encurralados” se refere a uma expressão nativa e histórica utilizada na região, que consiste numa analogia a perda de espaço físico do gado por meio dos currais, sendo apropriado regionalmente pelas comunidades tradicionais do Norte de Minas Gerais em suas reivindicações, para denunciar a perda de direitos e espaços físicos e simbólicos, diante das ações de empreendimentos, com lógicas e percepções diferenciadas. Para os vazanteiros, o encurralamento ocorre por meio da criação de Unidades de Conservação (UC's), como medidas compensatórias ao Projeto Jaíba, que sobrepõem seus territórios tradicionais reivindicados, limitando de forma significativa suas formas de produção, práticas tradicionais, modos de vida e territorialidade.

É importante entender que a condição de “encurralados” demonstra a existência de uma relação de dominação, com assimetrias de poder, onde determinadas categorias se posicionam em condições de decisões, que incidem sobre a vida dos povos que ali residem. No entanto, juntamente com a situação de dominação, ocorre o processo de resistência, que se apresenta como insurgência dos movimentos dos povos tradicionais, na luta por direitos sociais e territoriais, em defesa do modo de vida e da reprodução cultural, criminalizados em decorrência da imposição de uma lógica de preservação subsidiária da implantação de Áreas de

Proteção Permanente e Parques estaduais. É esse processo de resistência, presente nas práticas diárias vivenciadas pelas comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Léguas e Quilombo da Lapinha, no fortalecimento de um movimento social, frente ao contexto dos impérios alimentares e das relações hegemônicas de poder, que buscaremos compreender sob a perspectiva da epistemologia da decolonialidade, abordagem que pretendemos utilizar neste estudo, juntamente com às narrativas de resistência cotidiana de discursos silenciados, e a lógica do “bem viver” nas formas de organização social e modos de vida.

Para além da dinâmica socioambiental global, e dos conflitos inerentes, o contexto alimentar assume um papel importante, pelas implicações destas questões na autonomia dos povos e comunidades tradicionais. No seio dos conflitos socioambientais emerge outras demandas e categorias, haja vista que a via ambiental não abarcou todas as questões reivindicadas nesses processos. Neste contexto, a questão alimentar se alia às questões produtivas e territoriais das articulações e movimentos sociais, dialogando com a defesa do direito humano e da autonomia pela alimentação saudável e adequada, possibilitando a construção de novas estratégias coletivas, incorporando demais territorialidades e alianças em busca dos direitos dos Povos.

Esse processo de articulação e resistência é traduzido na construção da Articulação Rosalino Gomes de Povos e Comunidades Tradicionais³, que unifica a luta dos povos no Norte de Minas Gerais, como indígenas, vazanteiros, quilombolas, gerazeiros, catingueiros, e veredeiros.

Estas comunidades se autorreconhecem vazanteiras, pela identificação com as vazantes do Rio São Francisco, para a reprodução dos seus modos de vida de forma diferenciada. Sendo assim, dependem diretamente das variações dos ciclos hídricos e da bioecologia dos recursos naturais, para manutenção do seu modo de apropriação da natureza, mantendo uma associação íntima com os ecossistemas, produzindo conhecimentos importantes para a sobrevivência da comunidade. O processo de identificação com as vazantes contribui para a construção da identidade desses povos, é um elemento essencial dessa cultura, não apenas os estabelecem

³ A articulação Rosalino foi formalizada durante as Festas de Agosto, do ano de 2010, em um evento no Solar dos Sertões, localizado em Montes Claros – MG, com o objetivo de unificar as lutas sociais dos povos e comunidades tradicionais do Norte de Minas Gerais. O nome consiste em uma homenagem ao cacique Rosalino Gomes de Oliveira, assassinado em 1987, em São João das Missões, no Norte de Minas Gerais.

autorreconhecimento entre si, mas estabelecem contrastes em relação aos demais grupos.

A identidade está relacionada ao uso que fazem das vazantes formadas a partir dos ciclos hídricos do Rio São Francisco, para se reproduzirem culturalmente, economicamente e socialmente (CAMENIETZKI, 2011). Segundo Oliveira (2005), a categoria vazanteira se refere às populações que residem em áreas inundáveis das margens e ilhas do Rio São Francisco e possui um modo de vida específico relacionados aos ambientes que compõem o seu território. Realizam atividades de agricultura de vazante e sequeiro, pesca, criação de animais e extrativismo, conforme enfatizaremos com maior profundidade ao longo deste trabalho.

Para entender este cenário, é importante destacar que o Norte de Minas Gerais tem 63% (sessenta e três) de sua área coberta com a vegetação dos cerrados, que no período do regime militar brasileiro⁴ foram tratados como vazios econômicos e vazios de gente, de modo que os grupos foram invisibilizados, pela hegemonia de política do Estado, lógica das políticas públicas e projetos econômicos desenvolvimentistas. Recentemente com a expansão capitalista no campo, os cerrados foram ocupados, evidenciando o agravamento das condições sócio-econômicas relacionadas a um processo de desenvolvimento excludente (DAYRELL, 2000).

O recorte temporal para entendermos o processo de modernização agrícola ou da agricultura do Norte de Minas Gerais, remete a década de 1950, pois é o momento que marca o processo de modernização da agricultura no Brasil, e que nessa região, esteve pautado pela agricultura/fruticultura irrigada, monoculturas de eucalipto, pecuária extensiva e monoculturas de algodão, ou seja, grandes extensões fundiárias. Nesta lógica de desenvolvimento, sobretudo, com a atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Fundação Rural Mineira (RURALMINAS), propôs-se o Projeto Jaíba, entre os rios São Francisco e Verde Grande, que exerce o domínio da fruticultura irrigada.

O Projeto Jaíba abrange uma estrutura de 86.794,59 hectares, sendo 65.879,98 destinadas diretamente à irrigação, com a implantação prevista em quatro etapas, tendo o apoio do Governo federal e do Governo do estado de Minas Gerais. Os impactos ambientais decorrentes deste Projeto justificam a obrigatoriedade do

⁴ Que teve início a partir de março de 1964, e perdurou até meados da década de 80.

cumprimento de medidas compensatórias, sob a forma de Parques Estaduais, Áreas de Proteções Ambientais, e Reservas Biológicas, que correspondem a uma área de 90.078,80 hectares, áreas onde situam vários conflitos territoriais com as comunidades locais e tradicionais.

Estas unidades de conservação situam-se ao longo do Rio São Francisco, nos municípios de Matias Cardoso, Manga e Itacarambi. Esse processo desdobra-se em uma série de conflitos com motivação ambiental, envolvendo inclusive as comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha, que se posicionam contra a sobreposição destes Parques aos seus territórios, através da criação da “Articulação dos encurralados pelos parques”, que posteriormente passa a ser ressignificada em “Vazanteiros em Movimento”.

O final da década de 1960 e início da década de 1970 marcaram um intenso crescimento econômico, onde ocorreram transformações em vários setores da sociedade, através dos projetos desenvolvimentistas, modernização da agricultura e expansão de empreendimentos econômicos na região. A instalação de indústrias em Montes Claros, uma cidade de porte médio, localizada no Norte de Minas Gerais, é fomentada pela atração de um grande número de imigrantes, que devido à precariedade de vida no campo, são impulsionados/empurrados principalmente das cidades vizinhas e áreas rurais de Montes Claros (LEITE; PEREIRA, 2004). Mas vale pensar que ao lado dos processos de expulsão, também ocorre os processos de atração ao local de destino.

Segundo Dayrell (2000) a “chegada das firmas”, termo utilizado para se referir aos empreendimentos econômicos que se estabeleciam na região, marca este processo inicial, que se expande devido à racionalidade produtiva baseada na economia capitalista, desconsiderando as especificidades locais e a sustentabilidade ambiental no processo produtivo. Deste modo, afirma que a descaracterização das práticas socioprodutivas de vários grupos sociais são consequências da dinâmica da modernização da agricultura, que provocou a privatização de áreas de uso comunal e “encurralamento fundiário”.

É importante enfatizar que, embora importante, não é objetivo desta pesquisa realizar análise da realidade vazanteira por meio dos conflitos ambientais, mas os estudos desenvolvidos nessa temática são essenciais para entendermos a construção do cenário e transformação do mesmo.

Numa perspectiva cronológica, destaca-se o marco da pesquisa de Oliveira (2005) sobre as populações tradicionais com ênfase na identidade e territorialidade dos vazanteiros do Rio São Francisco, no Norte de Minas Gerais. Sendo assim, esta autora aborda a identidade dos vazanteiros a partir do conceito de etnicidades ecológicas, tomando a territorialidade como elemento constitutivo de sua identidade, a partir da ocupação do território, do sistema de trabalho e das formas de uso dos recursos naturais. Neste percurso, Araújo (2009) insere a temática das sociodinâmicas ambientais, o contexto da expropriação territorial e a afirmação étnica do Quilombo da Lapinha e dos Vazanteiros do Pau de Léguas, na margem do Rio São Francisco, articulando as categorias de reconhecimento, afirmação, identidade e territorialidade.

Com a intensificação dos conflitos ambientais com os Parques Estaduais, Camenietzki (2011) escolhe metodologicamente a comunidade vazanteira Ilha de Pau de Léguas, no entorno do Parque Estadual da Mata Seca para dissertar sobre as Unidades de Conservação e a Soberania Alimentar, buscando analisar a influência deste parque na autonomia alimentar da comunidade interlocutora. Este trabalho apontou reflexões importantes sobre a dicotomia entre a lógica de conservação integral do Parque Estadual da Mata Seca e seus impactos na alimentação e produção dos vazanteiros de Pau de Léguas.

O processo de organização política em meio aos conflitos ambientais e a ambientalização das lutas é discutido em Anaya (2012), que em sua tese reuniu as reivindicações territoriais das comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Léguas e Quilombo da Lapinha, com ênfase ambiental, sinalizando as contradições das políticas de conservação ambiental e a trajetória de criação de um movimento social e político, específico do Norte de Minas Gerais, denominado por “Vazanteiros em Movimento”, em defesa de seus territórios. A pesquisa acadêmica mais recente sobre os vazanteiros versa sobre a dinâmica de complementaridade, entre a agricultura e a pesca na Comunidade Ilha do Pau de Léguas, e os impactos da instalação do Parque Estadual da Mata Seca (SANTOS, 2015).

Seguindo este percurso, com o propósito de ampliar e contribuir com os registros produzidos acerca destes interlocutores, o trabalho em questão objetiva elucidar os saberes tradicionais, as estratégias alimentares e produtivas cotidianas vazanteiras, nas comunidades de Pau Preto, Pau de Léguas e Quilombo da Lapinha, frente ao contexto agroalimentar global, que resulta em processos

socioambientais e de lutas territoriais dos povos e comunidades tradicionais. A autonomia reivindicada pelas comunidades vazanteiras, está associada ao direito de decidir sobre sua produção e consumo, em consonância com a diversidade cultural e étnica. Estas questões sinalizam os desafios decorrentes do avanço do capitalismo sobre territórios tradicionais, provocando transformações e tensões na produção e sustentabilidade dos seus modos de vida.

As pesquisas apontam que este processo de modernização e intensificação das instalações de empreendimentos econômicos e projetos desenvolvimentistas intensificaram os conflitos sociais, e provocaram expressivas mudanças socioespaciais. É importante destacar que é em meio ao conflito que as identidades emergem como estratégia de luta, segundo Little (2002, p. 10), onde “a categoria de identidade pode se ampliar, à medida que a identidade de um grupo passa, entre outras coisas, pela relação com os territórios construídos com base nas suas respectivas cosmografias”. Assim, podemos entender que os conflitos são inerentes às relações sociais dentro do campo, e de acordo com Bourdieu (2004b, p. 22), “todo campo, [...] é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças”.

Neste sentido, no decorrer da pesquisa, buscamos refletir as seguintes questões: Em que medida a instalação de empreendimentos desenvolvimentistas, a modernização da agricultura, e seus condicionantes ambientais, influenciaram na dinâmica dos saberes tradicionais e práticas alimentares dos vazanteiros? Quais os significados atribuídos às práticas alimentares produtivas vazanteiras em sua interação com a natureza? Como se constitui o processo de organização sociopolítica dos vazanteiros, para as reivindicações territoriais e de desenvolvimento? De que maneira estas comunidades vivenciam o enfrentamento dos conflitos territoriais e as rupturas em suas autonomias alimentares? Quais são as estratégias construídas nestes processos de resistências? Como estas comunidades se percebem e se reconhecem em relação às lógicas de desenvolvimento que denunciam? Quais as estratégias alimentares construídas frente à dinâmica agroalimentar global dos impérios alimentares?

Estas questões permitem dentro do campo das possibilidades, elucidar temas específicos para a reflexão de realidades mais amplas. A consecução do presente estudo fundamenta-se na necessidade de aprofundamento das reflexões, sobre a existência de grupos com trajetória diferenciada, de apropriação e convivência com

a natureza, cuja reprodução vincula-se com as estratégias viabilizadas pelos recursos locais disponíveis, seja por meio do extrativismo, da agricultura de vazante, ou da pesca, e os papéis e significados destes nas sociedades contemporâneas, diante das crises ambientais e alimentares.

Esta tese foi dividida em quatro momentos importantes. O primeiro momento versou em torno do debate sobre a hegemonia dos impérios alimentares em contraste com as práticas tradicionais de comunidades tradicionais, e os impactos dessa relação de forças e de poder nos modos de vida das comunidades locais. A sistematização desses elementos permitiu entender os rumos do movimento social de luta dos vazanteiros nas sociedades contemporâneas e na proposta de novos modelos alternativos de desenvolvimento alinhados a perspectiva da lógica do bem viver, o que implica em um aprofundamento de questões como: as práticas alimentares cotidianas propriamente ditas e suas interações com os sistemas produtivos locais; a emergência dos impérios alimentares e o domínio do mundo social e natural; as outras ordens e práticas alimentares para construção de uma resistência ao domínio global; o campo alimentar como local de disputa; e o diálogo entre as políticas públicas e os movimentos sociais, por meio da Segurança Alimentar Nutricional e Soberania Alimentar.

O segundo momento buscou a contextualização do campo de pesquisa, sendo discutido o processo de modernização da agricultura e da instalação de empreendimentos desenvolvimentistas na região do Norte de Minas Gerais, enfatizando suas condicionantes e os impactos socioambientais. Para esse momento, alguns assuntos tornaram essenciais, como: a modernização da agricultura e Projetos de Desenvolvimento no Norte de Minas Gerais; a desapropriação realizada pela expansão das fazendas; a emergência do “encurralamento” por meio da Implementação e expansão do Projeto de Fruticultura Irrigada do Jaíba; e o processo de restrição territorial pelos parques, onde por meio da operacionalização da Política Ambiental e a Criação dos Parques Estaduais Verde Grande, Lagoa do Cajueiro e Mata Seca no Norte de Minas Gerais, as comunidades vazanteiras se encontram em conflito.

No terceiro momento, foi feita uma interpretação acerca do modo de produção e processo de organização sociopolítica dos vazanteiros, para as reivindicações territoriais e de desenvolvimento condizentes com os modos de vida dos povos e comunidades tradicionais. Além disso, discutiu-se sobre os “Vazanteiros em

Movimento”, grupo social e político, que traz para o campo do debate os direitos das comunidades tradicionais, especificamente as comunidades vazanteiras em processos de resistência, que entenderemos aqui através das estruturas assimétricas e das relações de subalternidade, da compreensão do território, do modo de vida e da identidade étnica. Outra questão relevante a ser enfatizada nesse momento, é o processo de criminalização e restrição do território e das práticas vazanteiras, pelo projeto de criação dos Parques Estaduais, o que impulsiona a construção de estratégias para luta por direitos, unificando a luta dos povos tradicionais na região.

O quarto momento analisou os saberes tradicionais e as estratégias alimentares em territórios vazanteiros, identificando suas transformações no contexto da criação dos Parques Estaduais, a reorganização produtiva e o sistema de regras de manejo dos recursos naturais. Busca-se entender os aspectos relativos aos modos de produção, a complementaridade entre a pesca e a agricultura, e o reconhecimento do Rio São Francisco como território que compõem suas territorialidades. De forma genérica, buscar-se analisar as estratégias alimentares e produtivas cotidianas vazanteiras frente ao contexto agroalimentar global, e compreender o significado e o papel das lutas por reconhecimento territorial dos povos e comunidades tradicionais nas sociedades contemporâneas.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa foi desenvolvida na área da Ciências Sociais, perpassando pelos caminhos do Desenvolvimento Social ao Desenvolvimento Rural, sendo realizada no Norte do Estado de Minas Gerais, região de importante relevância para a trajetória acadêmica da autora.

O percurso metodológico desta pesquisa se inicia com o primeiro contato com os vazanteiros, que ocorreu inicialmente nos anos de 2014 e 2015, através dos eventos acadêmicos e Colóquios Internacionais de Povos e Comunidades Tradicionais, organizados em parceria com o Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social da Unimontes.

No ano de 2017 foi possível conhecer a realidade social das comunidades vazanteiras, a partir da participação no 7º Encontro da Articulação dos Vazanteiros em Movimento, como pesquisadora no NIISA/Unimontes, através do Projeto da Rede Tropi Dry - Brasil, e do Projeto Dinâmicas socioambientais na bacia média do Rio São Francisco mineiro: identificação e caracterização de terras tradicionalmente ocupadas por povos e comunidades tradicionais. Este encontro ocorreu no Quilombo da Lapinha em Matias Cardoso, onde iniciou o pré-campo desta pesquisa, por meio de observações, entrevistas e registros infográficos. Infografias contemplam textos, ilustrações, gráficos, ícones, entre outros que possibilita conteúdo explicativo e facilitado, reunindo informações verbais e visuais. Neste mesmo ano, foram coletadas entrevistas com técnicos da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), com o auxílio de um questionário semi-estruturado que norteou as questões.

No ano de 2018 o esforço se concentrou na seleção de referenciais científicos e a construção do projeto de pesquisa. Em 2019 novas entrevistas e registros foram coletadas em campo, juntamente com a participação no evento da devolutiva da Cartografia Social de Pau Preto, que resultou numa cartilha construída em parceria com o NIISA/Unimontes. Além das entrevistas e observações nos diversos eventos realizados, no ano de 2020, ocorreu apesar da pandemia da Covid-19 uma nova pesquisa de campo, que possibilitou registros e coleta de dados finais.

A Etnografia busca entender a expressão de vozes subalternas e/ou do cotidiano através de longas estadias do (a) pesquisador (a) no campo. Inspiradas numa etnografia multilocal ou multissituada como referencial metodológico, buscou-

se compreender a pluralidade do campo de forma itinerante e multissituada, por meios das múltiplas situações, em diversos locais e não apenas junto às manifestações locais, pois se percebe uma complexa arquitetura contextual onde informações podem ser coletadas, diante dos questionamentos que foram surgindo para a adequação de métodos e conceitos etnográficos tradicionais necessários a compreensão do mundo pós-colonial contemporâneo.

Este modelo de etnografia é realizado em múltiplos locais de observação e participação, que permitem a superação de dicotomias como o 'local' e global', 'mundos de vida' e 'sistema' para entender como estes de certa forma estão imbuídos e se relacionam. Assim, este trabalho teve a inspiração na metodologia da etnografia multi-situada, incorporando o cotidiano e as visões subalternas como constitutivos da política global, ao passo que este interfere nas manifestações locais.

Os registros e coletas de dados se deram em diversos espaços para além do território das comunidades vazanteiras, ocorreram em Colóquios internacionais sobre povos e comunidades tradicionais; pesquisas por meio do NIISA / Unimontes, referenciadas neste estudo quando utilizadas, e dados do Observatório dos Conflitos Ambientais do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA/UFMG); pesquisa de campo nos territórios das comunidades de Pau Preto, Pau de Léguas e Quilombo da Lapinha; participação em eventos dos Vazanteiros em Movimento; participação em atividades do Projeto Brasil Central/Nova Cartografia Social⁵; entrevistas com a CODEVASF em Montes Claros – MG que atua no Projeto Jaíba; pesquisas por meio do projeto “Alimentação Adequada e Saudável no Contexto da Alimentação Escolar: Difusão do Consumo de Produtos da Sociobiodiversidade Regional” vinculado ao Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE / UFRGS); entrevistas em instituições estratégicas em Matias Cardoso e Manga, como Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) e EMATER, além dos principais comércios onde muitos vazanteiros realizam suas compras, para entender a origem dos alimentos. A circulação por estes múltiplos lugares

⁵ O projeto “Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central – Núcleo Minas Gerais”, está vinculado ao projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, atuando na construção coletiva do mapa e do croqui das comunidades e da articulação “Vazanteiros em Movimento”. Além disso, realiza o mapeamento das comunidades tradicionais do Norte de Minas Gerais com iniciativas voltadas para oficinas sobre georreferenciamento e mapas, além de oficinas de comunicação e de imagens, com noções de entrevistas, fotografias e da utilização das redes sociais.

possibilitou entender a maneira como entendem os mesmos processos os atingidos por eles e os que operacionalizam esses modelos.

No contexto da etnografia do sistema mundo, de acordo com Marcus (2001) surge a perspectiva da etnografia multilocal, em contraste com a modalidade mais usual que mantém a observação e a participação etnográfica intensamente centrada em uma localidade, de maneira a contextualizar as descrições e análises etnográficas dos sujeitos locais. Esta modalidade de pesquisa etnográfica, muito menos comum, é conscientemente incorporada ao sistema mundo, atualmente associado à onda de capital intelectual chamado pós-moderno, e sai dos locais e situações locais da investigação etnográfico convencional, examinando a circulação de significados, objetos e identidades culturais em um espaço-tempo difuso. Este tipo de estudo é direcionado a elementos não alcançáveis apenas com a permanência focada em um único local intensamente investigado, tal como este trabalho. Deste modo, esta modalidade de pesquisa etnográfica desafia e desenvolve uma estratégia de pesquisa que reconhece conceitos macro teóricos e narrativas sobre o sistema mundial, mas não depende exclusivamente deles para delinear assuntos marcados. Assim, essa etnografia móvel percebe trajetórias inesperadas ao seguir formações culturais através e dentro de vários lugares de atividades, investigando e construindo etnograficamente os mundos da vida de vários sujeitos situados, e também entende aspectos do próprio sistema, através da conexão que aparecem sugeridas nas localidades. (MARCUS, 2001).

Neste sentido, a etnografia não se interessa apenas pelos sujeitos situados, agora foca em assuntos subordinados àqueles posicionados por dominação sistêmica (economia política capitalista e colonialista em sua grande variedade de formas). Pretende se convergir com a proposta de considerar outros domínios da produção cultural e questionar a posição geralmente privilegiada na perspectiva etnográfica. O objeto de estudo é em última análise, móvel e com vários locais, o foco não são os grupos sociais isolados, pois a pesquisa multilocal é projetada em torno de cadeias, caminhos, molduras, conjunções ou justaposições, em que o etnógrafo estabelece alguma forma de presença, literal ou física. Existe o interesse em classificar as relações do local com o sistema mundial, construindo o mapeamento itinerante de novos mundos. Apesar dos tipos de ansiedades metodológicas, a produção do estudo em diferentes localidades é possível, sem provocar a redução dos tipos de conhecimento e habilidades de trabalho de campo

espera. Estes modelos têm produzido análises profundas da resistência, transformações e adaptação centradas na perspectiva de grupos locais, refletindo e observando formas culturais nas situações coloniais subalternas. (MARCUS, 2001).

A etnografia multissituada revela sistemas híbridos em diferentes espaços, e aponta a situação em que no âmbito global, os atores econômicos territorializam de alguma forma sua hegemonia aos atores locais para legitimar poder, como afirma Rajak (2011) que destaca que esta é crucial no confronto com dinâmicas transnacionais do capitalismo corporativo e da governança. A etnografia produz respostas através das perspectivas de grupos locais e de pessoas em diferentes posições relativas ao poder, podendo explicar o aparente empobrecimento de culturas locais, a partir dos macroprocessos vinculados a múltiplas formas que tem tomado à economia política capitalista e as formas culturais diante das situações coloniais subalternas e do sistema social e suas inter-relações com o avanço do capitalismo mundial e a ordem mundial: núcleo, semi periferia e periferia. Sendo assim, de acordo com Marcus (2001, p. 118) a respeito da etnografia multilocal ou multissituada é possível identificar elementos do sistema mundo de grupos distintos sobre sua diversidade buscando entender a 'identidade conceitual que resulta ser contingente e maleável', requerendo uma maior gama de matizes na interpretação de cotidianos aparentemente distintos, e geograficamente diversos. (MARCUS, 2001, p. 118).

Para a coleta de dados em nível local, de natureza qualitativa segundo contribuições de Paula; Brandão; Cleps Junior (2006) adotou-se os seguintes procedimentos metodológicos, articulados entre si: revisão bibliográfica e documental; coleta de dados em campo, por meio das observações livres, entrevistas semi-estruturadas e entrevistas livres; análise de categorias importantes para compreensão dos objetivos; e sistematização dos dados obtidos em campo para a escrita e estruturação da pesquisa.

O primeiro momento correspondeu ao levantamento bibliográfico acerca dos temas que norteiam este trabalho, buscando um aprofundamento das teorias que sustentam os pressupostos adotados e o esclarecimento das categorias utilizadas. Durham (1988) destaca que é imprescindível se ter muito cuidado e buscar a origem e o potencial explicativo de cada conceito, para interpretá-las adequadamente, evitando distorção de seu sentido. No procedimento de imersão ao campo, foi feito o levantamento e a organização de dados, por meio das observações livres, registros,

roteiros, e entrevistas livres, estruturadas e em alguns casos, entrevistas direcionadas, através do uso de questionário, para a identificação dos atores sociais envolvidos, suas trajetórias, processos históricos e formas de organização. Além disso, foi feita a consulta a documentos que resgatam o contexto histórico dos vazanteiros e identificam-se as situações de conflito na região, para a investigação dos fatores considerados ameaças a (re) produção dos seus modos de vida.

A observação dos fatos, comportamentos e cotidianos foi essencial para o desenvolvimento da pesquisa qualitativa, pois proporcionou percepções subjetivas. A entrevista permitiu tratar de temas complexos e pôde ser a principal técnica de coleta de dados, podendo ser integrante da observação participante. (MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1999). Para Medeiros e Silva (2013) a observação é um recurso importante, tendo em vista que possibilita presenciar as ações dos indivíduos em interação, vivenciando pessoalmente o fenômeno ganhando contornos e formatos. Neste processo, a observação se distingue em três formas, que não são excludentes ao longo da pesquisa, a observação simples, observação sistêmica e a observação participante, que podem ser desenvolvidas em momentos específicos do trabalho em campo.

A observação simples não é previamente estruturada, tem um caráter exploratório que oferece maior liberdade de ação ao observador. Pode ser entendida como uma primeira aproximação que fornece uma visão geral, onde dados também são coletados e registrados. A observação sistêmica possui um roteiro de estruturação baseado em elementos preestabelecidos, composto de categorias a serem analisadas, é aplicado em condições controladas. Por fim, a observação participante possibilitou percepções para além do uso de questionários e entrevistas direcionadas, através de uma coleta de informações mais amplas, exigindo do pesquisador um mergulho na realidade da dinâmica do grupo estudado, numa perspectiva de membro, onde a vivência é central (MEDEIROS; SILVA, 2013).

Para o desenvolvimento das entrevistas estruturadas utilizou-se o questionário misto, composto de perguntas abertas e fechadas. A sua aplicação ocorreu por meio da interação face a face, entre entrevistadora e entrevistado, objetivando o registro da maior quantidade de categorias e respostas. As perguntas com respostas fechadas e prévias foram exclusivamente referentes a questões objetivas, como idade, escolaridade, raça/cor e renda. De acordo com Weisheimer (2013) o questionário é fundamental para a objetivação dos dados sociais, por meio

dele é possível alcançar a confiabilidade e validade necessária ao fazer científico, além de proporcionar informações e variáveis dos grupos sociais estudados.

Durante a coleta de dados, três etapas foram importantes: visitação às comunidades vazanteiras e entrevistas abertas e semi-estruturadas com os seus representantes, como lideranças comunitárias e educadores locais, que possibilitaram entender a dinâmica de organização social e o seu modo de vida; realização de entrevistas livres não estruturadas, registro de narrativas e de memórias das comunidades (a serem indicados pelo grupo, como referências importantes em termos de conhecimento e memória da comunidade), que permitiram compreender alguns aspectos dos saberes alimentares e tradicionais das comunidades, suas formas de preparo, os recursos naturais necessários e as mudanças históricas ocorridas; e a aplicação de entrevistas estruturadas por roteiros, composto de questões sobre o manejo e regras locais de uso dos recursos naturais e sua importância para alimentação, artesanatos, usos medicinais, entre outros.

Buscou-se trabalhar os seguintes aspectos nas entrevistas: o autoreconhecimento da identidade; suas percepções em relação à implementação dos Parques Estaduais na região; as transformações ocorridas nas práticas produtivas e alimentares; os problemas identificados neste cenário; as diferentes racionalidades em relação às formas de acesso e apropriação dos recursos naturais; as estratégias necessárias as suas condições de (re) produção e os processos de organização que resultaram na criação das articulações e movimentos sociais políticos, por reivindicações territoriais, entre outras questões e demandas que surgiram ao longo da pesquisa.

As entrevistas abertas ou semiestruturadas puderam possibilitar a compreensão da história dos vazanteiros e sua relação com os territórios. Para além da percepção que os sujeitos apresentaram em relação aos processos de conflitos com o Projeto Jaíba, com as fazendas, com os parques e o IEF, buscou-se compreender outros elementos importantes relativos ao modo de vida das comunidades tradicionais vazanteiras, como a organização produtiva, os processos de resistências e as transformações provocadas no decorrer destes processos, que trouxeram implicações para a criação dos “Vazanteiros em Movimento” como estratégia de luta, e nas disputas por outro modelo de conservação que reconheça o

bem viver das comunidades tradicionais com os seus territórios e a existência de outros mundos possíveis.

Acionamos as contribuições metodológicas evidenciadas em Antônio Candido (2001) sobre sua tese “Os Parceiros do Rio Bonito”, que discorre sobre as mudanças vivenciadas pelos seus sujeitos de pesquisa, reconhecidos como caipiras, num contexto de expansão da economia capitalista, que provocou a necessidade de constantes adaptações, formas de resistências e ajustes ao meio. Identificando o caipira como parte de um agrupamento, cujo equipamento institucional é mínimo e o equilíbrio está associado às suas necessidades e recursos do meio, sendo a alimentação um elemento central.

Contudo, a mudança na lógica econômica em que estavam inseridos influenciou diretamente nas relações sociais e no modo de vida, isso pode ser observado pela mudança na dieta, na troca de práticas como a caça e pesca, e diminuição de atividades festivas, em contraste com novas demandas alimentares. Neste sentido, o padrão de vida tradicional caipira teria sofrido um empobrecimento, devido a um contexto mais amplo de mudanças socioeconômicas e culturais, com o desenvolvimento da sociedade capitalista.

Candido (2001) observou e descreveu os alimentos percebidos durante o cotidiano, refletindo sobre as mudanças que vinham ocorrendo em suas dietas alimentares, conforme os relatos apontavam. Estas experiências metodológicas auxiliaram no procedimento de coleta de dados, e posteriores reflexões sobre as práticas, transformações e estratégias alimentares dos interlocutores deste trabalho, tendo em vista que o estudo em questão é uma contribuição importante como exemplo de análise, para se refletir sobre as transformações que permeiam o viver rural, cujo processo também pode ser evidenciado em outros modos de vida, num contexto mais amplo da realidade brasileira. As modificações alimentares geralmente fazem parte de um contexto de mudanças socioeconômicas e culturais que são exacerbadas, com a expansão capitalista.

Outro instrumento utilizado foi à pesquisa documental, através da interpretação de registros diversos, entendidos como qualquer forma de registro produzido pelo ser humano, tais como fotografias, vídeos, arquivos públicos e históricos, depoimentos, correspondências pessoais, relatórios, atas, legislação, relatos e narrativas em blogs e outros meios digitais, produções literárias, artísticas e materiais. Para Oliveira (2013) o pesquisador deve estar atento às intenções de

cada documento produzido, buscando os significados profundos e analisar criticamente, considerando o contexto específico de cada material, observando as perspectivas dos diferentes grupos e atores envolvidos.

Mais do que um puro ato científico, como talvez pudesse ser um trabalho de laboratório, o trabalho de campo refletiu uma vivência, ou seja, um estabelecimento de uma relação produtora de conhecimento, que envolve uma dimensão intensa de subjetividade, que desarma toda a intenção de métodos e procedimentos objetivos de obtenção de dados, sendo essencial “não invadir o mundo das pessoas com uma atitude imediata de pesquisa” (BRANDÃO, 2007, p. 13). É necessário respeitar que o tempo dos pesquisados é diferente do tempo do pesquisador, sendo extremamente importante, o exercício do ato de ver para entender, muito além do que o perguntar, ou seja, vivenciar as relações sociais. Na última etapa da pesquisa, realizou-se a análise dos dados obtidos, organização e sistematização dos mesmos para a finalização deste trabalho.

As contribuições da corrente teórica da decolonialidade possibilitam entender o processo de subalternização e invisibilização vivenciada por países entendidos no sistema mundo como periféricos, que atinge determinados grupos sociais de forma mais intensa desencadeando uma subalternidade diante das relações de poder. Para os povos e comunidade tradicionais no Norte de Minas Gerais, sobretudo, os vazanteiros, este cenário agrava a marginalização dos modos de vida, de saber e viver. Estes processos estão associados a um contexto histórico de colonização de países que evidencia a possibilidade da continuidade da dominação ideológica, política, ambiental, cultural e econômica de potências colonizadoras / centrais, em relação aos países colonizados / periféricos. Para tanto as abordagens de Chatterjee (2004), Spivak (2010), Memmi (1967), Corbister (1967), Mignolo (2005), Coronil (2005), Said (2007), Lander (2005), Dussel (2005) e Prado e Pellegrino (2018) são fundamentais para a reflexão.

No processo de sistematização dos dados coletados, houve uma análise cuidadosa das informações utilizadas, de modo a não oferecerem riscos diversos aos interlocutores envolvidos. Neste sentido, com o intuito de preservar as comunidades tradicionais, mantivemos o anonimato dos autores dos depoimentos nas entrevistas, havendo atenção para a não identificação individual das falas.

3 PERSPECTIVA DECOLONIAL, IMPÉRIOS ALIMENTARES, E A (RE) EXISTENCIA DOS SABERES TRADICIONAIS LOCAIS

Figura 1 – Perímetro de canais de irrigação do Projeto Jaíba



Fonte: Pesquisa de campo (2019).

O processo de colonização de países ao longo da história não se restringe apenas ao setor de produção e da economia. Os países colonizados se tornam dominados em vários âmbitos, sociais, políticos, econômicos, culturais, ambientais, etc. A subalternização vivenciada por países entendidos no sistema mundo como periféricos, se reflete de forma mais intensa em determinados grupos sociais, que dentro do próprio país são inseridos em condição de subalternidade. Essa é uma realidade dos Povos e comunidade tradicionais no Norte de Minas Gerais, marginalizados pelo seu modo de vida, de saber e viver.

A invisibilização no primeiro momento se constituiu como uma estratégia para as comunidades viverem de forma autônoma e independente. Contudo, na atualidade o processo de invisibilização enfrentado por essas comunidades são mecanismos do sistema capitalista em reduzir essas comunidades, de modo a desaparecerem, pois modos de vida tradicionais e diferenciados não possuem espaços respeitados no grande capital. Como por exemplo, os processos de ruptura e de desorganização e desestruturação dos sistemas agroalimentares tradicionais, onde as formas de gestão e manejo passam a ser restringidas e criminalizadas.

A lógica aplicada pelos impérios agroalimentares a nível global é incompatível com os modos de vida das comunidades tradicionais, haja vista que a sua expansão desencadeia processos de exclusão, marginalização, criminalização, dominação e relações de poder, de modo que provoca a sobreposição de sua lógica a outras racionalidades, através da imposição de modos de vida não tradicionais aliados a dinâmica de usurpação do capital global. A noção de “Império” segundo Ploeg (2008) se refere a um ordenamento composto de grandes domínios e controles, do mundo social e natural, que desencadeiam numa apropriação massiva, como veremos adiante.

Estes processos estão associados à colonização de países ao longo da história, o que evidencia a possibilidade da continuidade da dominação ideológica, política, ambiental, cultural e econômica de potências colonizadoras / centrais, em relação aos países colonizados / periféricos, implicando em uma condição de subalternização, como aponta os estudos sobre os Povos e comunidade tradicionais no Norte de Minas Gerais, sujeitos sociais que emergem nesse cenário reivindicando categorias identitárias e étnicas no processo de luta, visibilização e reconhecimento pelos seus direitos.

Para estas comunidades tradicionais o marco da invisibilização e dos processos de exclusão foi à inserção das políticas de desenvolvimento econômico, ou desenvolvimentistas, associadas à proposta da modernização da agricultura e expansão das fronteiras agrícolas, que baseadas na lógica e inspiração dos impérios agroalimentares, resultaram na implementação de grandes projetos agroalimentares na região, sustentados pelos pilares da fruticultura irrigada, pecuária extensiva, e monoculturas de eucalipto e algodão. Neste sentido, estes projetos iniciaram um processo de desterritorialização para execução dos mesmos, e posteriormente, novos processos de desterritorialização em curso, mediante a obrigatoriedade das compensações ambientais aos impactos socioambientais provocados.

Diante desse cenário, as comunidades se organizam em associações e articulações, construindo estratégias coletivas de resistência, readaptação e reorganização de suas práticas para a manutenção dos seus sistemas agroalimentares tradicionais, frente aos impactos da dominação mundial dos impérios agroalimentares e seus desdobramentos.

3.1 COLONIALIDADE DO SABER, DO VIVER E DO PODER

Para entendermos o processo de colonialidade, e assim falar sobre a descolonização dos modos de vida, é importante compreendermos alguns aspectos fundamentais das teorias decoloniais, que nos possibilitará pensar para além dos modelos hegemônicos representados pelos discursos acadêmicos, científicos, econômicos e políticos. Vale ressaltar que essa discussão não faz parte do nosso objetivo, mas possui elementos essenciais de debate para entendermos questões mais amplas, pois a colonização da Índia, (ocorrida, primeiro por dominação de Portugal e depois Inglaterra), é interpretada por Chatterjee (2004) como dominação pelo medo e amor, respectivamente.

Chatterjee (2004) faz uma análise da relação da Europa e o Sul da Ásia, que de forma particular apresenta elementos essenciais da colonização indiana, mas que nos possibilita refletir sobre o mesmo processo em diferentes partes do mundo, e compreender melhor as novas abordagens da teoria decolonial proposta por autores da América Latina. Apesar das particularidades de cada processo, a luta indiana representa uma resistência imperial, se tornando um processo que auxiliou na construção do movimento anticolonial no mundo. A constituição dos processos de colonização construiu bases de domínio ocidental, onde a ideia de superioridade dos colonizadores é inserido na população juntamente com a percepção de inferioridade dos colonizados. De acordo com Chatterjee (2004, p 19), em uma palestra no ano de 1998, “Quinhentos anos de medo e amor”, podemos pensar a relação construída entre a Índia e Europa como sendo uma “questão da incompreensão cultural”.

Sobre a colonização indiana, Spivak (2010, p. 49) reflete que “o caso indiano não pode ser tomado como representativo de todos os países, nações e culturas, que podem ser invocados como o Outro da Europa como um Eu [*Self*]”, dado as suas particularidades e processos históricos e culturais. Ainda assim, essa realidade indiana nos permite compreender as construções de estratégias e resistência à colonização, entendendo o local como essencial para a formação do pensamento críticos e que possibilitaram a releitura pelos teóricos pós-coloniais. Na perspectiva de Chatterjee (2004, p. 23), ao estabelecer colônias na Ásia, os portugueses fracassaram, considerando que apesar da força militar ser um elemento da dominação portuguesa, os mesmos não conseguiram construir mobilizações suficientes para o estabelecimento dessas forças. Para o autor esse elemento de

militarização se apresenta não apenas como “terror e a violência das primeiras expedições portuguesas”, que podem ser percebidas como “ressaca medieval”, mas pode ser interpretada também como “enunciação em termos algo grosseiro e brutais de uma condição da hegemonia da Europa no mundo moderno”.

No entanto, de acordo com Chatterjee (2004, p. 25) “os ingleses se apropriaram do poder dos governantes indianos através da força e do ardil, destruíram as velhas instituições da produção econômica e da ordem social”, o modo como a colonização e o processo de exploração ocorreu por parte da Inglaterra possibilitou a perpetuação da “pobreza e fecharam as possibilidades de desenvolvimento industrial”. Para o autor, o medo é um elemento que foi utilizado para consolidar as bases coloniais, mas esse modo de dominação não desapareceu pós colônia, ainda se constitui como um elemento central na relação entre Europa e outros países.

[...] sobre a dominação do medo através do exercício de uma força superior. Insisto no fato de que este é um elemento que não desaparece do relacionamento entre a Europa e o Sul da Ásia ao longo de todo o período, mesmo após as formas de poder supostamente mais racionais e modernas terem sido introduzidas pelos britânicos. O novo elemento – amor – chega junto com o domínio britânico. (CHATTERJEE, 2004, p. 29).

Ocorre de forma dialética à relação de dominação estabelecida entre colonizadores e colonizados, e se torna foco de debate de Memmi (1967) e também refletida por Corbister⁶ (1967, p. 7) que destaca que para se manter o funcionamento da relação de colonização “não basta ao colonizador a superioridade militar e tecnologia, deve, além disso, legitimar ou tentar legitimar o empreendimento, aos olhos do colonizado e aos seus próprios olhos”. Nesse sentido, o processo de colonização não se torna restrito apenas ao modo físico de dominação, mas cria mecanismos para “fabricar a ideologia do colonialismo”, construindo uma “tentativa de justificação”, impondo assim um modo de pensar que legitima a dominação. A situação colonial é contraditória e só pode ser compreendida de forma dialética.

Do mesmo modo, acontece com os impérios alimentares em relação aos chamados países periféricos, onde por meio das estruturas do capitalismo, como argumenta Furtado (1992), estabelece-se processo de difusão do processo técnico,

⁶ Autor do Prefácio do livro “Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador” de Albert Memmi (1967).

em busca de um padrão para aumento da produtividade, que tem como base o desenvolvimento econômico, pregado pelos economistas clássicos como exemplo os Cepalinos⁷, associado às novas técnicas empregadas nos modos de produção, e que é fundamentado pela ilusão de construção social de bem estar social e de homogeneização. No entanto, não é o que pode ser percebido com a construção dos impérios alimentares que se sobrepõe aos modos de vidas das comunidades tradicionais, impondo arbitrariamente novas práticas produtivas e alimentares.

Para Triches e Schneider (2015) a questão alimentação é um fato social importante no campo de estudo da sociologia, sendo pertinente para a temática do desenvolvimento, e, sobretudo, desenvolvimento rural, tendo em vista que existe uma hegemonia do sistema agroalimentar global, que provocou um distanciamento entre produtores e consumidores, trazendo consequências para os dois lados. Deste modo, o modelo agroalimentar dominante trouxe consequências ao contexto rural, especialmente pela concentração de terras, de capital, exploração, exclusão e emigração de pequenos agricultores. Situação esta que reflete diretamente e indiretamente no modo de vida das comunidades tradicionais vazanteiras, interlocutoras deste trabalho. Constata-se que a capacidade de acesso aos alimentos, produção e autonomia alimentar são questões que refletem na vida das comunidades tradicionais, em situação de conflito com UC'S, tendo em vista que ocorrem rupturas em suas dinâmicas alimentares.

No processo de colonização, de acordo com a descrição do retrato do colonizador feita por Memmi (1967, p. 25) o estrangeiro ao chegar ao país confere a si mesmo privilégios, apresentando “leis locais, que legitimam de certo modo a desigualdade pela tradição”. A distinção entre colonial, colonizador e colonialista é feita por Memmi (1967, p. 26) para entender essa relação. Em suas definições destacamos que o “colonial seria o europeu vivendo na colônia, porém sem privilégios”, ou seja, não existe o chamado colonial, pois de forma geral, os europeus que chegavam às colônias desfrutavam de certos privilégios em detrimento aos povos da colônia, e por isso o colonizador, mesmo que pequeno, defende o sistema, uma vez que é beneficiário dele. De acordo com Memmi (1967, p. 28) “o colonizador

⁷ O termo faz referência ao grupo de economistas que constituíram a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Criada no ano de 1948, seu objetivo é o de monitorar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico de toda a América Latina.

participa de um mundo superior, do qual não pode deixar de recolher automaticamente os privilégios”.

Na colonização indiana, utilizada aqui como uma das realidades coloniais, Chatterjee (2004) apresenta relatos dos indianos que visitaram a Europa no século XIX, sendo destacadas passagens com a descrição onde o conhecimento é um instrumento para o exercício do poder e da dominação, pois de acordo com Chatterjee (2004, p. 36), podemos pensar o conhecimento enquanto “coração da civilização europeia moderna”. Esse conhecimento foi uma forma de estratificar sociedades, justificando processos de colonização. O conhecimento nativo também permitiu o surgimento do movimento anticolonial, o que ao longo do tempo possibilitou a independência e descolonização. A questão é que o conhecimento é algo essencial para a formação de uma sociedade independente, e por isso os processos de colonização constroem discursos hegemônicos para sobrepor o conhecimento tradicional das comunidades, afim de, por meio do campo do debate, impor o seu modelo de estruturas sociais e desenvolvimento.

Se o conhecimento permite a construção de uma independência, ele também contribui para o processo de dominação. O relato do indiano Trailokyanath Murkherjee é apresentado por Chatterjee (2004, p. 37), sendo destacado “o fato de que os britânicos haviam adquirido o direito de governar a Índia porque sabiam usar seu conhecimento em benefício dos indianos”. O autor enfatiza que diferentemente de Trailokyanath Murkherjee, “muitos indianos educados questionariam então, com a força da própria teoria política ocidental, a legitimidade de um poder estrangeiro que não era representativo do povo”, os questionamentos iam além da legitimidade do poder, mas reconhecia também que esse poder negava o reconhecimento de direitos ao conjunto de cidadão.

Com os questionamentos sobre os benefícios aos indianos da dominação inglesa, a crescente oposição ao sistema colonial, e a argumentação que os benefícios da colonização não existiam para os indianos, muitos defendiam que os benefícios poderiam acontecer se o poder passasse a ser exercido por seus representantes. De acordo com Chatterjee (2004, p. 38), “a oposição política ao domínio britânico cresceu em força entre as classes médias indianas na primeira metade do século XX”, mas que foram se aliando a outros grupos e movimentos que tinham como princípio as ideias anticoloniais como camponeses e operários. O que é interessante nos relatos do autor é a sua afirmação de que embora estivessem

rejeitando o domínio inglês, o conceito de Europa que havia sido passado para os indianos em processo de colonização não foi modificado, o amor pela Europa ainda fazia parte de suas mentes, de modo mais claro, os colonizados indianos, ou seja, rejeitavam a dominação que os britânicos supostamente acreditam ter sobre a Índia, sem questionar a superioridade da Europa. Essa forma de colonização se torna presente em outras colônias, onde o amor pela Europa e a ideia de superioridade não é questionado, mas reproduzido.

Sobre o poder, Mignolo (2005, p. 78) entende como relacionados à colonialidade e a modernidade, tendo em vista que “a configuração da modernidade na Europa e da colonialidade no resto do mundo (com exceções, por certo, como é o caso da Irlanda), foi à imagem hegemônica sustentada na colonialidade do poder”. O que se torna central para o autor é que não podemos pensar a modernidade sem colonialidade, pois de forma objetiva, “a colonialidade é constitutiva da modernidade, e não derivativa”. De acordo com Mignolo (2005, p. 74) é necessário entender que essa colonialidade do poder se constitui de forma invisível, de forma que “a colonialidade do poder é o eixo que organizou e continua organizando a diferença colonial, a periferia como natureza”, sendo exemplificada pelo surgimento da ideia de hemisfério ocidental.

A ideia de sistema mundo considerada por Mignolo (2005, p. 73) faz referência ao “conceito de ‘colonialidade’ como o outro lado (o lado escuro?) da modernidade”. Um ponto central destacado pelo autor é o “imaginário do mundo moderno/colonial”, pois segundo Mignolo (2005, p. 80) esse imaginário “surgiu da complexa articulação de forças, de vozes escutadas ou apagadas, de memórias compactas ou fraturadas”, esse imaginário é representado por discursos que não contemplam os diferentes lados da história, apenas uma versão contada, sem considerar as outras narrativas. Para o autor uma construção que ocorre com base em “histórias contadas de um só lado, que suprimiram outras memórias”.

De acordo com Wallerstein (2019) existe uma contradição do sistema mundo, conceito discutido pelo autor para construção de sua crítica ao sistema capitalista. Para o mesmo, o Sistema-mundo moderno existe desde séc. XVI e se baseia, na atividade primária, que é a acumulação de capital, onde prevalecem os indivíduos que empreendem essas atividades. A ideia de uma economia global é destacada pelo autor, como uma forma de integração de diferentes áreas do mercado, interferindo diretamente na dinâmica entre mercadoria, divisão do trabalho e

tecnologia em relação ao crescimento econômico. Essa crítica reforça elementos no questionamento sobre a autonomia dos estados, que atuam de forma direta ao mercado capitalista, construindo mecanismos de manutenção para controle da sua legitimidade, ao mesmo tempo em que reforça o enfraquecimento do próprio Estado.

Essas narrativas desiguais se fazem presente no conflito vivenciado pelos vazanteiros das comunidades de Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha, que em meio a um campo ambiental passa por um processo de ambientalização da luta. Essa noção de campo ambiental é entendida por meio das teorias de Bourdieu (2004a), onde podemos entender a realidade social como um conjunto de relações invisíveis que se constituem em posições exteriores umas às outras, que são definidas de forma dialética, umas em relações às outras. Podemos entender essa realidade social com a noção de campo, uma vez que para Bourdieu (2004b, p. 22), “todo campo, [...], é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças”. A assimetria que constitui a realidade social provoca conflitos para manutenção ou transformação dos espaços sociais e pelo poder e pela legitimidade do discurso. As comunidades de Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha vivenciam essa realidade de disputa e conflito, onde seu modo de vida associados aos seus conhecimentos tradicionais são encurralados pelos empreendimentos em torno das comunidades, sendo refletidos em várias imposições pelo sistema capitalista, como por exemplo, os grandes impérios alimentares.

Os resquícios da colonização não se restringem apenas ao campo econômico e físico, a colonização do imaginário também de faz importante para legitimar o processo de dominação. O sentimento de amor que os colonizados apresentam pelo país colonizador e pela Europa mostra essa dominação da mente, implica em controles nas disposições mentais dos sujeitos sociais, possibilitando classificações e separações dos espaços, dos grupos e dos sujeitos sociais, na realidade social e no campo de poder. O ocidentalismo representa essa relação, sendo uma forma de construção política, trazendo um conjunto de oposições e diferenciações, e a ideia de superioridade em relação ao resto do mundo. Para Chatterjee (2004, p. 41) o sentimento de amor pela Europa, ou nesse caso pelo ocidente é resultado do próprio conceito de ocidente que foi reproduzido e solidificado no nosso imaginário ao longo vários anos de colonização. As estratégias utilizadas para a colonização física e mental, segundo Coronil (2005, p. 125) se relacionam com esse conceito e a ideia

que temos do ocidentalismo, onde se estabelece uma clara “oposição entre o Ocidente superior e seus outros subordinados”, onde o discurso globalizante é hegemônico e busca ocultar a presença do ocidente em sua narrativa, criando uma hierarquização dos modos de vida.

[...] constitui uma modalidade de representação ocidentalista particularmente perversa, cujo poder repousa, em contraste, em sua capacidade de ocultar a presença do Ocidente e de apagar as fronteiras que definem seus outros. (CORONIL, 2005, p. 125).

O poder é representado pelos discursos, e as histórias que são legitimadas são construídas por um ponto de vista, é a partir do poder de fala que os países buscam impor uma superioridade, por meio de uma classificação feita a partir de determinados pontos de vista. Apesar de cotidianamente usarmos os termos período colonial e colonialidade como sinônimos, Mignolo (2003, p. 83) destaca que são diferentes, e que “o ‘período colonial’ não deveria ser confundido com colonialidade”, pois a colonialidade vai além do período colonial, pois mesmo após este período, a colonialidade é mantida por meio de discursos e hierarquias, mas em novos formatos.

[...] a construção de nações que a seguiu no decorrer do século 19 na maioria dos países latino-americanos (com exceções de Cuba e Porto Rico) não pode ser compreendida sem se pensar na colonialidade do poder. (MIGNOLO, 2003, p. 83).

Para Memmi (1967, p. 51) o colonizador se apresenta de modo diferente do colonialista, pois de forma geral “o colonialista não é, em suma, senão o colonizador que se aceita como colonizador”. De modo contraditório, o colonizador embora tenha privilégios não se aceitou de fato, mas a partir da sua aceitação, o colonizador passa a ser um colonialista, e essa transição é uma forma de legitimação do processo de colonização. Compreender as configurações do poder é essencial para apreender a essência das comunidades subalternas após período colonial. A partir dessa diferenciação Memmi (1967, p. 56) esclarece que para o colonizador, aceitar-se como tal é ao mesmo tempo “aceitar-se como privilegiado não legítimo, quer dizer, como usurpador”. A perspectiva apresentada Memmi (1967, p. 34) é de que a condição aceita pelo colonizador e a sua transição para o colonialista é uma das formas de legitimar e manter o sistema colonial em funcionamento, da mesma forma

que aqueles colonizadores que não se recusam a aceitar a condição de usurpador, e claro toda miséria inerente ao sistema, não poderá permanecer no mesmo. Ainda assim, no sistema colonial a justificativa é sempre essencial para legitimação das estruturas, de ambas as partes, colonialista e colonizado. Como é defendido por Memmi (1967, p. 72) “a servidão do colonizado, tendo-lhe parecido escandalosa, obrigava o colonizador a explicá-la”, isso possibilitava a legitimação das condições de servidão e dominação, essa colonialidade é que se reproduz ao longo do tempo, após o período colonial. Essa relação de poder possibilita entender a configuração dos campos sociais e as posições dos agentes na realidade social estudada.

De acordo com Said (2007, p. 32) “a relação entre o Ocidente e o Oriente é uma relação de poder, de dominação, de graus variáveis de uma hegemonia complexa”. Como parte do processo, o colonizado deve não apenas servir, mas justificar essa servidão o que estabelece a legitimidade do sistema colonial e a sua manutenção, é através desses discursos hegemônicos que os colonizados interiorizam a mentalidade de dominação no imaginário social, naturalizando a servidão e a ideia de que, segundo Said (2007, p. 34) “certas formas culturais predominam sobre outras, assim como certas ideias são mais influentes que outras”. É por meio dos discursos estabelecidos e das teorias europeias justificando uma falsa superioridade que o conhecimento também se torna colonizado, representado pela existência da colonização do poder. É a partir dos discursos que as fronteiras são delimitadas, tanto física como no imaginário social.

É com base nesse reconhecimento que a ciência precisa romper com as teorias colonizadoras, segundo Spivak (2010), onde o campo de debate possa apresentar as leituras e vivências desenvolvidas pelos próprios subalternos, construídos pelo seu modo de vida. O colonialismo exerce poder sobre o novo sistema mundo, com a reprodução de narrativas unilaterais. Com base nas argumentações de Said (2007, p. 33), é possível pensar na construção do “Orientalismo”, entendo que este se torna “mais particularmente valioso como um sinal do poder europeu-atlântico sobre o Oriente do que como um discurso verídico sobre o Oriente”.

Em relação às dinâmicas alimentares permeadas em práticas tradicionais, estas resistem em contraste com a perspectiva de ordens alimentares globais existentes, numa lógica periférica frente aos centros de poder e dominação. Para Ploeg (2008) tratam-se dos impérios alimentares, que conflituam com outros

modelos de práticas permeadas ou similares a lógica campestre, conforme abordaremos a seguir.

Uma das justificativas apresentadas sobre a colonização, de acordo com Roland Corbister (1967, p. 9), é que o “colonizador precisa estabelecer que o colonizado é por ‘natureza’, ou por ‘essência’, incapaz, preguiçoso, indolente”, entre outras características, inferior. Essa explicação na visão do colonizador é acionada para justificar a colonização. É assim que o sistema faz com que os dominados pensem que a colonização é algo positivo e necessário para o chamado desenvolvimento do país, onde a meta é alcançar a condição dos países colonizadores, construindo no imaginário da população que o colonizado é percebido como “incapaz, por exemplo, de educar-se, de assimilar a ciência e a tecnologia modernas, bem como de exercer a democracia, de governar-se a si mesma”. Desse modo cria-se uma justificativa e uma legitimação para a dominação, mantendo assim o sistema colonial.

Nesta lógica que os projetos de desenvolvimento econômico ou desenvolvimentismo, foram inseridos na região do Norte de Minas Gerais, que passa a incorporar a área de abrangência da SUDENE, por meio do discurso reduzido, de que representava o “atraso” e precisava de auxílio interventivo para se desenvolver, modernizar e progredir. Na mesma ótica se deu o processo de colonização pelas Minas Gerais, que consistiu, sobretudo, na exploração da região mineradora de um lado, e do outro o tratamento pejorativo aplicado aos Gerais, como terras que ninguém queria viver ou explorar, segundo Costa (2011) a região foi tratada como culturalmente fora dos centros dinâmicos do mundo moderno. Este tratamento pejorativo segundo França; Barbosa e Soares (2006, p. 71) se baseava na concepção do “atraso econômico, arcaísmo social e político, violência...”.

Lander (2005, p. 47) também defende a existência de amor, ou de fetichismo pelo Europa, sendo esta percebida como o centro da modernidade e da civilização, em detrimento da constituição das periferias colonizadas. O que o autor busca explicar, é que “o desenvolvimento histórico da sociedade moderna e do capitalismo aparece como um processo interno e autogerado da sociedade moderna”, o que provoca nas colônias o desejo de ingressar nessa jornada pelo tão sonhado desenvolvimento, interiorizando a falsa ideia de inferioridade e atraso.

É por meio dos discursos que as colônias interiorizam o sentimento de inferioridade, legitimando uma superioridade europeia que é construída pelas

próprias narrativas da Europa. Memmi (1967, p. 79) acredita que ao atribuir a característica de débil ao colonizado, cria na mentalidade do colonizado a sensação de fragilidade e de necessidade de proteção, aceitando assim a dominação externa, com a falsa ideia de cuidado. É assim que os colonizados começam a abrir mão de sua liberdade, ocupando assim a posição que lhe é conferida, a de subalternizado. Almeida (2010, p. 8) apresenta no prefácio do livro de Spivak (2010), a preocupação da autora com os discursos hegemônicos, se tornando um desafio no que se refere ao estudo da realidade social, pois os discursos conseguem influenciar todo o imaginário, estruturas e as relações de uma sociedade. É por esse motivo que a ciência deve se manter alerta para não contribuir com as reproduções dos discursos hegemônicos, sendo função do pesquisador repensar seu papel na ciência.

Mignolo (2003, p. 266) também apresenta esses questionamentos, preocupações presentes nos estudos de Spivak (2010), pois o autor questiona o percurso vivenciado pela construção dos estudos acerca da própria América Latina. Em 1964, quando a Associação de Estudos Latino-Americanos se encontra no início, foram apontadas críticas sobre as interpretações acerca das duas Américas, a América Latina e os Estados Unidos, podendo ser destacada as realizadas por Morse de acordo com Mignolo (2003), pois nesse cenário os Estados Unidos se posicionava como superior em relação ao resto da América.

[...] a crítica pós-ocidental/colonial como teorização subalterna emerge principalmente no período posterior à descolonização após a Segunda Guerra Mundial e corre no mesmo sentido que novas formas de neocolonialismo e ditadura [...] foi a consciência crítica a respeito do colonialismo e neocolonialismo que criou condições para a teorização subalterna. (MIGNOLO, 2003, p. 154).

É importante chamar a atenção também para o que Mignolo (2003, p. 181) destaca, no século XVI, com a “descoberta” da América, que “contribuiu para a formação do mundo colonial/moderno”, e em segundo momento a constituição de um estágio de modernidade/colonialidade ocorrido no início do século XIX. De acordo com Mignolo (2003, p. 182) “na América Latina, a descolonização do início do século 19 realizou-se numa ordem mundial diferente, com o poder imperial da Inglaterra em ascensão e na França na situação decorrente da derrota napoleônica”. Aqui se encontra uma diferenciação entre os autores pós-coloniais (estudos voltados para os processos de colonização da Ásia e África) e os decoloniais (América

Latina). Segundo o autor, as “teorias de descolonização de intelectuais indianos ou do Norte da África, nascidos pouco antes ou depois da descolonização”, podem ser entendidas como construções a partir de “experiência histórica e emocional significativamente diferente dos intelectuais da América Latina que teorizam a descolonização entre um século e século e meio após a descolonização”.

O conceito de subalterno empregado por Spivak (2010) não é apropriado para uso de modo a se referir a qualquer sujeito que esteja em condição marginalizado segundo Almeida (2010, p. 12), pois para a autora, a interpretação conceitual de tal definição se refere “as camadas mais baixas da sociedade”, de forma que estas venham a se construir historicamente “pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante”. Outro ponto destacado pela autora é do cuidado que os intelectuais precisam ter ao realizar suas pesquisas, para não reproduzirem discursos opressores, como exemplo, a ideia de que estariam falando pelo outro, ou seja, dando lugar de fala ao outro. Essa percepção implicaria unicamente em “construir o outro e o subalterno apenas como objetos de conhecimentos por parte de intelectuais que almejam meramente falar pelo outro”. O que a autora reconhece e descreve é que o subalterno é capaz de falar, a problemática envolvida se encontra na ausência de diálogo, seja por parte do poder político ou do Estado, o fato é que embora sendo capaz de falar por si, o subalterno não é ouvido.

Alguns conceitos importantes dentro do debate colonial são abordados por Mignolo (2003, p. 135) como forma de distinção entre os termos. O primeiro a ser destacado aqui é o de “pós-colonialidade” que pode ser associado a pós-modernidade, e que é compreendido, segundo descrição do autor, como “todas as diversas modalidades de discurso crítico sobre o imaginário do sistema mundial colonial/moderno e da colonialidade do poder”. Outros termos explicados são: “pós-colonialismo”, “pós-ocidentalismo” e “pós-orientalismo”, que podemos descrever como “particularidade dos discursos críticos no interior de histórias locais específicas”. Após fazer diferenciação o que o autor busca esclarecer é que a ideia de “pós” não implica em um término daquela condição, ou seja, “pós-colonialidade, nesse sentido, não significa que a colonialidade terminou”, de acordo com Mignolo (2003, p. 134) a interpretação que podemos fazer sobre pós-colonialidade é de que ela “reorganiza em seus alicerces (a modernidade/colonialidade)”. Nos tempos

atuais podemos pensar em nossas formas de colonialidade, construída por meio de novas bases e dinâmica. A conceituação do ocidentalismo, feita por Said (2007), enfatiza o conceito como uma consciência geopolítica em vários campos, que determina uma divisão do mundo feita de forma desigual, de um lado Oriente e de outro Ocidente.

Portanto, o Orientalismo não é um simples tema ou campo político refletido passivamente pela cultura, pela erudição ou pelas instituições, nem é uma grande e difusa coletânea de alguma execrável trama imperialista 'ocidental' para oprimir o mundo 'oriental'. É antes a distribuição de consciência geopolítica em textos estéticos, eruditos, econômicos, sociológicos, históricos e filosóficos; é a elaboração não só de uma distinção geográfica básica (o mundo é composto de duas metades desiguais, o Oriente e o Ocidente), mas também de toda uma série de 'interesses' que, por meios como a descoberta erudita, a reconstrução filosófica, a análise psicológica, a descrição paisagística e sociológica, o orientalismo não só cria, mas igualmente mantém; é, mais do que expressa, uma certa vontade ou intenção de compreender, em alguns casos controlar, manipular e até incorporar o que é um mundo manifestante diferente (ou alternativo e novo); é sobretudo um discurso que não está absolutamente em relação correspondente direta com o poder político ao natural, mas antes é produzido e existe num intercâmbio desigual com vários tipos de poder, modelado em certas medida pelo intercâmbio com o poder político (como um regime imperial ou colonial), o poder intelectual (como as ciências dominantes, por exemplo, [...]) (SAID, 2007, p. 40).

Os discursos como construções de visões de mundo, de interpretações e percepções, são instrumentos de poder, exercendo influência para a estruturação da sociedade, que podem ocorrer por meio de narrativas hegemônicas que reproduzem determinadas formas de poder. Por meio das narrativas é possível a construir divisões e hierarquizações no mundo, sendo descrito por Spivak (2010, p. 47) de que "o mais claro exemplo disponível de tal violência epistêmica é o projeto remotamente orquestrado, vasto e heterogêneo de se constituir o sujeito colonial como Outro". Os modelos científicos têm como desafio refletir sobre o seu papel para a reprodução dos discursos hegemônicos e de desigualdade social, questionando os diferentes pontos de vistas que dão origem a determinadas narrativas. No caso dos impérios agroalimentares essas narrativas se apresentam de forma clara, narrativas construídas com fundamentação do campo econômico e capitalista, que enxergam a modernização tecnológica uma das possíveis soluções para defesa de seus impérios, em detrimento das lógicas tradicionais.

A construção da conceituação do mundo em dois polos, Oriente e Ocidente, na qual estereótipos são utilizados como fundamentação para a figura do Oriente

como um “Outro”, naturalizando as formas de dominação e poder, garantindo a reprodução e manutenção dos processos assimétricos de construção das sociedades no sistema mundo. Sobre essas construções segundo Said (2007, p. 68), é possível entender que “há ocidentais, e há orientais”, dentro desse quadro de oposição, criado por um ponto de vista dominador, a relação se apresenta de forma dialética, onde “os primeiros dominam; os últimos devem ser dominados”. Essa relação de dominação não se representa unicamente no campo do pensamento ou de forma imaginária, como fronteiras invisíveis, para o autor, “geralmente significa ter suas terras ocupadas, seus assuntos internos rigidamente controlados, seu sangue e seu tesouro colocados à disposição de uma ou outra potência ocidental”. De fato, são as bases que fundamentam o novo sistema e a “pós-colonialidade”.

A relação assimétrica que é evidenciada como forma de dominação entre Ocidente e Oriente se estrutura na divisão internacional do trabalho. De acordo com Spivak (2010, p. 67) essa divisão e o capitalismo como base do sistema cria as fundamentações para novas formas de colonização imperialista, mantendo sempre a mesma divisão desde o período de colonização, onde alguns países não se encontram “na posição de investir capital”, enquanto que os demais países, aqueles mesmos que foram colônias de países europeus, “geralmente do terceiro mundo⁸, fornece o campo para esse investimento”. Ainda para a autora, nessa relação internacional do trabalho ocorre o processo de terceirização, onde países pobres se tornam submissos aos países ricos, por meio da venda de mão de obra barata, mantendo assim a desigualdade entre países. Vale lembrar que essa interpretação também se encontra na tese do pensamento Cepalino na América Latina, com a construção de entendimento sobre países centrais e periféricos. Questionando também o modelo industrial e econômico implementado nos países entendidos de terceiro mundo, é defendido pelos autores da teoria da dependência⁹, que essa relação criava mecanismos de dependência, perpetuando o modelo em que países pobres continuariam fornecendo mão de obra e matéria prima.

⁸ Países em desenvolvimento.

⁹ A teoria da dependência, que emerge na década de 1960, faz crítica ao modelo de desenvolvimento fundamentado no autoritarismo, e que passa a ser a meta de países entendidos como subdesenvolvidos ou periféricos. De forma mais geral, os cepalinos acreditavam na existência de uma dependência vivenciada ou condicionada aos países periféricos, pois eram inseridos no mercado mundial como submissos e fornecedores de matéria prima, centros para implementação de indústria internacionais, para exploração de recursos naturais e mão de obra barata, o que provocava a manutenção de um ciclo vicioso e da condição de pobreza nos países.

Durante a pesquisa de campo, percebe-se como exemplar de análise, que o Projeto Jaíba apesar de ser considerado o maior projeto de irrigação contínua da América Latina, o mesmo além de desterritorializar para existir, reproduz ainda essa estrutura de transferência de danos e prejuízos aos mais vulneráveis do seu próprio país, possuindo investimentos internacionais e produzindo para a exportação. Ao mesmo tempo, adota-se um discurso de que o mesmo gera emprego e renda na região, como pano de fundo da justificativa dos impactos ambientais, frente às grandes extensões territoriais de medidas compensatórias que resultaram nas Áreas de Preservação Permanente (APP), unidades de conservação (UCs) e Unidades de Proteção Integral (UPI), que por sua vez, operacionalizam os processos de desterritorialização de muitas comunidades tradicionais da região em questão, legitimando ainda a exploração da mão de obra precária, temporária e barata, criando uma estrutura de vulnerabilidade e dependência.

3.2 QUESTÕES AGROALIMENTARES MUNDIAIS E HEGEMONIA: A LÓGICA DE DOMINAÇÃO COLONIAL APLICADA AOS IMPÉRIOS ALIMENTARES

Para refletirmos sobre a dinâmica dos impérios alimentares é necessário entendermos a relação de poder colonial, e a execução de práticas de dominação que representam a estratificação social existente no sistema mundo. Em crítica ao processo em que a América Latina é construída como periferia do sistema mundo, Dussel (2005, p. 62) destaca que “esta Europa Moderna, desde 1492, ‘centro’ da História Mundial, constitui, pela primeira vez na história, a todas as outras culturas como sua ‘periferia’.” Os modos de vida das comunidades tradicionais podem ser interpretados nesse sentido, pois são marginalizados diante de outra lógica de apropriação da natureza. A superioridade imposta pela Europa se torna uma argumentação central de base para manutenção do sistema, buscando justificar toda a hierarquização construída pelo seu ponto de vista.

A constituição de modelos estratificados e desiguais no campo político é refletida na consolidação dos impérios agroalimentares. Para questionar essa estruturação é importante refletir acerca dos processos que condicionaram os aspectos norteadores da realidade em questão. A pós-colonialidade faz parte desse conjunto de aspectos, pois com a formação do novo sistema mundo, pautado na ideia de modernidade, estrutura uma nova forma de exercício do poder, não pela

troca do centro de dominação, mas pela forma como é exercido. É importante considerar que os novos modelos de poder construídos no que chamamos de modernidade, tem sua emergência das bases do antigo sistema colonial, com países europeus no centro da economia e dominação, e demais países como latino-americanos ou asiáticos e africanos na condição de submissão, exercendo papel de colônia.

De acordo com Prado e Pellegrino (2018, p. 78) ocorria instabilidade no campo econômico na América Latina até 1860, sendo possível destacar o histórico de que “no período colonial, o comércio colonial era controlado pela metrópole”, e mesmo após o término do sistema de colônias, o processo de colonização ainda estrutura a relação de poder, fazendo com que no novo modelo econômico mundial, os países antes colonizados se tornassem submissos. Ainda para os autores “a partir da segunda metade do século XIX, a América Latina foi encontrando um lugar subalterno de inserção nas correntes do mercado internacional” (PRADO; PELLEGRINO, 2018, p. 79), o que foi intensificado com a especialização dos países latino americanos como produtores de matéria prima e mão de obra barata, diferente dos países europeus que se mantiveram como países do capital. A relação de oposição e hierarquização ocorre não apenas nas relações internacionais de mercado e trabalho, mas também internamente dentro dos países marginalizados.

Essa correlação pode ser feita mediante o processo de colonização do estado de Minas Gerais, com a divisão estabelecida entre as Minas e as Gerais, e o interesse econômico de exploração através da mineração. Ao mesmo tempo, o papel das Gerais no abastecimento do estado foi desconsiderado ou pouco reconhecido sua importância, inclusive para o contexto de povoamento do estado, conforme será discutido no Capítulo II deste trabalho.

Nos países entendidos como periferias aos centros econômicos, os grupos elitizados são responsáveis por reproduzirem os discursos de dominação, criando hierarquização entre grupos em seu próprio território, entre estados e regiões, áreas ricas e áreas pobres, áreas com poder industrial e outras percebidas como atrasadas. A colonização dos países além de ser benéfica aos países ricos, que se tornam os exploradores das riquezas existentes e da mão de obra barata, ela também beneficia pequenos grupos nacionais, elites nacionais, que por meio de sua posição interna são intermediárias do grande capital, aumentando seu poder e capital interno. De acordo com Ribeiro (1978, p. 11) é possível verificar no Brasil a

configuração de uma elite nacional enquanto classe, e que com a reprodução da colonização “tem como projeto de defesa de seus interesses induzir as nações latino-americanas a aceitar formas de integração e de controle que as converterão em uma espécie de consulados de um novo império”.

A noção de “Império” se refere a “superestrutura” dos mercados globalizantes que constituem novos impérios alimentares emergentes, com modo de ordenamento composto de grandes domínios e controles, do mundo social e natural, que resultam em uma apropriação massiva. Os impérios alimentares possuem características como o expansionismo, controle hierárquico e a criação de novas ordens materiais e simbólicas, traduzindo o domínio dos alimentos, natureza e agricultura, onde as tecnologias possuem papel estratégico nessa reformulação imperial. (PLOEG, 2008). Este ordenamento de domínio e controle pode ser associado à política de criação e execução do Projeto Jaíba, composto de quatro etapas de operacionalização, com uma infraestrutura reconhecida em toda a América Latina, o que embasa a reflexão da atuação de impérios agroalimentares no Norte de Minas Gerais, e a profunda influência no mundo social e natural, de modo que a apropriação massiva é percebida não apenas na extensão territorial desmatada e amparada pelas licenças ambientais, mas no reconhecimento desses intensos impactos, quando se analisa a extensão territorial das áreas de proteção permanente, obrigatoriamente destinadas à preservação e proteção integral, como suposta estratégia de minimização de danos ambientais provocados por grandes projetos econômicos.

A indústria alimentar assume hegemonia no sistema agroalimentar global, para Wilkinson (2002) o novo paradigma bio (tecno) lógico e os novos padrões de demanda alimentar acentuam a vulnerabilidade de empresas organizadas em torno desse elo do sistema agroalimentar global. A indústria alimentar aumentou com o passar do tempo a distância de suas bases agrícolas, interferindo em mudanças profundas na dieta e nas práticas de consumo. As biotecnologias avançadas centram-se no esforço de recapturar o sistema agroalimentar para um grande complexo global oligopolizado, numa conjuntura competitiva e de relação de forças, dentro da indústria globalizada de alimentos. Neste contexto, destacam-se as alianças entre empresas líderes no domínio de recursos e preparadas para se adaptarem às mais diversas mudanças no sistema e na demanda de alimentos,

aliadas ao avanço do conhecimento científico e tecnológico, que contribuiu para o perfil do moderno sistema agroalimentar.

A problemática agroalimentar mundial, historicamente moldou as dinâmicas de acumulação capitalista, regimes alimentares, movimentos agrários e as relações de poder existentes. Neste cenário, McMichael (2016) constata uma relação inseparável entre estado e mercado, através do papel da agricultura comercial e dos diferentes regimes alimentares. Deste modo, distingue três regimes alimentares: o primeiro, o regime alimentar imperial “*workshop of the world*” estabelecido pela Grã-Bretanha (1870-1930); o segundo, o regime alimentar intensivo, determinado pelos Estados Unidos (1950-1970); e o terceiro, o regime alimentar corporativo, controlado pelas corporações (1980-2000).

Os pontos fundamentais do primeiro regime alimentar são os seguintes: livre-comércio e a operacionalização do padrão-ouro; força de trabalho assalariada de baixo custo; trigo, como elemento gerador de receita, renda e detentor de terras; divisão internacional de trabalho, como definidora do sistema colonial; colapso do preço de grãos e a estiagem na década de 1930. No segundo regime alimentar, os Estados Unidos se apresenta como grande império, que redireciona excedentes de alimentos, resultantes de políticas agrícolas subsidiadas, para seu império informal de nações pós-coloniais durante a Guerra Fria, através da Revolução Verde, complexos transnacionais, agronegócio, commodities, agricultura especializada, mercados imperiais, e uma agricultura sem agricultores. Por fim, o regime corporativo se caracteriza no processo de intensificação desses fatores, inserindo forte regulação de produção e consumo a nível global, permeados em princípios neoliberais de mercado, que potencializa a acumulação de poder e dominação no império alimentar. (MCMICHAEL, 2016).

Uma das abordagens que passou a orientar os principais esforços de interpretação dos sistemas agroalimentares, segundo Niederle e Wesz Junior (2018) constitui-se em torno da noção de regimes alimentares. A estratégia modernizadora não conseguiu acabar com a fome, pelo contrário, acentuou as desigualdades sociais e de acesso aos alimentos, criando novos padrões de consumo. Deste modo, os autores destacam a existência de uma pluralidade de ordens alimentares - industrial, comercial, doméstica, estética, cívica e financeira - que coexistem em estado de tensão, uma tentando sobrepor a outra. Em muitas situações este cenário

é composto de relações e práticas autoritárias, violentas e de dominação, além de um processo de demarcação de ordens alimentares.

Surge uma indústria pautada nas novas biotecnologias, de maneira que a indústria de insumos químicos se destaca entre os atores do sistema agroalimentar, por ter reconhecido o potencial da biotecnologia, identificando oportunidades, para o enfrentamento do desafio da manutenção de oferta de alimentos, diante do crescimento global da população. Estas questões reforçam as mudanças climáticas e as condições de estresse para a agricultura familiar tradicional, essas mudanças também colocam em cheque o recurso a conhecimentos e práticas tradicionais. (WILKINSON, 2002).

O processo de industrialização acelerou a crise da ordem doméstica, herdeiras de práticas e consumos de sociedades camponesas, que vem resistindo e reinventando. A partir dos anos de 1980, o evento da crise da ordem industrial favoreceu a perpetuação da ordem doméstica e comercial, possibilitando a emergência de novas ordens alimentares. A constituição de uma ordem cívica pautada na democracia foi resultado da articulação de movimentos sociais, rurais e ecologistas, enfatizando a crítica sobre a industrialização da agricultura, valorizando bens comuns da sociobiodiversidade, novas alternativas de produção, consumo, comercialização, práticas de redistribuição econômica, promoção de soberania e segurança alimentar e nutricional (NIEDERLE; WESZ JUNIOR, 2018).

Alguns movimentos de reivindicações emergem durante o século XIX, a partir do “descontentamento dos setores subalternos da sociedade”, podendo ser percebido “em diversos países da América Latina”, segundo Prado e Pellegrino (2018, p. 55). O descontentamento reflete a nova condição dos países, e ao mesmo tempo a reafirmação das condições antigas, tendo em vista que antes os países eram colônias ou metrópoles, e com a modernização do sistema mundo, os países reafirmam essas condições de dominação, são novas colônias dominadas por novos modelos de metrópoles. De acordo com Ribeiro (1978, p. 32) é possível descrever quatro tensões responsáveis por provocar entre os povos uma condição de oposição, “disputas entre as potências imperialistas industriais; a oposição entre os povos atrasados¹⁰ e seus exploradores; o antagonismo entre o campo capitalista e o socialista e as tensões inter-socialistas”. As duas primeiras tensões são elementos

¹⁰ Ditos “atrasados”, conforme mencionado pelo autor.

essenciais no campo de disputa entre comunidades tradicionais e impérios agroalimentares, e são formas de manutenção do poder já exercido pelos países dominadores, que tentam reafirmar as estruturas de dominação, enquanto os dominados buscam uma modificação na sua condição de submissão, pois como afirma Ribeiro (1978, p. 40), “a superação de sua situação de dependência é sua própria causa e é também a forma decisiva de liquidação do imperialismo”.

A dependência é uma condição real dos países entendidos na teoria econômica como em desenvolvimento, pensando pelo viés crítico das teorias decoloniais percebemos que essa dependência é um dos elementos construídos no novo sistema mundo, a fim de garantir a relação de dominação entre os países. Ao observamos a relação construída historicamente entre países europeus e latinoamericanos, percebemos que estruturalmente foram construídos mecanismos de manutenção da dependência, seja economia ou política, presente nos modelos de produção implementados pelas indústrias instaladas em países pobres. A fragmentação desse novo modelo de bases antigas é algo difícil no sentido de que esses países ricos historicamente construíram impérios, e assim pelo poder econômico e do discurso, conseguem inserir outros países entendidos por eles como inferiores em uma escala de dominação e exploração, perpetuando o modelo colonialista.

Apesar de complicado não é impossível romper com modelos imperialistas de dominação, que começam a ser questionados pelos subordinados, sendo percebidos como não naturais e sim construídos pelas sociedades ao longo do tempo. É um momento importante para se buscar a transformação do modelo de dominação, relacionando os problemas sociais atuais de países pobres à condição de colonizado desde o período de colonização, ou seja, sua atual pobreza e não desenvolvimento, como é argumentado por países europeus, é um resultado da condição de exploração sofrida no processo de colonização.

Uma das dificuldades em se romper com esse modelo também se refere à incorporação dos discursos, os países pobres, ou pelo menos parte de seus governantes, incorporam os discursos desenvolvimentistas, e assim passam a reproduzir modelos econômicos dos países ricos, o que os levam a dependência, uma vez que se inserem na relação de mercado enquanto país pobre e fornecedor de mão de obra barata, continuando o ciclo de exploração praticado pelos países com domínio do capital. Um dos modelos de reprodução do sistema colonialista é a

manutenção dos latifúndios, que no caso do Brasil, se constitui como um grande problema para a distribuição de terra, protagonizando grandes conflitos agrários.

[...] o latifúndio exige do sistema político não apenas a perpetuação do monopólio da terra em que se assenta e a subjugação da população rural que explora diretamente. Exige, também, como condição de seu funcionamento, a criação e o sustento de inúmeros órgãos de amparo à monocultura e ao comércio de exportação. (RIBEIRO, 1978, p. 106).

No capítulo II, este trabalho contextualiza processos de conflitos e disputas territoriais no Norte de Minas Gerais, que revela um cenário de dominação, legitimado inclusive pelo exercício do poder, por meio da prática ilegal de grilagens de terras e de expansão de latifúndios, sobretudo, para a pecuária extensiva e expansão do agronegócio. Situação que faz emergir as lutas por terra, não apenas neste estado, mas em todo o Brasil, em virtude dos intensos processos de desterritorialização das comunidades locais e tradicionais, muitas das vezes de forma extremamente violenta.

Um aspecto importante destacado por alguns autores, já ressaltado anteriormente, é que a partir da constituição de novos modelos de produção e da reestruturação do mercado, os países pobres tendem a permanecer na condição de subdesenvolvido, na visão economicista, pois esse novo modelo não tem como princípio a autonomia desses países, mas a sua subordinação. O conceito de subdesenvolvimento, amplamente discutido por Furtado (1992), nos permite compreender essa relação de dependência, pois em suas teorias o subdesenvolvimento é interpretado como uma variante do desenvolvimento, ou seja, a constituição de países subdesenvolvidos é resultado do desenvolvimento de outros países. Essa condição é uma forma de desequilíbrio, que para o autor ocorre a partir dos avanços tecnológicos, que é capaz de influenciar diretamente os diferentes modos de vidas das populações. Outro ponto abordado pelo autor é que uma das defesas do discurso do desenvolvimento repousa na ideia de benefícios compartilhados pela população em geral, entendendo o desenvolvimento como algo positivo para a vida de toda a população. No entanto, segundo Furtado (1992), os benefícios desses processos de industrialização e modernização são desfrutados apenas por parcela da população, nesse caso aos grupos que controlam o setor da produção, os donos do capital.

No que se refere à condição do Brasil, Ivo (2012) assim como Mauro Marini (2000), apresentam diferentes críticas sobre o processo de modernização brasileira, ambos destacam a participação e incentivo do Estado, de forma que a modernização não se deu pelo desenvolvimento de diferentes fatores, mas pela implementação e produção feita pelo Estado. Segundo a autora Ivo (2012), o Estado brasileiro exerceu um papel fundamental para a industrialização do país, incentivando a sua modernização, por meio da criação de infra-estrutura que se fazia necessária para o estabelecimento dos novos modelos econômicos e industriais. Essa ação do Estado permite perceber que o Brasil foi um dos países que reproduziu os discursos desenvolvimentistas e econômicos, criando teorias sobre áreas pobres em território brasileiro, justificando a necessidade de elaboração de projetos modernos e industriais.

De acordo com as teorias de Marini (2000), os acontecimentos no Brasil ocorreram de modo diferente do europeu, sendo chamado inclusive de peculiar pelo autor, pois na modernização brasileira, a classe da burguesia que se encontrava em emergência apoiava a industrialização, mas não rompia com os latifundiários, de forma contraditória construíram uma aliança entre as classes oligárquica exportadora, que nesse caso eram constituídas pelos latifundiários, e a indústria com a classe emergente da burguesia. O processo de modernização vivenciado pelos países pobres, segundo a lógica econômica dos ricos, de acordo com Ribeiro (1978, p. 124) um projeto de desenvolvimento tem comomecanismos que condicionam os países pobres a dependência, pois em nenhum dos projetos industriais e modernos os países centrais permitem autonomia dos demais países, apenas garantem a manutenção dos “interesses do superimperialismo”, mantendo a dinâmica de dominação do período colonial.

Nesta vertente, os projetos desenvolvimentistas implementados na região desconsideraram a participação popular nos processos decisórios, de modo que o estado, por meio da modernização da agricultura e de outros projetos de desenvolvimento econômico promoveu um cenário de relações e práticas autoritárias, e de demarcação de dominação política e simbólica.

No processo de modernização do sistema mundo, Coronil (2005, p. 108) entende como “uma redefinição da relação entre o Ocidente e seus outros”, ocorrida pela constituição de um modelo de “globalização neoliberal”, que o autor destaca como a mudança do “eurocentrismo” para o “globocentrismo”. O ocidentalismo, entre

outras percepções, pode ser visto na visão do autor como “conjunto de práticas representacionais que participam da produção de concepções do mundo”, e um aspecto essencial desse novo modelo é que converte “a diferença em hierarquia”, e naturaliza a “reprodução das atuais relações assimétricas de poder”. Esse conceito cria uma linha imaginária de divisão, mas que reflete no cotidiano e na prática das sociedades, para além de separar o Ocidente e Oriente, cria escala de hierarquia. A criação do ocidentalismo feita pela Europa, demarcando uma ideia de superioridade na relação entre Oriente e Ocidente cria fronteiras, que embora sejam imaginárias ainda conseguem dividir sociedades, hierarquizando e estratificando, que como é descrito por Said (2007, p. 18), se destaca como “maneira mais sumária de lidar com a imensa distorção introdutória pelo império na vida dos povos ‘menores’ e das ‘raças submetidas’, geração após geração!”. O termo ocidentalismo perde força nos estudos, pois por meio de sua conceituação vaga, os estudiosos segundo o autor, passam a empregar outras conceituações.

Em crítica e reflexão a teorização do Ocidente e Oriente, emergem debates ressaltando a conceituação e relação entre centro e periferia, países centrais e países periféricos no que se refere ao capital. Lander (2005, p. 47) utiliza debates realizados por Fernando Coronil para se pensar essa relação. Como destacado pelo autor, assim como demais pensadores decoloniais, a relação estabelecida com a modificação dos modelos de produção é de dominação, na qual os países periféricos são condicionados a submissão e subalternização, no sentido de se manter colonizado. Mignolo (2005, p. 92) ressalta que “a colonialidade é constitutiva da modernidade”, nesse sentido, podemos entender que o conceito de “colonialidade do poder” apresentado por Quijano busca evidenciar de forma crítica “relações assimétricas de poder” que se manteve nas sociedades apesar dos processos entendidos como modernos, e também enfatiza a “participação ativa da diferença colonial na expansão do circuito comercial do Atlântico constituído através dos séculos”.

Apesar da modernidade se tornar uma explicação para o desenvolvimento econômico e tecnológico nos discursos hegemônicos, os autores decoloniais entendem essas narrativas como justificativas utilizadas por países europeus para manutenção da condição de colonialidade na relação com os demais países, por isso se faz necessário questionar os fatores inerentes a modernização, e os processos de transformações que historicamente modificaram as estruturas

econômicas e sociais no mundo, mas garantiram a permanência de modelos assimétricos de poder. De acordo com Lander (2005, p. 33) é possível destacar quatro dimensões no que se refere à noção de modernidade, sendo elas: progresso, naturalização, ontologização e superioridade no conhecimento. O conceito de progresso foi algo destacado nos estudos de Rist (2002, p. 19) ao discutir o desenvolvimento, sendo constantemente associado e utilizado como sinônimo de crescimento econômico nos discursos hegemônicos, e assim justificando sua importância nas sociedades modernas. O que os discursos não esclarecem é que esse modelo de progresso é inerente a reafirmações de assimetrias sociais, econômicas e de poder, reproduzindo padrões de estratificação social já existentes, mas na modernidade, reconfigurados por meio do grande mercado capitalista, industrial e tecnológico, reproduzindo e reafirmando os novos modelos imperialistas.

Em oposição a esta lógica dos impérios alimentares e à aplicação da engenharia genética nos alimentos, avança por outro lado, os orgânicos, como uma alternativa realista ao sistema agroalimentar dominante. Uma visão reforçada por considerações ecológicas e sociais, favorecendo um papel crescente dos mercados locais e de pequenos e médios produtores em contraponto aos distintos regimes nacionais e internacionais de regulação, pautados nos transgênicos (WILKINSON, 2002). Deste modo, é inegável analisar o processo de modernização e de inserção de políticas desenvolvimentistas como um marco importante para entender a consolidação das estruturas sociopolíticas e do quanto estas iniciativas impactaram diretamente ou indiretamente, para a conservação de uma ordem desigual, autoritária e excludente, necessárias para a manutenção da assimetria de poder na região, o que resulta na emergência contínua de processos de resistências, onde os sujeitos sociais se posicionam em condição de protagonismo e de reivindicação, pela visibilização de suas narrativas silenciadas nessa rede de forças desiguais.

3.3 PROCESSOS DE RESISTÊNCIA E SABERES ALIMENTARES TRADICIONAIS: REIVINDICANDO O PROTAGONISMO E A VISIBILIZAÇÃO DE NARRATIVAS SILENCIADAS

É evidente, como demonstrado nos estudos decoloniais, ponto central para os autores responsáveis pela construção desses estudos na América Latina, que a colonialidade ainda se reproduz na atualidade, por meio de novos modelos. Mas

também se torna visível os processos de luta e resistência de povos e comunidades, buscando romper com estruturas de dominação e poder, fazendo parte dos possíveis exemplos, os povos e comunidades tradicionais do Norte de Minas Gerais.

Para Salcido (2013) a conceitualização dos sistemas agroalimentares locais constitui uma ferramenta, que busca explicar os fenômenos emergentes da resistência dos atores locais, produtores e consumidores. Corresponde também a uma necessidade de diferenciação da exigência por qualidade e identidade territorial dos alimentos, entendendo o vínculo existente entre alimentos e territórios. Neste sentido, as políticas públicas sociais no âmbito rural, baseadas nas transferências de renda para combater a pobreza rural, representam caminhos importantes, tendo em vista que o fenômeno da mercantilização dos alimentos levou à perda de valor relativo da produção agrícola e da autonomia de agricultores, em favor da transformação e distribuição de alimentos em grande escala, caracterizado pela abundância de produtos alimentares padronizados, em decorrência da reestruturação dos sistemas agroalimentares, nas décadas de oitenta e noventa do século XX.

Este pode ser entendido como um processo de demarcação de ordens alimentares, que exercem coerção material ou simbólica, no contexto de imposição de uma lógica de consumo e de práticas reproduzidas pela ordem alimentar dominante e em favor do capital. No cenário da dominação de impérios e ordens alimentares, estão inseridas coexistindo e/ou conflitando, outras lógicas alimentares de produção e convivência com o mundo social e natural, como os agricultores familiares, e as comunidades tradicionais. Para Ploeg (2008) são fundamentais os sistemas alimentares de produção e consumo alternativos ao modelo atual, nesta lógica, se encontra as práticas ecoagrícolas tradicionais ou práticas agrícolas etnoecológicas tradicionais que, segundo Woortmann (2011) são desenvolvidas por grupos específicos, pautando-se nos processos produtivos e reprodutivos, centradas em grupos que configuram um etno-manejo do ambiente, com características peculiares mais ou menos identificáveis, a depender do processo de adaptação, em contraponto aos novos modelos de produção destinados ao mercado, num cenário de medidas impositivas de produção da agroindústria, que frequentemente impedem que essas práticas tradicionais possam ser inseridas numa geração. A definição de ambiente é entendida da seguinte maneira,

[...] um espaço total composto por espaços específicos articulados entre si pelo grupo que nele e dele vive. [...] Trata-se, pois, não apenas de um ambiente natural dado, mas de um ambiente culturalmente significativo e socialmente utilizado. A noção de ambiente inclui, então, as relações sociais e a cultura que fazem da "população", uma sociedade. Essa noção implica, pois, não uma oposição entre natureza e sociedade, mas a interação entre ambas... Na medida em que esse sistema envolve a interação entre a natureza e grupos sociais, o espaço é socialmente construído. Tal construção implica um processo de apreensão cognitiva do meio ambiente natural e processo de seleção de suas partes, seja no plano prático seja no simbólico (WOORTMANN, p. 31-53, 1992).

Neste modelo, Woortmann (2011) destaca que o processo produtivo é em sua gênese campesino, composto por uma relação de reciprocidade entre homem e natureza, que revelam as “negociações” e “diálogos”, através de uma “humanização” da natureza, ou seja, a ideia de que a natureza possui uma autonomia própria na produção, além da necessidade de descanso e de nutrientes, evidenciando a construção de relações de reciprocidade positiva, em que ambos proporcionam um ao outro o que desejam e precisam. Há também a característica de humanização negativa, quando a natureza revida ao desrespeito e abuso.

Nesta perspectiva, a noção de reciprocidade é entendida a partir das contribuições de Sabourin (2009) sobre as estruturas fundamentadas na reciprocidade, que regulam os sistemas econômicos dos camponeses, criando mecanismos onde permeiam as regras internas. “O princípio econômico de reciprocidade passa justamente pela preocupação com a satisfação das necessidades elementares dos próximos (a família, a comunidade etc.) e, por extensão, dos membros da coletividade humana” (SABOURIN, 2009, p. 267).

Segundo Woortmann (1990) existe uma ética camponesa, que pode ser percebida nas comunidades tradicionais, que é constitutiva de uma ordem moral, no qual este se relaciona com o meio, como por exemplo, com a terra que é uma expressão da moralidade, no contexto de valorações éticas e não puramente um fator de produção, mercadoria ou um objeto de trabalho. Estes valores éticos traduzem a campesinidade em graus distintos, que não é uma prisão cultural, emerge em relações sociais historicamente constituídas, onde a tradição não impede a modernização. A ideia de que “com parente não se neguceia”, pauta na lógica de vida em que o espaço camponês constitui um espaço moral, onde não se assalaria ou aluga a família ou um parente, ao contrário, ocorrem trocas e ajudas entre iguais, mesmo o vizinho é considerado um parente em potencial. A comida, a

terra e o trabalho, são interconectados em categorias nucleantes de significados, que perpassa as dimensões da autonomia do processo de trabalho e do saber.

No campo da reciprocidade, o valor de uso da comida, diferente da dinâmica agroalimentar global dominante, envolve outras características como a linguagem que fala da família, do trabalho, da honra. Neste sentido, honra, reciprocidade e hierarquia, também são conceitos teóricos que se interpenetram na constituição da ordem moral da campesinidade, e neste trabalho também se associa a lógica imbuída nos modos de vida, e nos saberes alimentares das comunidades tradicionais. Deste modo, o conceito de família percorre outras definições, como o significado da terra e do trabalho, que constitui o espaço da família. “Paga-se com comida o trabalho que irá gerar a comida para pagar o trabalho”. (WOORTMANN, 1990, p. 35).

As práticas tradicionais, que neste trabalho aproximamos com a lógica dos vazanteiros, revelam um vasto conhecimento e um domínio cognitivo detalhado dos elementos que compõe o processo produtivo, tais como, os tipos específicos de solos, o regime de chuvas, ventos, características específicas de cada variedade das plantas utilizadas, a relação entre as mesmas em seus processos de florescimento e produção, etc., que constituem o conjunto de saberes, onde a prática se ajusta ao meio. Estas práticas ecológicas tradicionais são o resultado do manejo dos recursos disponíveis, desenvolvidos no interior de grupos tradicionais, que as mantêm no plano da memória dos idosos, ou seletivamente adaptadas no decorrer do tempo. Conforme ideias apresentadas por Woortmann (2011) há um cenário que ignora os processos adaptativos, expressos em práticas ecologicamente positivas dos grupos camponeses tradicionais, e de sua cosmovisão camponesa, como se a consciência ecológica fosse ausente, sendo supostamente introduzida no Brasil, através do esforço de incorporação do ideário norte-americano ou europeu (WOORTMANN, 2011).

Esta lógica arraigada desde os processos de colonização embasou a expansão e reprodução dos modelos de unidades de conservação e proteção integral estrangeiros para outros países, onde as áreas de preservação permanente são fundamentadas e consolidadas à luz da natureza intocada (DIEGUES, 2001). Por um lado, trata-se de países centrais na economia, que provocaram e provocam profundos impactos ao meio ambiente, mas que transferem a responsabilidade ambiental por meio da desterritorialização, justamente das comunidades que ao

longo dos anos exerceu o papel social de guardiões da biodiversidade. Neste contexto, se desdobram os conflitos pelo acesso aos bens públicos, que como afirma Salcido (2013) são causados pela assimetria na distribuição de poder e acesso aos recursos comuns, como água, num cenário de existência de subsistemas agroalimentares, inseridos num sistema agroalimentar global.

O baixo custo dos alimentos se estabelece como principal forma de domínio e geração de dependência. Ao tratar sobre o regime alimentar corporativo McMichael (2016) enfatiza as relações que colocam os mercados acima do estado, que atuam a serviço destes, possibilitando um regime alimentar privado, constituído por corporações que dominam as exportações e as políticas agroalimentares, em confronto com os agricultores, num processo de espoliação rural e agudez da fome, desconsiderando a ecologia, o camponês e o alimento, haja vista que ocorre a financeirização das operações alimentícias, ou seja, o alimento se converte em uma mera mercadoria, em favor da acumulação do capital corporativo, impulsionando a transformação das dietas e a dependência alimentar.

Estas situações podem ser evidenciadas nas comunidades vazanteiras, como Quilombo da Lapinha, Pau Preto e Pau de Léguas, que vem desenvolvendo estratégias de resistência política, em defesa dos seus territórios e também dos seus modos de vida frente à criminalização de suas práticas tradicionais, pela ótica das leis que regulamentam os parques estaduais em compensação aos impactos de projetos de desenvolvimento; pelas limitações territoriais que impedem de desenvolver suas práticas produtivas; e também pela dinâmica de globalização que impulsiona uma nova ordem alimentar, completamente diferente de sua identidade étnica cultural.

As estruturas sociais e políticas do Brasil se mostram reflexo do processo de dominação, se constituindo uma cultura de colonização, que na prática tem influência nas relações e conceituações da percepção sobre o mundo, hierarquizando inclusive das formas de conhecimento. De acordo com Ribeiro (1978, p. 67), pensando na formação dos países latinoamericanos, “jamais se deu na América Latina uma verdadeira ruptura com a dependência”, numa perspectiva mais geral, “as deformações sociais oriundas do período colonial somaram-se novos fatores traumatizantes acarretados pela modernização reflexa dos setores produtivos”, o que segundo o autor implica numa “nova incorporação histórica realizada através da industrialização recolonizadora”. Uma vez que suas bases

foram fundamentadas nos modelos colonialistas, o Brasil assim como outros países colonizados, acomoda em seu interior povos que cotidianamente lutam e resistem contra os modelos de dominação, ainda que a ruptura desse modelo de sociedade seja algo difícil. É possível considerar, como enfatizado por Corbister (1967, p. 3) que “a descolonização é um processo lento, difícil e doloroso, comparável à convalescença de uma longa e grave enfermidade”, por meio da analogia ressaltando o longo período de colonização vivenciado por vários países, com consequências e cicatrizes históricas que não podem ser apagadas de imediato, é preciso tempo.

A desigualdade social é um retrato não natural, mas comum nos países colonizados, mesmo após o processo de modernização de seus modos de produção e a sua inserção no mercado internacional, pois a posição ocupada por estes países nas relações econômicas e políticas são de subserviência. A teoria da dependência ressalta essa relação desigual no campo econômico, destacando o ciclo vicioso entre países ricos e pobres, numa lógica de reprodução de dominação e hierarquização de países por meio de seus modelos de produção, considerando os países periféricos como fornecedores de mão de obra barata para empresas multinacionais, o que remete a Divisão Internacional do Trabalho (DIT), ao mesmo tempo em que não deixam fornecer matéria prima. Furtado (1992) faz críticas as justificativas de bem estar social possibilitado pelo desenvolvimento industrial, pois com base na realidade de alguns países, como exemplo a do Brasil, os benefícios do desenvolvimento permanecem concentrados nas mãos de uma pequena parcela da sociedade, enquanto o restante da população vivencia um quadro de desigualdade e pobreza, sem acesso a qualquer benefício. O acesso em si, segundo o autor não se encontra bloqueado, mas a condição para habilitação a esse acesso.

Outros problemas relacionados à pobreza e desigualdade são apontados por Furtado (1992), como acesso à moradia e a terra, pois a presença de terras concentradas reforça as estruturas de uma sociedade autoritária e desigual, refletindo a manutenção de duas figuras opostas e dependentes entre si, pois segundo Memmi (1967, p. 59) “a situação colonial fabrica colonialista, como fabrica colonizados”, ou seja, são duas categorias interdependentes e contraditórias. Na construção dessa relação de poder, formas de hierarquias são construídas, e a partir da visão do colonialista o colonizado se encontra em condição inferior, pois o racismo é uma prática que sustenta o sistema colonial, inferiorizando tanto o

colonizado quanto suas práticas e vivências. A presença do racismo em nossa sociedade se constitui como resquício do modelo colonial, fazendo parte da nova estrutura de dominação construída por meio dos processos de modernização. Ao construir um imaginário de inferioridade de determinados grupos, o racismo também reafirma a superioridade de outros, hierarquizando grupos, países e modos de vida, sendo incorporado pelas narrativas históricas.

Deste modo, nesse contexto de pluralidade de ordens alimentares, existe um império alimentar global e dominante, que exerce nesse sistema de forças o domínio geopolítico, impondo novas ordens alimentares pautadas nas novas biotecnologias, como afirma Wilkinson (2002) que colocam em cheque o recurso a conhecimentos e práticas tradicionais, de modo que as comunidades tradicionais se colocam como encurraladas ou restringidas em seus territórios e territorialidades. Muitas das vezes sendo absorvidas por essa dinâmica dos impérios alimentares, seja para composição da mão de obra quando a desterritorialização os impede de desenvolver sua produção tradicional e autônoma, seja com as rupturas impostas causadas diretamente aos seus modos de vida, forçando uma nova dinâmica onde os saberes alimentares tradicionais vão arbitrariamente sendo “readaptados”¹¹ frente à imposição alimentar de uma ordem imperialista global.

Os processos de resistências são construções coletivas e cotidianas, que provocam rupturas nos modelos de dominação colonialista. Por meio das diferentes formas e mecanismos de imposições estruturais, os grupos dominantes oprimem parcela da população, como exemplo as comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas, vazanteiros e outros povos também presentes no Norte de Minas Gerais, que historicamente sofrem com a implementação de programas desenvolvimentistas. A lógica econômica como justificativa para a elaboração de projetos se torna uma problemática, pois se sobrepõe aos demais campos importantes que são desconsiderados ao longo do planejamento, implicando na emergência de conflitos possibilitado pelo encontro das diferentes lógicas e percepções acerca do mundo.

A opressão de comunidades e grupos se estrutura desde o processo de colonização, que segundo Prado e Pellegrino (2018, p. 18) pode ser analisado a partir de 1492 “quando os espanhóis iniciaram a conquista das Américas”, podendo

¹¹ A readaptação aqui mencionada não ocorre de forma harmônica, ela se dá com processos de resistência, mas mediante a falta de alternativas mais viáveis e próximas a sua originalidade.

ser entendido de forma crítica essa ideia de conquista, considerando a existência de diferentes povos ao longo de todo o continente. Segundo os autores é fundamental entender que esses povos mantinham sua organização social, cultural, política, de produção e comunicação, que os colonizadores julgaram como inferior.

[...] havia grupos indígenas nômades ou seminômades vivendo da caça e da coleta; havia populações sedentarizadas que aprenderam a dominar a natureza, cultivando a terra, sofisticando a cultura material e construindo imponentes cidades, com uma complexa estrutura social e política. Conformavam grandes grupos etnolinguísticos, que por sua vez se subdividiam em uma extraordinária multiplicidade de línguas. (PRADO; PELLEGRINO, 2018, p. 18).

A lógica que incide arraigada desde o processo de colonização e que reflete os projetos de dominação imperialistas desconsidera a diversidade cultural e a pluralidade de povos tradicionais, de sua organização social e política, e de sua autonomia imbuída nos seus modos de vida, sobretudo, nas práticas alimentares e nas atividades agrícolas. Desta maneira este modelo reproduz desigualdades sociais, vulnerabilidades, exploração do trabalho, criminalização socioambiental, e processos de violência física, material e simbólica.

A relação existente entre colonização e pobreza é explicada por Ribeiro (1978, p. 22) pela seguinte perspectiva, “não por acaso aquelas colônias ‘pobres’, mas capacitadas a se estruturarem desde a primeira célula como um povo para si, cresceram em enorme potencialidade de autodesenvolvimento”, mas de forma bem contraditória, podemos perceber que “as colônias ‘prósperas’ vieram a ser, em nossos dias, precisamente as áreas mais atrasadas e misérrimas”. Essa relação não é uma simples coincidência, mas representa causa e efeito. A exploração intensa de determinados países, fazendo deles colônias prósperas, obviamente os empobreceram, ao passo que dificultou o seu autodesenvolvimento. Ainda para o autor, é possível pensar em um “paradoxo que converte as áreas mais ricas nas mais pobres e que condiciona os povos mais miseráveis a custear a prosperidade dos mais abastados”. O que é destacado pelo autor é que o modelo econômico de desenvolvimento construído pelos países colonizados, ainda se fundamenta em uma dinâmica de dependência aos países centrais e donos do capital.

Essa mesma realidade ainda ocorre apesar da reconfiguração do sistema mundo, e embora os modos de produção tenham se modificado e os países deixado a condição de colônia de algum país europeu, essa relação colonialista ainda se

reproduz. Ribeiro (1978, p. 22) destaca ainda que “ao longo de séculos, essa superexploração foi justificada como uma ação civilizadora que o europeu de ontem e o norte-americano de hoje vêm empreendendo para salvar”. Um ponto importante a ser destacado é que “só recentemente surge nos povos subdesenvolvidos uma consciência crítica que os capacita a perceber a mistificação que se esconde atrás desta ideologia”, permitindo processos de resistência e luta contra modelos opressores. No entanto, o autor ressalta que “essa percepção ainda não é generalizada mesmo porque as classes dominantes dos países dependentes continuam repetindo o velho discurso”. A constituição de elites nacionais que reproduzem as narrativas de dominação, no caso brasileiro, se torna um entrave para a ruptura com os modelos de dominação colonial.

Não é coincidência que os países latinoamericanos colonizados são entendidos como subdesenvolvimento pelo novo modelo econômico, pois apesar da modificação do sistema, as posições ocupadas pelos países periféricos e centrais são reproduzidas. O ponto central da crítica ao discurso desenvolvimentista é que o desenvolvimento é contraditório, pois diferente do progresso econômico que sustenta essa ideia, na prática o desenvolvimento cria o subdesenvolvimento, estando interligados, segundo perspectivas de Furtado (1992) e Ribeiro (1978), se constituindo duas vertentes de um mesmo processo. Assim, Ribeiro (1978, p. 30) destaca o caráter de “industrialização recolonizadora”, que reproduz mesmos princípios dos modelos antigos, mas com novas estruturas entendidas como modernas. Nesse sentido, Ribeiro (1978, p. 20) ressalta que o “desenvolvimento e subdesenvolvimento resultam, assim, dos mesmos processos históricos, não como etapas sequenciais de uma linha evolutiva, mas como configurações coetâneas das mesmas etapas evolutivas”, podendo concluir assim, que se trata de efeitos interligados gerados pelo processo de modernização e industrialização dos modos de produção.

3.4 IDENTIDADE, TERRITORIALIDADE E CULTURA NA REPRESENTAÇÃO DOS ALIMENTOS: SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR EM TEMPOS DE TRANSIÇÃO E CRISES

Os aspectos centrais do debate sobre desenvolvimento, sendo destacadas as críticas acerca dos modelos econômicos, são elementos essenciais para

problematizarmos a relação de dominação estabelecida entre grandes projetos desenvolvimentistas, e os povos no Norte de Minas Gerais, de modo a entender mais a frente como os impérios alimentares atuam nos modos tradicionais de vida das comunidades, comprometendo aspectos da sua territorialidade, cultura e identidade. Esse contraste entre as formas de percepção sobre os modos de vida exemplifica de forma clara a divisão e hierarquização do mundo, por meio de narrativas eurocêntricas de reafirmação de dominação. Para Dussel (2005, p. 67) é possível pensar em dois paradigmas que se estabelecem de modo contraditório, “modernidade eurocêntrica” e “modernidade subsumida”, que de modo geral reforça a separação de grupos, onde o “nós” representa os povos europeus, uma vez que são modelos criados a partir de suas visões, e os “outros”, aqueles não europeus, o restante do mundo, entendidos como “povos do mundo periférico”.

As abordagens sobre a alimentação possibilitam explicações sociológicas plausíveis, para compreender as singularidades culturais que permeiam as relações sociais, organização e estrutura de determinados grupos sociais. A antropologia também tem se interessado cada vez mais por estas abordagens, pelas teias de significados que envolvem a comida, uma vez que revelam aspectos relacionados às culturas e identidades de distintos grupos (MINTZ, 2001). De acordo com Méndez e Benito (2005, p. 23) os sociólogos não haviam até então considerado a comida e os comportamentos associados a ela, como temas de estudos relevantes. No entanto, “las prácticas alimentarias no sólo son comportamientos o hábitos, sino también, y sobre todo, prácticas sociales con una clara dimensión imaginaria, simbólica y social”.

O estudo da prática de comer é apontado por Giard (2002, p. 212) como importante pelo “papel central na vida cotidiana da maioria das pessoas, independente de sua situação social, e de sua relação com a ‘cultura erudita’ ou com a indústria de massa” possibilita criar, inventar, manusear, e acolher pessoas. Suas especificidades e particulares marcam aquilo, que também as diferenciam culturalmente, constituindo em uma importante referência no espaço e tempo.

O alimento expressa a integração social e o pertencimento ao grupo, Garine (1987) destaca que a alimentação representa as diversidades e adversidades, são formas de resistências de grupos sociais, ao longo dos processos históricos. Assim, cada sociedade define de sua maneira o que entende como comida. Segundo Da Matta (1987) o ato de comer cristaliza estados emocionais e identidades sociais,

tendo em vista que são carregados de símbolos, que definem identidades e constitui atos de sociabilidade. Existem aspectos morais e simbólicos na comida, que apresenta grande importância social, uma força social que exige plena harmonia, entre o sistema de pessoas, emoções, ambientes e modos de preparo.

A comida apresenta uma dimensão comunicativa que possibilita a reprodução de histórias e memórias de toda uma coletividade, pois conta a história de povos e grupos, sendo uma voz que se comunica ao longo de vários processos. Conforme Amon e Menasche (2008) expressa emoções, sentimentos, significados e identidade coletiva. Neste sentido, Mintz (2001) destaca que as formas de resistência de povos e culturas, também são expressas na alimentação. A cultura em que cada indivíduo se insere é revelada por um comportamento relativo à comida, composta de características como a cooperação, compartilhamento, reciprocidade e restrições, que perpassam a socialização de muitas gerações.

Neste trabalho, buscou-se refletir sobre a dimensão comunicativa da alimentação e os sentidos produzidos no contexto das comunidades tradicionais vazanteiras, buscando entender suas estruturas sociais, memórias e transformações que traduz a identidade dos grupos sociais. Cada cultura possui sua forma de organização, divisão do trabalho, regras, normas, crenças e rituais, inclusive nas formas de preparo e produção do alimento, que além de vital está relacionado a formas de aprendizagem social, emoções, memórias e pertencimento, que acompanham os indivíduos desde a sua socialização. Para além da necessidade biológica, a alimentação envolve o fator cultural. Por meio de sua racionalidade e capacidade criativa, o ser humano é capaz de fazer suas opções de seleções.

Ao comer o homem se exterioriza, exerce de certo modo sua posição numa sociedade particular [...] A perpetuação do estilo alimentar original na vida cotidiana ou no calendário das festividades é uma prova de autenticidade e de coesão social e uma defesa contra as agressões externas, inclusive no caso de emigração. (GARINE, 1987, p. 2-3).

A capacidade criativa e de racionalidade em fazer escolhas e seleções dos alimentos, difere o ser humano dos demais seres vivos. Deste modo, a comida enquanto alimento vital acompanha as transformações históricas e sociais de diferentes grupos humanos, tendo um papel fundamental na construção de identidades locais, regionais e nacionais. O alimento exerce uma comunicação,

traduzindo histórias de um povo, de uma cultura, da construção de processos sociais, que envolvem sujeitos e suas resistências ao longo do tempo.

A questão da produção agroalimentar envolve aspectos socioeconômicos, culturais, espaciais e ambientais, envolvidos na produção dos alimentos, para além da mera disponibilidade física de bens. Sendo assim, a reprodução das famílias rurais em condições dignas depende da viabilização das atividades de produção agroalimentar, tanto como fonte direta de renda monetária, como de alimentos para o autoconsumo (MALUF, 2004).

O conceito de segurança alimentar surge a partir da II Guerra Mundial, juntamente com a emergência da visão dualista desenvolvimento/subdesenvolvimento, ou seja, no processo de reforço do capitalismo, quando mais da metade da Europa não possuía condições de produzir o seu próprio alimento.

Têm presente três critérios fundamentais: quantidade, qualidade e regularidade no acesso aos alimentos (BELIK, 2003). A segurança alimentar, de acordo com Maluf, Menezes e Valente (1996) apareceu pela primeira vez numa proposta de política de abastecimento alimentar no Brasil em 1986, limitada a avaliar o controle do estado nutricional dos indivíduos, sobretudo, a desnutrição infantil, sob a égide da Vigilância Alimentar e Nutricional. A proposta da Política Nacional de Segurança Alimentar foi divulgada em 1991, elaborada pelo “Governo Paralelo”, aceita pelo Governo Itamar Franco em 1993, como uma das fundamentações para a instalação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), que foi criado em abril de 1993, como órgão de aconselhamento da Presidência da República, contribuindo para a introdução da questão agroalimentar e da fome como temas prioritários na agenda política nacional.

Para Braga (2004) a década de 1990 marca o crescimento da valorização do respeito à cultura alimentar, com a construção da noção da segurança alimentar e nutricional (SAN). O combate à fome assume centralidade nas questões políticas do Brasil, com o governo Lula em 2003 dando visibilidade a SAN, norteando as políticas públicas voltadas para a erradicação da fome. O conceito exprime a compreensão da alimentação enquanto um direito humano, que deve ser garantido pelo Estado. Neste processo, a definição vem somando outros aspectos debatidos pelos militantes na área, como as temáticas de soberania alimentar, a defesa da

sustentabilidade do sistema agroalimentar, baseado no uso de tecnologias ecologicamente sustentáveis, e na questão da preservação da cultura alimentar.

Ainda que o direito a alimentação seja entendido como direito humano, muitas pessoas ainda vivem situação de insegurança alimentar. De acordo com Hirai e Anjos (2007) a Política de Segurança Alimentar adquiriu ampla visibilidade no Brasil, apenas nos 1990, incorporando outros aspectos relativos aos acessos aos alimentos, carências nutricionais, qualidade dos alimentos, para além do suprimento das necessidades básicas, mas ainda distante do conceito de Segurança Alimentar definido em 1986, pelo Banco Mundial, que almeja “o acesso por parte de todos, durante todo o tempo, em quantidade suficiente de alimentos para viver uma vida ativa e saudável” (HIRAI; ANJOS, 2007, p. 339).

O conceito de segurança alimentar e nutricional, preocupa-se com o respeito à cultura alimentar de cada povo, repudiando as imposições alimentares estranhas às suas características e tradições, como discutidas neste trabalho, a respeito dos processos de resistências das comunidades tradicionais, e dos seus saberes alimentares frente à dinâmica agroalimentar global. No entanto, percebe-se a desestruturação dos sistemas locais de produção, impactando diretamente na distribuição e consumo de alimentos, estes processos afetam a diversidade alimentar e o direito de cada pessoa ou grupo, de exercer a livre escolha sobre o que consumir e sua soberania alimentar. No contexto de ameaças às suas práticas alimentares pelos efeitos da globalização, os grupos reivindicam a inserção das questões voltadas para a autonomia e soberania sobre o que produzir e comer (BRAGA, 2004).

Buscando uma definição para o termo soberania alimentar, centenas de instituições e organizações mundiais, através da Cúpula Mundial da Alimentação definiram da seguinte forma:

Soberania alimentar é o direito dos indivíduos, das comunidades, dos povos e dos países de definir as políticas próprias da agricultura, do trabalho, da pesca, do alimento e da terra. São políticas públicas ecológicas, sociais, econômicas e culturais, adaptadas ao contexto único de cada país. Inclui o direito real ao alimento e à produção do alimento, o que significa que todo mundo tem o direito ao alimento seguro, nutritivo e adaptado à sua cultura e aos recursos para produção de comida; à possibilidade de sustentar-se e sustentar as suas sociedades. (VANKRUNKELSVEN, 2006, p. 1).

Esse conceito considera a necessidade de preservação da cultura e dos hábitos alimentares, além da garantia da autonomia alimentar, reconhecendo as particularidades dos diferentes povos, culturas, modos de produção e hábitos alimentares, em prol de sua soberania alimentar. O debate sobre a Soberania e segurança alimentar destaca as possibilidades dos indivíduos poderem escolher o seu alimento de forma segura, reconhecendo ainda, a alimentação como expressão de cultura, memória e identidade de um povo, em consonância com a ideia defendida por Maluf, Menezes e Valente (1996) de que alimentação constitui-se no próprio direito à vida, não devendo ser negada, independente de fatores econômicos ou políticos, tendo em vista que a negação dos fatores ligados a alimentação, corresponde à negação da vida. Sendo assim, Santos; Tonezer e Rambo (2009) citam a declaração da via campezina no Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, realizado no ano de 2001, em Havana – Cuba.

A soberania alimentar é o direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando as próprias culturas e a diversidade de modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, [...] A soberania alimentar favorece a soberania econômica, política e cultural dos povos. Defender a soberania alimentar é reconhecer uma agricultura com camponeses, indígenas e comunidades pesqueiras, vinculadas ao território; prioritariamente orientada a satisfação das necessidades dos mercados locais e nacionais. (VIA CAMPESINA, 2001).

O conceito acionado pela via campezina reivindica o reconhecimento e direito da pluralidade dos diversos grupos sociais, nesse processo. McMichael (2016) destaca que nas reivindicações da via campezina, se insere a politização da soberania alimentar, a necessidade dos debates a respeito da insegurança alimentar, o direito aos alimentos em consonância com as características do território e a participação dos movimentos de agricultores na definição de políticas agrícolas e alimentares.

A dominação capitalista dos fatores de produção e os efeitos do pacote tecnológico da modernização agrícola interferem no padrão de produção e consumo, reduzindo a biodiversidade agrícola e alimentar. Deste modo, torna-se difícil pensar em soberania alimentar, diante do contexto de transformações contínuas de produtos agrícolas em commodities, que influem no abastecimento alimentar das

populações, na diversidade alimentar dos povos e na preservação da biodiversidade (SANTOS; TONEZER; RAMBO, 2009).

Deste modo, o advento do capitalismo e o contexto da globalização afetaram a segurança alimentar das populações, uma vez que os alimentos se transformaram em mercadorias, neste processo de desterritorialização, torna-se de suma importância a valoração do local, da qualidade dos alimentos e da relação do meio urbano com o meio rural (TRICHES; SCHNEIDER, 2015).

Neste sentido, a chamada “Revolução Verde” criou um rastro de destruição ambiental, deterioração da qualidade dos alimentos e exclusão de parcelas significativas da população rural, em consonância com um modelo de desenvolvimento agrícola, que consolidou um dos mais altos índices de concentração do uso da terra e abandono do campo, pela falta de ações voltadas a pequena produção, como afirma Maluf; Menezes; Valente (1996) desencadeando a concentração de renda e riqueza, exclusão social, desigualdade e pobreza. Para Hirai e Anjos (2007) apesar da modernização e inserção de tecnologias pelo mundo, ainda não se atingiu o desaparecimento da fome e desnutrição. Percebe-se a marginalização econômica de certas populações e a desestruturação dos sistemas produtivos locais, como dos agricultores, pescadores, povos das florestas, populações indígenas e suas comunidades em consonância com os dados do Programa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD (2004) que destaca a prevalência de insegurança alimentar grave ou moderada no meio rural, em condições de restrições alimentares e com experiência de fome.

Neste processo é inegável que ocorre à separação da vida social da natureza, do campo e a cidade, e a subordinação da agricultura ao capital que provocam sérios impactos. Além disso, as condições desiguais de produção e concorrência influenciam na produção de alimentos pelos camponeses e outras lógicas, diante da agricultura industrial. Deste modo, as alternativas perpassam a agricultura de base agroecológica e a busca pela soberania alimentar que proporciona processos sustentáveis (MCMICHAEL, 2016). Sendo assim, é necessário refletir sobre o contexto marcado pelas relações de desigualdades no âmbito dos modelos de desenvolvimento, através da inserção de intervenções que intensificaram processos de exclusão de grupos locais, resultando em políticas públicas que desconsideram as especificidades regionais. Estas questões resultam em conflitos por acesso a terra, em virtude da concentração fundiária e dos meios de produção, dominados por

ordens alimentares hegemônicas que constitui os impérios agroalimentares, causando rupturas agressivas a soberania e a segurança alimentar e nutricional das comunidades tradicionais, o que faz urgente o fortalecimento da questão agroalimentar e do reconhecimento dos saberes alimentares e tradicionais na agenda política nacional.

Seguindo esta linha interpretativa, o Capítulo II deste trabalho busca contextualizar e entender como esta realidade influenciou o processo de emergência de conflitos socioambientais e políticos no Norte de Minas Gerais, através das políticas autoritárias de desenvolvimento econômico, onde a participação popular nos processos decisórios foi desconsiderada, ao passo que estes são os que mais vêm sofrendo os impactos, sobretudo com o formato expansivo da pecuária, e da operacionalização das indústrias agroalimentares, seus impactos e compensações ambientais.

4 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E OS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO: IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NO NORTE DE MINAS GERAIS

Figura 2 – Margens do Rio São Francisco.



Fonte: Trabalho de campo (2019).

O processo de modernização no campo agravou as condições socioeconômicas das comunidades locais, interferindo na sustentabilidade das suas práticas, diante de um processo de desenvolvimento compreendido como excludente e agressivo ao meio ambiente. A substituição da mão-de-obra dos trabalhadores por inovações tecnológicas e a utilização de novas técnicas no meio rural sinaliza um grande cenário de conflito em torno dos diferentes modos de apropriação e gestão dos recursos naturais.

Neste processo, de acordo com Feitosa e Barbosa (2005) um novo quadro socioeconômico e ambiental surge para os agricultores, provocando o deslocamento em busca de trabalho, sob condições sub-humanas de utilização de mão de obra, uso intensivo de agroquímicos, e a destruição das matas ciliares ao longo dos rios e nascentes, gerando a contaminação e escassez dos recursos hídricos.

Haja vista que se expandem as técnicas de produção voltadas a uma agricultura empresarial, diferenciadas em sua natureza econômica e valorativa, além de serem causadoras de impactos ao meio ambiente e aos valores humanos nas relações de trabalho. Deste modo, este processo modificou a organização produtiva e reprodutiva da unidade familiar, impactando na sustentabilidade dos recursos naturais e na preservação da biodiversidade e dos ecossistemas. Neste aspecto, a modernização das atividades econômicas e produtivas associada à lógica econômica capitalista é entendida como uma ameaça à estruturação social e econômica das comunidades locais, interferindo em suas formas de organização dos processos produtivos.

É neste contexto que Gonçalves (2000) relata que houve uma profunda revolução na estrutura de relações socioecológicas do Norte de Minas Gerais, com mudanças significativas no próprio perfil demográfico de repartição da população rural-urbana, emergindo movimentos em favor dos direitos e cidadania, cujo se destaca a atuação das Comunidades Eclesias de Base (CEBs), as diversas Pastorais, como a Pastoral da Terra (CPT) e também Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR).

Percebe-se um cenário de conflito, disputa e expropriação, onde as comunidades locais e suas formas de (re)produção são encurralados pelos impactos da modernização da agricultura, e pela execução dos projetos desenvolvimentistas. Estes trabalhadores eram vistos como mão de obra a ser explorada, ao mesmo tempo também eram tratados como obstáculos a serem eliminados do caminho, por representarem um “entrave para o desenvolvimento”, como afirma Silva (2000).

Os sertanejos e suas formas de relação com o ambiente, sua culinária e sua sociabilidade assim como os cerrados, a caatinga, as matas secas, as veredas, os córregos e rios [...] se tornam aí ou impedimentos a serem removidos do caminho inexorável do desenvolvimento ou matérias-primas a serem utilizadas (de forma insustentável) no processo de acumulação do capital. (SILVA, 2000, p. 299).

Ambas as opções anteriormente mencionadas estão relacionadas com o novo quadro socioeconômico e ambiental que surgia para a região, mediante os efeitos dos projetos desenvolvimentistas do Estado. Neste sentido, as comunidades vazanteiras interlocutoras deste trabalho, possuem relação de identificação e convivência com o Rio São Francisco, que constitui seus territórios e territorialidades

associadas a uma dinâmica de vida tradicional. Os projetos de desenvolvimento econômico, referidos também como projetos desenvolvimentistas, sobretudo, com a criação do Projeto de Fruticultura irrigada do Jaíba, e as medidas compensatórias através da institucionalização de áreas de proteção integral, são elementos centrais para entender os processos de conflitos que fazem parte das lutas e resistências dessas comunidades.

As comunidades de Pau Preto e Quilombo da Lapinha estão localizadas no município de Matias Cardoso, cujos Parques Estaduais “Verde Grande” e “Lagoa do Cajueiro” criados em 1998 estão sobrepostos aos seus territórios. A comunidade de Pau de Léguas, pertence ao município de Manga, Minas Gerais, tem seu território sobreposto pelo Parque Estadual “Mata Seca”, criado em 2000.

Segundo a pesquisa de campo realizada entre os anos de 2017 a 2021, bem como identificado também por Anaya (2012) algumas fazendas foram adquiridas para a constituição dos parques, como Mata Seca: Fazenda da Ressaca, Lagoa da Prata, Maracaiá e Lagoa Encantada; Lagoa do Cajueiro: Casa Grande, de propriedade do grupo Ometto; Verde Grande: Catelda, de propriedade dos Diários Associados. Atualmente, essas fazendas são utilizadas pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF), como sedes destes parques, atuando como um órgão fiscalizador, que marca o processo de disputas territoriais.

Para compreensão da problemática que envolve os vazanteiros, seus modos de vida, processos de desterritorialização, e conflitos socioambientais em meio aos impactos das dinâmicas agroalimentares globais e seus projetos de desenvolvimento econômico, faz-se necessário apresentar a contextualização do campo de pesquisa e da região em questão.

Deste modo, o presente capítulo tem como título “A modernização da agricultura e os projetos de desenvolvimento: impactos socioambientais no Norte de Minas Gerais”, abordando os seguintes aspectos: i) contextualização do campo de pesquisa, localizando a região e os processos históricos identificados como relevantes para compreensão do cenário; ii) a dinâmica de modernização da agricultura e a expansão de fronteiras agrícolas, identificando os impactos socioambientais; iii) os conflitos territoriais e as antigas fazendas, que através da pecuária extensiva foi um dos pilares centrais, que marcou a modernização da agricultura na região; iv) os projetos de desenvolvimento, onde a implementação e expansão do Projeto de Fruticultura Irrigada Jaíba emerge como um desencadeador

de conflitos e expropriações territoriais; v) os condicionantes ambientais e conflitos frente à criação dos Parques Estaduais Verde Grande, Lagoa do Cajueiro e Mata Seca, que refletem o cenário das unidades de conservação sobrepostas a territórios tradicionais; vii) e os impactos da exploração dos recursos hídricos da Usina Hidrelétrica de Três Marias/MG, que a partir da pesquisa de campo, surge como um possível agravante para as comunidades locais, em termos de impactos socioambientais para o Rio São Francisco e também para as comunidades tradicionais, que tem neste rio, a constituição de suas identidades e territorialidades.

Percebe-se que os processos de conflito e resistências são marcados pela desterritorialização realizada pelas grandes fazendas destinadas a pecuária extensiva, sendo posteriormente intensificadas pela criação do Projeto Jaíba, que ocupou um território significativo para a construção de toda sua infraestrutura correspondente a quatro etapas de implantação. A desterritorialização torna-se ainda maior com a criação de unidades de conservação de proteção integral como medidas compensatórias aos impactos deste projeto, sobrepostos aos territórios tradicionais. O desdobramento deste cenário resulta ainda em conflitos com o órgão fiscalizador, o Instituto Estadual de Florestas (IEF), que criminaliza os modos de vida dessas comunidades tradicionais, incorrendo em restrições territoriais e desorganização de suas atividades produtivas. Nesta lógica, a Usina Hidrelétrica de Três Marias também apareceu na pesquisa de campo, como um dos elementos dos projetos de desenvolvimento econômico da região, que impactaram diretamente e indiretamente na dinâmica de rupturas e reinvenção dos seus sistemas agroalimentares.

Este Capítulo pretende entender em que medida esses processos juntamente com as políticas públicas de incentivo a modernização da agricultura, e os projetos desenvolvimentistas, impactaram estruturalmente e socialmente nos modos de vida das comunidades tradicionais, sobretudo, no que se refere às dinâmicas agroalimentares tradicionais frente ao contexto global de impérios agroalimentares.

4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA

O sertão Norte Mineiro, como é descrito por muitos autores regionais, foi tratado como culturalmente fora dos centros dinâmicos do mundo moderno, segundo Costa (2011), como “terras de ninguém” ou “terras que ninguém queria”, por outro

lado, o termo foi ressignificado regionalmente, sendo apropriado para representar o espaço territorial de construção de liberdade, lutas, resistência, autonomia e afirmação. Sua população local foi caracterizada “como ‘pequenos produtores’, ‘sitiantes’, ‘posseiros’, ‘agregados’ e ‘agricultores familiares’” (COSTA, 2011, p. 54-55).

A princípio, o termo sertão foi utilizado pejorativamente para afirmar que a região estava fora dos centros dinâmicos do mundo moderno, espacialmente periférico, como se representasse o “atraso” frente ao “progresso”, assim também era visto o cerrado, em oposição às paisagens florestais. Todo o interior do Brasil foi entendido como um imenso sertão, sendo Minas Gerais, no início da descoberta do ouro, conhecida como o “Sertão de Cataguases” (RIBEIRO, 2000, p. 56-57).

Ribeiro (2005) ressalta que a identificação da região como sertão Norte Mineiro revela a noção de que se tratava de uma extensão negativa do estado, que passou a ser dividido em dois: as “Minas” e os “Gerais”. Neste sentido, a região econômica aurífera do estado era reconhecida pelas “Minas”, povoada e “civilizada” pela relação estabelecida com a metrópole portuguesa. Por outro lado, os “Gerais” era referenciado como sertão, sobretudo rural. Tratados como vazio cultural e demográfico, isolado e limitado, para as atividades relativas ao comércio, reflexo, portanto de um suposto atraso e de pouca civilização.

Durante o processo de colonização, a metrópole portuguesa administrava as minas de ouro, e se interessava pelo controle territorial dos campos gerais, denominação dada pela referência às áreas de uso coletivo, que expressavam a condição de garantia da subsistência, onde o modo de apropriação dos recursos naturais disponíveis era comum. Esta região passou a ser uma importante rota de suprimento, das minas e da fuga de ouro. Segundo Gonçalves (2000, p. 24) “Campos Gerais indicam um modo de uso, um modo de apropriação comum, geral, das terras. Indica que eles não são particulares, privados. São Gerais, são comuns.” Contudo, estas terras públicas das chapadas, pelas mãos do Estado se tornam privadas, através de contratos de concessão de uso, para plantações de eucalipto ou agricultura irrigada.

Após a colonização, o estado de Minas Gerais vivenciou processos de urbanização e deixa de ser reconhecido como Sertão dos Cataguases. Contudo, evidencia-se de um lado a área mineradora até a Comarca de Sabará, e do outro, o então chamado sertão mineiro. A região mineradora era abastecida pelo sertão, por

meio da atividade de pecuária e agricultura desenvolvidas ao redor das fazendas, além da agricultura de auto-abastecimento, que era destinada aos camponeses (FRANÇA; BARBOSA; SOARES, 2006).

Apesar da pecuária extensiva se destacar no Norte de Minas Gerais, constata-se a existência de outros arranjos econômicos, constituídos por pequenos proprietários, posseiros e agregados, que produziam uma agricultura diversificada, extrativista, e de forma coletiva, a partir da criação de gado “na solta”. Neste contexto, prevalecem ainda as relações de interdependência e subordinação aos fazendeiros. De acordo com Mata-Machado (1991) houve uma tentativa da Coroa Portuguesa em provocar o isolamento do Norte de Minas Gerais, devido às tentativas fracassadas de controle desta área, tão vasta e de ocupação difusa. Na região do vale do São Francisco o isolamento se apresentava da seguinte maneira: proibição do comércio; distância dos mercados exportadores; o estabelecimento de contagens (referente à cobrança de impostos sobre mercadorias que seguiam para a zona mineradora) e a concorrência de outras regiões.

Para Silva (2011) uma das explicações do isolamento, era que em termos econômicos a região não era atrativa para o capital, mesmo com a independência do Brasil em 1822, o quadro de isolamento não se alterou. Em relação à povoação inicial do Norte de Minas Gerais, Costa (1997) destaca que as nações indígenas Tapuias e Caiapós foram as primeiras a habitarem a região, desenvolviam atividades de caça, pesca, coleta e cultivo de algumas espécies vegetais.

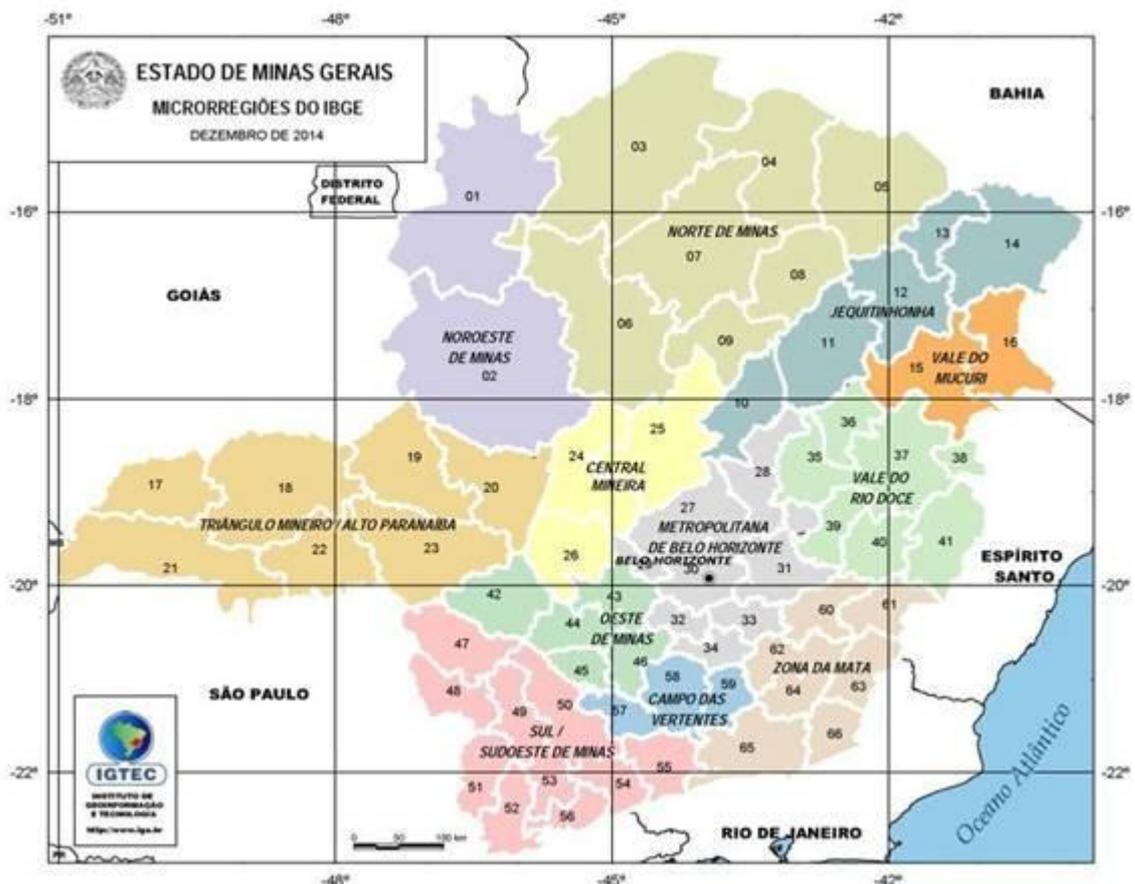
Gonçalves (2000) destaca a mistura entre índios, paulistas, baianos e escravos fugidos das regiões de mineração e/ou regiões de monocultura da cana-de-açúcar, compondo um regime alimentar rico aliado às áreas de brejos/várzeas, encostas, chapadas, cerrados, matas secas e caatingas ensejando seus sistemas agrícolas. As mudanças ocorreram com a chegada dos bandeirantes paulistas a partir do século XVII, provocando mortes, expulsão e escravidão dos grupos sociais nativos, marcando também muitas áreas de povoamento pela região.

Dois grupos importantes se instalaram na região no século XVII, um composto pelos vaqueiros que seguiram o curso do Rio São Francisco desde a Bahia e Pernambuco, e outro pelos bandeirantes paulistas, que se espalharam pela região. Destaca-se algumas atividades produtivas, como a criação de bovinos para tração, produção de carne e couro, e também a criação de equinos, atividades que se

instalaram pelas facilidades de importação do produto pelo Rio São Francisco. (SANTOS; SILVA, 2011).

O Estado de Minas Gerais é dividido em doze mesorregiões e sessenta e seis microrregiões. A mesorregião do Norte de Minas Gerais, que é dividida em sete microrregiões, dentre elas, a microrregião de Januária, no médio São Francisco, será brevemente descrita neste trabalho, por englobar os municípios de Matias Cardoso e Manga, onde estão localizadas as comunidades de Pau Preto, Pau de Léguas e Quilombo da Lapinha. A microrregião de Januária é composta por um total de dezesseis municípios e possui área total de 33.169,626 km², indicada pela área de número 03 na imagem abaixo. De acordo com o IBGE, possui como biomas predominantes, o cerrado e a caatinga.

Figura 3 - Microrregiões do Estado de Minas Gerais



Fonte: IGTEC (2019).

De acordo com as narrativas da história local, no período colonial, em 1553, o governador geral Duarte da Costa mandou uma expedição constatar a existência de

ouro na região de Januária. Até o ano de 1670 vários bandeirantes passaram pela região, tais como Fernão Dias, Castelo Branco e Manuel de Borba Gato. O último bandeirante, Manoel Pires Maciel, teria fundado o povoado de Brejo do Salgado, denominado assim por conta das águas salobras da região, que no decorrer do tempo foi chamado também de Porto do Salgado, em 1811, torna-se distrito, recebendo o nome de Brejo do Amparo em homenagem à Padroeira da região. Em 1833, torna-se vila (IBGE. 2019).

Pela Lei Provincial nº 3194, de 13/09/1884, o município de Brejo do Amparo passou a chamar-se Januária, alguns explicam o seu nome a partir da escrava Januária que fugiu do cativo e se instalou na margem esquerda do Rio São Francisco, segundo essa afirmativa, ela teria fundado na localidade o primeiro comércio entre barqueiros do São Francisco e tropeiros do sertão, através de sua estalagem. Há a crença de que se trata de uma homenagem à Princesa Januária, irmã do Imperador Pedro II. A outra explicação é dada a partir da perspectiva de homenagem ao bandeirante Januário Cardoso de Almeida, que teria tido forte atuação na região. O município tem sua cultura constituída a partir da influência de negros, índios e portugueses, com forte destaque para o artesanato ribeirinho.¹²O município tinha 65.463 habitantes no último censo de 2010, com população estimada para 68.420 em 2016. Isso coloca o município na posição 53, dentre 853 municípios do mesmo estado.

Burton (1977), em sua expedição pelas águas do Rio São Francisco no século XIX descreve a cidade de Januária como:

Localidade mais importante do Alto São Francisco e sua única rival é Juazeiro, que fica a 190 léguas rio abaixo. O local é um chapadão na margem esquerda, distante quatro ou cinco léguas da Serra do Brejo, que se avista no horizonte, estendida para o noroeste e norte. (BURTON, 1977, p. 208).

Os municípios de Manga e Matias Cardoso estão inseridos na microrregião de Januária. A cidade de Manga foi fundada em 7 de setembro de 1923, se desmembrando de Januária. Ocupa uma área de 1.950,184 Km² estando distante 709 Km da capital Belo Horizonte. A cidade faz divisa com os municípios de Matias Cardoso, Montalvânia, Miravânia, São João das Missões, Juvenília e Malhada-BA¹³.

¹² Município de Januária.

¹³ Município de Manga.

Até meados do século XVII era habitada por indígenas, que foram sendo expulsos por meio das bandeiras. O município está situado no semi-árido mineiro, localizado à margem esquerda do Rio São Francisco. Caboclos e escravos formam a população originária, além de pessoas naturais de Pernambuco, que se instalaram na região, por influência de um dos líderes da Guerra dos emboabas, Manuel Nunes Viana.

As narrativas regionais apontam que durante o período de exploração intensiva do ouro em Minas Gerais, o Vale do Alto-Médio São Francisco foi o principal fornecedor de alimentos para aquela região. Em seus arredores tinham muitas pastagens, onde ficavam os gados da raça vacum, criados pelos exploradores e habitantes da região. Por causa desses pastos, o local ficou conhecido como Manga. Esse foi o principal motivo para dar nome à cidade.

O Distrito foi criado com a denominação São Caetano do Japoré em 1891, subordinado ao município de Januária. Elevado à categoria de município com a denominação de Manga, pela Lei Estadual nº 843, de 07 de setembro de 1923, desmembrado de Januária (IBGE, 2019). Conforme o histórico do município, o surgimento da povoação do lugar que viria a ser a cidade de Manga, se deu com a implantação da fazenda de Amador Machado. Dado sua posição privilegiada, logo se formou ali um povoado, como registrou Burton (1977), chamado de Manga do Amador. O município de Manga foi porta de entrada e saída de Minas Gerais para o Nordeste; a ocupação do lugar foi marcada principalmente pela influência de baianos, pernambucanos e cearenses.

Seguindo esta contextualização, a cidade de Matias Cardoso, surgiu inicialmente como distrito do município de Manga, foi emancipado e municipalizado pela lei n. 10.704, de 27 de abril de 1992, se desmembrando de Manga e se instalando em 01 de janeiro de 1993. O município de Matias Cardoso abrange uma área total de 1.946,29 km², está localizado à 289 km do município de Montes Claros e à 712 km da capital do Estado, Belo Horizonte.

Os municípios limítrofes são: Manga, Itacarambi, Jaíba, Gameleiras, São João das Missões, Malhada (BA) e Luiú (BA). Sua população estimada em julho de 2016 era de 10.905 habitantes. O nome do município é uma homenagem ao bandeirante Mathias Cardoso de Almeida. Na cidade está a Matriz de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, apontada como a igreja mais antiga do estado de Minas Gerais.

De acordo com o IBGE (2017) ¹⁴, conforme o historiador paulista Affonso de Taunay (1948), bandeiras anônimas paulistas começam a percorrer o Rio São Francisco por volta dos anos 1612, este processo marcou a criação, posteriormente, do Caminho Geral do Sertão. O Recôncavo baiano na década de 1650 foi palco de conflitos entre grupos formados por indígenas, negros e os produtores de açúcar. Havia o entendimento de que os quilombos e os índios ameaçavam constantemente o cultivo da cana de açúcar e a criação de gado, deste modo, um grupo de mais de cem bandeirantes foi conduzido por Mathias Cardoso de Almeida, que comandava a bandeira herdada de seu pai, com o propósito de prender os índios e exterminar os quilombos, na região média do Rio São Francisco.

Deste modo, Costa (2003) afirma que uma guerra foi empreendida contra os indígenas para o aprisionamento e venda no mercado paulista e baiano, com o propósito de também exterminar os quilombos. Mathias Cardoso possuía um grupo que era formado por paulistas, indígenas e negros escravizados, foi considerado um bandeirante de prestígio pelas vitórias alcançadas. Existe uma versão da história que aponta que os fundadores originais da localidade foram os negros, e que as bandeiras chegaram após, com o propósito de exterminá-los. De acordo com a história oral, o arraial de Morrinhos, nome anterior do município, a povoação foi abandonada pelos portugueses, paulistas e brancos, que transferiram suas residências para Januária.

Por volta de 1660, Mathias Cardoso de Almeida e seu grupo se estabeleceram na região do Rio Verde Grande. Alguns arraiais e fazendas foram fundados, como o Arraial do Meio ou de Mathias Cardoso e a fazenda Jaíba de Antônio Gonçalves Figueira nas cabeceiras do Rio das Rãs. As inundações e a insalubridade da área forçaram a mudança de localização dos arraiais. Amparado por algumas elevações rochosas, nas margens do Rio São Francisco surge o povoado de Morrinhos, hoje cidade de Matias Cardoso, que na época pertencia à capitania da Bahia e era dedicada à criação de gado e à produção de gêneros alimentícios, que comercializavam com a cidade de Salvador. Um caminho ligava as duas cidades, posteriormente fizeram parte dos chamados caminhos do sertão, ou caminhos da Bahia. O intenso comércio com os baianos possibilitou a construção em 1695 da primeira igreja de Minas Gerais, ainda existente na cidade de Matias

¹⁴ História de Matias Cardoso.

Cardoso, dedicada à Nossa Senhora da Conceição, antes mesmo da fundação do Arraial de Nossa Senhora do Carmo, hoje Mariana, que ocorreu após, em julho de 1696 (IBGE, 2017).

A ocupação de inúmeras localidades do Vale do São Francisco foi influenciada pelo afluxo de faiscadores às Minas Gerais (IBGE, 2019), sendo os bandeirantes descritos em muitas literaturas e registros como bravos e aventureiros, questão que mais tarde foi contestada por muitos trabalhos acadêmicos sobre o Sertão Norte Mineiro, como em Costa (2003) que ressalta os processos em que indígenas e quilombos na região foram dizimados pelas bandeiras.

O século XVII marcou a chegada das bandeiras ao Norte de Minas Gerais, com um intenso conflito com os índios que viviam nas margens do Rio São Francisco. Logo após, vários arraiais foram se formando e apresentando o domínio da região, o arraial de Morrinhos, hoje Matias Cardoso, é destacado como a mais antiga povoação de Minas Gerais, sendo juntamente com Manga, municípios onde estão localizadas as comunidades vazanteiras Pau Preto, Pau de Léguas e Quilombo da Lapinha, campo e interlocutores desta pesquisa.

Para Costa (2003), a implantação de fazendas e chegada de bandeirantes marca a origem de muitas cidades do Norte de Minas Gerais, como Montes Claros, São Francisco, São Romão e Januária. Por isso, a bandeira de Matias Cardoso pode ser considerada fundante da história regional do Norte de Minas Gerais.

Uma hierarquia mineira no século XVIII foi instaurada, conjugando dois polos distintos e opostos, a região aurífera e o sertão sanfranciscano. Costa (2003) afirma que existe uma consciência da ambigüidade nas margens da estrutura mineira, que aponta uma consciência identitária, distinta daquela considerada superior. Deste modo, a posição subalterna desta região de Minas Gerais, pode ser expressa pelo signo “baiano”, termo que carrega sentidos pejorativos e discriminatórios, tendo em vista que ao ser chamado de baiano, o mineiro nega similitude e participação do norte mineiro na identidade mineira, e informa-lhe uma identidade diferente, situando-o na fronteira da mineiridade (COSTA, 2003).

Deste modo, em Minas Gerais há os mineiros e os baianos, que se distinguem por um conjunto de traços, como o sotaque, a comida distinta da reconhecida culinária mineira, sendo baseada na carne de sol e nas frutas típicas do cerrado, como o pequi, e da caatinga, como o umbu, apoiada nos costumes dos negros, que historicamente ocuparam a região. Este cenário foi influenciado pelos

processos históricos, econômicos e sociais que marcaram a colonização do estado mineiro, através inclusive da noção da existência de dois lados, as minas e o sertão dos gerais. A respeito dessa situação poucos textos narram a formação nacional, mineira e baiana, apenas situam a sociedade pastoril que a partir de Morrinhos (Matias Cardoso atualmente) se espalhou nas margens do Rio São Francisco, em meados do século XVII. Neste sentido, a história é percebida a partir da chegada do homem branco com o seu projeto civilizador, que impõe formas distintas, num território que já era ocupado (COSTA, 2003).

Deste modo, a visão que foi construída sobre o cerrado, vegetação predominante no Norte de Minas Gerais, e de suas populações, a partir dos escritos dos europeus no século XIX, está relacionada com essas transformações ocorridas na região. Assim, foram invisibilizadas, com uma suposta necessidade de serem incorporadas às políticas de desenvolvimento, ou desenvolvimentistas como afirmam muitos autores. Estas populações não foram reconhecidas como autônomas em sua produção, cujos modos de vida se diferenciam das ações do capital agro-industrial. (FRANÇA; BARBOSA; SOARES, 2006).

Os espaços de uso comunal (chapadas) tratados como lugares improdutivos na perspectiva capitalista, neste sentido que se incentiva a implementação de projetos desenvolvimentistas e a modernização da agricultura, ocorridos principalmente nas décadas de 1960 e 1970, intensificando o empobrecimento da população regional, agravando as condições socioeconômicas, e comprometendo os recursos naturais. (GONÇALVES, 2000).

4.20 DESENVOLVIMENTISMO NO NORTE DE MINAS GERAIS E A INSERÇÃO DA REGIÃO NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA SUDENE

O contexto histórico de formação socioeconômica da região está relacionado com a dinâmica de inserção de projetos políticos econômicos, fundamentados na proposta de promover o seu desenvolvimento e superar uma suposta situação de isolamento. A literatura aponta que este processo ocorreu numa lógica desenvolvimentista, com o propósito de inserir o Norte de Minas Gerais no cenário econômico vigente, no âmbito nacional. Contudo, este processo não considerou a diversidade étnica e cultural dos grupos sociais envolvidos.

Nenhum conceito é definitivo, o desenvolvimentismo é uma construção histórica, fenômeno circunscrito a economias capitalistas. Fonseca (2015) se pauta na experiência latino-americana, para discutir o conceito de desenvolvimentismo, que aparece na literatura em duas situações, na esfera do pensamento (ideologia ou teorias) e também para nomear práticas históricas de política econômica, estas geralmente associadas a “Estado desenvolvimentista”. Deste modo, Fonseca (2015, p. 40) define da seguinte maneira:

[...] entende-se por desenvolvimentismo a política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista. (FONSECA, 2015, p. 40).

De modo geral, Fonseca (2015, p.41) explica as categorias que compõe este conceito, destacando que o termo política econômica, remete diretamente à experiência histórica concreta ou material, referente à nação e ao Estado, já que este é a instituição incumbida de formular e executar a política econômica, como políticas meio, fins e institucionais. O uso da expressão “deliberada” se refere à necessidade da consciência ou intencionalidade, de um projeto ou estratégia para modificar uma situação não desejável. Neste sentido, “governos” remetem ao agente formulador e/ou executor do projeto nacional, de maneira que o crescimento da produção e da produtividade faz referência ao crescimento das variáveis necessárias, para a estratégia ou projeto de reversão do *status quo* (ação social racional referente a fins).

A industrialização aparece como chave do desenvolvimentismo, repercutindo nos demais setores da economia. A proposta de transformar a sociedade surge sustentada pelo projeto de alterar o *status quo* indesejado. Deste modo, os fins desejáveis apesar de remeter ao desenvolvimentismo, como ideologia em busca de outra sociedade melhor, se alteram conforme a variação dos governos, assim como também alteram as percepções sobre os problemas econômicos e sociais (*status quo* a ser superado). Por fim, o sistema capitalista supõe a manutenção da propriedade e da iniciativa privada, como instituições e o mecanismo de formação de preços e de alocação pelo mercado, mesmo que o Estado participe de forma reguladora ou supletiva (FONSECA, 2015, p. 41-42).

De acordo com Leite e Pereira (2004) o processo desenvolvimentista na região, ganha impulso com a instalação de indústrias na cidade de Montes Claros e em decorrência do grande número de imigrantes, principalmente da zona rural e de cidades vizinhas, atraídos pela possibilidade de emprego na cidade e devido à precariedade de vida no campo. No entanto, a cidade não conseguia absorver todo esse contingente de mão-de-obra desqualificada, o que gerou uma série de problemas urbanos, acompanhados de um crescimento do êxodo rural. É nesta perspectiva que Ribeiro (2000) diz que o “deserto” é esvaziado devido o êxodo para as grandes metrópoles, onde a maioria da população passa a concentrar-se nas cidades, resultando em grandes problemas a âmbito nacional, podendo ser apontadas no sertão as situações sociais mais graves, como a seca, fome, mortalidade infantil, ausência de políticas de saúde e educação, etc.

Estas categorias auxiliam no processo de entendimento do modelo de política econômica pautado no projeto desenvolvimentista que juntamente com a expansão da fronteira agrícola, sobretudo nas áreas nativas, ou manejadas por meio de práticas de ‘pouco impacto’, implicaram em questões éticas, econômicas, sociais e ecológicas, provocando vários problemas ambientais e sociais, trazendo desafios constantes para as comunidades regionais, que estabelecem com a vegetação nativa, a condição para a reprodução de suas singularidades.

De acordo com Anaya (2012) o final da década de 1940 tem início um novo processo de integração do país pela intervenção direta do Estado, incorporando regiões reconhecidas como subdesenvolvidas, como o Norte de Minas, à dinâmica econômica experimentada pelo sul e sudeste, visando resolver o problema do desenvolvimento econômico brasileiro. Esse período coincide com o emergente desenvolvimento industrial da sociedade brasileira, onde as políticas públicas foram influenciadas pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), que buscou impulsionar os países da América Latina, reconhecidos como em condição de “subdesenvolvidos”.

liderada por Celso Furtado, que afirma que o propósito era promover transformações na história nordestina. O Norte de Minas Gerais foi incluído na área da SUDENE em 1963 através da Lei n. 4.239, que considera como Nordeste a região abrangida pelos Estados do Maranhão, do Piauí, do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco, de Alagoas, de Sergipe, da Bahia e ainda a zona do Estado de Minas Gerais, situado no denominado Polígono das Secas, e o Território de Fernando de Noronha. (SANTOS; SILVA, 2011).

No Brasil, a SUDENE foi criada a partir da influência da CEPAL que visava desenvolver ações de planejamento econômico para promoção do desenvolvimento da América Latina e Caribe. Assim, as políticas públicas para a promoção do desenvolvimento econômico na região são propostas para a região do Nordeste brasileiro, com características climáticas vistas como adversas, o qual o Norte de Minas Gerais, passa a integrar a região de planejamento a partir de 1965. A CODEVASF assume o papel de promover o desenvolvimento econômico da bacia hidrográfica do São Francisco. Como afirma Rodrigues (2000) à atuação destas instituições marca os grandes projetos agropecuários, a industrialização, o reflorestamento e os projetos de irrigação.

A execução de projetos desenvolvimentistas, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, com a criação da SUDENE, com pacotes da “Revolução Verde”¹⁶ e com inúmeros programas de investimentos marcam o processo de modernização da agricultura e industrialização do Norte de Minas Gerais, pautado na agricultura irrigada (especialmente fruticultura), monoculturas de eucalipto e algodão, e pecuária extensiva. Trata-se de um período caracterizado pela intervenção do estado e pela expansão do desenvolvimento capitalista no urbano-rural, baseado na premissa de promover o desenvolvimento, a modernização e o progresso nas regiões entendidas como periféricas.

A onda de fronteiras em expansão a partir das décadas de 1960 e 1970 originou uma série de conflitos fundiários, e Anaya (2012) salienta que essas comunidades se fortaleceram internamente na defesa de seus territórios, em virtude dos processos históricos de expropriação e do cercamento de suas terras ancestrais, consequência do processo de implementação de políticas públicas de

¹⁶ Relativo à inserção de inovações tecnológicas com o propósito de melhorar as práticas agrícolas na produção de alimentos. Várias pesquisas apontam os impactos sociais deste conjunto de ações, sobretudo, para a pequena produção e comunidades locais.

colonização e de desenvolvimento econômico voltados para a região, desde a década de 1940. Neste período, grandes fazendas se transformaram em empresas rurais, com extensa criação de gado, além disso, introduzem-se as monoculturas de eucalipto e os projetos de irrigação, como o Jaíba, desdobrando na criação de unidades de proteção integral, como medidas compensatórias.

Os principais agentes desse projeto governamental de “desenvolvimento regional” do Norte de Minas Gerais, no âmbito federal e estadual, foram a EMATER, a CODEVASF, a SUDENE, e a RURALMINAS. Essas instituições governamentais atuaram como mecanismos importantes nos processos de legitimação de práticas de expropriação territorial da população rural e tradicional do Norte de Minas Gerais. (ANAYA, 2012).

As intervenções governamentais contribuíram para a reprodução capitalista no Norte de Minas Gerais. Braga (1985) destaca que a SUDENE tinha o propósito de desenvolver a agricultura através da expansão da fronteira agrícola, das áreas de irrigação para zonas áridas, mecanizando o campo, fornecendo bens alimentícios a baixo custo, sustentando o processo de industrialização regional. Destaca-se ainda um período de concentração da propriedade da terra, crescimento de empresas rurais com incentivos fiscais e créditos e a extensão de pastagens que beneficiavam uma minoria.

Apesar do papel de fornecer incentivos fiscais para a modernização da economia regional, somente 25% dos capitais investidos nos projetos de industrialização eram originários do Norte de Minas Gerais. Desde modo, na prática a industrialização na região apresentou os seguintes objetivos:

- a. selecionar indústrias que apresentassem maior viabilidade econômica na região;
- b. fomentar indústrias que apoiando-se numa base favorável de matérias-primas locais têm possibilidades de tornar-se competitivas com as do Centro-Sul, penetrando rapidamente no mercado regional como no nacional;
- c. atacar as indústrias tradicionais no sentido de modernizá-las, principalmente a têxtil, que constitui importante fonte de emprego para a população local, e por utilizar a fibra de algodão local;
- d. aproveitamento da mão-de-obra barata (BRAGA, 1985, p.20).

De acordo com Pereira (2007) as relações de produção foram desestruturadas a partir dos anos de 1960, por meio de três formas: modernização das fazendas, reflorestamento e irrigação. Com a modernização das fazendas houve

a modernização da pecuária, com novas técnicas de alimentação e reprodução dos bovinos e maiores facilidades para escoamento do produto. Os incentivos fiscais e de crédito favoreceram o crescimento do reflorestamento com o aumento na demanda por carvão vegetal na região Central de Minas Gerais. O poder público financiou os grandes projetos de irrigação que modernizaram o campo expulsando os trabalhadores rurais para o meio urbano. Nesta dinâmica percebem-se várias questões sociais, entre elas, os trabalhos precários, tendo em vista que os empreendimentos não tinham capacidade de absorção de toda a mão de obra que se deslocava em direção às cidades. Além disso, a tecnologia importada não refletia a realidade da região, dificultando a absorção da força de trabalho local, pois exigia uma qualificação da mão de obra incompatível com os níveis existentes na região.

Houve um processo de intensa degradação, principalmente em função dos projetos de irrigação com inúmeros pivôs espalhados pelas plantações, usando água de forma indiscriminada, além do consumo significativo de água pelas monoculturas de eucaliptos. Neste sentido, a modernização conservadora, também conhecida como “Revolução Verde”, intensificou a mecanização e uso de agroquímicos, trazendo sérios prejuízos socioambientais e degradação dos recursos naturais, não modificando a estrutura de concentração fundiária regional (BARBOSA; SANTOS, 2008).

Para Gonçalves (2000) a região na década de 1970 é marcada pela quebra do envolvimento que comprometeu a autonomia na dinâmica de uso dos recursos naturais por meio do processo de “dês-envolvimento”, assim o autor utiliza os termos “des-locar” e “tirar dos locais” para se referir ao ato de des-envolver, fator que contribuiu para a mercantilização dos recursos naturais, processos migratórios, assalariamento e expulsão das famílias.

É inegável o papel que a SUDENE assume para o desenvolvimento regional, buscando reduzir as desigualdades regionais, fortemente condicionadas pelas disparidades entre as forças produtivas do Nordeste e do Centro-Sul. No entanto, esse processo de desenvolvimento das diferentes regionais de Minas Gerais não foi homogêneo, as relações estabelecidas no Norte de Minas Gerais eram marcadas pelo coronelismo e compadrio. As elites regionais iniciaram sua articulação institucional na década de 1940, onde a política regional foi marcada pela presença e influência de fazendeiros, comerciantes e profissionais liberais, que participaram ativamente do processo de modernização regional. Algumas abordagens sinalizam

que a inclusão do Norte de Minas Gerais era justificada pelas características físico-climáticas semelhantes às do semi-árido nordestino, outros estudos sinalizam as relações das lideranças locais e a cúpula política mineira, como fundamentais para a inclusão da região na área de atuação da Superintendência, considerando que no projeto original esta região não fazia parte (SANTOS; SILVA, 2011).

Deste modo, apesar do papel importante da SUDENE, no processo de crescimento econômico do Norte de Minas Gerais e na superação de um possível isolamento econômico político, sua atuação trouxe contradições inerentes à lógica do sistema capitalista, tais como, o aumento das desigualdades sociais, expropriação do trabalho, mercantilização das relações sociais, e subordinação de regiões a sua lógica produtiva orientada para a acumulação de capital. Neste sentido, a SUDENE não conseguiu resolver as questões sociais e reduzir significativamente as diferenças regionais no Estado, tendo em vista que indicadores econômicos ainda sinalizam a discrepância entre as regiões Central e o Triângulo mineiro, em contraposição ao Norte de Minas Gerais e os Vales Jequitinhonha e Mucuri (SANTOS; SILVA, 2011).

Diferentes opiniões foram mobilizadas a respeito, Cardoso (2000) afirma que houve consenso no argumento de que contribuiu para uma maior participação do poder público na região, concretizando mudanças econômicas, sociais e políticas nas últimas quatro décadas do século XX. Contudo, há divergências relacionadas às formas como foram processadas estas mudanças e suas consequências às comunidades locais. Deste modo, um grupo entende as ações do Estado através da SUDENE, como um marco importante para a superação do isolamento e subdesenvolvimento, e outro, afirma que as intervenções foram estimuladoras de um processo de expansão capitalista, que intensificou as suas desigualdades internas, agravando outros problemas econômicos e sociais, apesar de ter proporcionado algum crescimento econômico para a Região (CARDOSO, 2000, p.223).

A elite dirigente da máquina estatal é fundamental na análise do papel do estado na sociedade capitalista. Neste sentido, Santos e Silva (2011) destacam que no caso do Norte de Minas Gerais, principalmente os grandes fazendeiros influenciaram o processo de modernização regional, via relações de influência com o Estado, cujas intervenções resultaram num desenvolvimento econômico concentrador e desigual. De modo geral, Pereira (2007) afirma que elas se beneficiaram com o modelo de desenvolvimento implantado na região, agiram de

forma organizada para acessar créditos e atrair capital externo, tendo em vista que estas reconheciam nos investimentos privados, a solução para superar o possível 'atraso' regional. Conforme Barbosa e Santos (2008) destacam, houve uma hegemonia dos latifúndios no Vale do São Francisco, o latifundiário tinha o poder econômico e o de fazer justiça, na prática pelas próprias mãos. Estas relações foram legitimadas com o apoio da coroa, e posteriormente do Estado, reforçando o poder público assistencialista e clientelista aos antigos coronéis.

Este processo provocou a restrição e descaracterização das práticas socioprodutivas de diversos grupos sociais, por meio da privatização de áreas de uso comunal e encurralamento fundiário, trazendo impactos sociais e ambientais para toda região, como aponta Dayrell (2000), Gonçalves (2000), Feitosa e Barbosa (2005), França; Barbosa e Soares (2006), Costa (2011), entre outros pesquisadores. Deste modo, asseguram que a forma como a modernização agrícola ocorreu na região, juntamente com a expansão dos projetos desenvolvimentistas, provocou a invisibilização de várias comunidades e grupos, cuja reprodução social, cultural e econômica dependia e depende da biodiversidade.

Para Dayrell (2000) o processo desenvolvimentista afetou a agricultura familiar brasileira e foi responsável pela privatização dos gerais, além de não ocorrer de forma harmônica, desconsiderou o ecossistema e a população, causando a apropriação, exploração predatória dos recursos naturais e a restrição do seu acesso. O autor afirma ainda que,

O processo de "desenvolvimento" recente nesta região, considerada uma das mais pobres do estado, foi conduzido pelo poder público e não levou em conta as populações – camponesas, indígenas, quilombolas, pescadores, coletores, etc – que aí viviam secularmente. Privilegiando as oligarquias tradicionais e os setores industriais e agro-industriais da sociedade, deu-se início à modernização da região. (DAYRELL, 2000, p. 191).

Neste processo de "desenvolvimento", a existência de uma diversidade de populações rurais não foi levada em consideração, influenciando as estratégias sensíveis do manejo dos recursos naturais dos diferentes povos, tais como o aproveitamento das potencialidades e da biodiversidade presente na flora nativa. (OLIVEIRA; DAYRELL; D'ANGELIS FILHO, 2011).

A diversidade cultural que constituem os grupos étnicos marca um contexto de disputa, relações de poder e de dominação entre sujeitos culturalmente

“desiguais”. Estas questões são relevantes para discutirmos sobre os conflitos sociopolíticos e socioambientais que refletem a realidade social de muitas comunidades tradicionais no Norte de Minas Gerais e no Brasil, entre elas, quilombolas, geraizeiros, ribeirinhos, indígenas e, sobretudo os vazanteiros, que são interlocutores neste trabalho.

Neste contexto, intensificam as situações de agravamento das condições socioeconômicas, a partir da restrição ao acesso dos recursos naturais, fundamentais para a realização de suas atividades (re)produtivas. Configuram conflitos socioambientais na região, sobretudo, diante da expansão dos projetos hídricos, de irrigação, monoculturas, e pecuária extensiva, que são considerados centrais no processo da modernização da agricultura e nas políticas desenvolvimentistas nesta região.

4.3 O ASPECTO CONSERVADOR DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA: EXPANSÃO DE FRONTEIRAS AGRÍCOLAS E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS¹⁷

O termo modernização conservadora foi elaborado por Barrington Moore Junior para abordar o contexto destas revoluções na passagem das economias pré-industriais para as economias capitalistas e industriais, nestes específicos países. De acordo com Pires e Ramos (2009) a origem do termo está relacionada ao cenário de desenvolvimento capitalista na Alemanha e no Japão, os quais realizaram revoluções burguesas ‘vindas de cima’.

Para Guimarães (1976) teve como objetivo potencializar o crescimento da produção agropecuária mediante a renovação tecnológica, levando em consideração o aspecto econômico do processo, sem que houvesse a transformação na estrutura agrária. Deste modo, no Brasil destacou-se a penetração das forças produtivas tipicamente capitalistas na agropecuária nacional, com forte relação entre a industrialização e a constituição da economia nacional, influenciando na economia agrária, com a absorção dos empreendimentos familiares nos estabelecimentos rurais.

¹⁷ A construção deste tópico resulta na reinterpretação das questões tratadas e discutidas no capítulo I da Dissertação de Mestrado da autora, cuja temática foi inicialmente trabalhada.

Havia o entendimento de que se tratava de uma segmentação a ser superada entre o urbano e o rural, de modo que seriam resolvidas através da submissão às concepções urbanas e às ideias de produtividade e rentabilidade, por meio do uso da terra com vistas ao mercado. Diante disso, o crescimento industrial e o aumento da densidade demográfica nos meios urbanos, provocaram a fragilização das formas comunitárias e da solidariedade mecânica, estabelecendo uma distinção valorativa entre o rural e o urbano, onde se destaca a construção de estereótipos para o homem rural, a figura caipira e as conotações “ingênuo, preguiçoso, desnutrido, doente, maltrapilho, rústico, desambicioso, etc.” (MARTINS, 1975, p.4).

O processo de modernização representou obstáculos ao acesso democrático a terra, tendo em vista que contribuiu para a concentração nas mãos de médios e grandes proprietários rurais, em detrimento das classes sociais percebidas como inferiores. Ao longo da formação econômica brasileira, contemplando somente parte dos produtores agropecuários, aumentou a distância entre os produtores rurais que demandavam inovações e os produtores de subsistência¹⁸ reforçando assim a heterogeneidade da agricultura nacional. Deste modo, a modernização conservadora no Brasil se diferencia do caso alemão e japonês pelo fato de que estes incorporaram as classes economicamente inferiores à sociedade, enquanto que a elite dominante nacional não se preocupou em expandir a cidadania para parcelas significativas da população. (PIRES; RAMOS, 2009).

A proposta de modernização agrícola nos anos de 1970 e 1980 foi caracterizada como um processo sem reforma, com o propósito central de conter as questões do debate agrário no período do golpe militar, que se inicia em 1964, tendo a agricultura sua função no desenvolvimento econômico, da seguinte maneira:

- i) Liberar mão de obra para a indústria;
- ii) Gerar oferta adequada de alimentos;
- iii) Suprir matérias primas para indústrias;
- iv) Elevar as exportações agrícolas;
- v) Transferir renda real para o setor urbano. (DELGADO, 2005, p. 56).

A implementação de práticas modernas na agricultura, estava associada à ideia de promover o desenvolvimento para superação da condição de atraso das

¹⁸ Aqui entendidos como os agricultores produtores de gêneros para o abastecimento interno, que seja do país, da região, do local e/ou da própria unidade produtiva familiar, em contraposição à agricultura destinada à exportação.

técnicas e produção do campo. Contudo, essa realidade aumentou a sazonalidade do emprego dos trabalhadores rurais, favoreceu a precarização das condições de trabalho, tendo em vista que através da modernização, ocorre à substituição do trabalhador permanente, pela adoção de máquinas e novas tecnologias que contribuam para a quantificação da produção, visando o interesse cada vez maior, pela lucratividade.

É inegável o cenário de impactos socioeconômicos e ambientais causados pela transformação capitalista da agricultura a partir do processo de modernização. No que se refere aos impactos ambientais houve a destruição das florestas e da biodiversidade genética, a erosão dos solos e a contaminação dos recursos naturais e dos alimentos, provocados, sobretudo pela produção de monocultura em grande escala. No contexto cultural, mudanças nos seus modos de vida, considerando a existência das formas não capitalistas presentes na produção e reprodução das comunidades rurais. Além dos impactos socioeconômicos devido às rápidas transformações da produção agrícola, implantadas no campo que refletiram nas relações de produção e trabalho. (BALSAN, 2006).

Destaca-se ainda o êxodo rural que contribuiu com o inchamento das cidades e a favelização nas periferias; diferenças estruturais; processo de especialização; concentração de renda; exploração da mão-de-obra; a exclusão do homem do campo da geração de emprego; diminuição da renda e desordem no espaço rural, decorrente da competitividade do capitalismo e a manutenção e reforço da estrutura agrária concentrada; aumento da pobreza no campo pela diminuição da necessidade de mão-de-obra permanente, em virtude da expansão da mecanização e utilização de agroquímicos.

A consecução desses impactos explica na expressão “modernização dolorosa” devido os avanços e recuos enfrentados pela agricultura brasileira, acompanhado de uma dinâmica da reprodução do capitalismo que persiste na articulação entre as ideias equivocadas do “moderno” com o “atrasado. Neste sentido, a industrialização foi entendida como uma fórmula milagrosa que seria responsável pela geração do desenvolvimento, e superação do atraso do país, que era apontado como responsabilidade do setor rural. Se por um lado a inserção de fertilizantes e defensivos provoca o aumento da demanda de mão-de-obra não qualificada durante as colheitas, na medida em que aumentam a produtividade da terra; por outro, ocorre a sua sazonalidade com a mecanização e as tecnologias,

assim, aumenta as exigências e diminui o período de ocupação da mão-de-obra não-qualificada numa dada propriedade agrícola. (SILVA, 1982).

A agricultura foi submetida a uma “modernização conservadora”, reproduzindo relações de trabalho com formas arcaicas, a partir da união entre o capital e o latifúndio, causando modificações aos pequenos produtores que tem como base o trabalho familiar, aumentando a sazonalidade do emprego na agricultura, subordinando a pequena produção ao capital, obrigando o assalariamento de trabalhadores rurais em grandes propriedades, como afirma Silva (1982) ocorrendo à materialização das formas concretas de extração do excedente ou sobretrabalho.

Este processo contribuiu para a instabilidade do emprego no campo, uma vez que pequenos produtores necessitaram vender sazonalmente sua força de trabalho em outros estabelecimentos agrícolas. Caracteriza-o como um modelo concentrador, dominador, exportador e excludente, pois para permanecerem no campo os produtores rurais são submetidos ora a exploração ora a auto-exploração, em muitos casos aderindo ao complexo agroindustrial com profundas mudanças econômicas, sociais e culturais. (BALSAN 2006).

A modernização conservadora ocorre com a chamada Revolução Verde e seus pacotes tecnológicos, com novas propostas e formas de exploração agrícola, onde se destacada a ideia de crescimento por meio do incentivo a figura do agricultor competitivo e individualista. Para Balsan (2006) o desenvolvimento tecnológico ao mesmo tempo em que dispôs do mais moderno para uma classe modernizar a pecuária e agricultura, por outro lado a maioria dos trabalhadores rurais permanece distante dessas inovações, tais como os agricultores familiares. Os produtores rurais foram estimulados a demandarem produtos industriais, e as forças produtivas capitalistas transformaram o setor agropecuário em capitalista e empresarial. Este processo não aconteceu de forma homogênea nem democrática, aqueles produtores rurais que perderam suas terras foram lançados ao meio rural como mão-de-obra livre, houve ainda, uma forte expulsão da população rural para os principais centros urbanos nacionais, sem que ocorresse a absorção de todo o excedente de trabalhadores expulsos da terra, uma vez que, a economia brasileira vivenciava crises econômicas, especialmente a partir dos anos 1980.

Deste modo, como afirma Pires e Ramos (2009) o processo de acumulação de capital contou com os estoques de trabalhadores rurais livres e o rebaixamento

do seu poder de compra. Este período é também caracterizado pelas mudanças na base técnica de produção utilizada pela agricultura, tais como os insumos industriais (fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, sementes melhoradas e combustíveis líquidos etc.) e as máquinas industriais (tratores, colheitadeiras, implementos, equipamentos de irrigação etc.) constituindo uma estratégia do agronegócio. Processo este que segundo Delgado (2005) provocou a heterogeneidade da agricultura brasileira, tanto nos aspectos relacionados às tecnologias quanto nas relações de trabalho.

Refletiu-se assim, no maior êxodo rural visto no Brasil durante a década de 1970, que contribuiu com o inchamento das cidades e a favelização nas periferias; diferenças estruturais; processo de especialização; concentração de renda; exploração da mão-de-obra; a exclusão das populações do campo da geração de emprego; diminuição da renda, e desordem no espaço rural, decorrente da competitividade do capitalismo e a manutenção e reforço da estrutura agrária concentrada; aumento da pobreza no campo pela diminuição da necessidade de mão-de-obra permanente, em virtude da expansão da mecanização e utilização de agroquímicos.

Expandiram-se graves problemas sociais, de acordo com Accarini (1987, p. 195) com a transferência de mão de obra do setor rural para outros setores, sobretudo, pela mudança nos modos de vida dos trabalhadores rurais, assim, “o êxodo rural somente poderia ser atenuado ou suprimido se as condições de vida dos habitantes rurais fossem pelo menos próximas daquelas disponíveis aos que moram nos centros urbanos.” Um dos maiores problemas nesse processo é a forma de inclusão daqueles que são expropriados do modo de vida rural, o que é chamado por Martins (2002) de inclusão para baixo¹⁹.

Este modelo que foi adotado entre as décadas de 1960 e 1970, se destaca também pelos grupos especializados que passam a fornecer insumos, desde máquinas, sementes, adubos, agrotóxicos e fertilizantes. Contudo, estas questões contribuem para uma perda progressiva da autonomia e o aumento da dependência dos agricultores em relação a outros setores da economia, devido à facilidade de aquisição ao crédito rural. As tecnologias inadequadas impossibilitam uma

¹⁹ De acordo com Martins (2002, p. 123-124) o grave problema social e político está na inclusão, assim, questiona sobre o tipo de inclusão que a sociedade capitalista propõe aos trabalhadores. Destaca que as formas de inclusão são perversas, uma vez que a busca pela inserção na sociedade, em muitos casos provocam a degradação do indivíduo.

agricultura sustentável, assim, as alterações no modo de produzir e organizar provoca uma reorganização do espaço geográfico, que se adequa às novas condições de produção que em geral são determinadas pelos interesses do Estado e dos grupos econômicos capitalistas. (BALSAN, 2006).

Deste modo, a modernização da agricultura foi uma modernização técnica do campo restrita às grandes e médias propriedades, tendo o respaldo da classe fundiária tradicional e também militar, respectivamente antes e depois de 1964, sendo apoiada atualmente pelo poder econômico do agronegócio. De acordo com Delgado (2005) nesse processo, o campesinato é transformado em um imenso setor de subsistência que não se assimila ao sistema econômico do agronegócio e nem à economia urbana, mediante visões conservadoras com a presença das oligarquias rurais ligadas à grande propriedade territorial.

A atuação favorecendo a concentração de terras se manifestou também no desenvolvimento de programas e projetos especiais, que favoreciam o latifúndio na obtenção de linhas de apoio e defesa na nova estrutura fiscal e financeira do setor rural. Deste modo, Delgado (2005) afirma que as estratégias do agronegócio interferem nas forças produtivas da agricultura familiar e dos assentamentos da reforma agrária, contribuindo para a desmobilização de estabelecimentos, ou sua conversão a atividades de subsistência.

Neste aspecto a modernização das atividades econômicas e produtivas associada à lógica econômica capitalista é entendida a partir dos impactos na estruturação social e econômica das comunidades rurais, interferindo em suas formas de organização dos processos produtivos. Formas estas descritas por Sabourin (2009, p. 188) fundamentadas na existência de relações de vínculo entre os camponeses e o meio ambiente, resultando no acesso compartilhado dos recursos disponíveis e no manejo sustentável dos recursos naturais que são vitais à sua reprodução social, sem esgotá-lo. A mercantilização destas práticas provoca a degradação das estruturas sociais e econômicas de reciprocidade e de manejo compartilhado, transformando a natureza de seus modos de vida.

Surge assim um “novo rural” como consequência tardia deste processo que levou um número expressivo de agricultores à decadência, pois do mesmo modo que aumentou a produtividade das lavouras, provocou uma série de impactos ambientais e socioeconômicos. Causando a destruição das florestas, da biodiversidade genética, a erosão dos solos, a contaminação dos recursos naturais e

dos alimentos, especialmente pela monocultura que intensificou a perda da biodiversidade devido o crescimento populacional, a ocupação humana de encostas, as práticas inadequadas de agricultura e pecuária, com o uso abusivo de inseticidas, adubos químicos, máquinas inadequadas, construção de estradas, etc. (BALSAN, 2006).

Este processo pode ser entendido através da perspectiva da “descampesinação” que de acordo com Silva (1982) se refere à expropriação do camponês, tendo em vista que as técnicas capitalistas de produção no campo modificaram sua unidade produtiva, tornando-as cada vez mais dependentes das estruturas de mercado, resultando em um “novo camponês” convertido num trabalhador para o capital.

[...] a “recriação” desses “novos camponeses” não é mais a reprodução de produtores mercantis independentes, mas sim a reprodução do próprio capital. Vale dizer, essa “recriação” se dá com a crescente perda da “autonomia anterior do camponês” no próprio processo de produção que passa a ser agora prescrito [...] pelo capital que o subordina [...] a condição de sobrevivência do camponês como produtor direto é a reprodução do próprio capital, materializado na forma de máquinas, adubos, sementes melhoradas etc. (SILVA, 1982, p. 134).

Nesta lógica, apenas a forma de organização do trabalho em base familiar, e a posse imediata dos meios de produção ou de, pelo menos, parte deles, seria algo em comum ao “novo camponês” em relação ao “antigo camponês”. O novo camponês recriado na dinâmica das estruturas de mercado capitalista, só se apropria do necessário para a sua reprodução, assim, o processo de modernização e a expansão da racionalidade capitalista no campo, influenciam diretamente nos modos de vida desses trabalhadores, pois os tornam cada vez mais dependentes das estruturas de mercado. (SILVA, 1982, p. 132).

Segundo Sabourin (2009) compreender a ideia de modificação do camponês, enquanto protagonista de um processo, implica em compreendermos as diversas reivindicações em torno de um projeto camponês moderno para o século XXI, que se oponha à dependência, concorrência e exploração, esses elementos são apontados como uma possibilidade de contrapor a invisibilidade e luta dos camponeses. Contudo, a dinâmica da hegemonia econômica enfraquece o “novo projeto camponês” que propõe romper com o modelo capitalista de troca e se inserir num contexto de solidariedade humana.

Houve a crença de que a implementação e expansão tecnológica no campo, elevaria a produtividade e o crescimento da produção, conforme é abordado por Accarini (1987). Por outro lado, as concepções em torno da modernização das atividades rurais, trazem à tona questões conflituosas e tensões sociais, sendo necessário considerar que inclusive as alternativas tecnológicas para conduzir a vida rural possuem custos e investimentos elevados. Outro aspecto a ser ressaltado, é que a ideia do uso de tecnologias no campo colocam em xeque os modos de vida das populações locais, podendo influenciar na racionalidade econômica de suas práticas e em sua lógica singular de produção e reprodução, seja material, cultural social ou/e simbólica.

A expansão dos projetos desenvolvimentistas juntamente com o processo de modernização da agricultura e seus pilares contribui para a mercantilização dos recursos naturais, processos migratórios, assalariamento, expropriação e expulsão de várias famílias no Norte de Minas Gerais, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, sendo a cidade de Montes Claros uma referência importante neste período, devido o surgimento de um número expressivo de sub-habitações, conforme apresentado por Gonçalves (2000). Com isso, as consequências foram profundas à escala local/regional, sendo a região interligada a um novo modelo industrial pós-anos setenta.

Este novo cenário desenhado no Norte de Minas com a modernização do campo e os processos de amplos investimentos, implica em transformações sócio-ambientais para a região, provocando não apenas a degradação dos recursos naturais, mas o empobrecimento dos agricultores familiares, e a concentração da estrutura fundiária. Principalmente por meio das atividades de agricultura/fruticultura irrigada, monocultura de eucalipto, pecuária extensiva e monocultura de algodão. Segundo Feitosa e Barbosa (2006) se intensificam as lutas por terra, produzindo um cenário de resistência, restrição ambiental e socioeconômica, que por sua vez, provoca a expulsão das famílias diante da expropriação das empresas e fazendeiros, cujo propósito era ampliar a pecuária extensiva, monoculturas e irrigação. Essa configuração do cenário possibilitou a origem dos primeiros assentamentos rurais na região.

Houve um violento processo de ruptura nas condições de vida de povos e comunidades rurais, significando para estas, a ruptura nos sistemas de produção e no domínio territorial, onde, em decorrência do surgimento de organizações rurais,

tais como cooperativas especializadas, sindicatos e sociedades patronais, e o caráter autoritário das elites, várias famílias foram expulsas das terras ocupadas por seus ancestrais (COSTA, 2011).

Neste sentido, Gonçalves (2000, p. 27) afirma que os Gerais já não são mais gerais, haja vista que tornaram particulares às terras públicas do Norte de Minas Gerais, uma vez que a água e a terra já não são de acesso comum, nem livre, e os valores de competitividade e produtividade centrais nas relações de mercado agridem severamente a bio-socio-diversidade da região. A inserção de práticas como a “monoprodução do eucalipto, a queima do cerrado para produção do carvão, os projetos de irrigação, a subordinação da agricultura familiar²⁰ a uma monoprodução [...]” foram ações incentivadas. Percebe-se uma mudança radical e de introdução de uma racionalidade à outra, por meio inclusive da subordinação da produção familiar a uma monoprodução imposta pelo processo de des-envolvimento regional.

As técnicas de produção utilizadas na agricultura empresarial são diferenciadas em sua natureza econômica e valorativa, são causadoras de impactos ao meio ambiente e aos valores humanos nas relações de trabalho. Deste modo, este processo além de modificar a organização produtiva e reprodutiva da unidade familiar, agride a sustentabilidade dos recursos naturais e a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas.

Deste modo, provocou-se o deslocamento dos agricultores em busca de trabalho, condições sub-humanas de utilização de mão de obra, uso intensivo de agroquímicos, e a destruição das matas ciliares ao longo dos rios e nascentes, gerando a contaminação e escassez dos recursos hídricos. (FEITOSA; BARBOSA, 2005). Emerge um cenário de conflito, disputa e expropriação, onde as comunidades locais são encurraladas e submetidas ou destinadas a se inserirem enquanto matéria prima a ser explorada. Ou tratados como obstáculos a serem eliminados do caminho por representar um “entrave para o desenvolvimento”. Ambas as opções

²⁰ Conforme definição de Wanderley (2003, p. 48), baseada na formulação de Lamarche (1993), define os agricultores familiares como aqueles que “são portadores de uma tradição (cujos fundamentos são dados pela centralidade da família, pelas formas de produzir e pelo modo de vida), mas devem adaptar-se às condições modernas de produzir e de viver em sociedade, uma vez que todos, de uma forma ou de outra, estão inseridos no mercado moderno e recebem a influência da chamada sociedade englobante.”.

estão relacionadas com o novo quadro socioeconômico e ambiental que surgia para os trabalhadores rurais da região.

Em meio a esse cenário, novas formas de convivência com os agroecossistemas são desenvolvidas pelos agricultores familiares, que reorientaram suas estratégias produtivas “em condições de restrições ambientais (solo desgastados e escassez de recursos hídricos) e socioeconômicas (estavam, em grande parte, endividados e em situação de empobrecimento ascendente)” (FEITOSA; BARBOSA, 2006, p. 182). Deste modo, as estratégias criadas, pretendem ainda nos dias de hoje, minimizar os efeitos deste processo de disputa, sendo o objetivo central a garantia da reprodução socioeconômica e cultural das unidades familiares.

Para Sabourin (2009) a modernização do campo deve ocorrer em torno de três características defendidas pelos movimentos rurais, fundamentada na noção de autonomia, cooperação e qualidade de vida. Nesta perspectiva, questões importantes devem ser reivindicadas, tais como a segurança alimentar e autoconsumo, cooperativas de crédito e projetos de economia solidária, além da preservação dos recursos naturais, essenciais para a qualidade dos produtos. O maior desafio vivenciado se refere ao modelo capitalista de mercado de troca, que contraria o vínculo social comunitário, inviabiliza a concretização destas questões no contexto da solidariedade humana, e contribui para a invisibilização de seus processos econômicos.

A modernização no campo agravou condições socioeconômicas das comunidades locais, interferindo na sustentabilidade das suas práticas, diante de um processo de desenvolvimento compreendido, não apenas como excludente ou de inclusão para baixo, mas também como agressivo ao meio ambiente. Sendo assim, a substituição da mão-de-obra dos trabalhadores por inovações tecnológicas e a utilização de novas técnicas no meio rural sinaliza um grande cenário de conflito em torno dos diferentes modos de apropriação dos recursos naturais.

4.4 CONFLITOS TERRITORIAIS E AS ANTIGAS FAZENDAS: A PECUÁRIA EXTENSIVA

A instalação de fazendas, e a chegada de bandeirantes como afirma Costa (2003) marca a origem de muitas cidades do Norte de Minas Gerais. De acordo com

Araújo (2009) na região do médio Rio São Francisco a primeira territorialização que incidu está vinculada às diversas sociedades indígenas que ali viveram, onde a ocupação da região do curso médio do Rio São Francisco ocorreu através da instituição das sesmarias. Por volta de 1573, Garcia D'Ávila se apossa de mais de setenta léguas de terras entre o Rio São Francisco e o Parnaíba no Piauí. O apossamento do seu latifúndio ocorreu de forma irregular em conflito com as normas que regulamentavam as sesmarias. Diante das incursões indígenas com quilombolas, uma bandeira capitaneada por Mathias Cardoso de Almeida se deslocou da vila de São Paulo para a foz do Rio Verde Grande tendo como propósito “aprear” índios e exterminar com os quilombos como informa Taunay (1948). Estes grupos conforme estudos de Viana (1935) se posicionaram nas chapadas e nas encostas da serra geral e às margens do Rio São Francisco.

Os negros aquilombados se protegeram pela invisibilização no interior da floresta de caatinga arbórea, que foi denominada em tupi-guarani pelos membros da bandeira de mata da jahyba, cujo significado estava associado à água podre e ruim. Esta mata foi fundamental para que os quilombolas mantivessem invisibilizados em seu interior. Araújo (2009) destaca ainda que os criadores de gado dos currais do São Francisco com a descoberta do ouro na região do entorno do pico Itacolomi, iniciaram relações comerciais com os mineradores e fornecem animais de transporte e gêneros alimentícios. Insatisfeitos com os impostos cobrados, os criadores de gado iniciaram processo administrativo para manterem-se vinculados à Capitania da Bahia, resultando numa série de revoltas no sertão que foram denominados pelos administradores coloniais e historiadores mineiros de “motins do sertão” e pelos historiadores regionais de “conjuração sanfranciscana”. Estas revoltas geraram represálias, e a região passou a ser isolada por meio do controle dos postos de contagens da produção nas proximidades de quartéis das milícias. Com o isolamento da área dinâmica da economia colonial, a região se caracteriza pela pecuária extensiva e por uma agricultura de subsistência.

Constata-se a existência de outros arranjos econômicos, para além da pecuária extensiva, que era intensa na região. Estes arranjos eram constituídos por pequenos proprietários, posseiros e agregados, que produziam uma agricultura diversificada, extrativista, e de forma coletiva, a partir da criação de gado “na solta”. A região teve um papel importante no processo de abastecimento, conforme evidenciado por França; Barbosa e Soares (2006) havia a atividade de pecuária,

agricultura desenvolvida ao redor das fazendas e agricultura de auto-abastecimento, que era destinada aos camponeses.

O primeiro mecanismo político de territorialização da região central do Norte de Minas Gerais foi à constituição de grandes sesmarias, dividindo-a como parte da Casa da Torre de Garcia D'Ávila e parte da Casa da Ponte, de Antonio Guedes de Brito, ainda no século XVI. Com a fixação dos bandeirantes mineiros e paulistas a pecuária extensiva foi se constituindo nas margens do Rio São Francisco tornando importante referencial econômico na região. (ARAÚJO, 2009).

A relação de subordinação aos grandes fazendeiros da região é um aspecto identificado por Mata-Machado (1991) onde além das situações de mando e desmando de coronéis da região, o acesso à terra ocorria muitas das vezes através dos laços de fidelidade e interdependência regulando as relações entre as famílias de fazendeiros, vaqueiros, camaradas e agregados. A associação histórica do Norte de Minas a um espaço social sertanejo ocorre diante destas características, é também enfatizado por Ribeiro (2005) que discorre sobre a identificação da região com o sertão mineiro, como a extensão negativa do estado, que passou a ser dividido em dois: as “Minas” e os “Gerais”.

O processo histórico de ocupação do Norte de Minas Gerais de acordo com Anaya (2012) incidiu sobre a territorialização de grupos sociais, contribuindo para a expropriação territorial de comunidades tradicionais. Os conflitos foram acentuados com a tentativa de integração da região a economia nacional, com políticas econômicas do império voltadas a tentativa de unificação do estado brasileiro.

A implementação de políticas públicas de colonização e de desenvolvimento econômico voltadas para a região, desde a década de 1940, ocasionou processos históricos de expropriação e do cercamento de terras ancestrais, onde Anaya (2012) salienta que essas comunidades se fortaleceram internamente na defesa de seus territórios. Neste período, grandes fazendas se transformaram em empresas rurais, com extensa criação de gado, além disso, introduzem-se as monoculturas de eucalipto e os projetos de irrigação, como o Jaíba, desdobrando na criação de unidades de conservação e de proteção integral como medidas compensatórias.

A partir dos anos de 1960, as relações de produção foram desestruturadas por meio de três formas: modernização das fazendas, reflorestamento e irrigação. De acordo com Pereira (2007) com a modernização das fazendas houve a modernização da pecuária, com novas técnicas de alimentação e reprodução dos

bovinos e maiores facilidades para escoamento do produto. Intensificou-se a mecanização e uso de agroquímicos, trazendo sérios prejuízos socioambientais e degradação dos recursos naturais, não modificando a estrutura de concentração fundiária regional.

Inúmeras denúncias de grilagem de terras e processos de expropriação territorial de povos e comunidades tradicionais são identificadas em todo o estado de Minas Gerais. Nesta região, grandes projetos de empresas rurais foram incentivados, muitas surgiram nas grandes fazendas, se pautando nos pilares que marcaram a modernização da agricultura no Norte de Minas Gerais, tais como a pecuária extensiva, irrigação, monoculturas de eucalipto e algodão. O projeto de fruticultura Irrigada do Jaíba tem sido o pivô dos processos de desterritorialização e de exclusão das comunidades vazanteiras, interlocutoras deste trabalho, pela sua localização nas proximidades das comunidades, bem como as compensações ambientais que resultaram em unidades de conservação sobrepondo os territórios de comunidades tradicionais.

Segundo pesquisa de campo, bem como identificado por Anaya (2012) algumas fazendas foram fundamentais nesse período, haja vista que foram adquiridas para a constituição dos parques, como o Parque Mata Seca: Fazenda da Ressaca, Lagoa da Prata, Maracaiá e Lagoa Encantada; o Parque Lagoa do Cajueiro: Casa Grande, de propriedade do grupo Ometto; o Parque Verde Grande: Catelda, de propriedade dos Diários Associados. Essas fazendas são utilizadas pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF), como sedes dos referidos parques. Sendo este um órgão fiscalizador, emerge como um novo elemento no processo de disputas territoriais, disputas estas iniciadas com a desterritorialização das grandes fazendas, ampliadas pela implementação do Projeto Jaíba, e intensificadas com a criação de unidades de conservação como medidas compensatórias, bem como com a criminalização dos seus modos de vida diante da fiscalização do IEF. Somam-se a esses processos, as políticas públicas de incentivo a modernização da agricultura e os projetos desenvolvimentistas, que não promoveram mudanças estruturais significativas, pelo contrário, ampliaram as estruturas de poder, dominação e desigualdades sociais.

De acordo com Oliveira (2005) nas décadas de 1960/1970 os vazanteiros foram expulsos da terra-firme pelos grandes fazendeiros, adotando ilhas²¹ e beira-rio como locais de moradia e trabalho. Neste período há uma intensificação do uso das ilhas que antes eram somente lugar de trabalho e passaram a ser também lugar de morada, esse período foi identificado como a “chegada dos novatos” ou do “enxame de gente”.

O doutor Jerônimo, era dono do cartório de Manga... Ele que arrumou o registro das terras para os portugueses, e ai eles fizeram a fazenda, construíram lá embaixo a Sotebrás, fizeram a sede, ai botou meu pai para ser fiscal da fazenda, arrumaram gente para trabalhar, plantar roça com machado - não tinha motosserra -, só plantava milho. Morava em Belo Horizonte... Ele vinha aqui de mês em mês fazer pagamento do povo, e meu pai que tomava de conta, Produzia milho, capim, criação de gado, morava ao redor posseiros, mas ele botou tudo para fora na época... O maninho quando comprou não ligava com o povo não... Ai o Antonio Candido quando comprou, tirou o povo tudo, em 1974 [...] 1979 para 1980 foi que ele vendeu para o Raitam, um americano que comprou a fazenda para plantar cana, fazer usina, fazer álcool... Eles começaram a plantar, mas todo ano enchia a lagoa, pois não tinha aterro, e a água tomava de conta do lagadiço tudo, ai começou aterrar para não chegar nas canas para não matar, foi onde as lagoas foram acabando...Quando foi em 1992 teve uma cheia grande, em 24 horas acabou cana acabou tudo... Arrebentou tudo, acabou cana, acabou motor foi tudo pra debaixo da água, tem um transformador ai que foi achado atolado que as águas o cobriram. Lá embaixo Catelda e em cima Sotebrás, mas era tudo a mesma coisa, somente para parecer não ser a mesma [...] Antonio Candido criava gado e plantava roça... Tirou muita madeira para cerca... Agora esse Raitam teve uma serralheria ali para serrar. Na verdade quem explorou mais a madeira para se beneficiar foi o Raitam... Fizeram cinco pivôs, tem três que trabalharam e tem dois que a mata já cresceu. [...] Para plantar abóbora, melancia, e para exportação também. Raitam... Arrendava, ele começou arrendar porque depois de 1992 teve a cheia e destruiu a cana, ele parou a usina e foi mexer com os pivôs, ai abriu esse “canal” aqui até no rio lá... Esse canal a bomba jogava lá e corria e enchia o córrego de água, e a bomba puxava e jogava nos pivôs, para produzir abóbora, melancia, tudo para fora... Não sei se para Belo Horizonte... São Paulo, Bahia... Saia carro daí todo dia... 3 a 4 caminhões carregados. (ENTREVISTADO 04, PAU PRETO, 2018).

O tensionamento entre fazendeiros e vazanteiros provocou o chamado “encurralamento” das comunidades tradicionais, tanto em relação às terras, como ao rio, visto que, como afirma Araújo (2009) as Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG), por meio da construção em 1953 da barragem de Três Marias, impôs uma nova dinâmica para as comunidades vazanteiras, uma vez que passava a controlar o fluxo das águas, e administrar a vazão do rio. Além disso, as disputas pelas terras com os grandes fazendeiros intensificaram quando territórios tradicionais deixam de

²¹ Determinadas porções de terras cercadas das águas do Rio São Francisco.

serem inundadas devido o represamento da barragem, despertando o interesse dos fazendeiros para ampliação suas fazendas.

Este cenário é marcado por relações de interdependência e subordinação aos fazendeiros, de modo que os grandes fazendeiros influenciaram o processo de modernização regional, via relações de influência com o Estado, cujas intervenções resultaram num desenvolvimento econômico concentrador desigual. Dentre as atividades produtivas, destaca-se a criação de bovinos para tração, produção de carne e couro, e também a criação de eqüinos, atividades que se instalaram pela facilidade de importação do produto pelo Rio São Francisco. (SANTOS; SILVA, 2011). No Vale do São Francisco houve uma hegemonia dos latifúndios, onde o latifundiário tinha o poder não apenas econômico, mas o de fazer justiça, na prática pelas próprias mãos. Estas relações foram legitimadas com o apoio da coroa, e posteriormente do Estado, reforçando o poder público assistencialista e clientelista aos antigos coronéis. (BARBOSA; SANTOS, 2008).

Darly falou "só vendo a fazenda pra você, se me garantir que não vai mexer com aquele povo da beira do rio". Não foi nem dois meses que ele comprou, botou o povo tudo para correr. Derrubou as casas, diz que vendeu para o IEF, mas o IEF não pagou. O IEF que comanda agora lá... Foi vendido na época por 350.000, acho que pagou somente 80.000 e o resto empurrou, portanto, estão retomando a fazenda os filhos de Air Vieira. O rio São Francisco é a maior riqueza, mas aqui já paguei três multas no valor de 5.000, para uma pessoa que não tem nada é muito. Disseram que botei fogo, mas não foi, foi até outras pessoas estranhas que pescavam na lagoa. E eu tive que pagar porque me obrigaram. Com ele foi à mesma coisa [referindo ao colega vizinho] (ENTREVISTADO 05, PAÚ DE LÉGUAS, 2019).

A RURALMINAS intermediava as relações de compra e venda da terra do estado, sendo responsável pela venda de muitas terras, como as 17 mil hectares ao grupo Ometto em 1984, para uma proposta de produção de álcool. Muitas empresas compraram terras apresentando projetos de desenvolvimento de cultivo de cana de açúcar, atividade de pecuária, e produtos alimentícios. Extensas áreas na região eram ocupadas pela pecuária bovina, juntamente com a produção de biodiesel com as oleaginosas, e cana-de-açúcar para a produção de etanol.

Em consonância com a criação do Programa Nacional do Álcool ou Proálcool criado em 14 de novembro de 1975 pelo decreto nº 76.593, cujo objetivo era de estimular a produção do álcool, para atender as demandas do mercado interno e externo, bem como da política de combustíveis automotivos. A produção do álcool

oriundo da cana-de-açúcar, da mandioca ou de qualquer outro insumo ao ser incentivado, expandiria a oferta de matérias-primas, produção agrícola, e ampliação das destilarias. Além disso, buscava se diminuir ou evitar a dependência externa de divisas em relação aos choques de preço de petróleo. (PRÓALCOOL..., 2006).

O cercamento e as restrições territoriais impostas aos vazanteiros nas ilhas e margens do Rio São Francisco é resultado de um processo histórico de conflito com grandes fazendeiros na década de 1970, e em virtude dos projetos de desenvolvimento do campo que desencadearam nas mitigações dos impactos ambientais com as unidades de conservação. Segundo os relatos das lideranças locais, estas comunidades tradicionais já ocupavam estes territórios muito antes da ocupação das fazendas. Desde modo, estes territórios constituem elemento fundamental na constituição dos seus modos de vida e territorialidades.

Não existia fazenda, era terra dos ausentes todo mundo chegava igual nos chegamos e os vizinhos conversaram com pai e falou você pode botar uma roça e pode fazer uma casinha, que aqui é dos ausentes, não tem dono não, nos fizemos um barraquinho e fomos morar, já estávamos morando e trabalhando e chegou esses comprador ai, ficamos assustados que naquele tempo não tinha estrada, todo mundo ficou assustado quando chegou esse tanto de homem branco, menino naquele tempo tinha medo de gente, então fica assustado quando vê aqueles “homão”. Chegou na casa do meu pai no barraquinho, até de capim, aí o velho Marcolino era conhecido do meu pai, era compadre, batizou uma irmã minha... (ENTREVISTADO 04, COMUNIDADE PAU PRETO, 2018).²²

De acordo com as entrevistas, a criação das fazendas ocorreu após a ocupação das comunidades tradicionais nesses territórios, a exemplo da fazenda Sotebrás que teria sido comprada de um Doutor Jerônimo, dono de cartório, que teria providenciado os registros das terras, e vendida ao senhor Antonio Candido que passou a produzir milho, capim e criação de gado, retirando todos os posseiros que ali ocupavam, gerando um conflito em meados de 1974, “fizeram a sede... naquele tempo, ai botou meu pai para ser fiscal da fazenda, ai arrumaram gente para trabalhar, plantar roça, com machado, não tinha motosserra, só plantava milho.” (ENTREVISTADO 04, COMUNIDADE PAU PRETO, 2018).

²² As entrevistas citadas neste tópico foram coletadas por pesquisadores do Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental da Universidade Estadual de Montes Claros - NIISA/Unimontes em 2018, sendo transcritas pela autora desta tese. Estes dados também foram disponibilizados para serem utilizados nesta pesquisa, haja vista que a mesma constitui resultado da atuação desta pesquisadora/bolsista no NIISA entre os anos de 2017 e 2018.

Os vazanteiros de Pau Preto narram ainda o processo conflituoso de disputas territoriais, relatando a situação de confronto entre o senhor Maninho e o senhor Antonio Candido. Os conflitos envolviam fazendeiros e também os trabalhadores que já residiam e produziam nesses territórios, que compõe sua territorialidade. Antonio Candido ficou com essa fazenda até 1979, em 1980 ele teria vendido para um norte-americano conhecido como Raitam, que produziu uma usina de cana para produção de álcool.

O Antonio Candido combinou com um rapaz de Manga para fazer a cerca do aterro... Vieram quatro policiais e eu, e outro armado e começou fazer a cerca do lado de lá pra sair aqui na picada aqui, e o povo do Maninho tinha uma fazenda lá depois do Leonardo, somente o lugar da casa lá... Ai o povo fazendo a cerca e nos acompanhando armado, acompanhando tudo, e eles trabalhando, ai tinha um advogado do Antonio Candido... Trabalhava o dia, o que fazia de dia de noite eles chegava e metia o pau, derrubava o arame todinho somente deixava os postes, o povo do Maninho quebrava os arames, ai o advogado falou assim, que deixasse quebrar, ai no outro dia pegava de onde estava quebrado e seguia para frente, quando chegava no outro dia o arame no chão, quando chegou no final quando ele ganhou a questão e tomou a terra do homem, ai o advogado tava'comendo' o dinheiro do Antonio Candido e do Maninho também, o mesmo advogado 'comendo' o dinheiro dos dois, e na época esse advogado era candidato a prefeito de Manga, filho de doutor Jarbas... O pai dele era também prefeito em Manga, Antonio Candido teve uma 'rixa' com esse homem e pintou os canecos, ele falou para nós se soubesse que nos votasse nesse homem botava pra fora dentro de 24 horas da fazenda... (ENTREVISTADO 04, COMUNIDADE DE PAU PRETO, 2018).

Antonio Candido teria retirado todos os trabalhadores que ocupavam a fazenda, deixando apenas os seus empregados. Após a compra da fazenda pelo norte-americano, a fazenda passa a se chamar além de Sotebrás, Catelda. As Lagoas ao redor foram sendo aterradas para que não atingisse as canas. Em 1992 veio uma cheia intensa e alagou tudo, derrubando canas, máquinas, motor, e transformador. Essa água vinha do Rio Verde Grande e do Rio São Francisco. Após a cheia, a usina foi fechada e iniciou-se a irrigação com pivôs, além da intensificação da exploração de madeiras.

No caso da comunidade vazanteira de Pau de Léguas que possui atualmente cerca de 72 famílias, por volta de 1930/1940 ocorreu a ocupação do território, onde um dos primeiros fazendeiros a se apropriar foi o senhor Darli que através da cessão de terrenos estabeleceu uma relação pessoal e de convivência com as pessoas do lugar, combinando a divisão de tudo que fosse produzido, pescado, ou coletado pelos trabalhadores. A respeito da dinâmica com as grandes fazendas, os

vazanteiros de Pau de Léguas ressaltam dois momentos históricos importantes, um com o primeiro fazendeiro, conhecido como senhor Darli, caracterizado como solidário, que disponibilizava a sede para grupo escolar, incentivava ainda a apropriação da terra pelos trabalhadores, constituindo agregados e possibilitando a posse dessa terra a todos. No entanto, esta situação se alterou a partir do ano de 1973, quando outra dinâmica territorial foi imposta aos vazanteiros pelo novo fazendeiro conhecido como Air Vieira, que era dirigente da sociedade rural, agindo de forma violenta, derrubando moradias construídas, bem como o próprio cemitério, que possui valor simbólico para os vazanteiros, apagando memórias e registros da ancestralidade que ali havia, dando lugar a pivôs de irrigação, conforme relato abaixo.

[quando o fazendeiro era Darli] O fazendeiro era Darli, somente mexia da lagoa pra lá, o povo era tudo cheio de gente, fazia batucada. Depois a fazenda foi vendida para Air Vieira, aí no fazer do negócio da fazenda, eu que fui portador pra chamar o povo pra assinar o documento, tá no documento da fazenda, depois que assinou aí Darly falou que somente vendia a fazenda se garantisse não mexer com aquele povo da beira do rio. [...] Não foi nem dois meses que ele comprou, ele botou o povo tudo para correr. Derrubou as casas tudinho, diz que vendeu para o IEF, mas o IEF não pagou. O IEF que comanda agora lá... faz divisa com o piquete de São José das Trairas no morrinho lá em cima daqui da beira do rio, e lá em cima faz divisa com Mata-Burros de Missões [...] não pagou imposto nem pagou Air vieira tudo. Foi vendido na época por 350.000 acho que pagou somente 80.000 e o resto empurrou, portanto estão retomando a fazenda os filhos de Air Vieira, o Jairo Athayde e a dona Ana Maria que são os donos, os deputados. (ENTREVISTADORES 05 E 06, COMUNIDADE DE PAU DE LÉGUAS, 2019).

O processo de exclusão das comunidades tradicionais, sobretudo, das comunidades vazanteiras ocorre através da subjugação dos grupos à margem dos direitos, diante de formas de controle hegemônico que atuam tencionando usos e destinos dos lugares e agentes. De acordo com Araújo (2009) a territorialização ocorre com o confronto entre grupos hegemônicos e subalternos, onde emergem distintas estratégias de utilização dos mecanismos políticos para viabilizar a permanência desses mesmos grupos no espaço territorial disputado. Os mecanismos acionados estão relacionados às instituições sociais que conformavam as relações de poder vigentes, estratégias jurídicas e legais, bem como a construção de alianças políticas.

4.5 A IMPLEMENTAÇÃO E EXPANSÃO DO PROJETO DE FRUTICULTURA IRRIGADA JAÍBA

Sob esta lógica de desenvolvimento, fundamentados na dinâmica agroalimentar global ocorre à implantação do Projeto de Irrigação Jaíba, entre os rios São Francisco e Verde Grande, na década de 1950, com a previsão de quatro etapas de implantação e duas gestões, o Governo federal e o Governo do estado de Minas Gerais. As potencialidades agrícolas da região, denominada Mata do Jaíba, foram analisadas com alguma profundidade na década de 1960, sendo identificada uma área de cerca de 230.000 hectares para aproveitamento agropecuário, segundo estudos apresentados em 1965, reunidos sob o título de “Reconhecimento dos Recursos Hidráulicos e de Solos da Bacia do Rio São Francisco”.²³

Trata-se do maior projeto de irrigação de áreas contínuas da América Latina, com capacidade para irrigar uma área de 100 mil hectares para fruticultura e uma área de 130 mil hectares para o desenvolvimento da pecuária bovina e culturas adaptadas ao solo seco. Este projeto se pautou na iniciativa de colonização em terras devolutas para promover o desenvolvimento regional, por meio de quatro etapas. A etapa I assentou colonos de baixa renda, pequenos e médios empresários, e duas grandes empresas produtoras de fruticultura irrigada. A Etapa II marcou a inserção de grandes empresas privadas. As demais etapas estão condicionadas à obtenção da Licença de Operação junto ao Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais (COPAM).

Segundo Rodrigues (2000) é através do Projeto de Colonização e Fruticultura Irrigada Jaíba, localizado nos municípios de Jaíba e Matias Cardoso, que a região se vincula ao mercado externo, no entanto, alterando dinâmicas sociais, características ambientais e a lógica produtiva do lugar. De acordo com Santos (2013) o Projeto Jaíba é uma proposta de modernização da agricultura por meio da estrutura elaborada para a irrigação. O objetivo desenhado era a transformação das atividades dos agricultores assentados (trabalhos agregados em fazendas, atividades de plantio de algodão, produção de carvão vegetal, praticas extrativistas) em empresários rurais com produção irrigada.

²³ Informação adquirida por meio de entrevistas estruturadas realizadas com técnicos da Codevasf em maio de 2017.

Com o propósito de estabelecer um projeto de desenvolvimento e de colonização da região noroeste do Estado mineiro, em 1966, o Governo do Estado de Minas Gerais lança o Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Noroeste (PLANOROESTE), criando para administrá-lo a RURALMINAS. Desta forma, a Mata do Jaíba foi selecionada, para transformar-se no mais importante polo agroindustrial da região, dentro dos 115.000 Km² abrangidos pelo PLANOROESTE.

De acordo com Araújo (2009) este período foi denominado de “tempo das empresas, dos parques e dos territórios étnicos”, haja vista que com a implementação do Projeto de Fruticultura Irrigada Jaíba instituiu-se o principal mecanismo político de expropriação dos grupos sociais na região. A Mata do Jaíba passou a chamar-se oficialmente Distrito Agroindustrial do Jaíba (DAIJ) em 1972, com uma área dos 230.000 hectares, dessas cerca de 100.000 hectares foram selecionados para projetos de irrigação de empresários e pequenos produtores. As terras foram divididas em glebas de no máximo, 30.000 hectares, aprovada pelo Senado Federal. Um convênio entre a CODEVASF e a RURALMINAS foi assinado em 1975, definindo atribuições gerais do Governo Federal e do Governo de Minas Gerais na área do projeto. A CODEVASF passou a ser responsável pela implantação, operação e manutenção das obras físicas do sistema de irrigação do DAIJ; e a RURALMINAS responsável pela regularização dos aspectos fundiários e na implantação de dispositivos básicos de colonização, como a construção de estradas, rede elétrica, obras de infraestrutura, assentamento de colonos, e apoio técnico. (CODEVASF, 2017).

De acordo com Anaya (2012) a onda de expansão de fronteiras agrícolas no Norte de Minas Gerais originou intensos conflitos fundiários, com a implementação de políticas públicas de colonização e desenvolvimento econômico. A criação do Projeto Jaíba, por meio das medidas compensatórias intensificou a exclusão das comunidades locais, entre elas, as interlocutoras dessa pesquisa, transformando definitivamente o rumo da região, que nos argumentos dos gestores dos projetos trata-se da superação da pobreza, e incorporação da região como grandes produtoras de alimentos no Brasil. A RURALMINAS foi a instituição responsável pela gestão das terras “devolutas” do Jaíba, mapeadas para o projeto de colonização e divisão em glebas. Este processo se desdobrou na expropriação de agricultores tradicionais de seus territórios, como no caso da Toca da Onça, identificada pelos vazanteiros do quilombo da Lapinha, como parte de seu território tradicional.

O final da década de 1980 é marcado pelo início de operação do Projeto, com o assentamento das primeiras famílias de irrigantes e também com a incorporação da iniciativa privada ao Projeto, através da criação do Distrito de Irrigação de Jaíba (DIJ), entidade privada, sem fins lucrativos, gerida pelos irrigantes, e que tem por finalidade administrar toda a estrutura construída. Este projeto foi criado para ser o maior projeto de áreas irrigadas em terras contínuas da América Latina, no vale do São Francisco, se beneficiando dos rios São Francisco e Verde Grande.

As obras para implantação do restante do canal, para atendimento à 2ª Etapa do Projeto Jaíba reiniciou em 1989/1990. A infraestrutura hidráulica principal do Projeto Jaíba, com capacidade para atender a todas as suas etapas, já está construída (estações de bombeamento principais EB-1, EB-2 e EB-3, e canais principais CP-1, CP-2 e CP-3).

Segundo relatos do técnico da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF, 2017) esta instituição tem acompanhado apenas a etapa I do projeto, que é composta de colonos, referentes aos lotes familiares (Glebas A, B, C, F e C3) e mais da metade de lotes empresariais (Gleba C2), tendo uma média de 20 a 50 hectares entre pequenos e médios empresários, e 5 hectares em média para os pequenos agricultores. Deste modo, a etapa I corresponde 5, 20 e 50 hectares distribuídas. A etapa II é constituída apenas por lotes empresarias, de 20 e 50 hectares.

A grande maioria dos agricultores familiares da Etapa I é proveniente da região do Norte de Minas Gerais, das cidades de Janaúba, Porteirinha, Jaíba, Itacarambi, Manga, Matias Cardoso, Verdelândia, dentre outras; também muitos são provenientes dos municípios localizados no sudoeste da Bahia. O desenvolvimento do perímetro atraiu agricultores de outras regiões, como do sul do país. O tamanho dos lotes pode ser conferido nos Layout's nos anexos. De acordo com a CODEVASF (2017) a 1ª Etapa do Projeto, que corresponde a 34.000 hectares brutos, e 25.375 hectares irrigáveis têm uma área pública de irrigação (Glebas A, B, C3, C2, D e F) correspondente a 24.959 hectares brutos, e 18.595 hectares de área irrigável, que está integralmente concluída. A segunda etapa iniciou no primeiro trimestre de 1999, tendo a iniciativa do Governo de Minas Gerais, cuja implantação possui área bruta de 22.606 hectares, e área irrigável de 19.276 hectares; a área pública de irrigação (glebas G, H, I e J) corresponde a 18.351 hectares brutos e 16.276 hectares irrigáveis, já totalmente implantadas, com aproximadamente 70%

de sua área em uso. Serão implantadas dentro do cronograma previsto as Etapas III e IV, conforme disponibilidade orçamentária, concluindo o ciclo de implantação do projeto.

O projeto Jaíba possui uma área total de 86.794,59 hectares. A II Etapa possui uma área de 22.606,26 hectares, com 684 lotes. Percebe-se uma concentração fundiária maior na etapa II, em relação à primeira etapa do projeto. A estrutura que prevê a implementação das etapas III e IV, corresponde a uma área respectivamente de 17.400,00 hectares, e 13.829,00 hectares.²⁴ O destino da produção da Etapa I do Perímetro de Irrigação Jaíba é bastante diversificado e atende aos mercados internos (Ceasa / MG, São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, dentre outros) e externos, como no caso da produção do limão, apesar de não existir um canal de exportação direta. Os destinos exatos da produção da Etapa I do Perímetro de Irrigação Jaíba, poderão ser obtidos através da EMATER/MG e da Associação de Produtores de Limão e outras frutas da Região do Jaíba/ASLIM. Existem aproximadamente 80 variedades, incluindo grãos e cereais, mas existem três principais culturas, limão, banana, e manga.

De acordo com dados obtidos nos perímetros da CODEVASF pela EPAMIG, a agricultura irrigada gera de 07 a 10 empregos diretos e indiretos para cada hectare irrigável, dependendo da cultura explorada; para o caso da bananicultura, este valor pode chegar até 10 empregos/hectare. Em entrevista realizada no ano de 2017 com técnicos da CODEVASF, foi questionado sobre quantas hectares de mata seca foram suprimidas para a realização da etapa I e II. O senhor Marcos Egide (2017) afirmou que a área desmatada para etapa I é de aproximadamente 25.000 hectares considerando a infra-estrutura, e a área de desmatamento para etapa II é de aproximadamente 20.000 hectares, também considerando a infra-estrutura. No Perímetro de Irrigação Jaíba, cada etapa tem a área destinada para reserva legal correspondente. A área de reserva legal do projeto está localizada no município de Matias Cardoso, assim como 100% da área C2 empresarial.

A Etapa III e IV ainda consiste em uma projeção a ser implantada, existe um estudo de viabilidade técnica para implantação. A forma de ocupação, o custo estimado e as culturas a serem exploradas não estão definidos; a implantação

²⁴ Ficha Fundiária do Projeto Jaiba

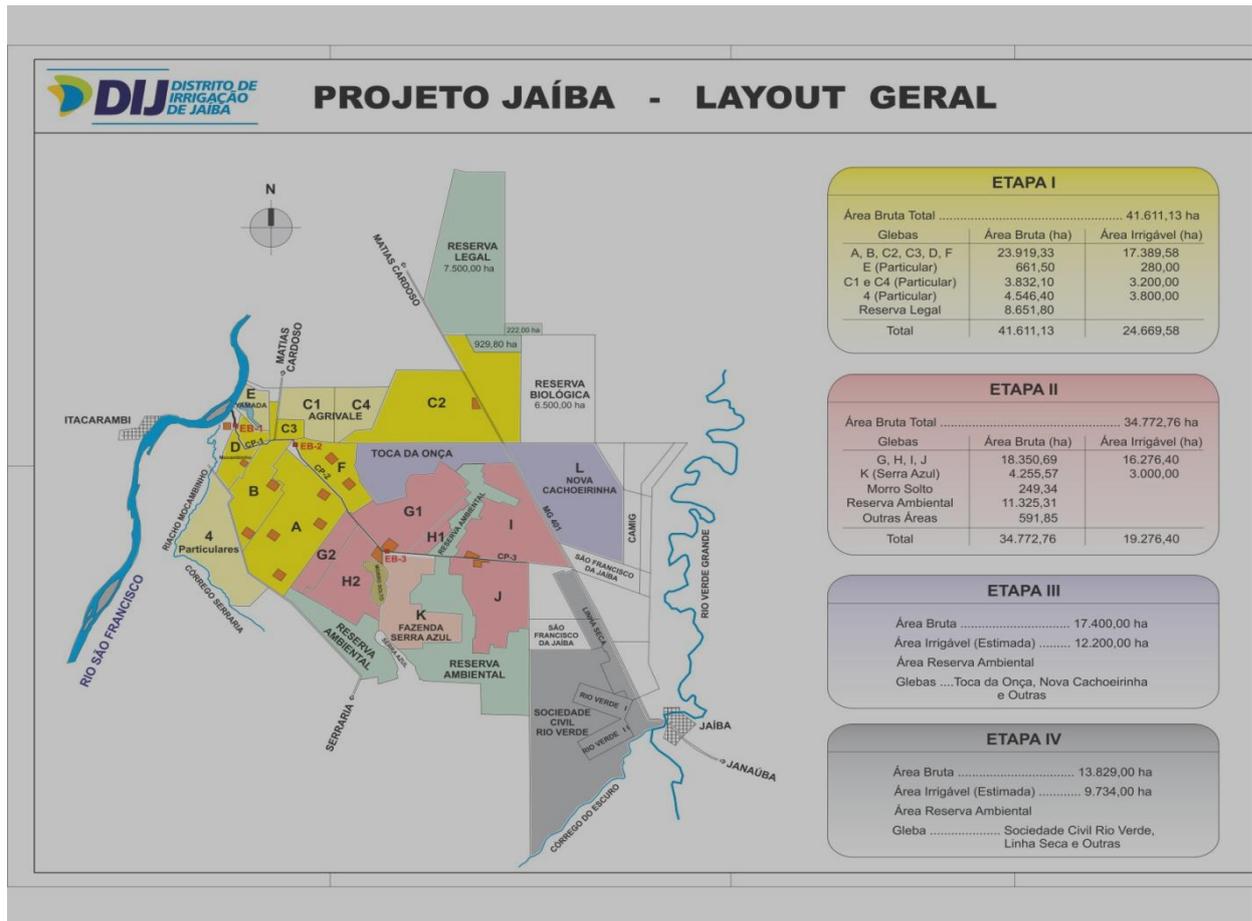
dessas etapas depende basicamente de ações políticas e da disponibilidade orçamentária dos órgãos executores.

O Layout (Layout Geral Etapas 1, 2, 3 e 4) apresenta as áreas projetadas para a implantação de cada uma dessas etapas, bem como suas possíveis áreas irrigáveis e de preservação. Apesar de possuir a infraestrutura principal de canais e de prédio de bombas, o desafio não é somente financeiro, haja vista que existe uma questão ambiental crítica, que diz respeito ao licenciamento ambiental das áreas destinadas, uma vez que afirmam que “a Mata seca inviabiliza o desmatamento para a produção”. Existe uma articulação entre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), a CODEVASF, e o Governo estadual para tentar viabilizar este processo.

O Senhor Egide (2017) ressalta que os tipos de compensação estão relacionados com a existência de uma licença ambiental²⁵ (em anexo) de operação vigente o qual se renova em aproximadamente cinco anos, que possui condicionantes ambientais a serem atendidas para operação no perímetro. A concessão da Licença deverá atender ao art. 6º da DN COPAM 13/95, sob pena de revogação da mesma. Não dispensa, nem substitui a obtenção pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças e autorizações de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual e municipal. Tais condicionantes estão sendo inseridas de acordo com a disponibilização orçamentária da CODEVASF, e demais órgãos e entidades envolvidas. Dentre os tipos de compensação está o financiamento de habitações, o Programa Permanente de monitoramento de água e solo, a assistência técnica aos pequenos agricultores, e a existência de uma reserva de cerca de 8.500 hectares, além do Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), e o Programa De Gerenciamento Ambiental (PGA). (EGIDE - CODEVASF, 2017).

²⁵ As etapas do licenciamento ambiental dependem de cada órgão ambiental licenciador. É estabelecido pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. As empresas que realizam atividades potencialmente poluidoras não podem funcionar sem o licenciamento ambiental. É necessário, por exemplo: identificar o órgão ambiental competente; identificar o tipo de licença a ser requerida; solicitar formulário adequado para a atividade que pretende licenciar; solicitar autorização de abertura de processo; apresentar estudos e documentos solicitados; análise do processo pelo órgão; concessão de licenciamento ambiental pelo órgão competente. Pode ser uma licença prévia, licença de instalação ou licença de operação. Pode também ser necessária audiência pública, com acompanhamento de estudos ambientais.

Figura 5 – Layout Geral do Projeto Jaíba – MG



Fonte: Arquivos disponibilizados pela CODEVASF (2017).

No contexto das medidas compensatórias, uma área total de 90.078,80 hectares foi destinada a criação e operacionalização de Áreas de Proteção Ambiental, Parques Estaduais, Corredor Ecológico e Reserva Biológica e Legal na década de 1990. São as seguintes: Parque Estadual do Rio Verde Grande (25.443,20 hectares), Parque Estadual da Lagoa do Cajueiro (20.728,00 hectares), Parque Estadual da Mata Seca em Manga (10.155,90 hectares), Área de Proteção Ambiental Lagedão (11.223,00 hectares), Área de Proteção Ambiental Sabonetal (em execução conforme informação do site do projeto), Reserva Biológica da Serra Azul (7.803,90 hectares), Reserva Legal (8.182,00 hectares), Reserva Biológica (6.304,60 hectares), e Corredor Ecológico (238,20 hectares).²⁶ Segue a ficha fundiária disponível no site do Projeto Jaíba, constando o número de lotes por glebas, e quadro de ocupação de perímetros irrigados da etapa I, bem como estimativas das demais etapas.

²⁶ Idem.

Figura 6 – Ficha Fundiária do Projeto Jaíba

Ficha Fundiária			
Quadro de ocupação Perímetro Irrigado Etapa I			
GLEBA	ÁREAS (ha)		N.º DE LOTES
	BRUTA	IRRIGÁVEL	
A	6.038,21	4.296,79	845
B	2.829,26	2.055,85	399
C2	9.557,20	8.042,90	325
C3	488,63	295,02	57
D	2.669,87	1.038,79	201
F	2.336,16	1.660,23	326
Subtotal	23.919,33	17.389,58	2.153
Área de Particulares beneficiados pela infra-estrutura instalada Etapa I			
C1 e C4 (Solagro)	3.832,10	3.200,00	-
E (Brasnica)	661,50	280,00	-
4	4.546,40	3.800,00	-
Subtotal	9.040,00	7.280,00	-
Resumo			
Subtotal Etapa I	32.959,33	24.669,58	2.153
Subtotal Etapa II	22.606,26	19.276,40	684
Subtotal Etapa III	17.400,00	12.200,00	0
Subtotal Etapa IV	13.829,00	9.734,00	0
TOTAL GERAL	86.794,59	65.879,98	2.837

Fonte: DIJ (2018).

A Etapa II compreende 16.276,40 hectares referentes área já licitada, em processo de ocupação, e 3.000 hectares ocupadas e ainda não irrigadas, pertencentes ao Grupo SADA, com outorga de água. O quadro abaixo apresenta a divisão fundiária desta etapa.

Figura 7 – Divisão fundiária da etapa II

Lotes de 10 ha - Empresariais	243
Lotes de 25 ha - Empresariais	373
Lotes de 64 ha - Empresariais	34
Lotes de 90 ha - Empresariais	34
Total	684

Fonte: DIJ (2018).

As etapas III e IV correspondem respectivamente a 12.200 hectares e 9.734 hectares irrigáveis, e ainda não receberam a infra estrutura específica de irrigação. Os quadros que segue demonstram respectivamente as áreas de cultivos por hectares nos anos de 2004, 2005, e 2006, com destaque para a produção da banana, que até os dias atuais é o produto com maior produção e comercialização.

Figura 8 - Áreas em cultivo

CULTURAS	ANO 2004 (ha)	ANO 2005 (ha)	ANO 2006 (ha)
Banana	1.968,00	1.341,81	1.191,40
Tradicionais	1.258,35	843,91	1.485,79
Forrageiras	641,29	708,30	811,98
Manga	595,00	690,10	700,40
Limão	463,93	578,95	724,20
Olerícolas	393,13	478,57	338,19
Mamão	106,58	92,14	96,83
Pinha	82,20	88,62	93,92
Atemóia	66,08	68,83	79,83
Outras Culturas	245,59	214,13	268,99
TOTAL	5.820,15	5.190,53	5.791,53

Fonte: EMATER/DIJ

Fonte: DIJ (2018).

Figura 9 – Dados de produção

ANO	PRODUÇÃO (Ton)	VALOR COMERCIALIZADO (R\$)
2004	56.295,32	29.043.610,00
2005	59.210,07	30.144.670,00
2006	61.958,62	36.017.490,00

Fonte: EMATER/DIJ

Fonte: DIJ (2018).

Segundo Santos (2013) no Projeto Jaíba não há espaço de produção para subsistência, a proposta é transformar esta forma de produção, de acordo com uma lógica empreendedora, conforme podemos constatar na Etapa II do Projeto, constituída apenas por lotes empresariais. Deste modo, em sua tese “Heterogeneidade nas estratégias de sustento: a experiência da intervenção planejada na Etapa I do Projeto Jaíba, Minas Gerais” o autor trata das estratégias dos colonos irrigantes, de produzir, comercializar, e viver dentro de um espaço conduzido para a homogeneização da produção. Destaca ainda os conflitos constituídos entre duas visões: uma que considera o PJ como empreendimento voltado à modernização capitalista de produção; outra que trata da concepção dos colonos irrigantes, em reconhecer o PJ como espaço indicado pelo governo como empreendimento de colonização e assentamento de agricultores familiares.

Barbosa e Santos (2008) destacam que houve uma devastação de grandes áreas de floresta nativa, pelo uso indiscriminado de água, paralelo ao processo de expropriação dos moradores das áreas que habitavam, para dar espaço ao empreendimento, num processo de desenvolvimento compreendido como excludente, do ponto de vista do bem estar social dos grupos com trajetória

diferenciada de apropriação e convivência com a biodiversidade local, de modo que a reprodução das unidades familiares vincula-se com as estratégias viabilizadas pelos recursos locais disponíveis.

Estas dinâmicas configuram disputas entre diferentes grupos. Por um lado, determinados segmentos defendem a premissa de desenvolvimento compreendido pelo crescimento econômico. Por outro lado, estas questões reposicionam outros grupos que ocupam/ocupavam estes espaços, e que vivenciam processos de desapropriação, a partir das unidades de conservação, construídas como compensações ambientais, decorrentes das atividades deste projeto de irrigação.

Intensifica-se, com isso, a luta por terras na região, produzindo um cenário de resistência diante da expulsão das famílias pelos empreendimentos que se estabeleciam na região, num cenário que possibilitou a origem dos primeiros assentamentos rurais. Estas questões exerceram forte influência na vida das comunidades tradicionais, que se posicionam contra a expropriação das empresas de reflorestamento e fazendeiros, cujo propósito era ampliar a pecuária extensiva (FEITOSA; BARBOSA, 2006).

Os projetos desenvolvimentistas marcam não apenas o processo de modernização do campo no Norte de Minas Gerais, mas um processo de restrição e descaracterização das práticas socioprodutivas de diversos grupos sociais, por meio da privatização de áreas de uso comunal e encurralamento²⁷ fundiário.

4.6 CONDICIONANTES AMBIENTAIS: CONFLITOS AMBIENTAIS FRENTE À CRIAÇÃO DOS PARQUES ESTADUAIS VERDE GRANDE, LAGOA DO CAJUEIRO E MATA SECA

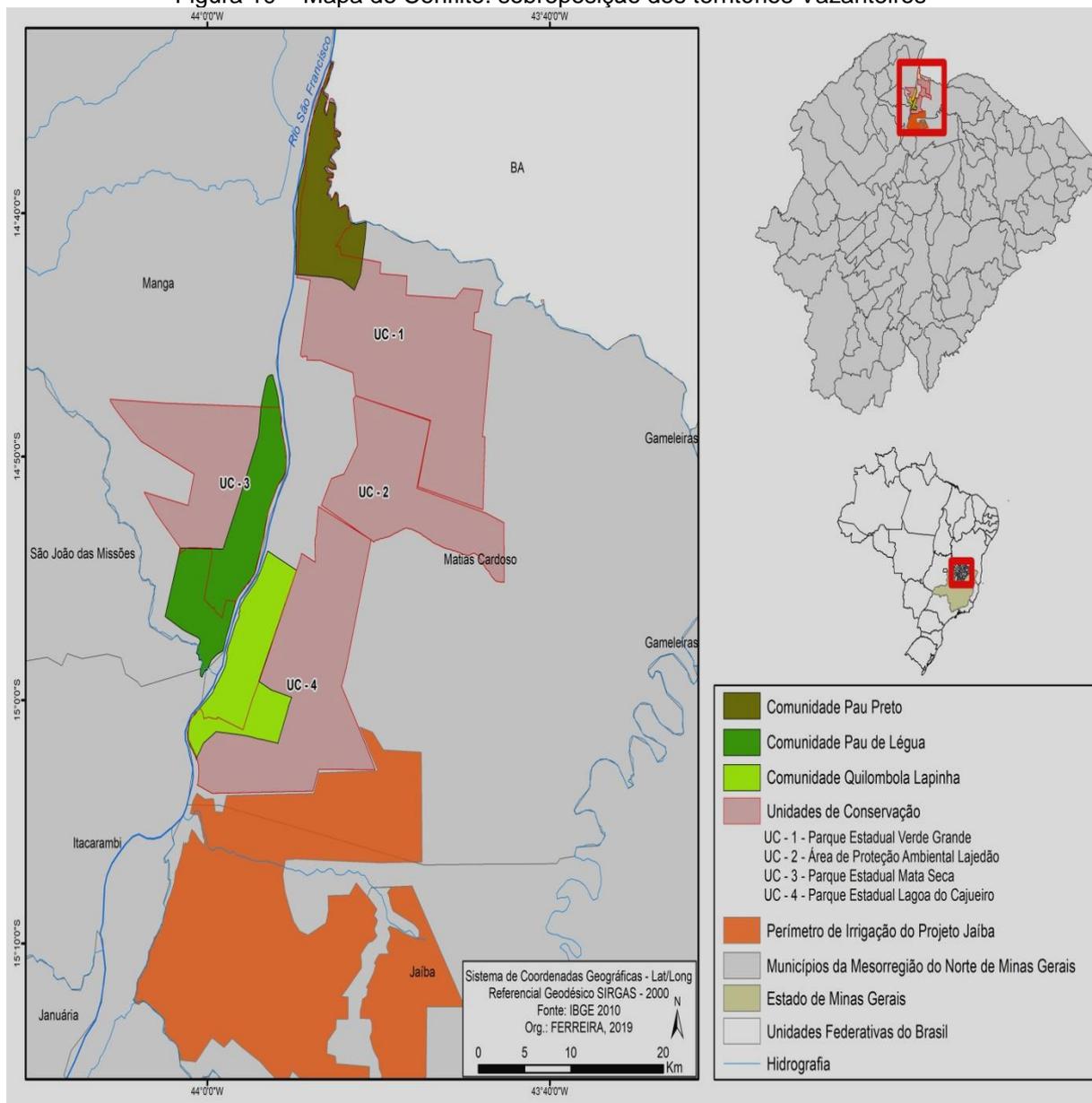
Um Sistema de Áreas Protegidas (SAP) como condicionante ambiental foi criado pelo Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), através do processo nº 339/01/97, constituído por sete UPI's, somando mais de 91 mil hectares e duas Unidades de Uso Sustentável (UUS). Estes condicionantes ambientais surgiram sem a participação pública, desconsiderando o contexto sociocultural, e beneficiando os empresários para consolidação do agronegócio. O encurralamento dos vazanteiros

²⁷ O termo encurralamento é uma analogia a perda de espaço físico do gado por meio dos currais, sendo apropriado regionalmente pelas comunidades para denunciar a perda de direitos e espaços físicos e simbólicos, diante das ações de empreendimentos com lógicas e percepções diferenciadas.

das comunidades de Pau Preto, Pau de Léguas e Quilombo da Lapinha se acentuou quando foram criados os Parques Estaduais Verde Grande (1998), com 25.443,20 hectares; Lagoa do Cajueiro (1998), com 20.728,00 hectares no município de Matias Cardoso; e Mata Seca (2000), com 15.360,06 hectares no município de Manga; sobrepondo territórios tradicionais, perfazendo um total de 61.531,26 hectares.

A Fazenda IEF está incorporada ao parque Lagoa do Cajueiro, estamos acampados faz 14 anos. Ficaram 22 hectares para 55 famílias, outra parte é ruim e de cascalho. Na demarcação territorial temos direitos, aproximadamente 18.000 hectares, mas estão ocupadas pelo parque, reivindicamos 7.000 hectares ao menos para as roças. Houve a proposta da Reserva de Desenvolvimento Sustentável, mas da forma que queriam não era adequada para as famílias, então desistimos. Nosso jeito de viver é com liberdade de ir e vir. E dessa forma eles iam nos controlar. Temos hoje a articulação do CAA, CPT, NIISA, EMATER, UFMG. Temos as conquistas da IRT e reconhecimento da Fundação Palmares; recebemos água de pipas, às vezes falta, aí armazenamos na caixa da CODEVASF. (ENTREVISTADO 12, QUILOMBO DA LAPINHA, 2020).

Figura 10 – Mapa de Conflito: sobreposição dos territórios Vazanteiros



Fonte: Silva (2022). Georreferenciamento organizado por Ferreira (2019) para o presente estudo.

No campo das disputas territoriais, a criação de UPI's, constituídas nas modalidades de parques estaduais, compensatórias a ampliação da etapa II do Projeto Jaíba, agravou conflitos ambientais com comunidades locais, devido à sobreposição em seus territórios tradicionais, tendo em vista que a ocupação humana é proibida, com a afirmativa de que provocam a exploração direta da natureza e sua degradação. Este processo desdobrou em processos de desterritorialização, e na necessidade de reorganização das comunidades tradicionais, para a visibilização e reconhecimento dos seus direitos sociais relativos à identidade, e aos seus modos de vida tradicionais. A partir dos anos 2000, a

operacionalização dessas unidades de proteção integral interferiu diretamente nas práticas tradicionais em terra firme e áreas de vazante, restringindo o uso comunal de seus territórios.

Somos penalizados se entrarmos, até mesmo se nós colhemos uma madeira, até madeira se formos tirar que no passado tirávamos para construir nossos barraco onde residimos, podíamos, hoje não pode mais, é restrito isso, se tirar vai ser multado, muitas das vezes somos perseguidos pelos agentes do parque, que é do estado, e a gente fica reprimido, não tem estrada pra sair, não temos acesso a cidade de Manga-MG, que no passado tínhamos acesso, hoje não temos, tem que passar tudo por embarcação via Matias Cardoso né, que é para sobreviver, carregar material, tudo que nos precisarmos pra lá tem que levar daqui da cidade, não temos água potável, não temos estrada, não temos luz, não temos saneamento básico, e também não temos escola nem educação e saúde, nada disso temos no local, mas reivindicamos já estrada, energia e daí por diante, e com respeito a alimentação natural do peixe, também ficou restrito, porque se a gente pegar no rio tudo bem, mas as lagoas que a gente tinha aquele acesso de plantar na beira das lagoas e pescar o pescado, hoje não temos mais. (ENTREVISTADO 07, PAU DE LÉGUAS, 2019).

A criação de unidades de conservação como medidas compensatórias ao Projeto Jaíba, desencadeou o surgimento do movimento social e político de reivindicação territorial, que envolve as comunidades tradicionais vazanteiras de Pau Preto, Pau de Léguas e Quilombo da Lapinha. Estes grupos se articulam em detrimento da sobreposição dos mencionados parques estaduais que apresentam remanescentes de Matas Secas com maior área de preservação contínua e em melhor estado de conservação (ANAYA, 2014).

O processo de criação destes parques desconsiderou as territorialidades existentes, atendendo aos interesses de ambientalistas e grandes empresários atuantes no agronegócio, numa perspectiva que vai ao encontro do que Carneiro (2005) entende por “jogo da mitigação” dos recursos naturais, que por serem limitados precisam de estratégias de conservação. O quadro aponta a relação de unidades de conservação que foram criadas, e a sua respectiva localização e tamanho.

Figura 11 – Área de Parques Estaduais, Proteções Ambientais, Reservas Biológicas e Legal

Parque Estadual do Rio Verde	25.443,20 ha
Parque Estadual da Lagoa do Cajueiro	20.728,00 ha
Parque Estadual da Mata Seca (Manga)	10.155,90 ha
Área de Proteção Ambiental Lagedão	11.223,00 ha
Área de Proteção Ambiental Sabonetal	em execução
Reserva Biológica da Serra Azul	7.803,90 ha
Reserva Legal	8.182,00 ha
Reserva Biológica	6.304,60 ha
Corredor Ecológico	238,20 ha
Área Total	90.078,80 ha

Fonte: Área de Parques Estaduais, Proteções Ambientais, Reservas Biológicas e Legal

Para Arruda (1999) uma das dificuldades permanentes para a gestão e manutenção das unidades de conservação de uso restrito está relacionada com as populações humanas que ali viviam, antes da apropriação da área pelo Estado. Apesar do modo de vida tradicional, estas comunidades são desprezadas e desconsideradas na elaboração de políticas públicas regionais, sendo as primeiras a serem atingidas pela destruição do ambiente, e as últimas a se beneficiarem das políticas de conservação ambiental, não sendo inseridas na construção de uma política de conservação.

A concepção de preservação do ambiente, sem a presença humana nas áreas protegidas é assegurada pelas seguintes leis: Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000²⁸ e Lei nº 11.428 de 22 de dezembro de 2006²⁹. Neste sentido, a ideia de conservação sem humanos é hegemônica no campo ambiental, como afirma Diegues (2001) este processo desconsidera a existências das territorialidades, e provoca conflitos ambientais com povos e civilizações, que não compartilham da mesma visão de mundo, e que possuem distintos contextos culturais, sociais e econômicos, que diferem do país de onde essas ideias foram importadas. A efetivação das unidades de proteção integral provocou a restrição de práticas tradicionais de comunidades tradicionais locais, reforçando o processo de “encurralamento” e de expropriação das terras-firmes os confinando às ilhas e barrancos do Rio São Francisco, bem como a migração para as cidades próximas, forçando a construção de inúmeras estratégias de resistência, reprodução e sobrevivência.

²⁸ Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

²⁹ Utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica

No passado a gente tinha o direito de ir e de vir normal, hoje nós não temos, não temos o direito de circular dentro da área porque foi criado o Parque Mata Seca sem consultoria pública, nós não sabíamos, quando fomos pegos de surpresa, quando acordamos já tinha instalado o parque, o fazendeiro já tinha vendido para o parque. Extrativismo, nós não temos, porque nós não podemos colher nem uma minhoca para pescar, quem dirá uma casca de pau, até as minhocas que tirávamos do território não tiramos mais, é reprimido, se for tirar tem que ser escondido, se pegarem lá, leva um preso, e daí por diante, a gente fica ali só sendo massacrado mesmo, é um lugar de misericórdia, de pedir SOS mesmo. (ENTREVISTADO 07, PAU DE LÉGUAS, 2019).

As comunidades vazanteiras, interlocutoras deste trabalho, passaram a se refugiar nas margens e ilhas do Rio São Francisco, em restritos pedaços de terra, mantendo parte desses espaços preservados, conforme afirma Oliveira (2005), desenvolvendo estratégias de convivência com o ambiente às margens do Rio São Francisco, em tempos de seca ou de enchentes, com técnicas ancestrais de produção, de origem indígena e africana. Estas comunidades reivindicam junto ao estado, uma nova perspectiva de conservação, visto que dependem dos recursos naturais para reproduzirem seus modos de vida. Deste modo, são reconhecidas genericamente a partir das categorias jurídicas de “populações tradicionais”, no âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e através do Decreto Federal nº 6040, de 7 de fevereiro de 2007, reafirmando suas especificidades culturais e históricas.

A visão da natureza intocada cria conflitos e disputas, tendo em vista que acarretam na perda do território ancestral destas comunidades, conforme a legislação referente às unidades de conservação restritivas. Ao longo dos anos, os conhecimentos deste mundo natural, os capacitaram a criar sistemas de manejo da fauna e da flora, protegendo, conservando e contribuindo para a diversidade biológica. Após o regime militar no Brasil, onde se criou número significativo destas áreas protegidas, as comunidades tradicionais recriam estratégias de resistência, propondo novos modelos de se entender e construir áreas protegidas (DIEGUES, 2001).

Este modelo resulta numa dicotomia conflitante entre ser humano e natureza, tendo em vista que desconsidera a capacidade das comunidades locais, em desenvolver um manejo sábio dos recursos naturais. Deste modo, ignoram o conhecimento extenso e minucioso, que as populações tradicionais possuem dos processos naturais, como os seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, quilombolas, e

sociedades indígenas, com práticas de manejo adaptadas às florestas tropicais (ARRUDA, 1999).

A década de 1960 marca a intensificação do discurso ambientalista sobre os efeitos ecodestrutivos da racionalidade econômica, propondo à proteção da biodiversidade, através das pautas de conservação e preservação contrárias a intervenção humana. O modelo norte americano que influenciou este processo, não se enquadra na realidade de distintos países, com diversas formas de ocupação, como no Brasil, situação que fomentou as resistências vivenciadas pelas populações tradicionais locais (DIEGUES; ARRUDA, 2001). No contexto do Norte de Minas Gerais, houve e há distintos modos de uso, significação e apropriação do território e dos recursos naturais, resultando em conflitos. A modernização agrícola interferiu nas condições de vida, nos sistemas de produção e no domínio territorial das comunidades tradicionais locais, significando um violento processo de ruptura, com a expulsão de famílias, das terras que foram tradicionalmente ocupadas por seus ancestrais, para atenderem a lógica de um projeto de desenvolvimento econômico na região, pautados na industrialização e urbanização (COSTA, 2011).

O encurralamento ocorre, sobretudo, pelo caráter de unidade de conservação restritiva, impedindo as práticas tradicionais das comunidades locais, que se identificam como atingidos por diversos empreendimentos capitalistas, que emergiram a partir da década de 1960, como pauta de um projeto de modernização e desenvolvimento. A perspectiva “preservacionista” se baseia na defesa pela natureza em seu estado selvagem, e tem suas origens no século XIX, prevalentemente nos EUA e Grã-Bretanha, inspirando a implementação do Parque Nacional do Itatiaia, em 1937 no Brasil. Trata-se de projetos que defendem e fortalece o mito de natureza intocada, sem gente nos ambientes preservados, como se fossem santuários intocáveis. (DIEGUES, 2004). Os parques estaduais no Norte de Minas surgiram orientados por esta lógica, que resultou a partir dos anos de 1980 no Brasil, no aumento dos conflitos envolvendo atores com diferentes forças, causando disputas jurídicas e políticas sobre as áreas territoriais, que compreendem localidades ancestrais de povos e comunidades tradicionais expropriadas de seus territórios.

No Brasil, a criação de unidades de conservação é um processo vertical e autoritário, numa lógica de separação entre natureza e sociedade, que não reconhecem as distintas territorialidades presentes. No contexto do Norte de Minas

Gerais estas unidades de conservação surgem associadas aos interesses de expansão da fronteira do agronegócio, que representam os empresários, bem como responde aos interesses de ambientalistas que defendem a conservação da natureza de forma intocada. Estes processos são marcados de relações de disputa e poder, conforme dinâmica das regulamentações no campo ambiental. Os modelos de mitigação de impactos ambientais traduzem formas distintas de apropriação dos recursos naturais e dos interesses materiais e capitalistas de acumulação do capital, que promovem impactos ambientais e sociais, na medida em que degradam o meio ambiente e desapropriam comunidades com outros modos de vida e convivência, aquelas que se autodenominam guardiões da natureza.

4.7 PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO: OS IMPACTOS DA EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS DA USINA HIDRELÉTRICA DE TRÊS MARIAS – MG

O Rio São Francisco nasce na Serra da Canastra, no município de São Roque de Minas, em Minas Gerais, a 1.460m de altitude. A bacia hidrográfica do São Francisco pode ser subdividida em quatro principais sub-bacias, Alto, Médio, Sub-Médio e Baixo São Francisco. Pela sua importância nacional e regional permanece sendo uma referência para os projetos de desenvolvimento na região. Do ponto de vista ecológico, econômico e social, o Rio São Francisco tem uma grande importância regional. Os principais usos estão relacionados aos grandes aproveitamentos hidrelétricos, irrigação, navegação, suprimento de água, pesca e aqüicultura. Após percorrer 570 km é interrompido pelo reservatório de Três Marias, cuja construção provocou alterações no sistema hidrológico do rio São Francisco, especialmente no ecossistema no entorno da represa. (EUCLYDES *et al.*, 2010).

De acordo com Pereira (2021) a hidrelétrica de Três Marias abrange o Alto/Médio São Francisco, no município de Pirapora (MG). Juntamente com a Usina de Paulo Afonso e a construção da central elétrica de Furnas integrariam complexo das três maiores hidrelétricas do país.

A criação da Usina Hidrelétrica de Três Marias está vinculada as demandas estaduais e regionais relacionadas à criação de infraestrutura brasileira, onde a indústria é entendida como central para a dinâmica e expansão da economia, sobretudo, por meio da exploração de áreas compreendidas como estrategicamente

econômicas, como o vale do São Francisco. Através de um acordo estabelecido com a CEMIG (criada em 1952) e a Comissão do Vale do São Francisco foi construída a barragem localizada no município de Três Marias, no Alto São Francisco, entre os anos de 1957 a 1961. Os equipamentos principais utilizados na construção eram de empresas estrangeiras, apesar de a empreiteira geral ter sido a “Corinto e Cia Construtora Três Marias”, o nome nacional reunia empresas de origem norte-americanas. (PAULA, 2017).

São diversas as formas de uso dos recursos hídricos, como para o abastecimento público, irrigação, geração de energia elétrica, criação de animais, consumo industrial, preservação de fauna e flora, tornando a água um recurso de significativo potencial econômico, não somente pela sua importância, mas, sobretudo, pelas possibilidades de uso e exploração da mesma.

De acordo com Silva (2007) a produção, consumo, demandas por água e energia aceleraram com a Revolução Industrial devido ao crescimento da população global e a expansão econômica, estimulando a implantação de plataformas energéticas havendo a construção de muitas obras hidráulicas. A resistência aos empreendimentos ocorre no âmbito local quando uns sofrem com o deslocamento compulsório da área, com danos materiais e simbólicos, relativas à mudança de suas moradias, perdas de bens materiais decorrentes de acidentes nessas regiões, e rupturas em suas trajetórias de vida no lugar. Deste modo, o Brasil tem uma matriz hidroenergética enorme considerando os empreendimentos relativos aos programas desenvolvimentistas, que por sua vez não absorveram questões sociais e ambientais. Estes empreendimentos atendem segmentos como turismo, produção de energia e agricultura irrigada.

No Brasil, a hidroeletricidade e as primeiras experiências com energia elétrica ocorreram na época imperial, quando a luz elétrica foi concedida a Thomas Edison em 1879 por Dom Pedro II, a disseminação do uso, no entanto somente ocorreu no regime republicano com a primeira utilização em 1883. Entre 1880 e 1900 o aparecimento de pequenas usinas geradoras estava relacionado à necessidade de energia para serviços públicos de iluminação e para atividades econômicas como mineração, produção agrícola, fábricas de tecidos e serrarias, com uso de máquinas a vapor e a força hidráulica pelo baixo custo. (SILVA, 2007).

Segundo Carim (2007) a necessidade de represar água fez a humanidade aprimorar a técnica de construção de barragem. O uso está associado tanto ao

consumo quanto a atividades como irrigação, controle de inundações, e geração de energia elétrica. No Brasil as primeiras barragens de terra foram projetadas em bases empíricas, com o propósito de combater a sede no nordeste. A primeira barragem de terra compactada foi à barragem do açude de Curema em 1938, na Paraíba, contudo a primeira barragem que se constituiu empreendimento pioneiro em técnicas modernas de projetos e construção de barragens homogêneas de terra com filtro vertical de areia foi a Barragem do Vigário construída em 1947 no Rio de Janeiro. A década de 50 marca o primeiro grande impulso em termos de projetos e construções de barragens de terra no Brasil, entre as principais barragens está a Barragem de Três Marias no Rio São Francisco, iniciada em 1957 sob responsabilidade da CEMIG.

O período de 1930 a 1945 marcou a definição de um novo modelo de desenvolvimento econômico, pela industrialização, com o colapso da economia agro-exportadora, novas atividades produtivas foram estimuladas. O Brasil em 1945 já era semi-industrializado, demandando energia. O aproveitamento hidráulico das águas somente era permitido aos brasileiros ou empresas constituídas por acionistas brasileiros. A política de energia elétrica passou a ser competência de um órgão subordinado a Presidência da República, através do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE) criado em 18 de maio de 1939, e em 1960 criou-se o Ministério de Minas e Energia. A Companhia Siderúrgica Nacional, a Companhia Vale do Rio Doce, a Fábrica Nacional de motores e a Companhia Hidrelétrica de São Francisco (Chesf) surgiram nesse contexto, para a realização do aproveitamento energético da Cachoeira de Paulo Afonso. (SILVA, 2007).

Instituída em 1945 a Chesf foi à primeira empresa de eletricidade do governo federal criada para promover a construção de uma Usina Hidrelétrica, para a exploração energética da Cachoeira de Paulo Afonso, situada no Rio São Francisco, entre Alagoas e Bahia. As obras de ampliação das instalações de Paulo Afonso tiveram um ritmo acelerado, tendo início a construção de duas hidrelétricas de grande porte, Furnas e Três Marias, no estado de Minas Gerais. A grande obra em fase inicial da CEMIG foi a Usina Hidrelétrica de Três Marias no Rio São Francisco, num convênio entre governo estadual e a Comissão do Vale do São Francisco, que atualmente é a Companhia de Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco (CODEVASF). Entre 1955 e 1961 a política desenvolvimentista de Juscelino

Kubitschek baseada no Plano de Metas impulsionou o desenvolvimento do país. (SILVA, 2007).

A barragem de Três Marias finalizou em 1959, iniciando a operação em 1962. A lei Nº 7.990/89 referente à Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos foi criada especificamente para exploração de petróleo, gás natural, recursos hídricos para geração de energia elétrica, recursos minerais, etc. Em 1997 foi sancionada a Lei 9.433 que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, que considera a água como um bem de domínio público, possuindo valor econômico, e determinações legais.

Na década de 50, no contexto do plano geral de desenvolvimento econômico do vale do Rio São Francisco, Carim (2007) destaca que se implantou o aproveitamento hidrelétrico de Três Marias. No século XX o projeto de barragens era corrente no Brasil, tanto que a Comissão do Vale São Francisco foi criada em 1948, para regularizar o regime do rio, e estabelecer a construção de uma barragem para energia elétrica, irrigação, navegação, e controle de enchentes.

A engenharia das barragens no Brasil, na década de 50 estava relacionada ao processo de desenvolvimento e de industrialização que vinham ocorrendo, que apontavam que a geração de energia era uma necessidade, assim, em 1934 cria-se o código das águas, e em 1938 o decreto-lei 1285/1938 que criou o Conselho Nacional das águas e Energia Elétrica. A construção da UHE Três Marias foi um marco da engenharia de barragem brasileira, tendo sido em volume de terra a 5ª maior barragem do mundo. A ideia de criação de uma empresa para o monopólio da produção de energia elétrica no país veio em 1953, resultando em 1962 na Eletrobrás, para coordenar a política de eletrificação no país. (CARIM, 2007).

As décadas de 70 e 80 segundo Silva (2007) marcam o início da operação dos maiores empreendimentos hidrelétricos, sendo o Rio São Francisco explorado para geração de energia, marcando um novo estágio no desenvolvimento do setor elétrico brasileiro com a construção de usinas de grande porte. A partir da década de 70 os projetos passam por concorrências públicas, conforme apresentado por Carim (2007) nas décadas seguintes, os projetos e construções de empreendimentos hidrelétricos modificam completamente os contextos. As questões ambientais nesses projetos somente foram consideradas em 1960, sendo que na década de 80 estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente (da Lei 6.938/81, BRASIL, 1981),

que entre outros regramentos, passa a exigir relatório de impacto ambiental e outros documentos relacionados, obrigatórios agora em qualquer projeto de usina hidrelétrica.

Os grandes projetos hidrelétricos implantados ao longo dos anos 70 e 80 trouxeram vários impactos socioambientais, apesar das argumentações sobre suas contribuições para o desenvolvimento, criando um cenário de compensação e mitigação ambiental, tendo em vista que a compensação pretende cobrir lacunas referentes às questões econômicas, sociais e ambientais. (SILVA, 2007). A criação de uma unidade de conservação é composta de estudos técnicos e consulta pública. A Compensação Ambiental está definida no Artigo 36 da Lei Federal Nº 9.985/2000 que diz que em casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório - EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral.

O Brasil é rico em recursos hídricos, mas os empreendimentos hidrelétricos são vistos como insustentáveis em virtude dos critérios ambientais, e os problemas provocados, como o comprometimento da qualidade da água, alteração do regime hidrológico, assoreamento dos reservatórios, problemas de saúde pública, emissão de gases, impactos sociais, entre outros. A construção de barragens, açudes, projetos de irrigação, sistema de drenagem modificam o ciclo hidrológico, por outro lado, o uso da água e dos recursos hídricos do São Francisco, foi e é justificado para manutenção da agricultura irrigada as margens do reservatório de Três Marias, produção de energia e abastecimento humano.

A Barragem/Usina Hidrelétrica de Três Marias - MG tornou-se conhecida em todo Brasil, pelo seu potencial hidrelétrico e por ser a primeira barragem do Médio São Francisco. O início de sua operação foi em 1962, tendo um comprimento de 2.700m, altura máxima da barragem: 75m, com 6 unidades geradoras e a potência de 396MW, conforme ficha técnica da CEMIG (2021).

A cidade de Três Marias – MG não foi planejada, e as residências foram surgindo em lugares impróprios, como uma necessidade dos operários que trabalhavam na construção da barragem/Usina Hidrelétrica, e conseqüentemente

através do comércio e dos fazendeiros da região, conforme informações extraídas do IBGE e da Prefeitura do município.³⁰

A execução do projeto necessitou de aproximadamente 3.500 trabalhadores, organizados em dois turnos de 10 horas cada e cerca de 500 técnicos especializados, incluindo capatazes, engenheiros e pessoal administrativo. Na margem direita do rio Borrachudo foi construída uma cidade temporária planejada para acomodar em torno de 10 mil habitantes e dotada de vários serviços públicos, compreendendo 122 residências, 26 grandes alojamentos para solteiros, 2 escritórios administrativos, um centro comercial, 2 escolas, hospital e clube, vila de trabalhadores com 650 casas, embrião do que atualmente é a cidade de Três Marias. (PAULA, 2017, p. 02).

A cidade de Três Marias, no início da construção da Usina Hidrelétrica se chamava Barreiro Grande, era um sítio que pertencia à família Josh Pereira de Freitas. Teve sua história social e econômica marcada pela construção da Usina Hidrelétrica. Esta região começou a receber comerciantes e operários, ainda quando não havia infraestrutura. Houve um rápido crescimento desordenado, com a formação do povoado Barreiro Grande, que logo passou a distrito, pertencendo ao município de Corinto, se desmembrando em 1º de março de 1963. O nome da cidade foi associado à Usina Hidrelétrica de Três Marias que se tornou conhecida em todo o Brasil devido ao seu potencial hidrelétrico. No ano de 1975, a população se organizou e fez abaixo assinado com a assinatura da maioria dos eleitores, para pleitear a mudança da denominação Barreiro Grande para Três Marias, através da Lei estadual de Nº 6.756 de 17-12-1975 (ICMBIO, 2013).

A população passou a possuir 28.318 habitantes em 2010, no aspecto econômico, muitas bibliografias se embasam no crescimento econômico e desenvolvimento impulsionado pela criação da usina hidrelétrica, destacando as oportunidades de investimentos na agricultura, pecuária, mineração, comércio e serviços, e o aumento gradativo do PIB per capita. Contudo, são evidentes os conflitos por acesso aos recursos naturais, como na disputa pelo uso do rio, que existe entre os pescadores amadores, os esportistas e os profissionais. Diferente dos demais pescadores, os profissionais têm seu sustento baseado na pesca, mas a forma de exercê-la prejudica as atividades dos pescadores amadores e esportistas, tanto quanto a deles também interfere diretamente na dinâmica dos pescadores profissionais. Além disso, outro conflito no leito do Rio São Francisco ocorre entre

³⁰ Prefeitura Municipal de Três Marias.

pescadores, e a empresa Votorantim Metais S.A. em função da instalação do seu parque industrial às margens do Rio, e do vazamento de resíduos das instalações da empresa no rio, que pode causar a mortalidade dos peixes. As margens são ocupadas principalmente por chácaras, clubes de pesca, como os clubes Náutico e Federação dos Trabalhadores da Indústria (FTI), e as grandes fazendas de plantação de eucalipto, produção de carvão vegetal, com forte uso de agrotóxico, atendendo a demanda das empresas Gerdau e Raiz Florestal. (ICMBIO, 2013).

A barragem da usina de Três Marias foi inaugurada no ano de 1961 (MEMORIAL DA DEMOCRACIA, 1961), tendo como proposta gerar energia e “desenvolver a região do Rio São Francisco”, conforme discurso adotado naquela época. O presidente Juscelino Kubitschek inaugura em Minas Gerais a barragem considerada a maior do Brasil até então, com 2,7 quilômetros de extensão, 75 metros de altura e capacidade para 19,5 bilhões de metros cúbicos de água. O potencial energético equivalente a 500 megawatts e capacidade instalada que pode chegar a 396 megawatts, o suficiente para abastecer 1,1 milhão de pessoas. Deste modo, integra juntamente com a construção da Central Elétrica de Furnas e a expansão da usina de Paulo Afonso, um complexo das três maiores hidrelétricas do país.

De acordo com o Memorial da Democracia (1961) estes três projetos no Plano de Metas de Juscelino sustentariam o desenvolvimento industrial, e o projeto de integração regional. Além disso, a barragem de Três Marias se destacava pelo maior volume de retenção de água, três vezes maior que a baía de Guanabara, num lago artificial de 1.050 quilômetros quadrados de superfície. O governo JK colocava em prática a proposta de expansão das indústrias elétricas e de comunicações, através de um projeto concebido para promoção de desenvolvimento, controle da vazão do rio, produção de energia e promoção da irrigação.

Deste modo, a construção da barragem teve como objetivo promover a geração de energia elétrica, realizar a regularização da vazão, melhorar a navegabilidade do rio São Francisco e fomentar a irrigação. No entanto, são inúmeros as modificações causadas e os impactos ocasionados, sobretudo, na vida das populações tradicionais e ribeirinhas que vivem da agricultura e da pesca, pela influência direta nas condições de reprodução das espécies, e também nas formas de organização produtivas dos agricultores, que possuem suas práticas associadas às vazantes e ao ciclo hídrico do Rio São Francisco.

Os empreendimentos da CVSF, Três Marias, Cemig, Furnas, a anterior Companhia Hidrelétrica do São Francisco (1948) e a hidrelétrica de Paulo Afonso, Sobradinho (Ver SYGAUD, 1986), a construção de Brasília etc., fazem parte de ações de cunho desenvolvimentistas que incluíram vastas sub-regiões de Minas Gerais, Centro-Oeste e Nordeste no mapa econômico nacional. O que, nem de longe, resolveu os problemas sociais que sempre voltam à tona e que são usados para novos projetos que beneficiam em maior escala os detentores do capital, utilizando sempre argumentos ligados ao “progresso”, geração de empregos, etc. (PAULA, 2017, p. 9).

A justificativa da criação dos projetos está sustentada na ideia de “progresso” para superar o “atraso” e o “subdesenvolvimento” de determinada região, no entanto estas ações impactam as populações afetadas que se manifestam e buscam estratégias de resistências. Vários pesquisadores das Universidades de Minas Gerais, ambientalistas e lideranças regionais questionam os impactos das hidrelétricas no Rio São Francisco, na natureza, que comprometem bacias hidrográficas, a preservação dos peixes, a piracema e as lagoas, criando uma agressão ambiental, interferindo nos modos de vida das comunidades tradicionais como os ribeirinhos, barranqueiros e vazanteiros.

A população sofre com a poluição do Rio São Francisco, causada por atividades de mineração industrial e siderurgia, imensas áreas de monocultivo de eucalipto, projetos de irrigação, e também a barragem da Usina Hidrelétrica de Três Marias trazendo prejuízos ambientais, sociais e culturais. A contaminação por arsênio, manganês e zinco na população foi constatada pela Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro), órgão vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego. Entre outros impactos como a alteração no regime tradicional de uso e ocupação do território, assoreamento de recurso hídrico, desmatamento e/ou queimada, erosão do solo, falta / irregularidade na autorização ou licenciamento ambiental, invasão / dano a área protegida ou unidade de conservação, poluição atmosférica, poluição de recurso hídrico, poluição do solo. Os pescadores denunciam o grande volume de metais pesados e rejeitos depositados no leito do rio durante o período das águas com as chuvas, contaminando a terra, a água, os peixes, as plantas e o povo que mora às margens. (FIRPO, 2009).

Foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 22 de maio de 2020 o Decreto Nº 10.370 que trata da implantação da Usina Hidrelétrica Formoso no Rio São Francisco na região dos municípios de Pirapora e Buritizeiro, que pode comprometer a situação de falta de água na região, prejudicando o ecossistema e

impactando no ciclo reprodutivo das espécies, danos que já vinham ocorrendo pela proximidade com a hidrelétrica de Três Marias.

De acordo com o Conselho Indigenista Missionário - CIMI (2020) mais de sessenta entidades denunciaram a construção da usina hidrelétrica de formoso, em Minas Gerais. Mais uma vez o argumento se pauta na justificativa de que o empreendimento proporcionará o desenvolvimento regional, geração de empregos e estabilidade econômica. Contudo, os povos tradicionais, quilombolas, indígenas, comunidades pesqueiras, vazanteiras, geraizeiras, denunciaram o fato de este projeto ser insustentável do ponto de vista econômico, social e ambiental. Bem como as manobras para acelerar o processo de licenciamento ambiental em plena pandemia, ignorando a consulta pública, e os impactos ao ciclo das águas, as espécies de flora e de fauna ameaçadas de extinção, provocando problemas sócio-ambientais e empobrecimento a população que dependem do regime de vazão do São Francisco, ou seja, coloca em risco a sobrevivência de inúmeras comunidades tradicionais, que vivem não só na região, mas em toda a bacia, como os ribeirinhos e os vazanteiros das comunidades do Quilombo da Lapinha, Pau Preto e Pau de Léguas.

A carta de repúdio foi assinada pela Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste Minas Gerais e Espírito Santo (Apoime), Articulação Popular São Francisco Vivo, Articulação Rosalino Gomes de Comunidades Tradicionais, Articulação do Semiárido (ASA), Associação Ambientalista Corrente Verde, Associação Clube Literário Tamboril, Associação Comunitária Quilombola Pesqueira e Vazanteira Caraíbas, Associação Comunitária Quilombola Pesqueira e Vazanteira Croatá, Associação Comunitária Pesqueira e Vazanteira de Canabrava, Associação Comunitária dos Vazanteiros da Ilha da Porteira, Associação de Mulheres e Homens Pescadores Nossa Senhora Aparecida – Povoado Serrão Ilha das Flores – SE, Associação Quilombola Pesqueira e Vazanteira Família Lídia Batista Sangradouro Grande, Aposentados e Pensionistas do Serviço público Federal de Minas Gerais (SINSEP-MG), Coletivo Velho Chico Vive, Colônia de Pescadores Z-20 de Ibiaí, e Comissão Pastoral da Terra Minas Gerais.(CIMI, 2020).

Além das organizações acima, outros grupos se uniram à causa para manifestação do repúdio, a Comissão Pastoral da Terra Oeste BA, Comissão Pastoral da Terra Juazeiro BA, Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), Cáritas Arquidiocesana de Montes Claros, Cáritas

Brasileira Regional de Minas Gerais, Cáritas Diocesana de Bom Jesus da Lapa, Cáritas Diocesana de Januária, Coletivo de Assistentes Sociais Resistência e Luta – SE, Coletivo de Mulheres do Norte de Minas, Comunidade Tradicional Vazanteira, Quilombola e Pesqueira Cabaceiras, Comunidade Tradicional Vazanteira e Pesqueira Maria Preta, Comunidade Tradicional Vazanteira e Pesqueira Barrinha, Comunidade Tradicional Vazanteira e Pesqueira da Venda, Coordenação Regional Quilombola do Território do Velho Chico, Coletivo de Comunidades de Fundo e Fecho Pasto do Oeste da Bahia, Departamento de Psicologia da UFS, Diocese de Bom Jesus da Lapa, Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Norte de Minas, Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco (FUNDIFRAN). (CIMI, 2020).

Cabe destacar ainda a assinatura da Fundação João Cristiano – Brotas de Macaúbas, Grupo Marisqueiras de Sergipe, Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), Levante Popular da Juventude, Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB – MG e Oeste da BA), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento Universitário Afronte – UFS, Movimento de Mulheres Camponesas, Movimento Negro Unificado – PE; Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais – NE; Observatório Contra a Violência – UFS, Povos Indígenas Tuxá, Paróquia Bom Jesus dos Aflitos, Floresta – PE, Pastoral da Criança Diocese de Bom Jesus da Lapa, Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), Pastoral do Meio Ambiente (PMA), Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde (RENAFRO – Núcleo SE), Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (SINDIUTE – Subsede Pirapora), Sindicato Trabalhadores Ativos, Aposentados e Pensionistas do Serviço público Federal de Minas Gerais (SINSEP-MG), Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais (SINDIELETRO – Regional Norte), Sindicato dos Trabalhadores(as) Rurais e Agricultores(as) Familiares de Barra – BA (SSTRAF), Sociedade Socioambiental do Baixo São Francisco – Canoa de Tolda, Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Sergipe – Subsede Baixo São Francisco II. Tendo como apoio técnico o GESTA – Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais; Projeto Manuelzão – Universidade Federal de Minas Gerais; Laboratório de Educação Ambiental e Ecologia Humana – UNIMONTES; NIISA – Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental – UNIMONTES. (CIMI, 2020).

Em entrevista dada ao Jornal Brasil de Fato, o trabalhador Pedro Braga ressalta os problemas econômicos,

Haverá empobrecimento de comunidades e famílias que dependem da pesca como sustento. Já é clara a escassez de peixes no rio devido à poluição existente, assoreamento e pesca irregular predatória. Esse empreendimento empurraria famílias para a pobreza. Há ainda comunidades de vazanteiros, uma cultura secular de cultivo nas beiras do rio, que vão sofrer muito com a mudança dos regimes de cheia e seca do São Francisco. (BRAGA, 2020).

A construção de barragens tem sido vista como solução econômica e ambiental fundamental para os problemas energéticos, visão apoiada pela ideia de progresso humano através do controle da natureza, que explicam a existência de mais de 40 mil grandes barragens em todo o mundo. Contudo, são diversos os impactos relativos à construção de grandes aproveitamentos hidrelétricos, como as alterações no microclima local, mortandade de peixes, alterações nos ecossistemas, rompimento de barragens, entre outros. Os custos ambientais e sociais desses projetos são diversos, bem como as consequências ambientais das grandes barragens tem sido devastadoras, uma vez que modifica o regime hidrológico, causa erosão das margens de rios, degradação das áreas, modificação das características do meio ambiente, concentração de substâncias tóxicas, interferência na flora e fauna, inundação de áreas de vegetação com perdas de espécies, deslocamento compulsório da população, perda de terras cultiváveis, perda de florestas e recursos minerais, alteração da estrutura agrária, interferência com povos indígenas e outros grupos étnicos - como as comunidades vazanteiras - entre outros impactos. (FERREIRA, 2004).

Para além dos danos ambientais os impactos sociais são constantes, sobretudo, com os episódios de inundações em territórios, comprometendo a pesca, as pastagens e as tradicionais culturas das comunidades ao redor, como tem ocorrido com as comunidades vazanteiras no médio São Francisco, o qual tem nas ilhas, também chamada de vazantes, um elemento importante para a produção agrícola, numa dinâmica de trabalho que é orientada pela lógica da natureza. Nesses territórios a agricultura não é possível nos tempos de chuvas, dezembro e fevereiro, porque são encobertas pelo rio, as vazantes tornam se ainda mais importantes com a falta de peixes, importante em sua reprodução social. (PEREIRA,

2019). Este contexto tem resultado em organizações populares que apresentam críticas a estes projetos de desenvolvimento.

Como discorre Ferreira (2004), a visão dos empreendedores contrapõe a visão das vítimas do desenvolvimento, tendo em vista que para os primeiros trata-se da efetivação de crescimento econômico e progresso vitorioso, onde os efeitos negativos são irrisórios perto dos efeitos benéficos, ao passo que para os demais é evidente que eles não são beneficiados, pelo contrário são vitimados, e muitas vezes inclusive criminalizados.

Alguns estudos se referiram à população da região do médio São Francisco, como atrasados, carentes, indolentes, definição marcada pela pobreza, numa condição de extrema miséria, de forma pejorativa, desconsiderando as singularidades dos modos de vida dessas pessoas. Nestes estudos, os discursos estavam baseados no desenvolvimentismo, que se pautam no debate do progresso para legitimar a construção de grandes obras, projetos e empreendimentos. No governo de Juscelino Kubitschek 1956-1961 esse discurso de desenvolvimento regional ganhou força, onde houve não somente a criação, mas, sobretudo a expansão das ações desenvolvimentistas no Brasil, e no Norte de Minas Gerais, como a criação da SUDENE, a CEMIG, hidrelétricas, e outras intervenções da CODEVASF. (PEREIRA, 2019).

Alterações estas que provocou significativas mudanças nas formas de sobrevivência, trabalhos e modos de vida, na medida em que impactou ambientalmente e socialmente. Os impactos na sociobiodiversidade também são evidenciados, tendo em vista que o fato das barragens bloquearem a passagem natural do curso d'água, criando lagos que impede o livre movimento das plantas aquáticas e dos animais, impedindo a migração de espécies e a preservação do ecossistema. A partir da formação de lagos a carga de sedimentos é depositada no fundo fornecendo habitat apropriado somente para algumas formas de invertebrados, impossibilitando o crescimento de algas ou plantas aquáticas. Os custos da geração hidrelétrica são altos, considerando o processo de construção e a consequência mais importante que é a possibilidade do rompimento de barragens, causando mortes da população à jusante do empreendimento. Reservatórios hidrelétricos não podem ser considerados como sustentáveis devido à degradação ambiental que segue estes projetos. (FERREIRA, 2004).

A lama de rejeitos do minério preocupa os pescadores, piscicultores e moradores do entorno de Três Marias, e regiões afetadas ao longo da Bacia do São Francisco, de Minas ao Nordeste. A contaminação da água e dos recursos naturais com metais pesados (ferro, manganês, mercúrio, cromo, chumbo, cobre, cádmio e outros) gerou constantes riscos a vida da população e as espécies.

Outra consequência importante está relacionada às moléstias associadas à saúde, de acordo com Ferreira (2004) as doenças em que a água atua como veículo de agentes infecciosos são chamadas de doenças de transmissão hídrica, quando os microrganismos patogênicos atingem a água, bactérias, fungos, vírus, protozoários e helmintos. Já as doenças causadas por determinadas substâncias químicas, orgânicas ou inorgânicas, presentes na água em concentrações inadequadas são chamadas de doenças de origem hídrica. As substâncias podem resultar de poluição e são presentes em quantidade superiores aos padrões consumo humano. Como “o saturnismo, provocado por excesso de chumbo na água, ametemoglobinemia em crianças, decorrente da ingestão de concentrações excessivas de nitrato, e outras doenças de efeito a curto e longo prazos.” (FERREIRA, 2004, p. 68-69).

Para Paula (2017) nem de longe as expectativas da criação da usina resolveram os problemas sociais, que considera serem usados para novos projetos que beneficiam em maior escala os detentores do capital, e que se pautam em argumentos ligados ao “progresso” e geração de empregos; Ou seja, se baseiam em discursos de “atraso”, “subdesenvolvimento” e “interesses regionais” para operar a expropriação. Foram 900 propriedades desapropriadas em seis municípios (S. Gonçalo do Abaeté, Morada Nova de Minas, Pompéu, Corinto, Felixlândia, Abaeté). A usina foi operacionalizada sem os devidos estudos de Impacto Ambiental, ou relatório de impacto ambiental, apesar da supervisão da CEMIG, os equipamentos principais eram de empresas estrangeiras, apesar de o empreiteiro geral ter sido a empresa “Corinto e Cia Construtora Três Marias”, ela abrigava empresas de origem norte-americanas.

A construção da Hidrelétrica de Três Marias (1957 a 1962) teve grande impacto sócio-ambiental, uma vez que alterou a vida das populações ribeirinhas. (PEREIRA, 2021).

A intervenção da SUDENE significou um início de uma nova fase que os ribeirinhos passariam a enfrentar. Foram mudanças que abordaram não apenas os moradores, mas também toda a área ambiental do Norte de Minas. Uma das espécies prejudicadas, por exemplo, foram os peixes ao longo do rio e também as plantações. Sobre os peixes, o represamento da água impedem tanto os barramentos das lagoas marginais que são os espaços onde ocorrem a desova e reprodução dos peixes, como também provoca “empecilhos para que os peixes caminhem “livremente” no rio perfazendo o seu ciclo de reprodução” (PEREIRA, 202, p. 308).

A tradição de plantar nas margens torna-se algo instável e inseguro, visto que as represas controlam o rio e com a estiagem torna-se incerto a liberação de água para as vazantes, o que desencadeou um rompimento da estrutura social dos moradores do médio São Francisco, como os vaporzeiros, pescadores, agricultores, vazanteiros e ribeirinhos, “Quem vivia ou tinha a sua vida econômica voltada para as vazantes [...] de certa forma, todos sofreram para se reestabelecer em meio ao processo de desenvolvimento”. (PEREIRA, 2021, p. 317-318).

A implementação de empreendimentos se sustenta com o discurso da promessa ao desenvolvimento, promovendo geração de trabalho e progresso da cidade, como afirma Braga (1985), Cardoso (2000) Ferreira (2004), Pereira (2007), entre outros trabalhos que versam sobre a dinâmica de transformações espaciais, e a industrialização da área mineira da SUDENE.

Contudo, são vários os prejuízos sociais, culturais e ambientais, para além dos riscos catastróficos, como o rompimento de várias barragens no estado de Minas Gerais. Para toda a região o Rio São Francisco possui importância social, econômica e cultural, sobretudo, para os trabalhadores que vivem em suas margens e tem a sua identidade associada ao rio enquanto parte do seu território, responsável e fundamental na construção do imaginário sobre a fartura do passado, e escassez do presente. A saudade de um passado de abundância e felicidade, e a escassez e dificuldade presente no cenário atual de transformações e modificações, que atingem diretamente os seus modos de vida.

A pesca no São Francisco sempre foi uma atividade exercida e importante para as condições de vida e de trabalho das pessoas, especialmente para a alimentação e fonte de sobrevivência. Da mesma maneira, as vazantes estão alinhadas a pesca, são extensões de terras férteis nas margens do rio, nos tempos de seca, onde os pescadores plantam, seguindo o ciclo da natureza, alternando os tempos de chuvas – cheias - e de seca para sobreviver. A lógica do progresso e da modernização contribuiu para um processo em que os pescadores foram

incorporando uma lógica capitalista, que em outros momentos não pareciam ser tão determinante na orientação de suas vidas, consequências das formas de intervenção do estado, e dos empreendimentos privados nos espaços de trabalho. (PEREIRA, 2019).

5 VAZANTEIROS EM MOVIMENTO: MOBILIZAÇÃO POLÍTICA, REIVINDICAÇÕES TERRITORIAIS E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA

Figura12 – O 7º Encontro da Articulação dos Vazanteiros em Movimento



Fonte: Silva (2017). Imagem feita durante as atividades de Grupos de Trabalho, no 7º Encontro da Articulação dos Vazanteiros em Movimento.

A modernização da agricultura, associada à lógica da Revolução Verde e da expansão das fronteiras agrícolas contribuiu para a desorganização dos modos de vida e estratégias socioeconômicas das populações rurais, e comunidades tradicionais do Norte de Minas Gerais, sobretudo, através da exclusão ainda maior da agricultura familiar e camponesa, haja vista que fomentaram as monoculturas, reflorestamentos, e grandes cultivos irrigados, que impactaram na restrição do acesso aos meios necessários para o desenvolvimento de suas atividades agrícolas e agroalimentares.

Este processo se intensificou, de acordo com Dayrell (2000) a partir da década de 1970 com a “chegada das firmas” devido à racionalidade produtiva baseada na economia capitalista, num processo que privilegiou os setores industriais e agro-industriais, desconsiderando as populações que ali viviam

(camponeses, indígenas, quilombolas, pescadores, coletores, etc.) tal como interferiu no modo de vida das comunidades tradicionais, como as comunidades vazanteiras.

Deste modo, o presente capítulo tem como objetivo refletir sobre a mobilização política, e as reivindicações territoriais dos vazanteiros, que acionam sua identidade também como resposta aos processos de invisibilização de suas existências e das lutas invisibilizadas. A construção e a consolidação da articulação dos Vazanteiros em Movimento tem significado um espaço de representatividade, e uma das importantes estratégias de resistência cotidiana, na luta pelo reconhecimento e pela regularização dos seus territórios.

A invisibilização cultural e socioeconômica é reforçada pelas transformações dos sistemas de produção, modificação dos agroecossistemas locais, processos e mecanismos de mercado, tendo em vista que, a unidade produtiva dessas comunidades é fundamentada em outros valores, tais como a vivência em comunidade, e a solidariedade empregada no cotidiano, que compõe suas identidades e territorialidades.

O contexto de encurralamento, e de usurpação dos saberes e conhecimentos tradicionais provocaram e provoca a descaracterização de sua organização social e produtiva, o que resulta na constante necessidade da construção de alternativas de resistência e sobrevivência, frente à inserção de outras matrizes de racionalidade, como a dinâmica agroalimentar global, que emergem nos seus espaços, modificando suas formas de produção, reprodução, e convivência com a biodiversidade local.

A trajetória sistematizada neste capítulo teve como fonte as entrevistas feitas nas comunidades vazanteiras, objeto de estudo desta pesquisa, associada à análise de documentos disponibilizados pelas lideranças da comunidade, além do acúmulo metodológico das pesquisas realizadas nesta região. Deste modo, este capítulo se divide em tópicos que enfatizam o processo de (in)visibilização das comunidades tradicionais do Norte de Minas Gerais; o acionamento da identidade e do modo de vida vazanteiro para o reconhecimento dos direitos territoriais; os conflitos socioambientais e territoriais, os novos agentes e a (re)configuração dos conflitos; os processos de gestão, manejo e disputas pelos recursos naturais; e os processos de mobilização política e reivindicações territoriais, tendo a Articulação dos Vazanteiros em Movimento como estratégia de resistência.

5.1 PROCESSOS DE (IN)VISIBILIZAÇÃO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DO NORTE DE MINAS GERAIS³¹

Elementos importantes do processo de invisibilização das populações e comunidades tradicionais do Norte de Minas Gerais são evidenciados já no capítulo II desta pesquisa, que discorreu sobre o contexto histórico da região, e os processos políticos e socioeconômicos. Não se trata aqui, de um reducionismo destas questões, contudo, este cenário representa pontos importantes para a reflexão dos processos de invisibilização socioeconômica e cultural, marcados pelo fortalecimento da lógica de acumulação capitalista estabelecida.

O processo histórico de colonização da região do Norte de Minas Gerais vai ao encontro com o contexto de exploração e ocupação do Brasil, prioritariamente a partir dos aspectos geográficos e ecológicos, no qual esta região se encontrando distante geograficamente do litoral, com condições climáticas semi-áridas, era entendida como infértil para a plantação de cana. (GONÇALVES, 2000).

Deste modo, todo o interior do Brasil era um imenso sertão, sendo Minas Gerais, no início da descoberta do ouro, conhecida como o “Sertão de Cataguases”. O termo sertão inicialmente era utilizado para afirmar sua condição periférica, como destacado por Ribeiro (2000, p. 56-57) a ideia era de que estava fora dos centros dinâmicos do mundo moderno, visão associada à dimensão do “atraso” frente ao “progresso”, tratado de forma depreciativa, assim como a vegetação do cerrado.

De acordo com França; Barbosa; Soares (2006) os escritos dos europeus no século XIX contribuíram para a construção de uma visão estigmatizada tanto do cerrado, quanto de suas populações. Assim, foram invisibilizados e tratados hierarquicamente como inferiores, sendo incorporados as políticas de desenvolvimento e/ou desenvolvimentistas. Estas populações não foram reconhecidas como autônomas em sua produção, cujos modos de vida se diferenciam das ações do capital agro-industrial, e, portanto, pode-se considerar que foram subalternizadas e invisibilizadas nestes processos, tendo em vista que na

³¹ O desenvolvimento deste tópico segue a proposta de continuidade das abordagens apresentadas na Dissertação de Mestrado da autora, defendida no ano de 2016, no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social, da Universidade Estadual de Montes Claros.

perspectiva da lógica capitalista, os espaços de uso comunal (chapadas) eram lugares improdutivos.

No processo de colonização, havia o interesse da metrópole portuguesa pela administração das minas de ouro e controle territorial dos campos gerais, denominação dada pela referência à apropriação comum dos recursos naturais disponíveis nas terras, que eram a condição de garantia da subsistência de parte significativa da população, conforme Gonçalves (2000, p. 24) aponta “é que Campos Gerais indicam um modo de uso, um modo de apropriação comum, geral, das terras. Indica que eles não são particulares, privados. São Gerais, são comuns.” Estes campos gerais, também chamado de sertão dos gerais produziram e reproduziram culturas singulares com modos de vida específicos, compostos de matrizes de racionalidades diferenciadas, invisibilizadas em suas práticas socioeconômicas e em suas estratégias de (re)produção.

Com o processo de urbanização a região deixa de ser reconhecido como Sertão dos Cataguases, iniciando a reorganização da área mineradora de um lado, até a Comarca de Sabará, e de outro o então sertão mineiro, que por meio da atividade de pecuária e da agricultura, desenvolvidas entorno das fazendas, além da agricultura de auto-abastecimento que era destinada aos camponeses, abastecia a região mineradora. (FRANÇA; BARBOSA; SOARES, 2006).

O tratamento pejorativo se baseava na concepção do “atraso econômico, arcaísmo social e político, violência...” além de ser considerado como “base do clientelismo político e de práticas populistas.” (FRANÇA; BARBOSA; SOARES, 2006, p. 71). Contudo, os termos pejorativos foram ressignificados, resultando na apropriação da identidade sertaneja no sertão Norte Mineiro, espaço territorial de construção de liberdade, autonomia e reafirmação. Segundo Costa (2011) esta região foi tratada como culturalmente fora dos centros dinâmicos do mundo moderno, como “terras de ninguém” ou terras que ninguém queria, sendo sua população identificada como ‘pequenos produtores’, ‘sitiantes’, ‘posseiros’, ‘agregados’ e, atualmente, ‘agricultores familiares’”. (COSTA, 2011, p. 54-55).

A formação da região possui um histórico de constante negação, afirmação e reafirmação, de modo que Oliveira; Dayrell; D’Angelis Filho (2011) ressaltam que a

sociobiodiversidade³² é a principal característica, juntamente com as matrizes culturais dos grupos que ali interagem, que confere o desenvolvimento de estratégias singulares na agricultura regional, através do manejo dos recursos em ambientes específicos. A ampla bio-sócio-diversidade (variedade de vegetação, povos e culturas) possibilitou e possibilita a formação e organização de comunidades, que nos apresenta formas singulares de produção e reprodução, intimamente ligadas às condições geográficas, climáticas e de manejo dos recursos naturais.

Do ponto de vista da (re)produção e formação da identidade cultural da população local, o cerrado³³ exerce importância significativa, como afirma Dayrell (2000) o significado é expressivo na formação histórica-cultural-econômica da região, pela expansiva ocupação, diante da expansão capitalista que coloca em evidência a sustentabilidade dos recursos naturais, o empobrecimento das populações locais, e o agravamento de suas condições socioeconômicas. Deste modo, a vegetação local exerce grande influência na formação cultural, social e política de grupos sociais que se auto-identificam a partir da relação que estabelecem com o território em que estão inseridos, transformando-o no lugar da vivência e convivência.

Na região, se destaca a concentração de agricultores familiares, que além do plantio de lavouras diversificadas, associada à criação de gado na solta, desenvolvem atividades produtivas tradicionais, ou seja, a partir da reprodução repassada pelos nativos, os mais velhos das comunidades. De acordo com o antropólogo Costa (2011, p. 62) diversas comunidades se reconhecem como diferenciadas, “[...] na região do alto médio curso do mesmo rio (Rio São Francisco), encontram-se diversas comunidades que se afirmam etnicamente como distintas, os geraizeiros, os veredeiros, os caatingueiros, os vazanteiros/barranqueiros e os ilheiros.” Para o autor, a trajetória dos atuais povos e comunidades tradicionais no Brasil é marcada pela dominação, descaso e exclusão, contudo, esses grupos sociais buscam o reconhecimento da singularidade e das identidades coletivas, por

³² Definição utilizada pelos autores para se referir ao processo de interação a respeito da diversidade e dos aspectos sociais e biológicos que constituem a formação da região do Norte de Minas Gerais. Refere-se a variedade de vegetação, povos e culturas.

³³ Refere-se à vegetação (que é um tipo de savana) presente em aproximadamente 63% do Norte de Minas Gerais.

meio da afirmação da condição humana pela (re)conquista da liberdade e autonomia.

Nesta lógica, o processo de (des)invisibilização tem significado para essas comunidades, a transição da condição de invisibilizadas à protagonistas de novos processos políticos e econômicos. Segundo Oliveira; Dayrell; D'Angelis Filho (2011) uma estratégia importante é a atuação nos processos de visibilização dos circuitos econômicos que estão inseridos, buscando pela via da inclusão, visibilizar suas práticas e produções, historicamente subalternizadas nas estatísticas, mas com valor substantivo na agricultura regional. O contexto de imersão no que Oliveira; Dayrell; Filho (2011) chamou de “economia invisível”, apesar de possuírem uma economia composta de complexas redes de negócios, se faz necessário e urgente que esses grupos sociais assumam cada vez mais as estratégias de (des)invisibilidade.

Aqui neste trabalho, a categoria: “camponês” é importante para compreender as distintas comunidades e grupos sociais no Norte de Minas Gerais, pela identificação associada à lógica da produção e reprodução da agricultura pela via da solidariedade e da coletividade. Martins (1981) destaca o fato de que o camponês historicamente vivenciou um processo de invisibilização, inclusive pelas denominações depreciativas que recebeu; este aspecto reflete de certa maneira também na constituição das identidades dessas comunidades.

Estes grupos sociais têm em suas redes econômicas uma referência da economia/agricultura camponesa e do agroextrativismo, se organizando a partir de relações comunitárias. Conforme Sabourin (2009) os recursos naturais são tradicionalmente organizados a partir de um sistema de gestão comunitária, composto de regras e normas que regem a apropriação coletiva da comunidade, de modo que as organizações econômicas e produtivas se baseiam neste sistema de gestão e contribuem para velhos e novos agentes coletivos que agem em favor das necessidades coletivas no meio rural.

Trata-se de uma lógica constituída a partir dos valores de coletividade, que se sobrepõem à lógica do individualismo, sendo a diversidade cultural e ecológica fundamental para a sua organização, possibilitando a articulação dos diversos conhecimentos; a autonomia das comunidades nos seus espaços de produção; o manejo dos recursos naturais conciliados à adaptação dos ecossistemas, e a valorização da biodiversidade, como fonte indispensável para a reprodução da vida.

Para Oliveira; Dayrell; D'Angelis Filho (2011) as comunidades rurais e tradicionais sempre estiveram inseridas nas dinâmicas econômicas regionais e nacionais, como parte de suas estratégias de reprodução material, mas nunca se submetendo a lógica capitalista hegemônica, pois nos fundamentos de sua tradicionalidade a ordem econômica está submetida a ordem moral, que visa à produção da coletividade, ou seja, da comunidade. A agricultura exerce um papel importante para o auto-abastecimento familiar, local e regional, movimentada por complexas redes de negócios. A apropriação ocorre de forma coletiva por meio de uma organização comunitária, se mostrando contrário a “tragédia dos comuns”³⁴ como é apresentado pelo estudo de Ostrom (1990).

Na perspectiva das estratégias adotadas, os processos econômicos se baseiam nos laços comunitários, levando em consideração o bem estar coletivo e a conciliação de novos princípios e valores, tais como a reciprocidade, a solidariedade e a cooperação, empregados na organização e construção de alternativas de acesso e manejo dos recursos naturais. As condições de reprodução econômica e social são amparadas pela organização das cooperativas e empreendimentos familiares, apontadas por Oliveira *et al.* (2011) como uma das estratégias adotadas, onde os grupos se inserem no mercado com uma dinâmica de cadeia de produção, trabalhos e renda, nos mercados locais e regionais, revelando a existência de circuitos econômicos historicamente invisibilizados ou camuflados.

Conforme abordado no capítulo II, o empobrecimento da população regional, e o agravamento das condições socioeconômicas se intensificou com a criação de projetos desenvolvimentistas, ocorridos principalmente nas décadas de 1960 e 1970, que impactou diretamente na sustentabilidade dos recursos naturais, diante de um processo compreendido como excludente, do ponto de vista socioeconômico. (GONÇALVES, 2000).

Em decorrência da “modernização conservadora” (DELGADO, 2005; PIRES; RAMOS, 2009), “modernização dolorosa” (GRAZIANO DA SILVA, 1982) ou “modernização agrícola” (MARTINS, 1975; BALSAN, 2006) as transformações sofridas pela região foram intensas e agressivas ao meio ambiente, intensificando, sobretudo a concentração fundiária e a criminalização, não somente das práticas

³⁴ Discussão presente em Ostrom (1990), sobre situação em que indivíduos agem de forma racional e de acordo com interesses individuais, se contrapondo aos interesses que correspondem a uma coletividade, esgotando algum recurso comum.

tradicionais dessas comunidades, mas também das reivindicações dos movimentos sociais correlacionados. Para as comunidades desta região, este processo de modernização da agricultura, bem como as políticas desenvolvimentistas interferiu nas condições de vida, nos sistemas de produção e no domínio territorial, significando um processo de ruptura violento. Conforme afirma Costa (2011) houve uma usurpação dos territórios, com a expulsão de famílias das terras que foram ocupadas por seus ancestrais.

A formação histórico-social do Norte de Minas Gerais foi baseada em processos de invisibilização cultural, econômica e social, se sobrepondo principalmente aos modos de vida tradicionais, e aos conhecimentos intrínsecos, impactando nas organizações sociais e desencadeando movimentos de resistência frente às situações de expropriação. Desta forma é entendida a expansão da racionalidade capitalista no campo, e os mecanismos de implementação tecnológica, compreendidos como excludente, do ponto de vista do bem estar social das comunidades locais.

Se em um dado momento, a postura política de invisíveis, como mecanismo de proteção social das coletividades foi acionada, por outro lado, essas categorias étnicas e identitárias emergem para a reconquista e efetivação de direitos, até então não acessados ou viabilizados. Os grupos sociais tomam para si as categorias no campo ambiental e social, numa dinâmica de condição periférica das relações de dominação e poder, para formas constitutivas de visibilidade, ressignificação e reafirmação, junto aos seus territórios e territorialidades.

Deste modo, em busca do reconhecimento social, segmentos sociais historicamente invisibilizados emergem ao cenário político, construindo estratégias de resistência, diante da expansão do capitalismo, que contribui para a expropriação e descaracterização de suas formas produtivas vinculadas ao meio em que vivem, conforme discutiremos adiante.

5.2 SUJEITOS DE DIREITOS: O ACIONAMENTO DA IDENTIDADE E DO MODO DE VIDA VAZANTEIRO PARA O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS TERRITORIAIS: VAZANTEIROS DE PAU PRETO, PAU DE LÉGUA E QUILOMBO DA LAPINHA

Diante dos conflitos socioambientais e territoriais no Norte de Minas Gerais, as comunidades tradicionais emergem como sujeitos de direitos, apresentando reivindicações e estratégias diversas de resistências, conforme demanda a dinâmica dos processos em curso, que se configuram e reconfiguram.

Para entender o conceito de comunidade tradicional, acionamos as interpretações de Brandão (2000); Arruda (2000); Silva (2000); Little (2002); Almeida (2004); Barth (2005); Costa Filho (2011); Brandão (2012); Pinto (2012); e Costa Filho *et al.* (2015). Além disso, o Decreto Nº 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007 (BRASIL, 2007) que trata sobre os povos e comunidades tradicionais é importante para compreender a construção política das comunidades tradicionais no Brasil e no norte de Minas Gerais. Assim, será possível caracterizar o território, e o modo de vida dos vazanteiros e suas estratégias alimentares e de resistência, de modo que o acionamento da identidade é fundamental para o reconhecimento legítimo das reivindicações territoriais, e organizações sociopolíticas, como a criação e o fortalecimento da Articulação dos Vazanteiros em Movimento.

A Constituição Federal de 1988 foi fundamental na garantia de direitos dos grupos sociais, que historicamente contribuíram para a formação da sociedade brasileira. De acordo com Costa (2015) todos os demais indivíduos passam a se tornar sujeitos de direitos, e a reivindicar a desinvisibilização de seus modos de vida e organização social. Na prática, a Constituição Federal de 1988 não garantiu efetivamente tais direitos. Esta situação resultou na emergência de processos sociais de lutas, e resistências de grupos rurais e urbanos, pelo reconhecimento de suas diferenças e identidade étnica, por meio de uma construção política de acionamento da identidade para as reivindicações territoriais. Apesar das comunidades tradicionais emergirem enquanto sujeitos de direitos, constitucionalmente reconhecidos, estes direitos nem sempre foram efetivados na prática, resultando em situações de conflitos sociais e ambientais.

De acordo com Little (2002) existe uma diversidade sociocultural no Brasil que implica conseqüentemente nos vários grupos sociais que podem ser compreendidos

a partir de diversas categorias e adjetivos, sejam elas “populações”, “comunidades”, “povos”, “sociedades” e “culturas”, que podem ser ainda “tradicionais”, “rurais” ou “locais”. A diversidade dos grupos que as englobam tornam suas combinações complexas. Assim, o conceito se refere aos grupos sociais que historicamente apresentam formas sustentáveis de manejo dos recursos naturais. É importante entender que existe uma relação entre a cultura desses povos, e a manutenção dos recursos naturais, considerando que a existência de suas práticas tradicionais depende da diversidade do ecossistema.

Convergindo com o debate e a noção do direito, e de sujeitos de direitos, Little (2002) utiliza politicamente a categoria de “povos tradicionais”, reafirmando a imensa diversidade sociocultural e fundiária brasileira. Esta opção estratégica representa um direcionamento importante nas lutas por justiça social, através do reconhecimento da legitimidade de seus regimes de propriedade comum, e das leis consuetudinárias que os fundamentam. Deste modo, os inserem nos debates sobre os direitos dos povos, através da dimensão empírica e política em favor dos seus respectivos territórios, frente à usurpação por grupos sociais vinculados ao Estado-nação ou mesmo pelo próprio Estado. Neste sentido, esta categoria é uma construção política, com o propósito de legitimar e viabilizar direitos. Ao instituir a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, conforme o Inciso I do Art. 3º do Decreto Nº 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007, compreende-se:

Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição; [...] (BRASIL, 2007).

O Decreto reafirma que os territórios tradicionais se referem aos espaços necessários à reprodução cultural, social, e econômica das comunidades, em constante equilíbrio com os recursos naturais, reconhecendo juridicamente a territorialidade e a legitimidade dos territórios tradicionais para a reprodução dos modos de vida das comunidades, como pode ser evidenciado na fala de uma liderança vazanteira “Somos vazanteiros e quilombolas. Convivemos com o Rio São Francisco, e vivemos do Rio São Francisco. Chicão que mata a fome e a sede.

Nosso pai. Sem ele não somos ninguém.” (ENTREVISTADO 13, QUILOMBO DA LAPINHA, 2020).

É nesta lógica que as comunidades tradicionais, interlocutoras deste trabalho, se reconhecem como vazanteiras, identidade que de acordo com Camenietzki (2011) está relacionada ao uso que fazem das vazantes, formadas a partir dos ciclos hídricos do Rio São Francisco, para se reproduzirem culturalmente, economicamente e socialmente. Refere-se segundo Oliveira (2005) a populações que residem em áreas inundáveis das margens e ilhas do Rio São Francisco, possui modo de vida específico nos ambientes que compõe o seu território, realizando atividades de agricultura de vazante e sequeiro, pesca, criação de animal e extrativismo. Uma liderança da Comunidade Quilombo da Lapinha ao ser questionada sobre qual o significado de ser vazanteiro, responde:

É tudo. É estar perto do rio, sem o rio, nós não somos nada. Sair e viver onde? A gente quer o rio, e a terra, pescar e plantar. Desde os tempos dos meus avôs somos vazanteiros e quilombolas. O rio é fundamental para beber, e para a comida. Com o impacto das barragens, e do Projeto Jaíba impactando os rios, ainda falta chuvas, e tem a pesca predatória. Sem a água do Rio São Francisco não tem nada, e só tem ela aqui perto pra nós, ate para beber, fazer comida, cuidar dos bichos. Plantamos mais daí precisamos da chuva. (ENTREVISTADO 01, QUILOMBO DA LAPINHA, 2019).

A concepção de “sociedades tradicionais” é adotada por Arruda (2000) que entende que estes grupos são culturalmente diferenciados, e reproduz seu modo de vida por meio de formas específicas de relações com a natureza, baseada numa cooperação social. Caracterizam-se, sobretudo, pelo conhecimento da natureza e de seus ciclos, que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais, transferido por oralidade de geração em geração; pela noção de território e importância dada à unidade familiar e as relações sociais; e pela importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, pesca e atividades extrativistas. Deste modo, se caracterizam da seguinte forma:

- a. pela dependência da relação de simbiose entre a natureza, os ciclos e os recursos naturais com os quais se constrói um modo de vida;
- b. pelo conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos, que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido por oralidade de geração em geração;
- c. pela noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;

- d. pela moradia e ocupação do território por várias gerações, ainda que alguns membros possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra dos seus antepassados;
- e. pela importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa ser mais ou menos desenvolvida, o que implicaria uma relação com o mercado;
- f. pela reduzida acumulação de capital;
- g. pela importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentes e compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- h. pela importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, pesca e atividades extrativistas;
- i. pela tecnologia utilizada, que é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente; há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor e sua família dominam todo o processo até o produto final;
- j. pelo fraco poder político, que em geral reside nos grupos de poder dos centros urbanos; e
- k. pela auto-identificação ou identificação por outros de pertencer a uma cultura distinta. (ARRUDA, 2000, p. 21-22).

As comunidades tradicionais constituem importantes redes sociais, são distinguidas pelas singularidades que possuem, e que as unem em comunidade num lugar de partilha. De acordo com Brandão (2012, p. 371) “são comunidades tradicionais aquelas que ‘ali estavam’ quando outros grupos humanos, populares ou não, ‘ali chegaram’ e se estabeleceram.”

Não existia fazenda, era terra dos ausentes³⁵, todo mundo chegava igual nós chegamos, e os vizinhos conversaram com pai e falou: “você pode botar uma roça e pode fazer uma casinha, que aqui é dos ausentes não tem dono não”, nos fizemos um barraquinho e fomos morar, já estávamos morando e trabalhando e chegaram esses compradores ai, ficamos assustados que naquele tempo não tinha estrada, todo mundo ficou assustado quando chegou esse tanto de homem branco, menino naquele tempo tinha medo de gente, então fica assustado quando vê aqueles “homão”. Chegou à casa do meu pai no barraquinho, ate de capim, ai o velho Marcolino era conhecido do meu pai, era compadre, batizou uma irmã minha... Disse que iam comprar a terra do doutor Jerônimo do cartório, que ninguém sabia que era dono, mas dizendo ele que era. (ENTREVISTADO 04, COMUNIDADE PAU PRETO, 2018).

Elas ocupam territórios, socializam a natureza, se relacionam com outros grupos, são agentes de sustentabilidade e contribuem para a economia central. Estas comunidades são caracterizadas pela autonomia; memórias de lutas passadas de resistência; experiência de vida em territórios cercados e ameaçados; transformação da natureza; e histórias de lutas e resistências atuais. (BRANDÃO,

³⁵ Durante o trabalho de campo, foi possível interpretar o termo sendo associado à chegada dos vazanteiros no território desabitado e sem proprietário.

2012). Essa expressão de pertencimento e de territorialidade é constatada no sentimento dos vazanteiros, como na seguinte fala: "... a maior tradição nossa é as vazantes né... quando os fazendeiros tomaram as terras aqui, nós tivemos que voltar para as vazantes, e não ficamos nem nas vazantes, mas no lameiro mesmo, que é somente na beirinha da água." (ENTREVISTADO 02, COMUNIDADE PAU PRETO, 2018).

As comunidades tradicionais acionam a identidade e reivindicam o seu reconhecimento, para a garantia de seus territórios tradicionais, numa perspectiva que envolve disputas de distintas visões de mundo, por recursos simbólicos e materiais. O acionamento de identidades está associado as "terras tradicionalmente ocupadas" que segundo Almeida (2004) estão relacionadas às formas diversas de existência coletiva de diferentes grupos sociais, e as relações estabelecidas com os recursos naturais. Estas formações históricas diferenciadas foram inseridas na Constituição Federal de 1988, no entanto, são muitas as tensões existentes no processo de reconhecimento jurídico-formal, visto que esta inserção não ocorreu por meio do entendimento de todas as reivindicações dos Movimentos Sociais. Deste modo, não resultou em resoluções de conflitos para o reconhecimento de direitos étnicos, territorialidade, identidade, organização social e modos de vida.

Costa Filho *et al.* (2015) destaca no contexto de mapeamento dos povos e comunidades tradicionais em Minas Gerais e da cartografia social, a presença significativa de povos e comunidades tradicionais, tensionadas por conflitos territoriais, relacionados à emergência da mineração, monocultura do eucalipto, conflitos fundiários, barragens hidrelétricas e unidades de conservação de proteção integral, nas mesorregiões do Vale do Jequitinhonha e Norte de Minas Gerais, situação vivenciada pelas comunidades vazanteiras da região.

O acionamento da identidade, segundo Silva (2000) se dá em relação ao outro, deste modo, a diferença e a identidade são categorias mutuamente dependentes. A diferença e a identidade compõem um processo de construção e interação, produzidos no contexto das relações culturais e sociais, que permeiam estruturas e sistemas de representação e poder.

[...] identidade e diferença estão em uma relação de estreita dependência. A forma afirmativa como expressamos a identidade tende a esconder essa relação [...] Em um mundo imaginário totalmente homogêneo, no qual todas as pessoas partilhassem a mesma

identidade, as afirmações de identidade não fariam sentido. (SILVA, 2000, p. 74-75).

A disputa por identidade envolve disputas por recursos simbólicos e materiais, implicam em incluir e excluir, o “nós” e “eles”, ou seja, consiste na demarcação de fronteiras, entre os que estão dentro, e os que estão fora. Nesta perspectiva, a noção de etnicidade possibilita entender a cultura, a partir do resultado das experiências pessoais, num estado de fluxo constante e sujeito a formas de controle. A formação de grupos étnicos ocorre nas diferenças culturais, através de fronteiras criadas e mantidas, compostas por relações de poder, controle, silenciamento e apagamento de experiências pessoais, num contexto de disputas (BARTH, 2005).

Deste modo, Pinto (2012) afirma que os sistemas de classificação étnicos expressam formas de organização social de diferentes culturas. Os laços interpessoais entre membros de uma mesma categoria étnica resultam em redes étnicas ligadas a uma territorialidade própria, cujo território possui valor prático e simbólico, a exemplo de grupos indígenas e quilombolas. O termo etnicidade traduz processos de construção de identidade e grupos sociais, onde diferentes formas de organização da etnicidade podem coexistir, combinar e mesmo competir.

Figura 13 - Comunidades tradicionais reunidas no Quilombo da Lapinha, Matias Cardoso - MG



Fonte: Comunidades Tradicionais reunidas. Trabalho de campo (2017).

A identidade étnica está intimamente relacionada com a autodefinição de sujeitos, e sua classificação diante de outros, num processo de interação, diferenciação, e também de produção de fronteiras. O reconhecimento da identidade de “povos e comunidades tradicionais” possibilita a luta pela terra e sua titulação, neste sentido, a identidade incorpora aspectos políticos, e se expressa num campo das relações de poder. Assim, a identidade está ligada estreitamente à diferença, ainda que sejam processos distintos, a afirmação da identidade social se dá frente ao outro, e fortalece vínculos de pertencimento a uma coletividade. (COSTA FILHO *et al.*, 2015).

A perspectiva do reconhecimento é entendida a partir da abordagem de Honneth (2003) que trata das relações de poder, respeito e reconhecimento, presente nos indivíduos e grupos sociais, que constituem uma luta por reconhecimento intersubjetivo, ao se inserirem na sociedade atual. Este processo de luta se inicia por meio das experiências de desrespeito, quando não há reconhecimento, ou quando este é falso, tendo em vista que o reconhecimento intersubjetivo é essencial na constituição da identidade dos indivíduos e grupos sociais. Quando as lutas por reconhecimento expressam a visão de uma comunidade, pode ocorrer à mobilização política da coletividade.

A teoria de Honneth (2003) traz contribuições relevantes, tendo em vista que se pauta no propósito de explicar a gramática dos conflitos, a lógica das mudanças sociais e os movimentos sociais, buscando entender a evolução moral da sociedade, e identificar as patologias sociais. Neste processo, a eticidade, forma uma estrutura intersubjetiva de reconhecimento recíproco, se refere a um conjunto de práticas e valores, vínculos éticos e instituições, que atuam na formação da identidade dos indivíduos, em seus processos de socialização e obrigações intersubjetivas. É na experiência de formação individual e também do defronte, que os sujeitos aprendem a conceber definitivamente como pessoas dotadas de direitos. A luta por reconhecimento possui um sentido de uma pressão normativa, para o desenvolvimento do direito, de maneira que a provocação pretende que os outros indivíduos respeitem o que ainda não foi reconhecido pelas formas de relacionamento social.

No caso dos interlocutores deste projeto, além de acionarem a identidade de comunidades tradicionais, reivindicam o reconhecimento do processo de identificação como comunidades tradicionais vazanteiras, que está intimamente

relacionada ao uso que fazem das vazantes do Rio São Francisco. A territorialidade é composta intrinsecamente por um sistema vazanteiro, de modo que o Rio São Francisco e seus ciclos constituem uma relação identitária. As oportunidades de reterritorialização ocorrem através das cheias e as baixas deste rio, em muitas situações, a busca por estratégias ocorre inclusive em períodos de perdas materiais, ocasionadas por grandes enchentes (ANAYA, 2014).

Figura 14 - Caminhada em direção as Margens do Rio São Francisco



Fonte: Caminhada em direção as margens do Rio São Francisco. Trabalho de campo (2017).

No debate sobre território, reterritorialização e multiterritorialidade, Haesbaert (2004, p. 1) destaca que “o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica”, mas reforça que “território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional ‘poder político’”, o território “diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação”. O significado que os povos constroem sobre o lugar configura a formação do território como único e particular. No que se refere a territorialidade, para Haesbaert (2004, p. 3) “além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais”, considerando que se constitui a partir da representação e utilização os recursos,

nesse caso a terra, ressignificando a percepção do sobre o lugar. Diante desse processo, o autor entende que ocorre para além de uma desterritorialização desenraizadora, mas emerge um processo de reterritorialização que se mantém de forma contínua. Assim, é necessário reforçar as condições em que os processos possibilitam ressignificações dos modos de apropriação do território.

Nas sociedades tradicionais, a água (rios, lagoas, lagos, cachoeiras, etc.) possui íntima relação com a constituição da identidade cultural, além disso, é considerado um bem da natureza, entendida como dádiva e divindade, um bem de uso, em geral coletivo. Deste modo, água, rios e lagos fazem parte do território e modo de vida de sociedades tradicionais, que possuem identidades específicas associadas aos ciclos hídricos, que orientam as atividades produtivas, econômicas e a vida social (DIEGUES, 2005). Deste modo, Diegues (2005) destaca que a água é importante para as atividades produtivas e também domésticas. Sua importância é vital, de modo que qualquer alteração de sua qualidade e quantidade resulta em impactos as suas atividades e coloca em risco seus modos de vida, causando sua marginalização, abandono forçado de seu território, e até mesmo sua transformação em populações marginais.

As comunidades, etnias, e populações rurais, possuem laços mais densos que os individuais, lógicas mais complexas que aquelas de mercado, e interesses maiores que os econômicos, são gestores eficientes dos recursos, capazes de produzir técnicas sustentáveis. As regras e normas constituem os sistemas de produção, sobrevive em muitos casos à margem da agricultura mercantil, realizando a lavoura e compondo sua dieta através também da coleta feita em matas, campos e chapadas. Costuma ser identificado como populações tradicionais, pelas singularidades, por criar normas internas para a coletividade, estabelecer controle comunitário sobre recursos naturais, conservar costumes específicos, além de controlar usos, estoques e consumo de recursos (RIBEIRO et al, 2005).

Neste sentido, todos os grupos humanos têm a conduta territorial como parte integral, que corresponde a processos sociais, históricos e políticos, assim, Little (2002, p. 3) define “[...] a territorialidade como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’.” A forma de apropriação dos espaços e recursos naturais ocorre de forma comunitária, através de uma rede de relações de reciprocidade, de modo que as práticas de adaptação são pouco

agressivas aos ecossistemas, mantendo assim, vínculos sociais, culturais, simbólicos e rituais, com os ambientes biofísicos.

Figura 15 – Vazanteiros reunidos no Quilombo da Lapinha em Matias Cardoso - MG



Fonte: Reunião dos Vazanteiros. Trabalho de campo (2017).

As memórias de lutas também são associadas às histórias de vida vivenciada no território, desde a sua chegada, a religiosidade, a tradição alimentar, os festejos, e todo conhecimento do território, que faz com que o mesmo seja insubstituível, haja vista que está arraigada e totalmente vinculada a sua gênese e condição de vida. Como pode ser percebido na fala deste vazanteiro da comunidade de Pau de Léguas:

Eu moro lá a mais de 30 anos. Eu era menino novo, cheguei de Pernambuco e era menino novo, e a gente é um pouco curioso, eu entrei em uma gruta lá naquele morro do meio, chama Morro da Santa, estou vendo aquela velinha dentro acesa, pois eu fui lá, todo mundo disse: “tu és doido fulano!”. Eu cheguei lá uma santa muito bonita, o padre vinha rezar missa todo mês, o padre Abel, era um padre velho, morreu quase caducando, deitando no meio da estrada, ai ele vinha todo mês, quem vinha trazer esse padre ai, quando não era o finado Zé, era eu, que vinha trazendo no carrinho de Pedro pastor, que era dono de uma algodeira em Manga. Quando foi um dia Pedro pastor falou: “você vai nos levar hoje, no Morro da Santa em Pau de Léguas”. Ele trouxe naquela época uma toca disco, ele ligou, coisa incrível, logo passou uns 4 a 5 minutos e nasceu um pedacinho de pau de gameleira na boca da entrada, aí a gameleira lacrou e ninguém tirou a santa de lá de dentro, a natureza cresceu lá dentro. Só tem

duas pessoas que sabem disso e está vivo, a gameleira fechou e lacrou a gruta depois que ele fez esse forro de dia de domingo. Em 1972 foi descoberto, já tinha descoberto a muito tempo, o padre já rezava missa, esse dono da algodoeira que quis fazer um piquenique e aí nasceu esse pé de gameleira, e fechou o morro. Só tem duas pessoas que pode levar lá que sabe, é esse velho aqui comigo, só nos dois. (ENTREVISTADO 05, PAU DE LEGUAS, 2019).

Os conflitos gerados pelo avanço da sociedade urbano-industrial sobre territórios ancestrais se desdobraram na emergência das comunidades tradicionais, como novos atores sociais, com maior visibilidade social e política. Estas populações produzem para a subsistência e para o mercado, possuem vasto conhecimento dos ciclos naturais que transmitem por gerações através da oralidade. Entre suas práticas destacam o extrativismo vegetal, a pesca, a agricultura itinerante, e a pecuária extensiva em maior ou menor intensidade, parte significativa de sua alimentação vêm dos produtos das terras, rios, matas e mares, os quais possuem conhecimentos acumulados (DIEGUES, 2005).

A expansão da fronteira agrícola tem implicações econômicas, sociais e ecológicas, que representam um grande desafio para as comunidades tradicionais locais, sobretudo, devido à sobreposição as áreas nativas ou manejadas por meio de práticas de 'pouco impacto', interferindo na relação que as comunidades tradicionais estabelecem com a vegetação nativa da região para a reprodução de suas singularidades.

Deste modo, durante o processo de distribuição e acesso aos recursos naturais, existem diferentes formas de apropriação e significação, entre elas, a simbólica e a material, que ocorre entre sujeitos socialmente desiguais. As interações entre os diversos grupos sociais são historicamente assimétricas em relação à apropriação da natureza, de modo que o conflito é inerente às práticas de uso e significação do espaço, considerando a pluralidade de segmentos sociais envolvidos. As disputas se instauram nos planos político e simbólico, num contexto de luta pelo direito e pelo poder de construir, se valendo das representações que orientam o uso e a ocupação do espaço (ZHOURI; ZUCARELLI, 2008).

5.3 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E TERRITORIAIS NO NORTE DE MINAS GERAIS: NOVOS AGENTES E A RECONFIGURAÇÃO DOS CONFLITOS

No capítulo II esta pesquisa apresentou o contexto que envolve os conflitos territoriais e ambientais dos vazanteiros e das comunidades tradicionais no Norte de Minas Gerais, perpassando vários processos históricos, políticos e socioeconômicos. Contudo, novos sujeitos e agentes emergem nesse cenário, desencadeando novos processos de disputas e a reconfiguração dos conflitos. Assim, essas comunidades emergem neste cenário de disputa, e por meio de suas práticas sustentáveis de manejo dos ecossistemas e recursos naturais, (re)constroem e (re)orientam as estratégias de utilização socioeconômica do cerrado.

Muitas pesquisas desenvolvidas na região apontam o marco central da inserção do Norte de Minas Gerais na área de atuação da SUDENE, e a perspectiva do desenvolvimentismo, que expande os projetos políticos econômicos, com o propósito de promover o desenvolvimento econômico e a integração da região aos pólos reconhecidos como desenvolvidos do ponto de vista econômico.

Vale ressaltar que os conflitos seguem uma linha do tempo, que vai desde as disputas territoriais junto às antigas fazendas ocupadas, perpassando os impactos decorrentes dos projetos de desenvolvimentismo, que gerou a expansão das irrigações, e que deu origem ao Projeto de Fruticultura Irrigada do Jaíba, se acirrando com a implementação dos condicionantes ambientais, diante da criação dos Parques Estaduais Verde Grande, Lagoa do Cajueiro e Mata Seca, refletindo no cenário das unidades de conservação, sobrepostas a territórios tradicionais. Além disso, sofrem as consequências e impactos da influência da exploração dos recursos hídricos, com a criação da Usina Hidrelétrica de Três Marias/MG, em termos de impactos socioambientais para o Rio São Francisco, e conseqüentemente para as comunidades tradicionais que vivem e se reproduzem socialmente, culturalmente, politicamente, e materialmente a partir das vazantes.

A reconfiguração dos conflitos ocorre por meio da contínua desterritorialização operacionalizada e efetivada pelos processos de fiscalização, como por meio do IEF, que segundo as comunidades vazanteiras, criminalizam os modos de vida tradicionais, causando suas restrições territoriais, e a desorganização de suas atividades produtivas e reprodutivas. As fazendas que compunham os conflitos iniciais, atualmente são utilizadas pelo IEF como sede destes parques, assim, um

novo agente, na figura representativa do estado, emerge muitas das vezes como figura repressiva no processo de disputas territoriais, conforme expressa esta liderança, a respeito do sentimento de encurralados “Desde 2005 vivemos área de conflito com fazendas, ordens de despejo, várias liminares. Temos conflitos com as liminares de fazendeiros, parque estadual com a proteção integral, e o IEF” (ENTREVISTADO 12, QUILOMBO DA LAPINHA, 2020).

O Quilombo da Lapinha foi sobreposto pelo Parque Estadual Lagoa do Cajueiro, de acordo com Araújo (2009) este território inclui em seus arredores as localidades de Vargem da Manga, Lapinha, Saco (também conhecida como Santa Efigênia) e Ilha da Ressaca. São compostas por cerca de 170 famílias autorreconhecidas e certificadas pela Fundação Cultural Palmares, desde o dia 12 de julho de 2005. Estão distantes respectivamente cerca de vinte quilômetros, quinze quilômetros, doze quilômetros e dez quilômetros, do município de Matias Cardoso. As atividades desenvolvidas são as pequenas plantações na vazante e no sequeiro do rio São Francisco, e pequena criação de bovinos, suínos e aves. Araújo (2009) destaca que às restrições territoriais, fizeram com que muitos migrassem, para os grandes centros urbanos em busca de trabalho e renda. Para este trabalho, o acionamento da identidade vazanteira é um processo importante para a unificação destas comunidades, que reivindicam as terras tradicionalmente ocupadas e denunciam atuação do Estado na criminalização de suas práticas e na transferência de responsabilidades e crimes cometidos por fazendeiros:

Nós não podemos entrar em nenhum parque. Aqui é o Parque Lagoa do Cajueiro. Nós queremos o território todo, isso daqui, mais a fazenda onde está o IEF. O maior desafio são as ordens de despejo. Estamos lutando por essa terra. Desde 2005 é assim o tempo todo. Teve um aí que teve que pagar multa por derrubada de árvore, mas não eram eles, eram fazendeiros. E falava que éramos nós. O Policial vem aqui direto, já levou até o presidente. Chega dizendo que fizemos algo errado, como se roubássemos terra, mas não é roubar é retornar, pois os nossos antepassados moravam aqui. Temos a conquista da energia, a obtenção de documentação, e ajuda dos parceiros como CPT, CAA, Unimontes. A maioria vai a cidade uma vez ao mês para a feira, vender. O médico vem uma vez ao mês, e às vezes o dentista vem. (ENTREVISTADO 01, QUILOMBO DA LAPINHA, 2019).

O território vazanteiro de Pau Preto, localizado no interflúvio dos rios Verde Grande e São Francisco, está sobreposto pelo Parque Estadual Verde Grande. Aproximadamente 61 famílias vivem neste território, cultivando diversos alimentos para o consumo próprio, em terra-firme e vazantes. Uma de suas principais

atividades é a pesca, associada à criação de animais, como porcos, galinhas, e algumas cabeças de gado. A renda familiar é complementada com empregos temporários nas cidades próximas, como Manga, Matias Cardoso, e mesmo Jaíba.

Segundo Anaya (2012) o território vazanteiro de Pau de Léguas está do outro lado do Rio São Francisco, no município de Manga, e possui aproximadamente 52 famílias que se dividem quase todos os dias, entre a cidade de Matias Cardoso e a comunidade, sobreposta pelo Parque Estadual da Mata Seca. As atividades desenvolvidas estão baseadas na agricultura da vazante, e de terra-firme, além da pesca e criação de animais de pequeno porte. Durante as pesquisas de campo, os vazanteiros relatam em suas falas, como estes conflitos vêm se desdobrando e as estratégias cotidianas que precisam desenvolver para reafirmar suas existências e resistências. De acordo com o técnico da EMATER:

[...] é preciso dizer que 40% de Matias Cardoso são reserva ambientais, e parque de proteção integral. A cidade vive problemas com falta de escritura, titularização, o que dificulta no desenvolvimento de projetos e políticas locais. Assentamento e assentado antes não podiam ter DAP, hoje todos os núcleos familiares possuem nas duas modalidades DAP V E DAP B, mas s títulos ainda são grandes problemas. (ENTREVISTA EMATER, 2020).

O entendimento da necessidade de conservação integral trouxe consequências às práticas tradicionais dos vazanteiros, por meio da criminalização e restrição de suas práticas, sobretudo, pela fiscalização dos agentes ambientais do IEF, especialmente no que se refere às práticas extrativistas, de caça, plantio e pesca que fazem parte do modo tradicional de vida do vazanteiro. Neste contexto de disputas por recursos simbólicos e materiais, que se instituem os conflitos, expressão das tensões no processo de reprodução de modelos de desenvolvimento. De acordo com Acsehrad (2004) os conflitos ocorrem quando pelo menos um dos grupos sociais, com modos de vida diferenciados, tem a continuidade de suas formas de apropriação ameaçadas pelas práticas de outros grupos. São definidos da seguinte maneira,

[...] aqueles envolvendo grupos sociais com modos de vida diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis [...] decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. (ACSELRAD, 2004, p. 26).

Para Acselrad (2010, p. 109) há uma distribuição desigual dos benefícios e danos ambientais, no qual os custos ambientais do desenvolvimento recaem para os mais despossuídos, de modo que “o ambiente de certos sujeitos sociais prevaleça sobre o de outros, fazendo surgir o que se veio denominar de ‘conflitos ambientais’”, ou seja, os riscos e impactos ambientais tendem a atingir os mais vulneráveis. Neste contexto, se desdobram as estratégias cotidianas de convivência, resistência e reprodução, através da intensificação da prática da agricultura na vazante.

A categoria dos conflitos ambientais fundamenta este trabalho, tendo em vista que é neste campo de embates e estruturas de poder e dominação, que emergem o acionamento da identidade, reivindicação de direitos pelo reconhecimento, e a organização estratégica da ambientalização das lutas sociais. Para Acselrad (2004) a apropriação do meio material pela sociedade não ocorre somente para a superação de carências e restrições materiais, mas também consiste em projetar diferentes significados, através das estruturas desiguais de poder, distribuição e acesso, que reforçam as relações de dominação real e simbólica. Os conflitos “podem configurar-se tanto através de uma luta direta no espaço de distribuição do poder sobre a base material, como uma luta simbólica em torno às categorias de legitimação das práticas” (ACSELRAD, 2004, p. 24).

Estas comunidades vazanteiras passaram a disputar com o IEF outra visão sobre a conservação, reconhecendo nas modalidades Reserva Extrativista (RESEX) e Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)³⁶, uma estratégia de resistência para a permanência em seus territórios.

No princípio nós queríamos a RDS, depois fomos analisar que a RDS teria uma infiltração muito grande dos gestores, na época eu mesmo opinei que não, que achava melhor por uma RESEX, que seria melhor... Está em

³⁶ As Reservas Extrativistas (RESEX), Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Florestas Nacionais (FLONA) são categorias de UCs de Uso Sustentável que permitem ou admitem a presença de populações tradicionais em seu interior. A RESEX é uma categoria de UC idealizada no Brasil pelos seringueiros. Em 1989, a possibilidade de criação de RESEX foi inserida na Lei nº 6.938/81 como instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA). As RESEXs foram definidas no art. 1º do Decreto nº 98.897/1990, como “espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista”. A RDS também é uma categoria idealizada no Brasil, surgiu para conciliar a conservação da biodiversidade e a presença humana. Ela foi incluída no projeto de lei que deu origem à Lei nº 9.985/2000, o SNUC, em seu art. 20, definiu a RDS como área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, tem como objetivo básico “preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais. (RANZI; FONSECA; SILVEIRA, 2018).

estudo, mas a RDS a gente já descarta - a reserva de desenvolvimento sustentável - porque os agentes vão está ali infiltrados e não vai 'casar muito com a gente'. (ENTREVISTADO 07, PAU DE LÉGUAS, 2019).

A expansão das fronteiras gera transformações territoriais, choque entre territorialidades distintas, “processos de territorialização” que surgem em “contextos intersocietários” de conflito, ocorrendo à imposição de outras formas territoriais, e um processo de resistência ativa, resultando em confrontos contemporâneos com o desenvolvimentismo, preservacionismo, socioambientalismo e estado tecnocrático. (LITTLE, 2002). O modelo preservacionista criminaliza as práticas das comunidades tradicionais, restringindo o seu acesso e causando rupturas em seus modos de vida, tal como relato por um vazanteiro:

O maior desafio pra nós é o seguinte: nós compramos 600 tijolos furados, pegamos dois metros de areia... Nós íamos fazer uma caixa de água para armazenar água, para a gente poder plantar lá em cima, porque lá em cima é difícil e falta muita água. Ai o que aconteceu?O povo do IEF chegou lá com uma carregadeira em frente e duas caminhonetes atrás, e pegaram as telas, canos, tijolos, tudo. Foi o guarda parque, mas de qualquer jeito ele estava representando o IEF. Denunciei no Ministério público, mas não resolveu nada, está com três anos. Alguém já pagou multa na Comunidade? Já paguei, ele também, hoje já paguei três multas lá. No valor de 5.000, para uma pessoa que não tem nada é muito. Disseram que botei fogo, mas não fui eu, foi até outras pessoas de fora que pescavam na lagoa. E eu tive que pagar porque fui obrigado. (ENTREVISTADO 05, PAU DE LÉGUAS, 2019).

A energia nós já cobramos, brigamos, e até agora não tivemos solução nenhuma, acho que isso é um descaso, não concordo porque quando eles compraram a mata seca nós já existíamos lá dentro, e eles falaram que não tinha ninguém lá dentro. Nós fomos lá e comprovamos com a juízaou promotor, nós estávamos lá fora com 50 pessoas e nem foi todo mundo, quando foi na hora que entraram ela foi e procurou quantas pessoas tinha...nós somos em 50, e ela disse entra quem é o representante. (ENTREVISTADO 10, PAU DE LÉGUAS, 2019)

Percebe-se a assimetria de forças que se traduz nas instâncias e lógicas para a resolução dos problemas. As situações de desigualdade no acesso aos recursos naturais e a desproporcionalidade na distribuição dos riscos gerados provocam os conflitos, na medida em que são mantidos os mesmos mecanismos desiguais de distribuição do acesso ao meio ambiente, da divisão dos custos, riscos, e impactos resultantes das práticas dominantes de apropriação dos recursos naturais, os conflitos se reproduzem e se multiplicam (ZHOURI; ZUCARELLI, 2008).

Este processo aponta a oposição entre o crescimento econômico e a base finita de recursos, onde ocorre às múltiplas formas sociais de significação do mundo

material, que expressa à diferenciação social dos indivíduos, a partir das estruturas desiguais de distribuição. Segundo Bourdieu (1998) o mundo social é composto por estruturas socialmente construídas, estruturantes, mas também estruturadas, que constroem e transcendem os indivíduos, criando disposições, orientando ou coagindo em suas práticas e representações, para além de sua consciência e vontade, dentro do campo das possibilidades. Deste modo, a realidade social é composta de estruturas, de maneira que as práticas vêm acompanhadas de quem as praticou, de modo que cada prática possua um agente, sendo inseparáveis do sistema simbólico, que por sua vez, impõe uma visão de mundo, a partir de um processo de divisão, classificação e hierarquização.

As necessidades ilimitadas dos humanos, socialmente construídas, e as suas diferentes formas de percepção, acesso e apropriação traduzem crises sociais. Neste contexto de disputas por recursos simbólicos e materiais que se instituem os conflitos, expressão das tensões no processo de reprodução de modelos de desenvolvimento. Os conflitos são expressões das formas de dominação, e as distâncias espaciais refletem as distâncias sociais, reconhecendo assim a assimetria de poder existente. A ideia de região se refere ao processo de divisão, onde se classifica e se separa a partir da imposição de visões de mundo, socialmente construídas, num contexto de dominação simbólica e econômica, onde se manifestam relações de poder. Deste modo, para Bourdieu (2004a), a realidade social pode ser compreendida como conjunto de relações invisíveis, que estruturam um espaço de posições exteriores umas às outras, e que possivelmente são definidas umas em relações às outras.

A resistência é entendida a partir das construções de Scott (2011) em torno das formas cotidianas de resistências, em que classes subalternas se contrapõem as estruturas de dominação que as exploram. Estas formas não chegam a serem exatamente uma confrontação coletiva, constituem formas corriqueiras de resistências, inclusive silenciosas, de acordo com os processos de repressão e de criação ou fortalecimento do aparelho coercitivo, desenvolvidas por grupos que são relativamente desprovidos de poder, e encontram nesta, a única opção em contraponto as possibilidades historicamente escassas. Neste sentido, as relações de poder e dominação são apresentadas nos espaços silenciosos, escondidos, onde os indivíduos contestam e organizam suas formas de resistência cotidiana, como percebido nas estratégias dos vazanteiros, a partir dos encontros e eventos de

articulações das comunidades, lideranças e entidades de apoio, onde é feito o debate, a reflexão e a construção de instrumentos metodológicos e de mecanismos de defesa dos seus direitos.

Figura 16 - Chegada de comunidades vazanteiras no 7º Encontro dos Vazanteiros em Movimento³⁷



Fonte: Chegada de comunidades vazanteiras para a participação no 7º Encontro dos Vazanteiros em Movimento. Trabalho de campo (2017).

Scott (2011) chama de infrapolítica dos grupos subordinados, a grande variedade de formas de resistências discretas, que recorrem formas indiretas de expressão. O discurso oculto é constituído de práticas secretas, um lugar privilegiado para a manifestação de uma linguagem não hegemônica, subversiva e de oposição, pode ser uma linguagem, atos, falas que o exercício do poder reprime e exclui do discurso público dos subordinados. O discurso oculto em determinadas fases e cenários atua como uma estratégia discreta de linguagens não hegemônicas, frente a contextos onde essa alternativa tende a proporcionar maiores ganhos, ou menores perdas no contexto das coletividades. Um lugar privilegiado para a manifestação de uma linguagem não hegemônica, que o exercício do poder reprime e exclui do discurso público. “Suinvisibilidades, como yahemos visto,

³⁷ O 7º Encontro dos Vazanteiros em Movimento ocorreu no Quilombo da Lapinha, em Matias Cardoso – MG, no ano de 2017.

enbuena medida resultado de una acción deliberada, de una decisión táctica que está consciente de "desequilíbrio de poder" por outro lado, não é o único formato de estratégias, haja vista que estas se emergem, e se formam a partir das especificidades de cada situação. (SCOTT, 2011, p. 217).

Estas formas cotidianas de resistência são informais e estão preocupadas com ganhos imediatos, voltadas para mitigar ou rejeitar demandas de outros grupos, que detêm poder e dominação sobre os subalternos. A resistência singular possui risco reduzido, na medida em que toda a comunidade esteja envolvida, enquanto que o ganho das revoltas e das resistências públicas é incerto, sendo evidente a repressão, que por sua vez, cria um aparelho coercitivo mais forte e hegemônico do que o anterior. (SCOTT, 2011). A postura política de invisíveis á visibilidade, também atua como estratégia acionada, onde os agentes e atores sociais tomam para si essas categorias no campo ambiental de forma constitutiva e construtiva, diante dos paradigmas dos conflitos, contrapondo modelos hegemônicos de dominação e domínio do poder.

5.4 GESTÃO, MANEJO E DISPUTAS PELOS RECURSOS NATURAIS

A abordagem da teoria da escolha racional aponta outra possibilidade interpretativa existente nesse campo, pois influenciou o debate sobre o uso comum dos recursos naturais, entendendo que os indivíduos agem buscando alcançar seus interesses, racionalizando custos e benefícios de suas ações e comportamentos, causando no formato de uso coletivo, uma deterioração do estoque dos recursos naturais, tendo em vista que agem de forma racional, conforme os interesses individuais (HARDIN, 1968; OLSON JR., 1965).

Nesta perspectiva, Olson Jr. (1965) destaca que em grupos maiores é necessário o uso da coerção, tendo em vista que os membros do grupo podem não contribuir para a manutenção do sistema, e utilizar os recursos naturais sem preocupar-se com os efeitos negativos sobre os outros usuários. Deste modo, constata que os indivíduos não possuem habilidades de tomarem decisões estratégicas coletivamente, necessitando de intervenções normativas.

Contrapondo esta questão, Cunha (2004) discorre que a visão de Olson Jr. (1965) desconsidera os padrões culturais, a reciprocidade, a confiança, os sistemas de valores, e as normas que criam condições para que os indivíduos ajam

coletivamente, sem necessidade de sanções ou incentivos, em conformidade com a afirmativa de Peralta (2010) que destaca as contribuições da antropologia, em apontar que o sistema de representações dos atores sociais é composto por um conjunto de regras e valores, que influencia na forma do uso dos recursos.

Através da publicação sobre “A Tragédia dos Comuns” pautada na teoria da escolha racional, Hardin (1968) afirma que as ações e decisões dos atores sociais tendem a serem prejudiciais para os interesses coletivos dos grupos sociais coletivos a longo prazo. Neste sentido, exemplifica uma área de pasto comum, que ao longo do tempo começa a apresentar sinais de desgaste, tendo em vista que não pertence a nenhum indivíduo, mas é utilizado coletivamente. Conforme os indivíduos vão agindo racionalmente para os seus interesses individuais, aumentando o tamanho de seu rebanho no pasto, mais as condições do recurso podem piorar, levando a ruína, e a um processo de extinção progressiva dos recursos. Deste modo, os recursos comuns deveriam ser privatizados ou mantidos como propriedade do estado, para a definição de regras de acesso e uso, através do controle governamental.

Em resposta a estas abordagens que foram inseridas no discurso de conservação, Ostrom (1990) desenvolve seus estudos destacando que o modelo pautado por Hardin (1968) somente se aplicaria em contextos em que grupos coletivos são numerosos e não possui comunicação, elaboração de normas e controle social dos atores. Deste modo, em muitos contextos existe a capacidade de diálogo, reciprocidade e regras sociais, que estão correlacionadas positivamente com o manejo dos recursos, e contribuem para o enfrentamento dos dilemas sociais. Além disso, em relação às coletividades, é frequente que os membros do grupo observem o comportamento de outros membros, e tenha motivação para denunciar infrações, possuindo ainda, uma gama de informações sobre a capacidade do sistema, que agências reguladoras não detêm. Neste processo é importante considerar as características dos recursos; a natureza dos grupos que dependem dos recursos; os regimes institucionais; as relações entre o grupo, e as forças externas, como mercados e estado.

Figura 17 - Vazanteiros orando pela reconquista dos seus territórios e pela recuperação do braço do Rio São Francisco



Fonte: Vazanteiros orando pela reconquista dos seus territórios e pela recuperação do braço do Rio São Francisco. Trabalho de campo (2017).

Para Cunha (2004) a crítica principal sobre Hardin (1968) se refere à confusão feita em relação às situações de acesso livre e propriedade comum. Os regimes de acesso livre são aqueles em que não há direitos de propriedade bem definidos, o acesso ao recurso não é regulado, sendo 'aberto' para todos. O segundo caso é geralmente composto de reciprocidade social, regras e normas sociais. Além disso, pesquisas apontam que existe sucesso alcançado, entre grupos de usuários de recursos comuns, na criação de arranjos institucionais e sistemas de manejo, que permitem por longos períodos de tempo, garantir o uso sustentável e equitativo de recursos comuns, tais como florestas, oceanos, rios e lagos, pastagens, entre outros. Deste modo, independente de autoridade externa, recompensas ou sanções, em muitas situações existem engajamento dos indivíduos em ação coletiva, para promoção de bens públicos e manejo de recursos comuns.

De acordo com Dowie (2006) a biodiversidade deve ser protegida com a permanência dos povos nativos nos territórios, tendo em vista que existem modelos

conservacionistas positivos, que funcionam em uma perspectiva de conservação sensível a permanência dos nativos, e a continuidade dos seus modos de vida tradicionais. Um aspecto que aparece como esperançoso é que muitos conservacionistas estão desconstruindo suas visões, e entendendo que a maioria das áreas que buscam proteger, possui uma biodiversidade rica, justamente pelo convívio dos povos nativos e seus mecanismos de manejo.

A pluralidade de segmentos sociais, envolvidos na construção de seus respectivos projetos e distintas territorialidades, sinaliza que os conflitos são inerentes às práticas sociais desenvolvidas pelos distintos grupos, com formas diferenciadas de visões e percepções. Deste modo, os conflitos se instauram nos planos políticos e simbólicos, no processo de contestação do ambiente, ocupação, formas de manejo e regras próprias de conservação (ASCELRAD, 2004).

Nesta perspectiva, as comunidades vazanteiras defendem as unidades de uso sustentável para serem aceitas nos territórios, tendo suas práticas tradicionais reconhecidas e não criminalizadas. As comunidades tradicionais vazanteiras, acreditam que estrategicamente a reconversão das UPI's em UUS's é uma possibilidade de conciliação, tendo em vista que nesta última, permite-se a presença de moradores em consonância com um manejo que conserve a natureza, de forma sustentável (ANAYA, 2014).

De acordo com Barbosa e Santos (2008) o SNUC tornou-se o dispositivo legal que define os critérios e normas para a criação, implantação, gestão e manejo das unidades de conservação. Na perspectiva das Unidades de Proteção Integral (UPI's) se encontram a Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque, Monumento Natural, e Refúgio da Vida Silvestre, que pretendem preservar a biodiversidade. No caso das Unidades de Uso Sustentável (UUS), se enquadram: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, e Reserva Particular do Patrimônio Natural, que permitem a interação humana e o uso sustentável.

Diegues (2001) ao analisar o contexto de áreas naturais protegidas em contraste com os meios tecnológicos devastadores da natureza, afirma que permanecem os mitos sobre sua conservação, originários de países industrializados e adotados por muitos ambientalistas que defendem as áreas intocadas e desabitadas, desconsiderando o ser humano nesta interação. Esta ideia confronta-

se com a percepção que as comunidades tradicionais possuem em relação ao mundo natural.

No contexto dos países subtropicais, se tem um demasiado conflito, uma vez que as florestas já eram habitadas por indígenas e grupos tradicionais com formas de apropriação comunal dos recursos naturais. A visão da natureza intocada cria conflitos que acarretam na perda do território ancestral destas comunidades, conforme a legislação referente às unidades de conservação restritivas. Ao longo dos anos, os conhecimentos deste mundo natural os capacitaram a criar sistemas de manejo da fauna e da flora, protegendo, conservando e contribuindo para a diversidade biológica. Após o regime militar no Brasil, onde se criou um número significativo destas áreas protegidas, as comunidades tradicionais recriam estratégias de resistência, propondo novos modelos de se entender e construir as áreas protegidas. (DIEGUES, 2001).

Alier (2007) destaca o crescimento econômico, como um fator que contribuiu para a expansão dos movimentos do ecologismo e do ambientalismo, assim, distinguiu por sua vez as três principais correntes do movimento ambientalista: o culto silvestre, o evangelho da ecoeficiência, e o ecologismo dos pobres. A primeira corrente defende a natureza intocada e sua conservação, além do direito das espécies à vida, afirmando que a relação do homem com o meio ambiente ocasiona a depredação da natureza. A segunda corrente reconhece que os recursos naturais são finitos, defende uma economia ecológica em que ocorra a disciplina da apropriação capitalista. Já a última, discorre sobre a justiça ambiental, afirmando que outros grupos humanos podem ter uma relação com a natureza que não seja de depredação. De forma análoga, outros autores, designam sob outras categorias essas diferentes vertentes: preservacionismo, conservacionismo e socioambientalismo (DIEGUES, 2000; SANTILLI, 2005).

Dentre essas correntes teóricas, o ecologismo dos pobres³⁸ (ecologismo popular, ou movimento de justiça ambiental) enfatiza o conflito entre a economia e o meio ambiente, ressaltando a atuação do crescimento econômico para os impactos ambientais, atingindo grupos sociais que lutam e resistem diante de uma série de conflitos. A ideia principal defendida se refere à materialidade do meio ambiente, como condição para a reprodução social dos sujeitos, demandando justiça

³⁸ Que converge com a vertente socioambientalista.

primeiramente pelos humanos “pobres” de hoje, destacando por sua vez, o papel importante desses grupos para a conservação da biodiversidade, por meio do conhecimento que se reproduz tradicionalmente.

A posição do Estado é apontada como paradoxal, pois segundo Barbosa e Santos (2008) sua atuação é conciliada como agente regulador das práticas de conservação, ao passo que também defende práticas que resultam em degradação dos recursos naturais, provocando um cenário de tensionamento entre Estado e populações locais. Uma questão enfatizada é que as UPI's são resultados de medidas compensatórias, para os investimentos governamentais ou privados, que venham degradar o meio ambiente de algum modo. Neste sentido, a partir das compensações ambientais, a legislação privilegia a soberania de grandes empresas, em detrimento da autonomia dos modos de vida das comunidades locais, dando condições legais para que empreendimentos continuem com as ações depredadoras, num processo de “efeito neutro” de destruir para preservar, reduzindo a questão ecológica à lógica capitalista de mercado, numa espécie de troca.

Neste sentido, Dowie (2006) questiona o poder do Estado e este formato da política ambiental, que desconsidera a prioridade dos direitos dos povos, negligenciando inclusive a declaração da Organização das Nações Unidas (ONU), que afirma que o reassentamento dos povos nativos, não pode ser feito sem o consentimento livre informado, sem um acordo firmado com a compensação justa, com opção de retorno, e principalmente que os povos nativos não podem ser retirados a força de suas terras ou territórios.

Os processos de disputas em torno dos recursos ocorrem quando as formas de apropriação e significação de um determinado grupo se divergem das formas de apropriação e significação de outro grupo, constituindo uma constante ameaça a nível local, regional e global. Os conflitos se apresentam e reapresentam, se expressando em novas formas, atores, contextos e cenários, e as mudanças arbitrárias nas práticas sociais, produtivas e reprodutivas refletem as consequências e os impactos socioambientais, ocasionados às comunidades tradicionais, por meio dos projetos de desenvolvimento econômico.

A contradição deste processo é inerente, tendo em vista que a política ambiental estabelece áreas de preservação para projetos, cuja implantação provocou a degradação de florestas nativas, ou seja, por trás da ação denominada

preservação, muitas outras ações de degradação são intrínsecas, dando prosseguimento ao modelo de exploração capitalista (BARBOSA; SANTOS, 2008).

O entendimento da necessidade da conservação prioritária, e da efetivação das unidades de proteção integral trouxe consequências às práticas tradicionais dos vazanteiros, por meio da criminalização e restrição de suas práticas, sobretudo, pela fiscalização dos agentes ambientais do IEF, especialmente no que se refere às práticas extrativistas, de caça, plantio e pesca, que fazem parte do modo de vida vazanteiro. Anaya (2012) considera que o processo de encurralamento fundiário das comunidades vazanteiras ocorreu devido à operacionalização dos parques em unidades restritivas, de proteção integral, e não necessariamente pela criação dos parques, pois não existe uma única modalidade.

Os distintos modos de vida, e formas de adaptação dos atores sociais ao mundo material provocam os conflitos, num contexto que demanda a organização política, e lutas sociais pela (re)construção de estratégias de sobrevivência e resistência, percebidas em diversos grupos sociais, que acionam a identidade e se apropriam do discurso ambiental para a reivindicação de direitos sociais. Segundo Costa Filho (2011),

[...] na medida em que estes grupos começaram a se organizar localmente, emergindo da invisibilidade em que se encontravam, surgiu à necessidade de balizar a intervenção governamental junto aos mesmos [...] Uma vez reconhecida ou criada pelo poder público uma categoria de diferenciação para abarcar identidades coletivas tradicionais, não somente os grupos sociais relacionados passaram a ser incluídos política e socialmente, como também se estabeleceu um pacto entre o poder público e esses segmentos, que inclui obrigações vis-à-vis, estimulando a interlocução entre sociedade civil e governo e o protagonismo social. (COSTA FILHO, 2011, p. 2-3).

O entendimento de luta social dialoga com a noção de Honneth (2003) que destaca, que o adjetivo de social a uma luta, só pode ser usado quando os objetivos vão além de individuais, tornando-se base de um movimento coletivo, deste modo, a luta social é entendida da seguinte maneira:

[...] trata-se do processo prático no qual experiências individuais de desrespeito são interpretadas como experiências cruciais típicas de um grupo inteiro, de forma que elas podem influir, como motivos diretores da ação, na exigência coletiva por relações ampliadas de reconhecimento. (HONNETH, 2003, p. 257).

Para Honneth (2003) a integridade do ser humano se deve a padrões de assentimento ou reconhecimento. A experiência de desrespeito pode impulsionar a luta por reconhecimento, que provoca uma tensão afetiva no indivíduo, sendo dissolvida apenas na possibilidade de ação ativa, podendo tornar motivo de resistência política. Mas para que isto ocorra, depende da disponibilidade da articulação de um movimento social. Estas questões dialogam com a análise de Scott (2011) centrada no poder, processos simbólicos, dominação, resistência cotidiana, e sua importância nas relações de classe e na mudança social. Nesta perspectiva conceitual, a resistência contínua e organizada, em longo prazo, tem consequências igualmente, ou mais importantes que os movimentos sociais, mesmo em seu formato informal, exercendo um papel relevante na luta e mudança social. Consiste em uma estratégia mais eficaz nas relações, onde diferentes grupos disputam vantagens nas relações de poder, deste modo, desenvolvem a prática da simulação e manipulação, onde reprimem respostas e comportamentos, para ganhos imediatos, tendo em vista que manifestações abertas são arriscadas demais e suscetíveis a repressão e perseguição.

Os movimentos sociais e expressões de lutas surgem a partir da existência de uma semântica coletiva, onde o desapontamento pessoal se expande para o círculo de muitos outros sujeitos, ou seja, dos desrespeitos partilhados em comum. As atitudes se tornam coletivas na medida em que os sujeitos da comunidade se conscientizam e percebem o confronto com o mesmo tipo de tarefas, vinculadas a reprodução, ou seja, estão associadas à tentativa de grupos em conservar ou ampliar as possibilidades de reprodução, incluindo bens culturais e simbólicos, diante da denegação do reconhecimento jurídico ou social (HONNETH, 2003).

Figura 18 - Nas margens secas do Rio São Francisco os Vazanteiros cantam pela proteção dos seus territórios



Fonte: Vazanteiros cantando e tocando nas margens do Rio São Francisco. Trabalho de campo (2017).

No contexto das relações de poder, os dois lados utilizam máscaras e simulam ações e reações, ocorrendo à discrepância entre o discurso público e oculto, que possibilitam menos riscos e ocorre fora do palco. Os posicionamentos contrários tornam-se públicos quando ocorre a suspensão da repressão. Deste modo, existe uma fronteira entre o discurso oculto e o discurso público; quando um discurso oculto se revela pela primeira vez em declaração pública, isso causa um grande impacto. Esta situação ocorre, quando o grupo entende que no momento pode arriscar a um desafio aberto com segurança, geralmente ocorre acompanhado de algum acontecimento decisivo. “Lo más importante de ese momento es el enorme impacto que tiene normalmente en la persona que hacen la declaración y, a menudo, en los espectadores” (SCOTT, 2011, p. 244).

5.5 OS PROCESSOS DE MOBILIZAÇÃO POLÍTICA E REIVINDICAÇÕES TERRITORIAIS: ARTICULAÇÃO DOS VAZANTEIROS EM MOVIMENTO COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA³⁹

Diante dos processos que ameaçam modificar as condições essenciais para a (re)produção social dos grupos rurais, vários mecanismos são construídos como forma de resistência, e alternativa para amenizar os impactos provocados pelas ações da modernização da agricultura. Assim, buscam reafirmar suas condições sustentáveis e singulares de produção, em um cenário composto de resquícios históricos, sociais e econômicos, que contribuíram para a sua invisibilização, diante de um contexto de políticas ambientais inseridas na região do Norte de Minas Gerais, de modo excludente.

A articulação dos Vazanteiros em Movimento surge contestando os impactos gerados às suas formas tradicionais de produção e reprodução. A visibilização da Articulação dos Vazanteiros em Movimento é fundamental para entender o processo de organização como instrumento de luta frente à sobreposição dos Parques Estaduais: Verde Grande (1998), Lagoa do Cajueiro (1998) e Mata Seca (2001), construídos como compensação aos impactos ambientais do Projeto de Fruticultura irrigada do Jaíba, considerado o maior projeto de irrigação em área contínua da América Latina.

Quando começamos a Articulação Vazanteira Pau de Léguas (praticamente são duas comunidades antigas, Pau Preto e Pau de Léguas, essas são bem antigas, Quilombo da Lapinha também, pegou a titularidade de quilombo agora) foi uma das primeiras comunidades que teve aqui, que teve a iniciativa de criar uma associação foi ilha Pau de Léguas, depois veio Pau Preto, e o Quilombo da Lapinha. Fomos formando esse elo de círculo de amizade, de um está junto com o outro, aonde um vai o outro vai, chegamos à articulação Rosalino por essa formação aí, uns unindo com outros e fomos estendendo. (ENTREVISTADO 07, PAU DE LEGUAS, 2019).

Outro exemplo da unificação da luta, para além da Articulação dos Vazanteiros em Movimento, e da Articulação Rosalino Gomes de povos e Comunidades Tradicionais é a emergência dos Guardiões da sociobiodiversidade do cerrado, que atua na preservação e conservação das sementes crioulas, para

³⁹ Este tópico reúne dados coletados durante a pesquisa de campo para produção da tese, tendo sido apresentada uma primeira versão no GT26 - Conflitos Socioambientais do 19º Congresso Brasileiro de Sociologia, 9 a 12 de julho de 2019, em Florianópolis – SC, na Universidade Federal de Santa Catarina. Posteriormente revisado para compor dossiê da Revista Argumentos em 2020.

manutenção da qualidade da produção e soberania alimentar, demonstrando uma resistência às práticas agressivas e de dependência, desenvolvidas com a modernização técnica que se impõem ao modo de vida tradicional.

O contexto de políticas ambientais implementadas na região, e a transformação da dinâmica territorial dos vazanteiros no final dos anos 1990, e meados dos anos 2000 provoca a necessidade da unificação da luta pela reapropriação dos territórios ancestrais pelo reconhecimento dos direitos. Deste modo, surge em 2005 o “Movimento dos Encurralados pelos Parques” após vários encontros de articulação das comunidades, e várias ações coletivas no campo ambiental. Posteriormente, este movimento foi ressignificado para “Vazanteiros em Movimento”, com a inserção de outros grupos sociais contestando os impactos dos diferentes projetos desenvolvimentistas na região.

De acordo com Anaya (2012) as reivindicações territoriais das comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Léguas e Quilombo da Lapinha se originou com o processo de encurralamento e expropriação territorial, conseqüente à criação destas Unidades de Proteção Integral (UPI's), num processo que desconsidera as singularidades dos modos de vida das comunidades tradicionais locais.

A expressão encurralamento é histórica e nativa na região, usada para situar a sobreposição de territórios ao longo da bacia do alto e médio São Francisco, através da ocupação por bandeirantes e grandes fazendas. O termo assume um papel político no processo de denúncia e de resistência dos grupos sociais, que reivindicam o reconhecimento das diferenças culturais. O termo foi apropriado regionalmente, fazendo uma analogia à perda de espaço físico do gado, por meio dos currais, para denunciar a perda de direitos e espaços físicos e simbólicos, diante das ações de empreendimentos com lógicas e percepções diferenciadas.

A instalação das unidades de conservação na modalidade de proteção integral provocou um intenso conflito com as comunidades locais, reforçando a expropriação fundiária, ou o chamado “encurralamento” fundiário das terras-firmes, confinando-os às ilhas, e barrancos do rio São Francisco, bem como a migração para as cidades próximas, num contexto de construção de inúmeras estratégias de resistência para a reprodução social dos grupos. Para os Vazanteiros, o encurralamento ocorre por meio da criação dessas Unidades de Conservação, que sobrepõem seus territórios tradicionais reivindicados, limitando de forma significativa suas formas de produção, conforme constatado a seguir:

A ilha Pau de Léguas está dentro do parque? Sim, está dentro do parque, quer dizer, dentro da união, que é da antiga marinha. Nós estamos dentro dos 100 metros da união. Aqui é a lagoa, aqui o parque, nós estamos pra cá da lagoa e depois o rio que é a maior riqueza do mundo, é a água do rio São Francisco.

O que vocês estão reivindicando? Eu pelos menos estou reivindicando poder trabalhar, nos meus 100 metros que é dado pela união, lá não se vende, não se troca, lá se eu morrer meu filho toma conta, meu filho se morrer os netos tomam conta, é assim, não vende. Não tem esse comércio, eu tenho uma casinha lá, trinta anos, logo que eu vim pra cá, eu a fiz, foi eu e dona Maria que fizemos o tijolo dessa casa, tijolo cru que depois nos assamos. Eu estive no dia em que essa fazenda foi vendida, fazenda Lagoa da Prata que era de Air Vieira... Essa fazenda que ocupou parte do território. Esta casa aqui tem mais de 30 anos, esse pau aqui nasceu e caiu no rio. (ENTREVISTADO05, PAU DE LÉGUAS, 2019).

Para compreender a dinâmica de surgimento da articulação e a importância de sua visibilização, segue uma breve sistematização cronológica dos eventos, organizada a partir do registro de Anaya (2014). O I Encontro Interestadual de Homens e Mulheres Vazanteiros do São Francisco foi realizado na Ilha da Ingazeira em 2005, entre os municípios de Manga (MG) e Carinhanha (BA), resultando em uma Carta Manifesto à sociedade em geral, para visibilizar o modo de vida vazanteiro. O II encontro das Comunidades Vazanteiras foi realizado em 2007, na Serra do Ramalho (BA), de modo que a RESEX, observada no texto do SNUC (2000), se apresenta como uma estratégia política, para a permanência nos territórios, surgindo uma proposta de reconversão de parte do Parque Estadual Verde Grande, em uma Unidade de Uso Sustentável, reunindo áreas de conservação e manejo agro-extrativista com técnicas de recuperação de sistemas agroflorestais.

Em setembro de 2008 realizou-se o III grande evento, o “Encontro da Ilha da Ressaca” no Quilombo da Lapinha (MG), denominado Seminário Vazanteiros do São Francisco: entre os labirintos das leis ambientais e os direitos territoriais das populações tradicionais, que resultou na produção do “mapa do encurralamento” que visibilizou a situação de várias comunidades em conflito. O IV Encontro dos Vazanteiros ocorreu em abril de 2009 na Ilha de Pau de Léguas (MG), com objetivo de fortalecer a articulação entre os grupos, e analisar as relações de tensionamento, como aplicação de multas, apreensão de material de trabalho, entre outras ações. O “V Encontro denominado de “Vazanteiros em Movimento: povos das águas e terras crescentes” ocorreu nos dias 16 e 17 de setembro de 2010, na Ilha do Jenipapo no

município de Itacarambi (MG). Com o propósito de discutir as propostas sobre regularização dos territórios vazanteiros, e a revitalização socioambiental do Vale do São Francisco. No dia 24 de julho de 2011 os “Vazanteiros em Movimento” se organizaram em ação coletiva coordenada, entre as comunidades de Pau Preto, Pau de Léguas e Quilombo da Lapinha, na ex-sede da Fazenda Catelda, como forma de retomar o território e pressionar estrategicamente o IEF em relação às negociações da RDS, deram início à auto-demarcação da RDS de Pau Preto, que culminou na possibilidade de um novo processo de renegociação (ANAYA, 2014).

Ao longo dos anos, os eventos foram se fortalecendo com a ampliação das redes de parcerias e mobilizações. O VII Encontro da Articulação dos Vazanteiros em Movimento ocorreu nos dias 28 e 29 de julho de 2017, no Quilombo da Lapinha, em Matias Cardoso (MG), juntamente com a Articulação Rosalino Gomes de povos e Comunidades Tradicionais⁴⁰. Houve a participação de aproximadamente cem pessoas, entre elas, lideranças das comunidades tradicionais da região, pesquisadores do NIISA/Unimontes, CAA-NM, pesquisadores da Rede Tropi Dry, Liga Camponesa, e CPT.

Neste processo, o pré-campo deste projeto foi realizado entre os dias 28 e 29 de julho de 2017, no Quilombo da Lapinha, em Matias Cardoso (MG), através da participação em campo, com as comunidades vazanteiras, no 7º Encontro da Articulação dos Vazanteiros em Movimento, onde estes destacaram as mudanças nas dinâmicas alimentares, influenciadas pelas transformações ambientais, econômicas e territoriais na região, em decorrência da sobreposição dos Parques Estaduais, que se enquadram na modalidade de Unidades de Proteção Integral, condicionantes ambientais do projeto de Irrigação Jaíba.

⁴⁰ A articulação Rosalino foi formalizada durante as Festas de Agosto do ano de 2010, em um evento no Solar dos Sertões, localizado em Montes Claros – MG, com o objetivo de unificar as lutas sociais dos povos e comunidades tradicionais do Norte de Minas Gerais. O nome consiste em uma homenagem ao cacique Rosalino Gomes de Oliveira, assassinado em 1987, em São João das Missões, no Norte de Minas Gerais.

Figura 19 - 7º Encontro da Articulação dos Vazanteiros em Movimento



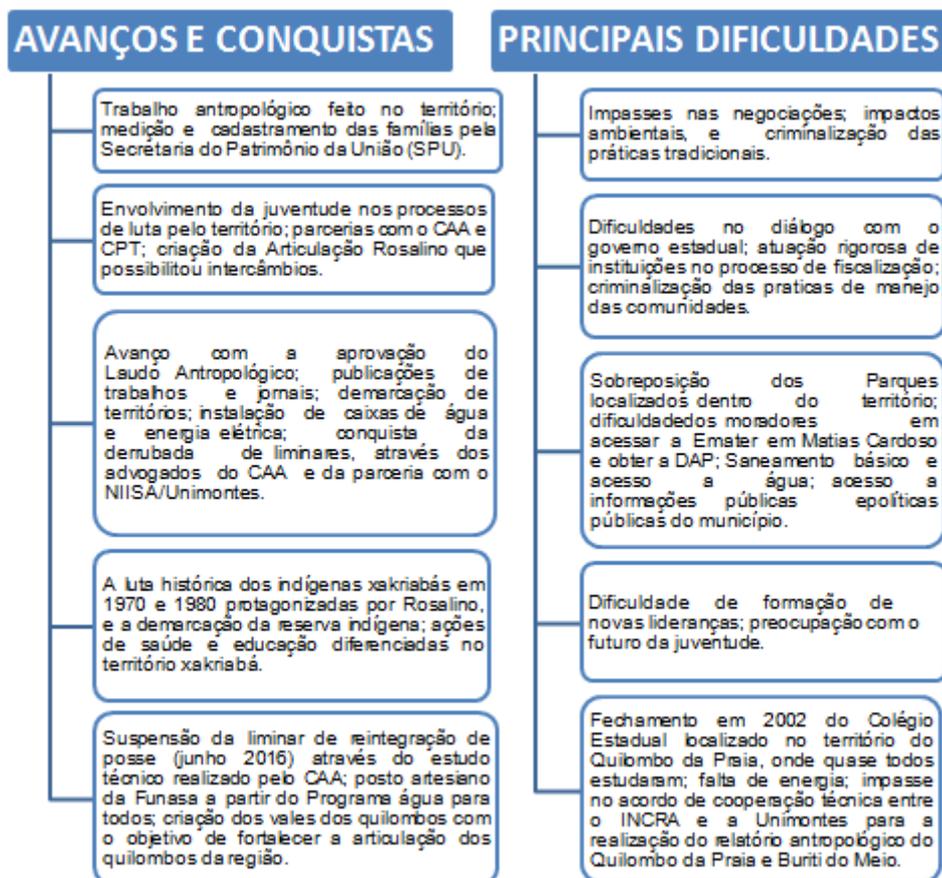
Fonte: Imagem feita durante o 7º Encontro da Articulação dos Vazanteiros em Movimento no Quilombo da Lapinha. Trabalho de campo (2017).

O encontro foi dividido em dois momentos importantes. No primeiro momento foi feita uma retrospectiva dos Encontros dos Vazanteiros, ao longo dos anos, por meio da dinâmica de trabalho em grupo, sobre os desafios e estratégias de resistência, com o objetivo de fortalecer as redes e a articulação. No segundo momento, houve a sistematização e a reflexão, sobre o processo de construção política do movimento, e as reivindicações territoriais.

As lideranças comunitárias apresentaram no evento algumas reivindicações, como a conservação do Rio São Francisco, destacando as críticas sobre o modelo de desenvolvimento inserido na região; a criminalização e a punição das práticas tradicionais; a unificação das lutas dos povos e das comunidades tradicionais; a demarcação dos territórios tradicionais; e a ampliação das políticas públicas voltadas aos povos e comunidades tradicionais, reafirmando a importância do fortalecimento da articulação, para a constante formação política dos grupos. A sistematização

abaixo pontua brevemente algumas das questões que foram enfatizadas durante a plenária.

Figura 20 – Avanços, conquistas e principais dificuldades



Fonte: Dados registrados pela autora a partir do 7º Encontro da Articulação dos Vazanteiros em Movimento (2017) e organizados para esta tese (2021).

Percebeu-se que estas comunidades, se reuniram motivadas pelo compartilhamento de expressões coletivas, combinando a organização política e o reconhecimento da identidade, em um processo de apropriação de discurso para a reapropriação territorial. Dentre os avanços importantes, consideram os trabalhos antropológicos feitos nos territórios e as parcerias construídas, especialmente no âmbito jurídico. As principais dificuldades são sobre o diálogo com as instâncias governamentais, a criminalização e a restrição das práticas de manejo, mostrando um processo de judicialização e burocratização das lutas, no qual para os vazanteiros o sonho é “ter nosso lugar de sossegar e ninguém aborrecer, ter a liberdade de ir à Manga e Matias quando quisermos. A articulação é importante para

unir todo mundo, e todo mundo ser uma coisa só” (ENTREVISTADO 05, PAU DE LÉGUAS, ANO).

Ao mesmo tempo, um conjunto de problemáticas, centra-se na obtenção de infraestrutura básica (saneamento, escola) para a manutenção, sustentabilidade e reprodução social das comunidades. Outra ordem de preocupações relaciona-se ao âmbito de mobilização política, em que é destacado o alinhamento a outros movimentos, sob o escopo da categoria povos e comunidades tradicionais, assim como a formação de lideranças, em que há a preocupação da inserção de jovens. Neste sentido, desejam uma formação política contínua das comunidades, assim como a organização das reivindicações, a contínua participação em projetos e políticas públicas, e o fortalecimento da rede de parcerias. Como questão de fundo a esses debates e encontros, as lideranças retomaram críticas ao processo de Modernização Conservadora, Revolução Verde, criação do Projeto Jaíba, e das Unidades de conservação na região, e os impactos causados às comunidades vazanteiras e demais povos e grupos sociais regionais.

A articulação constantemente enfatiza o contexto da alteração/restrrição das formas de uso e apropriação dos recursos naturais, que intensifica a desorganização dos sistemas de manejo, produção e reprodução dos grupos sociais na (re) construção dos seus modos de vida, (re) forçando a necessidade contínua de construção de estratégias de resistências cotidianas.

Estas estratégias dialogam com a noção de ambientalização das lutas sociais (Lopes, 2006; Acselrad, 2010) e com a noção de resistências cotidianas e formas corriqueiras de resistências (Scott, 2011) que são praticadas pelas classes subalternas, se contrapondo às estruturas de dominação que as exploram. Scott (2011) destaca que a relação entre dominantes e subordinados é uma relação conflituosa e de disputas, onde ambos buscam vantagens por meio dos processos de resistência material e simbólica, que constituem um conjunto de práticas coerentes entre si, como a manipulação das relações, carisma e pressão social entre os membros de um mesmo grupo. De acordo com Anaya (2014) a redefinição das formas de agir, reivindicar e de se relacionar com o Estado, expressas na ressignificação do movimento, traduz um processo de disputa de outra visão sobre a conservação com o IEF, reconhecendo nas modalidades RDS inicialmente, e depois RESEX, uma estratégia pontual para a permanência em seus territórios.

Uma Fazenda do IEF está incorporada ao parque Lagoa do Cajueiro, estamos acampados aqui faz 14 anos. Ficaram 22 hectares para 55 famílias, outra parte é ruim e de cascalho. Na demarcação territorial temos direitos, aproximadamente a 18.000 hectares, mas estão ocupadas pelo parque. Reivindicamos 7.000 hectares ao menos para as nossas roças. No início pensamos na RDS, mas da forma que queriam não era adequada para as famílias, então desistimos porque o nosso jeito de viver é com liberdade de ir e vir e dessa forma eles iam nos controlar. Hoje recebemos água de pipas, às vezes falta, armazenamos na caixa da CODEVASF, temos as conquistas da IRT, o reconhecimento da Fundação Palmares. Temos a articulação do CAA, CPT, NIISA, EMATER, UFMG. Nosso deslocamento aqui quando não é andando e quando o rio não corta, atravessamos de barco. (ENTREVISTADO 12, QUILOMBO DA LAPINHA, 2020).

A ambientalização a partir da noção de Acselrad (2010) aponta os discursos e justificativas ambientais, sendo adotados por distintos grupos sociais, para legitimar práticas institucionais, políticas e científicas. Nestes processos ocorrem as disputas por legitimidade, no intuito de caracterizar as diferentes práticas, como ambientalmente benignas ou danosas, ocorrendo a ambientalização de discursos de diferentes atores sociais, que contestam formas desiguais de apropriação e distribuição dos recursos naturais. O processo de articulação dos vazanteiros alia o reconhecimento cultural e o acionamento identitário, na afirmação das formas singulares de organização social e convívio com o meio, na constituição dos seus modos de vida e territorialidade.

O processo de politização e ambientalização desses grupos atingidos pelos parques estaduais, se deram a partir da constituição de uma rede de apoio social reconhecida como Fórum de Desenvolvimento Regional: Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR), Centro de Agricultura Alternativa (CAA), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento Contra o Deserto Verde, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Sem Terra (MST), Liga Camponesa, Universidades, entre outros, que problematizavam as políticas de modernização do campo. Essa rede possibilitou a formação de lideranças comunitárias, a articulação de suas lutas territoriais, no campo agrário e ambiental, o compartilhamento de uma agenda coletiva e a visibilização dessas coletividades (ANAYA, 2012).

A ambientalização desde modo, não é a finalidade, mas um mecanismo estratégico do processo de luta, em disputa pelos direitos sociais e reconhecimento jurídico dos seus territórios, buscando encerrar um ciclo de punições e criminalização de suas práticas tradicionais. Juntamente com a estratégia da proposta de reserva extrativista, constitui uma das concepções do processo social

em disputa, em favor dos direitos reconhecidos na política ambiental. Os diferentes atores sociais ambientalizam seus discursos num processo que questionam os padrões de apropriação de territórios, recursos naturais e as formas estruturais de distribuição de poder sobre eles.

Neste contexto, se desdobram as estratégias de convivência, resistência e reprodução dos vazanteiros, através da articulação em movimento social e na ambientalização das lutas no plano político; e da intensificação das práticas da agricultura nas vazantes, e constantes estratégias alimentares, no plano prático cotidiano. Áreas que não eram habitadas se transformaram em locais de trabalho e de moradia, como as ilhas e beira-rio, com o propósito de ainda manterem convívio com alguma parte dos seus territórios.

Em outros casos, Anaya (2014) afirma que muitas famílias migraram para as regiões periféricas das cidades de Manga e Matias Cardoso, criando um sistema próprio, precário e temporário. Além disso, grande parte de suas práticas tradicionais passam a serem fiscalizadas, monitoradas, punidas e criminalizadas, num processo que desconsidera sua territorialidade, afetando diretamente suas autonomias alimentares e produtivas, intrínsecas aos seus modos de vida tradicionais. O modo de vida é associado às relações estabelecidas com o território e a cidade, do qual buscam acessar os serviços ofertados e ausentes nos territórios, como relatado pelo vazanteiro de Pau de Léguas, ao ser questionado se costumava ir à cidade (zona urbana):

Sim, temos netos que estudam né. Que não podem ficar somente aqui, assim moramos nos dois lugares. Tem vez que quando está apertado, e eles estão estudando a minha mulher fica lá, e eu venho buscar eles às 17 horas, e é bem no “rabequinho”, o barco, e olha a altura da maré, tem vez que é cada maré que tem que passar. (ENTREVISTADO 05, PAU DE LEGUAS, 2019).

Estas comunidades respondem a estas questões com a organização e mobilização política, visibilizando cada vez mais os seus discursos e reivindicações, no âmbito regional, estadual, nacional e internacional, por meio das redes sociais que são possibilitadas pelos ambientes virtuais, e pela atuação constante nos eventos dos movimentos sociais que compõe sua rede sócio-política.

Neste processo, as diversas edições dos Colóquios Internacionais de Povos e Comunidades Tradicionais, organizadas pelo Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social da Unimontes, em parceria com a Universidade de Kassel

(Alemanha), têm buscado oportunizar um espaço de articulação dos diversos atores sociais, organizações e instituições que debatem as dinâmicas territoriais, e os processos de disputas. Deste modo, trata-se de um instrumento de luta contínua dos Vazanteiros e de todas as demais comunidades tradicionais inclusas ao movimento, diante das transformações que afetam seus territórios.

Deste modo, a Articulação dos Vazanteiros em Movimento reivindica os territórios e o reconhecimento de suas territorialidades. A articulação se constitui em um importante movimento social de reivindicação territorial no campo ambiental, reunindo várias comunidades tradicionais que contrapõem distintos projetos desenvolvimentistas e defendem o Rio São Francisco, apresentando projetos de desenvolvimento, onde o bem viver é a base central desse novo projeto coletivo.

O próximo capítulo busca analisar as transformações e estratégias alimentares e produtivas dos vazanteiros, em situação de conflito ambiental e territorial, relacionados aos desdobramentos do cenário socioambiental global. Além disso, entender como este cenário influenciou nos modos de vida, e a maneira como estas comunidades se organizam no âmbito da construção de estratégias de resistência, frente ao contexto agroalimentar e de lutas territoriais.

6 BEM VIVER, SABERES TRADICIONAIS E ESTRATÉGIAS AGROALIMENTARES EM TERRITORIOS VAZANTEIROS

Figura 21 - Vazanteira do Quilombo da Lapinha



Fonte: Trabalho de campo – Quilombo da Lapinha (2020).

Os capítulos anteriores contextualizaram o cenário de embate entre os saberes alimentares, e a dinâmica de expansão do agronegócio, das políticas desenvolvimentistas e da hegemonia dos impérios alimentares sobre a pluralidade de modos de vida. Os desdobramentos destes processos incidem nas práticas alimentares de grupos sociais, como as comunidades tradicionais vazanteiras, que confrontam com essas transformações arbitrárias, desenvolvendo estratégias cotidianas de resistência, o qual neste capítulo pretende-se analisar.

Como reação alternativa aos conceitos convencionais de desenvolvimento e ao modelo econômico vigente, as comunidades tradicionais vazanteiras dialogam com a perspectiva do bem viver, por meio de novas ideias e perspectivas criativas sendo germinadas, e construindo posicionamentos diferentes, a partir de múltiplos atores sociais, se ajustando e reajustando a cada contexto social e ambiental.

Qualquer manifestação do Bem-Viver está relacionada com cada cultura, uma história e um contexto social, político e ecológico particular, no qual outras tradições culturais possuem o seu papel que não somente expressam uma intensa mistura, mas culmina numa originalidade própria, onde seu próprio estilo de vida depende da integridade de certos ecossistemas, ou seja, é possível estabelecer encontros e diálogos, aprendizagens mútuas entre todas estas posturas, inclusive as expressões alternativas e subalternas, marginalizadas dentro do próprio pensamento ocidental a respeito de mundos alternativos.

Neste capítulo IV, organizado por meio dos trabalhos de campo, pretende-se compreender e analisar os modos de vida dos vazanteiros, perpassando o a organização social das comunidades de Pau Preto, Pau de Léguas e Quilombo da Lapinha, no sentido de entender suas práticas tradicionais de acesso aos alimentos e os saberes tradicionalmente reproduzidos, que refletem em sua organização produtiva e na relação com o sistema de manejo dos recursos naturais. Busca-se refletir sobre o entendimento do território e da territorialidade, a partir da relação estabelecida com a terra e a água na organização produtiva e nas estratégias alimentares, de modo que a pesca, a agricultura e a coleta compõem sua organização social.

Além disso, este capítulo pretende refletir sobre os processos de restrição territorial e criminalização das práticas tradicionais vazanteiras, as resistências e reivindicações construídas em torno das estratégias frente às dinâmicas alimentares globais hegemônicas, e a concepção de que outros mundos são possíveis à luz da perspectiva do Bem viver, como propósito de desconstrução, reconstrução e visibilização de narrativas silenciadas historicamente.

6.1 SABERES ALIMENTARES E MODOS DE VIDA DOS VAZANTEIROS: ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA E FORMAS DE MANEJO

A diversidade étnica e “biocultural” marcam a constituição das comunidades tradicionais no Norte de Minas Gerais, que segundo Oliveira (2005) podem ser ainda identificadas como quilombolas, os descendentes de africanos; como vazanteiros, os habitantes das margens do Rio São Francisco e suas ilhas; assim como indígenas, os Xacriabás; além dos moradores das áreas de transição entre o Cerrado e a Caatinga, que se reconhecem como geraizeiros.

Para estas comunidades o Rio São Francisco possui grande importância, uma vez que possibilita o enfrentamento das adversidades ligadas a constantes períodos de seca, fundamental para a agricultura bem como para a pesca, atividades complementares no modo de vida dos vazanteiros. As práticas alimentares das comunidades tradicionais estão fundamentadas no sistema de tradições culturais, que constituem o modo de vida de povos e comunidades tradicionais. São compostos de valor simbólico, vínculos afetivos e crenças que perpassam gerações, por outro lado, ameaçadas diante dos aspectos excludentes da globalização e modernização, sobretudo, alimentar, uma vez que seus sistemas alimentares são vistos em muitas situações como primitivos e ultrapassados, o que desdobra no não reconhecimento dos sujeitos e de suas formas de produzir, num processo que potencializa a violência, o racismo ambiental, e o monopólio do agronegócio.

Os vazanteiros, interlocutores deste trabalho, também se reconhecem como “lameiros” ou “barranqueiros” como afirma Costa (2006), pois estão diretamente em convívio com o Rio São Francisco, e suas margens a mais de 200 anos, acumulando conhecimento sobre a diversidade cultural, biológica e a paisagem local. Tal como as comunidades de Pau Preto, Pau de Léguas e Quilombo da Lapinha, que possuem práticas tradicionais de acesso e manejo articuladas e intrínsecas a relação com os seus territórios, que constitui suas territorialidades. Estas comunidades têm como principais atividades produtivas e reprodutivas a agricultura na vazante, a pesca, e a coleta. Atividades estas que foram sendo modificadas de alguma maneira com os processos de conflitos socioambientais e disputas territoriais que incidem em seus territórios, como veremos adiante.

Diante disto, no ano 2018, os vazanteiros do Norte de Minas Gerais juntamente com outras comunidades tradicionais do Brasil, foram premiados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), pelo reconhecimento das práticas agrícolas sustentáveis das comunidades, e seus Sistemas Agrícolas Tradicionais (SAT). Esta premiação legitima uma estratégia de resistência importante para a visibilização dos vazanteiros e de seus modos de vida.

Segundo Santos, Yoshinaga e Thé (2015) o manejo era feito através da distinção do período em que podiam ser manejadas, obedecendo aos ciclos naturais e as condições de produtividade, seguindo o objetivo de uso, as necessidades de cada espécie, a capacidade de resistência a privação de água, além da criação de

animais próximos as áreas cultivadas e de mata nativa, que por sua vez eram fontes para extração de madeira, de frutos e para a caça.

O Quilombo da Lapinha está localizado no município de Matias Cardoso na mesorregião Norte de Minas, é constituído por cerca de cento e sessenta famílias, sendo composto por várias comunidades como Vargem da Manga, Lapinha, Saco, ocupação Rio São Francisco, e Ilha da Ressaca. De acordo com Silva; Fagundes e Fonseca (2016) essa comunidade foi reconhecida em 2 de junho de 2005 pelo Governo Federal e pela Fundação dos Palmares (registrado no livro de cadastro geral número 003, registro número 232, folha 38), contudo, o território ainda sofre com a aquisição de posse das terras devido aos conflitos com latifundiários e pelo encurralamento das fronteiras agrícolas na região. Segundo Silva; Fagundes e Fonseca (2016) o quilombo da Lapinha é remanescente do século XVIII, tendo tomado posse de uma terra para sobreviver, contudo, o IEF apesar do conhecimento sobre a existência do território tradicional quilombola, adquiriu uma fazenda dentro do que é reivindicado pela comunidade, o que aumentou ainda mais a tensão dos moradores, sobretudo, com a criação de reserva do Parque Estadual da Lagoa do Cajueiro, que compromete a continuidade dos seus modos de vida, com as atividades de pesca e extrativismo.

Figura 22 - Quilombo da Lapinha, Matias Cardoso - MG



Fonte: Pesquisa de campo (2020).

Atualmente a comunidade sobrevive em pequenos territórios rurais restritos, em virtude do parque e de projetos de irrigação ao redor, tendo chegado da Bahia em direção à Mata da Jaíba, nos vales dos Rios São Francisco, Verde Grande e Gorutuba. Conforme Silva et al (2011) esta comunidade por meio do extrativismo manuseava alguns espaços ambientalmente adequados para a reprodução da biodiversidade, com sua cultura e classificação de recursos naturais, de modo que a afirmação dos princípios tradicionais vinculado ao cotidiano e singularidade deste povo, está totalmente associada a relação com o território de onde se tem o sustento de suas famílias.

A comunidade se encontra em pequeno território que não corresponde com suas terras tradicionais, além disso, a criação do parque tem impactado nas atividades de pesca dos moradores, no rio e nas lagoas, e nas atividades de extrativismo. Antigamente, o quilombo era denominado de Tapera, o nome Lapinha foi se popularizando até que se transformasse no nome oficial do local, que significa pequena lapa (gruta) e/ou presépio. A comunidade é atendida por rede elétrica, há escola que atende até a 4ª série do ensino fundamental, e um agente de saúde que é moradora da comunidade. Não há saneamento básico, e as famílias vivem da agricultura familiar e da criação de animais de pequeno porte, em virtude da redução do território, onde existe aproximadamente um hectare de terra coletiva no acampamento. As famílias produzem suas hortas e pequenas plantações na vazante e no sequeiro do rio. A migração para os grandes centros urbanos em busca de trabalho e renda tem aumentado com o processo de luta territorial. (CEDEFES, 2010).

Na comunidade vazanteira de Pau de Léguas, os vazanteiros vivenciam o conflito com a sobreposição do Parque da Mata Seca, a comunidade é formada por aproximadamente 72 famílias, que tem como atividade produtiva a agricultura de subsistência nas vazantes do Rio São Francisco, e a pesca, tendo na sua tradição a coleta de recursos da natureza como ervas medicinais, cascas de arvores, lenhas, madeiras de arvores mortas, para a produção de remédios, alimentos, e moradias. Tradição também presente nos modos de vida dos vazanteiros de Pau Preto e Quilombo da Lapinha.

As vazantes e os saberes tradicionais significam para estas comunidades uma tradição importante, que os distingue de outros grupos sociais. Em 2019 foi

lançada a cartilha “Comunidade Tradicional Vazanteira da Ilha de Pau de Léguas, em parceria com o Projeto Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central, que contextualiza o cenário vivenciado pela comunidade, cujo evento se realizou em Matias Cardoso, conforme imagem abaixo.

Figura 23 - Lançamento da Cartilha “Comunidade Tradicional Vazanteira da Ilha de Pau de Léguas”



Fonte: Pesquisa de campo (2019).

Segundo Almeida *et al.* (2019) estes vazanteiros se encontram confinados na Ilha de Pau de Léguas, e o processo de esbulho territorial teria começado com as transformações das fazendas em empresas rurais, em consonância com as políticas de modernização do campo que privilegiaram uma parcela restrita regional. Durante a pesquisa de campo, alguns vazanteiros destacam que esse processo é ainda mais antigo, com as políticas de incentivo a construção de usinas e barragens, como a Usina Hidrelétrica de Três Marias, conforme abordado anteriormente, no primeiro capítulo.

Deste modo, diante do processo de expropriação territorial, alguns vazanteiros se mudaram para Matias Cardoso e cidades vizinhas, para trabalharem nos centros urbanos, outros mantêm uma dinâmica entre os territórios e a cidade, conforme a necessidade. A relação e o fluxo diário à cidade também se justifica pela necessidade de acessar serviços públicos, efetuar pagamento de contas e principalmente realizar compra de alimentos, “trazemos da cidade farinha, óleo, feijão, arroz, pão, bolacha... muitas pessoas freqüentam as cidades com essa

finalidade de comprar, devido nosso pouco espaço de produzir.” (ENTREVISTADO 13, QUILOMBO DA LAPINHA, 2020). Este dado é apresentado durante a pesquisa de campo, sendo assim, a dinâmica hoje dos vazanteiros de Pau de Léguas é organizada através do deslocamento contínuo e constante entre a cidade de Matias Cardoso e as ilhas, onde produzem se readaptando as restrições territoriais e modificando as formas de manejo, produzindo nas margens e vazantes do rio, e realizando a pesca nas lagoas, em algumas situações escondidos dos fazendeiros.

De acordo com Araújo (2009) por volta das décadas de 1930 e 1940, por meio do processo de cessão de terrenos pelo fazendeiro Darli, se deu a ocupação do território. O fazendeiro que era herdeiro da área teria combinado um compartilhamento de tudo que fosse produzido, coletado ou pescado com ele. Havia um acordo entre moradores e dono da terra que correspondia, por exemplo, ao compartilhamento de um peixe ao fazendeiro, a cada quatro peixes pescados; havia lagoas na fazenda, próximas a sede, onde os moradores utilizavam principalmente no contexto doméstico. Nesta época, relações pessoais e de convivência foram estabelecidas, contudo, a venda da área para o fazendeiro Air Vieira, em meados de 1973 marcou o processo de expropriação territorial, uma vez que o acordo foi interrompido, e as famílias deveriam desocupar suas moradias, de forma violenta; houve demolições e plantações foram destruídas.

A década de 1970 atraiu muitos fazendeiros para a região com a implementação do modelo de desenvolvimento, com a instalação de projetos como o de fruticultura irrigada em Jaíba – MG. Caracterizam-se ainda, pelo uso maciço de eucalipto para produção de carvão, pelos hectares destinados a pecuária extensiva, e as monoculturas de algodão, fundamentando os princípios da Revolução Verde, que impactou no empobrecimento dos agricultores familiares, em virtude da intensa mecanização, uso de agroquímicos, degradação de recursos naturais, e concentração fundiária (FEITOSA; BARBOSA, 2005).

Com as restrições territoriais e criminalização das práticas tradicionais, alterou-se o manejo dos recursos no território de Pau de Léguas e nos demais territórios vazanteiros, como destacado por Santos, Yoshinaga e Thé (2015) tornando proibido o acesso às lagoas marginais do Rio São Francisco para a pesca e manejo, ao longo da história de desapropriação dessa comunidade, e instalação da Unidade de Conservação. Os lameiros das lagoas eram destinados ao plantio de arroz e de hortas, e o período da seca (julho-outubro) era destinado à limpeza, por

meio da capina seletiva que preservava a mata ciliar, e preparava o terreno mais distante possível da lagoa, levando em consideração a presença de umidade e matéria orgânica adequadas para o plantio, que seria iniciado no fim de outubro, e início de novembro. Este manejo tradicional contribui positivamente para a qualidade do nível de fluxo da água, sobretudo, através das limpezas nas margens favorecendo o fluxo das águas e a reprodução dos peixes. Assim, um serviço ecossistêmico cultural é desenvolvido pelos vazanteiros, podendo proporcionar a ampliação da quantidade de peixe a ser pescado diante da migração entre as lagoas e o rio para se reproduzir, conforme relatado pelas comunidades.

No contexto da comunidade da Ilha do Pau Preto, esta possui um histórico de uso e ocupação da região anterior à década de 1970. Os moradores da Ilha do Pau Preto, portanto se autodenominam “vazanteiros” e trazem consigo elementos distintivos que caracterizam essa identidade cultural, segundo Pereira *et al.* (2016) a pesca e a agricultura na vazante são elementos constitutivos fundamentais. Nesta comunidade o histórico de conflito se agrava com a instalação do Parque Estadual Verde Grande, e com a disputa pela área por fazendeiros. A RDS e a RESEX emergem como propostas de recategorização do Parque, para a continuidade e manutenção das práticas reprodutivas e os modos de vida dos vazanteiros em seu território. Através do trabalho de campo, as entrevistas corroboram que em Pau Preto, 64 famílias plantam em média em 100 hectares, existe pescadores artesanais e profissionais. As famílias costumam plantar no sequeiro em outubro pra dezembro, plantam e esperam a chuva; posteriormente a plantação ocorre no lameiro ou vazante, após o rio encher e esvaziar. E ainda há outra forma que chamam de “Regradio” onde a plantação é molhada com o uso de um motorzinho.

Figura 24 - Comunidade Pau Preto



Fonte: Pesquisa de campo (2020).

De acordo com o Entrevistado 02 (PAU PRETO, 2018) anteriormente havia a associação dos produtores rurais da comunidade de Pau Preto do município de Matias Cardoso, contudo o presidente da época foi seduzido pelas propostas de emprego do IEF e não repassou nenhuma documentação da associação. Em 2007 os vazanteiros retomaram a luta pelo território com a articulação da CPT, CAA e Unimontes, e decidiram recomeçar uma nova associação. Nesta época houve uma notificação para que as famílias desocupassem a área, sendo cadastradas para a viabilização de um assentamento. “Ai em 2007 a 2008 quando a gente recomeçou a luta, veio essa proposta de uma RDS... ela andou ate bastante, depois parou, fomos para a RESEX.”. Em 2013 a associação definiu em assembléia termos de concessão e uso do território, onde regulamentava e organizava uma distância de 100 metros entre a estrada e barranco do Rio São Francisco, 110 metros para as famílias, sendo 10 metros a distância entre um vizinho e outro. Além de possuir regras como: não desmatar, construir barracos com poucas madeiras, realizar a limpeza dos quintais, entre outros acordos.

Reunimos para dividir a área, assim que nos fizemos à ocupação aqui. O pessoal estava muito parado e todo mundo só reclamando que não tinha terra para plantar, e criar os bichos, estava todo mundo embolado aqui na sede. Resolvemos espalhar o pessoal nas áreas, até mesmo para da mais uma pressionada também. Inclusive o CAA participou também e fez o levantamento da área com o GPS, podia cercar, mas não desmatar. Sou nascido e criado praticamente aqui dentro, não existia parque aqui e tem além de mim os outros mais antigos que já moravam aqui, essas roças que vocês estão vendo aqui, tudo é antigo a gente não ta aqui para desmatar nem fazer danos ambientais, estamos aqui para proteger, não estamos aqui

para fazer nada ilegal, e outra, nessa época nós já tínhamos esse termo de concessão que a gente já tinha feito acordo aqui, tem uma associação, a gente tem uma comunidade aqui, são tantas famílias, entre crianças e idosos, tudo tem aqui, tem escola já antiga desde os anos noventa que foi minha mãe que trouxe escola, minha mãe foi a primeira presidenta que teve aqui, que era da associação dos produtores rurais. A gente vive do rio e da pesca, do rio e da vazante, o critério de divisão foi o de ficarem famílias, parentes, os mais amigos, mais ou menos um perto do outro. (ENTREVISTADO 03, PAU PRETO, 2018).

Os vazanteiros de Pau Preto possuem uma área de refúgio que chamam de Venda “Porque quando tem a cheia grande, o pessoal tem que refugiar para lá, então é o coração que recebe todo mundo... o rio corre com a gente, e a gente vai é para lá.” (ENTREVISTADO 03, PAU PRETO, 2018). De acordo com os relatos, quando o rio enche muito, não sobra nada no território, então é costume se refugiarem com os animais no local mais alto. As cheias são conseqüências dos impactos ambientais, como os desmatamentos, gerando intensas precipitações em curto período, inundando as margens. Nesta área possui um poço artesiano para atividades básicas com os animais, e a energia é através de um motor. Para os vazanteiros desde então as áreas vem sendo regeneradas através do manejo de pouco impacto que realizam, “depois que estamos aqui já regenerou 70% 80%, porque essa área há uns oito anos foi desmatada” (ENTREVISTADO 02, PAU PRETO, 2018).

Ainda de acordo com Pereira et al (2016) a ocupação do território abrangia desde a caatinga até o rio, uma região entre os Rios São Francisco e Verde Grande, sendo construídas tradições e práticas culturais de convívio com os diversos ambientes ameaçados por pressões de fazendeiros, e de instituições estatais. Como parte da política agrária estadual da época, entre as décadas de 1940 e 1970, durante o processo de regularização fundiária conduzida pela Ruralminas, a comunidade perdeu acesso às terras que habitavam há pelo menos dois séculos. Nesta época havia incentivos governamentais do governo militar destinados a grandes empreendimentos agropecuários, assim, as famílias foram expulsas das suas terras e se espalharam por Matias Cardoso e Manga. As famílias foram retornando para a região do Rio Verde Grande, principalmente para a Ilha do Pau Preto, com a enchente que ocorreu em 1979.

Figura 25– Antiga fazenda na Comunidade Pau Preto



Fonte: Pesquisa de campo (2020).

A cultura dos vazanteiros é adaptada a experiência ambiental que possui com os seus territórios, no qual o encurralamento compromete os seus modos de vida, e o conhecimento tradicional e histórico. Para os vazanteiros eles foram trancados e fechados dentro dos parques, haja vista que a criação se deu sem comunicação e participação das comunidades, que já ocupavam esses espaços e dependiam integralmente deles. A preservação da natureza é vista como característica dos seus modos de vida, o que pode ser associado à riqueza das áreas ocupadas, sendo potenciais para unidades de conservação, em contraste com o impacto ocasionado pelas grandes fazendas e projetos de desenvolvimento operacionalizados. A produção interna das comunidades além de atender o autoconsumo era também importante para a região, através das plantações de milho, feijão, criação de porcos, galinhas, bodes, leites e derivados, diferentemente da produção das grandes fazendas, que tinha como propósito abastecer outros estados e países.

A produção interna das comunidades, além de atender o autoconsumo era também importante para a região, através das plantações de milho, feijão, criação de porcos, galinhas, bodes, leites e derivados, diferentemente da produção das grandes fazendas, que tinha como propósito abastecer outros estados e países. A construção da identidade vazanteira esta intimamente e indissociavelmente ligada à vitalidade do Rio São Francisco, que exerce influência direta em toda a dinâmica de vida, regulando as atividades produtivas desde a pesca ao plantio.

Para os vazanteiros, o Rio é soberano e pode definir tudo, desfazendo e refazendo, mas sempre alimentando de alguma maneira a comunidade em volta. Como diz uma liderança vazanteira em todos os eventos que participa: “Plantamos na vazante, e sabemos que é um risco, pois se o rio encher leva tudo, mas se não acontecer, a gente come o que vingou”⁴¹. A plantação na parte mais alta oferece menos risco de ser inundada com as cheias do rio, por outro lado, depende essencialmente do período das águas, por ficarem em partes menos úmidas, de certo modo, também não há garantias. Nestas áreas mais altas costumam priorizar por segurança, a construção de casas. Quando não havia restrição territorial também era utilizada para criação e solta de animais, e plantação quando não era apropriado nas vazantes, quando vinha a época das secas eles retornavam para o plantio nas vazantes, numa dinâmica complementar, e seguindo as regras do rio.

A dinâmica de produção e de organização dos itens para comercialização é descrita abaixo, pelo vazanteiro da comunidade de Pau de Léguas, destacando a venda da carne suína, a pesca e a plantação de grãos, assim como o momento de chuva favorável para o plantio.

Acho que pau de Léguas hoje tem 72 famílias, tem umas que plantam outras não, mas não dá para comercializar, apenas para comer, viver... Quando matamos um porco trazemos pra vender, adulamos para um e outro comprar, vendemos a 8,50 R\$ 1 kg de porco caipira. Quando a gente vende um, mata outro, para salgar o toucinho e comer o torresmo e a carne. E a mandioca nós plantamos e colhemos para fazer a farinha e comer. No café da manhã é mandioca cozida, cuscuz. No almoço é feijão, arroz, verduras do quintal e um peixinho quando é época de pescar. Quando não pode a gente come carne, ovos... Uma parte a gente planta, o amendoim, o tomate, a beterraba, a cenoura, o coentro, a cebolinha verde. Agora estamos preparando a terra esperando chuva, ele aqui planta logo em setembro, eu chego até o dia 02 de outubro. Nessa época aqui pra nós no sertão, o barranqueiro, o nativo, os ribeirinhos plantamos no pó para aproveitar as primeiras chuvas... é plantar no seco, sem chover, a colheita vem em janeiro, fevereiro. Quando o rio encheque volta depois da semana santa, que chama vazante geral, que é quando o rio encheu e voltou de novo, ai fica a lama... aí nós plantamos no lameiro. Plantamos 18 de março para comer na fogueira de são João. Plantamos milho, batata, feijão, abóbora. Vamos para Matias Cardoso de barco quase todo dia. (ENTREVISTADO 05, PAU DE LÉGUAS, 2019).

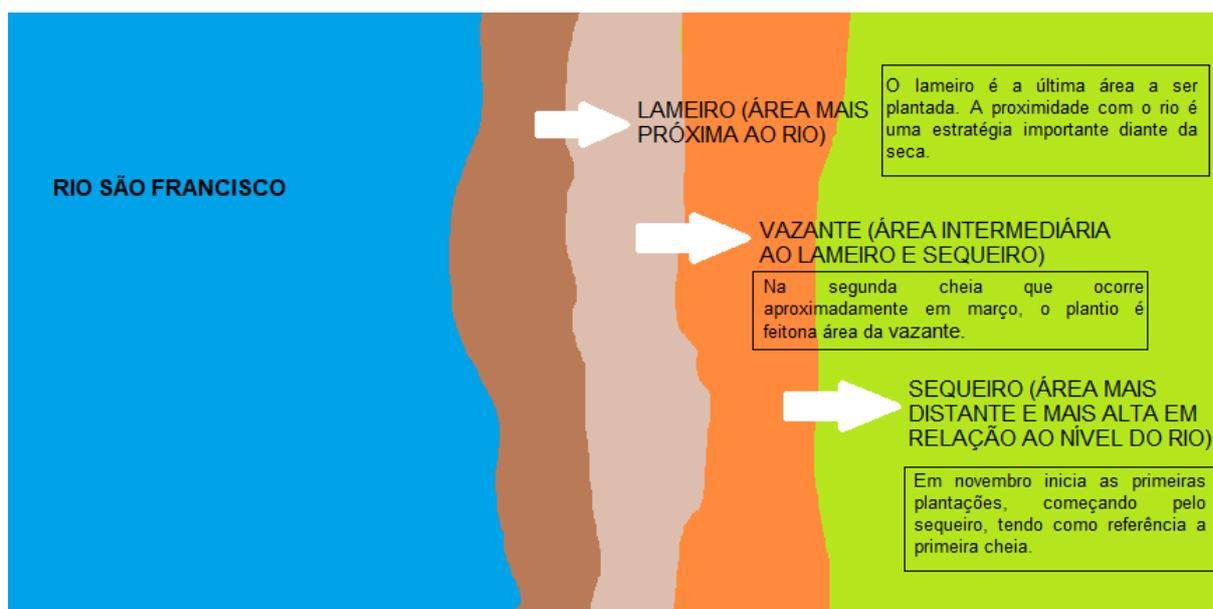
A retribuição das comunidades era a preservação, o manejo, a limpeza das margens e lagoas, ações impossibilitadas no contexto atual, o que provoca a morte dos peixes presos e sufocados. O manejo dos vazanteiros é de pouco impacto

⁴¹ Frase dita por uma liderança dos vazanteiros no Evento da 7ª Articulação dos vazanteiros em Movimento em 2017, no Quilombo da Lapinha em Matias Cardoso – MG.

ambiental, e se fundamenta num sistema de conhecimento ecológico tradicional, pelos ciclos naturais, que caracterizam os modos de vida dos vazanteiros de um modo geral, juntamente com os períodos das secas e cheias, e os ciclos do Rio São Francisco, que estabelece o início, e o fim das atividades e do manejo. Nas áreas denominadas como lameiro, que ficam paralelas ao rio, nas vazantes que são áreas intermediárias, e na sequeira que são as terras mais altas, dinâmica que revela o desenvolvimento da agricultura vazanteira, e o conjunto de fenômenos que levam ao termo vazanteiro, como uma autoidentificação das comunidades.

Para melhor compreensão sobre a organização e o sistema de plantio, em locais diferentes, Sequeiro, Vazantes e Lameiros, a imagem abaixo representa a descrição de cada um deles, importantes para o modo de vida vazanteiro.

Figura 26 – Sequeiro, Vazantes e Lameiros



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

Conforme as entrevistas em campo, alguns iniciam as plantações ‘no pó’ por volta de setembro ou outubro, ou seja, plantando no seco, sem chuvas. Em novembro, as plantações aguardam a primeira cheia, a plantação se inicia pela área sequeira. Na segunda cheia que ocorre aproximadamente em março, o plantio é feito na área da vazante, e posteriormente nos lameiros. O entrevistado 13 destaca que “em novembro temos o sequeiro, o lameiro começa em março. Aí colhemos em fevereiro pra março. Temos pescadores artesanais e profissionais.” (ENTREVISTADO 13, QUILOMBO DA LAPINHA, 2020). A regressão do nível do rio

está relacionada ao intervalo de cada etapa de plantio, de modo que existe uma relação importante das comunidades com os conhecimentos tradicionais que possuem no manejo dos recursos naturais, e com os territórios que constituem sua territorialidade.

Além das atividades exercidas no próprio rio e às margens dele, nas áreas de terra firme é destinada para plantação de diferentes culturas, que são organizadas no calendário segundo o tempo das águas. A imagem abaixo descreve os meses e o tempo, segundo o conhecimento tradicional vazanteiro, sendo separados por tempo das águas e tempo das secas.

Figura 27 – Tempo das águas
(Segundo o conhecimento tradicional apresentado ao longo das entrevistas)

TEMPO DAS SECAS	
MAIO	SETEMBRO
<p>A produção nesse período tem como base culturas que dependem de menor quantidade de chuva. Aquelas que necessitam de água constante são plantadas nas áreas úmidas às margens do rio.</p>	
TEMPO DAS ÁGUAS	
OUTUBRO	MARÇO
<p>A produção nesse período tem como base culturas que dependem de maior quantidade de chuva. Nesta época do ano, os vazanteiros costumam plantar no sequeiro (área mais alta em relação ao nível do rio), evitando a inundação das plantações.</p>	
<p>Fonte: Pesquisa de campo (2021).</p>	

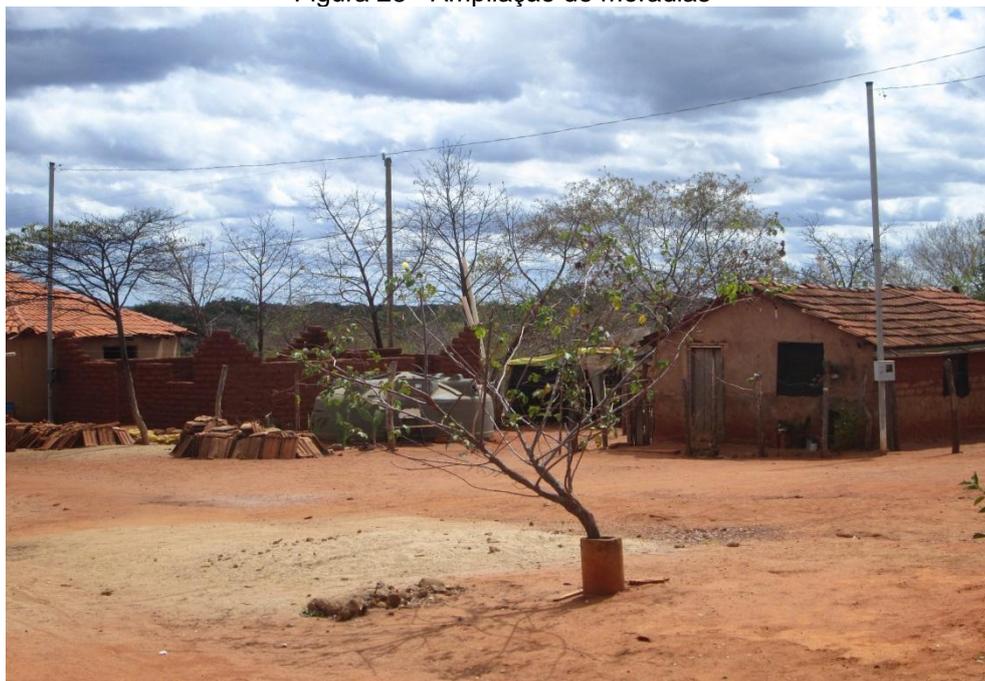
Antes do processo de expropriação era possível o manejo de todo território pelos vazanteiros, com a instalação dos parques estaduais, as mudanças nos modos de vida foram intrínsecas, a restrição e limitação territorial cada vez maior, implicando em impactos no cotidiano dos seus saberes tradicionais, bem como alimentares, que passam a serem readaptados a uma nova dinâmica, com o propósito de resistir.

Antes havia liberdade de pegar lenha, hoje somente tem horta, parte da terra é improdutiva, muitos vão para fora [outra cidade] trabalhar no Projeto Jaíba, outros são pescadores e recebem benefício na piracema por aproximadamente 4 meses, a maioria trabalha informal. Muitos recebem bolsa família, seguro safra, e roçam nas 22 hectares e na ilha que possui umas 150 hectares. Algumas famílias moram lá para plantar, cada pessoa tem um pedacinho. Antigamente poderíamos caçar e pescar, hoje não mais,

as lagoas secaram e sujaram muito. Antes podíamos limpar e criar nas marginais, hoje não podemos mexer. Não temos liberdade de freqüentarmos matas. Antes a lenha, frutas e raízes eram livres, hoje são restritas, nos multam, mudou nosso modo de vida. Na agricultura, plantamos com limitação, depende da autorização do gerente do parque. (ENTREVISTADO 12, QUILOMBO DA LAPINHA, 2020).

Anteriormente, nas lembranças e memórias dos vazanteiros havia muitas tradições, rituais, que ao longo dos processos foram se modificando. As moradias se modificaram estruturalmente, porém com muitas limitações, as casas nos territórios, por exemplo, não necessariamente oferecem o conforto que os vazanteiros queriam, pois a falta da regularização fundiária e do título das terras impõe uma instabilidade a todas as famílias, tanto para construir, quanto para produzir com o risco de serem desapropriadas e perderem tudo.

Figura 28 - Ampliação de moradias



Fonte: Pesquisa de campo (2019).

Com a perda de espaços territoriais e a diminuição do tamanho, estas comunidades estão cercadas por unidades de conservação e áreas de proteção permanente, assim como anteriormente eram cercadas por fazendas de pecuária. A organização social e produtiva dos vazanteiros, assim como as formas de manejo dos recursos naturais, vem se modificando, readaptando aos contextos e resistindo aos processos em curso. A terra e a água, por meio do Rio São Francisco, constituem o território vazanteiro, e são elementares na formação de sua

territorialidade, sendo imprescindíveis para as atividades produtivas complementares, que são a pesca, a agricultura e a coleta. Contudo é inegável que o acesso aos alimentos, sobretudo, a uma alimentação saudável é impactado diretamente e indiretamente com a criminalização dos saberes e práticas tradicionais.

A prática de plantar em áreas de vazante, lameiros e lagadiços, fazem com que a prática de molhar seja desnecessária, pois são solos mais ricos em nutrientes e mais úmidos, reduzindo assim o desprendimento energético. O manejo se estende também por outras áreas, como no uso de áreas como o capão de umbu para a caça, extração de madeira, e coleta de frutos; bem como do barranco do rio, que além de possibilitar o cultivo de espécies, proporciona a caça e a prática da pesca, possibilitando diferenciar as estratégias de obtenção. (SANTOS; YOSHINAGA; THÉ, 2015).

Durante a pesquisa de campo, os vazanteiros relatam que o manejo do gado ocorre em abril até o resto do ano, quando começa a cheia de novo, quando o gado é direcionado as terras mais altas. Os saberes tradicionais e conhecimento territorial são percebidos em todas as falas, desde a época esperada das chuvas, que anteriormente eram em maio, abril, e junho, até o conhecimento das plantas nativas utilizadas para alimentação do gado, como as palmas, utilizadas para alimentação humana e também de animais, “lá tem açoitado cavalo, cipó, tem malva nativa, capim, tem marmelada também nativa, rica em gordura também”. (ENTREVISTADO 03, PAU PRETO, 2018).

Figura 29 – Quintal no Quilombo da Lapinha



Fonte: Pesquisa de campo (2020).

No sistema de manejo também se inclui as regras de criação de gado, onde a princípio o limite seria até 30 cabeças de gado, sendo o excedente doado para épocas festivas da comunidade, ou repassado a outro vazanteiro que possuía menos, para então criar em conjunto. Nota-se que com as transformações na dinâmica territorial, as lagoas foram se diminuindo, sendo aterradas e causando a morte de peixes. Os vazanteiros com os seus conhecimentos e saberes organizavam o acesso às lagoas, havia aquelas destinadas à restauração, outras utilizadas para a pesca na época adequada do ano, como as que naturalmente se secavam mais rapidamente, e aquelas destinadas a criadouros. O Manejo do gado também apresentou potencialidades, “você vê que lá na venda todo canto tem pezinho de umbu novo, que o gado come e ele mesmo planta...” (ENTREVISTADO 03, PAU PRETO, 2018). Além das contribuições na prevenção de incêndios com as chamadas “trilhas” que o gado faz e ajuda apagar o fogo, “nos outros lugares onde tem parque pega fogo e queima tudo, todo ano queima tudo, por quê? Porque não tem trilha, o gado tem aquelas trilha...” (ENTREVISTADO 02, PAU PRETO, 2018).

Esses dias estava pegando fogo lá embaixo, e atravessou daqui pra lá, quando chegou na minha roça tem o “triero” do lado... Pulou. Quando chegou no “triero” do gado, o fogo apagou todinho, controlou o fogo, se não tivesse aquele fogo tinha pegado pra promessa e descendo, eles não davam conta não... E ainda veio dois aviões jogando água ai... (ENTREVISTADO 03, PAU PRETO, 2018).

Além do sistema de manejo, o trabalho com a pesca e agricultura na vazante é realizado por homens e mulheres, que para além da subsistência praticam também a venda do excedente, aliado ao artesanato, e extrativismo. O cotidiano das comunidades é permeado de uma relação comunitária de solidariedade e partilha. A religião católica e evangélica predomina nas comunidades atualmente, as moradias se modernizaram com o passar do tempo, no entanto, ainda pequenas e simples, uma vez que a instabilidade com a irregularidade das terras não permite investir nem em casas que oferecem um bem estar melhor, nem em muitas plantações, em função das ameaças constantes de despejo. Dentre os impactos sociais e ambientais estão os impactos nos modos de vida, a restrição territorial, a criminalização das tradições, desigualdade social, falta de recursos materiais, migração das famílias para a cidade, e inserção maior de alimentos industrializados em detrimento dos alimentos naturais e tradicionais.

6.2 CONFLITOS E AMEAÇAS: RESTRIÇÃO TERRITORIAL E CRIMINALIZAÇÃO DAS PRÁTICAS TRADICIONAIS

Os processos de conflitos socioambientais e disputas territoriais que incidiram nos territórios vazanteiros, modificaram suas atividades produtivas, estes processos se deram desde a organização das fazendas aos projetos de desenvolvimento construídos, e seus respectivos impactos através, sobretudo, das unidades de conservação como compensações ambientais. Deste modo, com as Unidades de Conservação expande-se cada vez mais a criminalização das práticas das comunidades tradicionais, diante da limitação do acesso e manejo dos recursos. Em vários dos relatos vazanteiros, é possível ouvir a diferenciação entre momentos passados, e a atual conjuntura de impedimentos das práticas tradicionais, como o acesso livre a diferentes áreas, o ato de colher ervas e plantas medicinais, o plantar, colher, e pescar, entre outras práticas essenciais do modo de vida vazanteiro.

Antigamente andávamos em tudo; hoje não podemos passear, subir nas árvores, que falam que vamos derrubar. Éramos livres para conhecer a mata. Conhecer as plantas medicinais, brincar e coletar sementes. Hoje nem lenha e galhos das arvores mortas podemos pegar, que mandam a polícia. A minha pior lembrança foi quando os policiais levaram o presidente. As crianças ficaram com medo. Hoje plantamos as mesmas coisas de antes, mas o que mudou foi à quantidade e a qualidade. Por isso nós queremos o território para os nossos filhos trabalhar, criar e plantar

como antes, lutando entre nós, e todos do nosso lado para nos ajudar. Primeiro Deus, e buscando ajuda, temos o apoio da CPT, CAA, Unimontes, entre outros. Entre os principais desafios vivenciados estão as ordens de despejo. Estamos lutando por essa terra, temos energia elétrica, alguns documentos e a ajuda dos parceiros. A maioria aqui vai à cidade uma vez ao mês para fazer feira e vender. O médico vem uma vez ao mês, e às vezes o dentista vem aqui. (ENTREVISTADO 01, QUILOMBO DA LAPINHA, 2019).

As comunidades tradicionais colaboradoras deste trabalho vivenciam desde então, as consequências diversas da sobreposição de Unidades de Conservação⁴², ou seja, áreas passíveis de proteção em decorrência de suas características naturais relevantes, por meio dos parques estaduais, legalmente instituídas pelo poder público para a conservação, inclusive pela Proteção Integral. A pesca passa a ser readaptada, a agricultura cada vez mais restrita e dependente do uso das vazantes do Rio São Francisco, e a coleta completamente criminalizada, fazendo com que as comunidades respondam criminalmente, ou paguem multas caso realize essa prática em seus territórios, agora desapropriados. A apropriação dos recursos naturais que foram sobrepostos com a criação dos parques não é algo recente, não foi iniciada após a instalação das áreas de proteção ambiental, pelo contrário. As práticas locais são históricas, com uso e significação dos povos a partir de gerações, e que é símbolo de sua cultura. A criminalização das práticas tradicionais ocorre a partir da sobreposição dos parques aos territórios vazanteiros, que passam a ser regulamentados pela lógica ambientalista, expropriando os vazanteiros de seu modo de vida, como consta na narrativa abaixo.

As lagoas estão dentro do parque, então nos íamos pescar, trazíamos o sustento, às vezes um pouco vendíamos, outra parte para o sustento de casa, hoje não pode mais, se for é penalizado, a gente fica olhando o parque com essas lagoas enormes ai dentro. A gente fez proposta para alguma lagoa ser berçário, não aceita, e os peixes às vezes morre lá dentro, então não sustenta nem a comunidade, e nem os animais que muitas das vezes nem dão conta de comer. E o manejo nosso que a gente tinha de está mantendo as lagoas e foz limpas, não temos mais, as hortas que a gente tinha na beira para poder proteger e alimentar peixes e animais também não tem mais, hoje virou somente um matagal, muitas das vezes as pessoas ateiaram fogo, queimam - que não são da comunidade -, vão lá pescar e acaba fazendo isso, então pra gente se tornou muito difícil. Nós reivindicamos o nosso direito que é o território nosso né, como era antes, porém até hoje ele não vem, estamos esperando, mas não vem. (ENTREVISTADO 07, PAU DE LÉGUAS, 2019).

⁴² A denominação Unidade de Conservação (UC) é concedida pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC através da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000.

Esta lógica de punição contraria a constatação de Pereira e Diegues (2010) que considera as comunidades tradicionais importantes agentes, com os seus modos de vidas que coexistem em equilíbrio com a natureza, são essenciais para a proteção de áreas naturais. A lógica ambientalista representa a imposição de princípios fundamentais para o caminho do almejado desenvolvimento econômico, e exerce a prática de dominação aos modos de vida tradicionais, considerando que o modelo de desenvolvimento implementado na região, e no país cria mecanismos para sua manutenção, como a compensação ambiental, ocorrida de forma arbitrária em detrimento de povos. Sendo assim, Diegues e Arruda (2001) destacam que esses grupos possuem uma ligação forte com o território local, haja vista que é nele que os povos se reproduzem socialmente e economicamente por gerações, com reduzido acúmulo de capital, por meio das atividades de subsistência, realizadas com baixo impacto ambiental, como pode ser evidenciado no relato abaixo, a respeito do manejo para a atividade de agricultura.

Eu ia lá e reservava uma parte e lavrava a outra, no outro ano, aquela parte que eu trabalhava já estava cansada, a gente a deixava para incorporar outra vez e plantava em outra parte. A gente tinha os locais, escolhia as melhores terras para poder trabalhar, preservando, quando montou o parque eles acharam muita coisa preservada porque nos preservamos, se nos tivéssemos destruído tudo e se achou alguma coisa destruída, foram os grandes fazendeiros que destruíram, mas o que nos pertencia, onde a gente trabalhava sempre deixava pedacinho ali, um ano num canto, ano no outro, ia mudando, todo mundo, agora não, estamos em área da APP, um pedacinho ali restrito de 20, 30 metros ou 100 metros por 30, e assim por diante, e é somente isso aí, tem que sobreviver disso aí, o que der pra produzir e acabou. (ENTREVISTADO 07, PAU DE LÉGUAS, 2019)

De acordo com Araújo (2009) os técnicos do IEF tratam os vazanteiros como invasores, e se utilizam do poder da instituição como órgão fiscalizador ambiental para repreender, punir e coibir a ocupação da área, ignorando as especificidades do grupo e os seus vínculos territoriais, conforme relato de vazanteiro do Quilombo da Lapinha apresentado a seguir. No entanto, os órgãos ambientais desconsideram a existência das comunidades locais antes da implementação dos parques, que nesse caso ocupa o lugar de invasão, uma vez que se sobrepõe ao território já ocupado historicamente. O relato abaixo descreve as mudanças ocorridas após a chegada da lógica ambientalista na região, que provocou a necessidade de adaptações no modo de vida, como exemplo o remédio, que antes era extraído do próprio território, mas

deixa de ser natural e produzido com base nos conhecimentos ancestrais, e passa a ser comprado na cidade e utilizado segundo fabricante.

Nós não podemos entrar em nenhum parque. Nós queremos o território todo, isso daqui, mais a fazenda onde está o IEF. Antes usávamos raízes, nós rodávamos essa mata toda até encontrar Imburana que serve para dor de barriga, e para muitas coisas... Hoje o povo ainda vai buscar ainda remédio, mas é mais difícil. Agora tem que comprar na cidade, igual à Dipirona, etc. Muitos dos remédios eram aqui. Não entramos mais para pegar raízes. Não pode mais, não tem autorização, se o IEF vê já está processando... Multas, isso interferiu até nos remédios que era mais naturais e agora industrializados da farmácia. Desde 2005 é assim o tempo todo. Teve um ai que teve que pagar multa por derrubada de árvore, mas não eram eles, eram fazendeiros. E pensava que éramos nós. Policial vem aqui direto, já levou até o presidente... Chega dizendo que fizemos algo errado, como se roubássemos terra, mas não é roubar é retornar, pois os nossos antepassados moravam aqui. (ENTREVISTADO 01, QUILOMBO DA LAPINHA, 2019).

Os conflitos ambientais com as unidades de conservação, compensatórias aos impactos ambientais do Projeto Jaíba, revelam as transformações arbitrárias e impositivas nos modos de vida, nas atividades produtivas e conseqüentemente nos hábitos alimentares das comunidades tradicionais. Nesta lógica, que ao longo do Rio São Francisco, no Norte de Minas Gerais, surgiu o movimento de reivindicação territorial, que denuncia a sobreposição dos territórios tradicionais pelos parques estaduais Verde Grande (1998), Lagoa do Cajueiro (1998) e Mata Seca (2001).

As comunidades foram encurraladas em pequenas áreas em virtude das disputas territoriais com o agronegócio, e das UPI's como forma de compensação ambiental aos efeitos da degradação. O avanço tecnológico na região, de alguma maneira impactou negativamente na ruptura em suas formas e modos de vida. Apesar deste cenário, no Quilombo da Lapinha, o modelo agroecológico de produzir vem contribuindo para a fixação das pessoas no campo, diminuição do êxodo rural, e a perda de vínculos culturais com sua terra.

Figura 30 - Quilombo da Lapinha



Fonte: Pesquisa de campo (2020).

O encurralamento de diversas comunidades na região foi causado pelo processo de exploração latifundiária, forçando a migração para áreas precárias, menores e menos férteis. Podemos dizer ainda, que o encurralamento foi intensificado com a implementação dos parques. Durante O 7º Encontro da Articulação dos vazanteiros em Movimento, uma liderança destacou que os remanescentes quilombolas do Quilombo da Lapinha foram expulsos das suas terras na década de 1970, num conflito que se estende até a atualidade, envolvendo a Fazenda Casa Grande. Fazem parte do Quilombo da Lapinha as comunidades de Várzea da Manga, Lapinha, Santa Efigênia, Ilha da Ressaca e o acampamento São Francisco onde vivem crianças, jovens, casais, mulheres e homens que reconstróem sua história no cotidiano dos conflitos, sendo responsáveis pela construção dos barracos, roças, hortas, plantas e árvores, tendo como principal apoio os movimentos sociais, instituições e as organizações, tais como Universidades, Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, Comissão Pastoral da Terra, Articulação Rosalino Gomes, entre outras, que acompanham a organização das comunidades tradicionais na região.

Segundo Marco Antônio de Souza, esta área é de interesse da união, e órgãos federais deveriam resolver estas questões, já que constitucionalmente está em perímetro ribeirinho, afirma o advogado do CAA que defende as comunidades

vazanteiras. Relata que a comunidade Quilombo da Lapinha ficou no território no ano de 2005, por meio de um acordo estabelecido com a empresa enquanto o INCRA realizaria os procedimentos de delimitação e titularização do território. O IEF adquiriu a Fazenda com o intuito de unir a área ao Parque Estadual Lagoa do Cajueiro em 2010, uma vez que o parque não havia sido concluído e tendo um pagamento pendente do estado para a empresa FAREVASF, a mesma exige a retirada da comunidade, que passa a vivenciar processos de reintegração de posse. A movimentação para que as famílias fossem expulsas ocorrem em 2017, gerando uma intensa instabilidade nas famílias que interfere diretamente nas ações e práticas que possam desenvolver para o bem estar social, conforto e qualidade de vida. Em 2018 a área foi reconhecida como de interesse social, apesar das melhorias com as tecnologias de captação de água de chuva, energia elétrica, casas de alvenaria, e outros benefícios, as famílias desejam a regularização do território tradicional, e seguem resistindo a luta pela posse coletiva do mesmo. (CAA, 2019).

A RDS foi apresentada pelas comunidades e parceiros em 2007, como uma alternativa, onde seria preservada a mata nativa conforme defendido pelo IEF e também o modo de vida vazanteiro, pescador, agricultor e extrativista, permitindo a permanência das famílias garantindo as práticas agrícolas tradicionais, o conhecimento do extrativismo para obtenção de alimentos para autoconsumo, e a segurança e a soberania alimentar e nutricional. “Em pau preto plantamos em média em 100 hectares, sendo 64 famílias associadas, mais os não associados. Existem pescadores artesanais e profissionais.” (COMUNIDADE PAU PRETO, 2020). Contudo, a RESEX surge como uma contraproposta feita pelas comunidades, que identificam esta modalidade como a mais adequada a sua dinâmica de organização social. Tanto a RESEX como RDS são criadas a partir das demandas das populações tradicionais, para a garantia e reconhecimento dos seus modos de vida em relação aos seus territórios. Os vazanteiros apresentam várias estratégias defensivas e cotidianas, como afirma Anaya (2014) para manter minimamente partes de seus territórios, passando a se apropriar das categorias e dos discursos ambientais vigentes, por meio da ambientalização das lutas territoriais, e no contexto das políticas de modernização ecológica, para manterem vínculo com o território expropriado.

6.3 REIVINDICAR E RESISTIR: AS ESTRATÉGIAS AGROALIMENTARES DOS VAZANTEIROS FRENTE ÀS DINÂMICAS ALIMENTARES GLOBAIS DOMINANTES

O sistema agroalimentar atual é insustentável, de acordo com o professor Wilkisson (2020), esta constatação ocorre tanto do ponto de vista da saúde, como do social, sendo o mesmo influenciador tanto das dietas alimentares, como da segurança alimentar e nutricional. É uma lógica de regime alimentar que está inserida em um sistema corporativo, que faz parte de uma geopolítica pelo mundo, e que Ploeg (2008) ver como responsável pela desconexão com a natureza, e com a lógica das dinâmicas alimentares locais camponesas, que é impactada mundialmente pelo regime alimentar corporativo. Neste sentido, Gasques (2020) destaca a desestruturação dos sistemas agroalimentares sustentáveis, e os produtos em massa, sendo extremamente necessária a estruturação de sistemas alimentares coletivos e justos, sistemas locais de produção baseados na agroecologia, e livre de exploração. A criação de medidas ambientais compensatórias, como as unidades de conservação, unidades de proteção integral, e parques, estão inseridos na lógica capitalista de exploração, produtividade e impactos ambientais, que transferem as responsabilidades da degradação aos que possuem menor poder de dominação na geopolítica dos impérios, como pode ser evidenciado no seguinte relato, que descreve a questão alimentar dos vazanteiros, e suas mudanças após a criação dos parques.

Antes do parque está ali, nós tínhamos o direito de alimentar diferenciado de hoje, hoje nós temos que alimentar praticamente de tudo da cidade, levar tudo da cidade para casa. No passado era arroz, feijão, mandioca, abacaxi, o que tinha era alimentação lá de dentro né, hoje nós não temos mais esse direito, porque eles tiraram esse direito quando criou o parque, ai tirou esse direito da gente. (ENTREVISTADO 07, PAU DE LÉGUAS, 2019).

O relato de um dos quilombolas do Quilombo da Lapinha corrobora com a do entrevistado da comunidade vazanteira de Pau de Léguas, sobre a questão alimentar nas comunidades que são sobrepostas pelos parques estaduais e áreas de proteção ambiental, ressaltando a pesca, a agricultura, e o extrativismo para a constituição alimentar dos povos vazanteiros e quilombolas. A perda de autonomia

das comunidades é significativa, refletida no campo alimentar, pela redução de possibilidades e áreas para plantios, para prática da pesca e do extrativismo.

Acho que são 57 famílias em 22 hectares. Com santa efigenia, lapinha, várzea da manga, e ilha da ressaca são 122 famílias. Nossa alimentação é baseada na Pesca, extrativismo, agricultura. A memória que tenho antes do parque era de que nós colhíamos bastante, tinha mandioca, fazia farinha todo dia, colhia mandioca, tinha milho, não precisava comprar milho, comprar feijão, hoje nós sobrevivemos mais com a horta, e a chuva diminuiu né. A chuva é uma questão de impacto também. Aí começamos também a comprar mais em Matias porque não tem lugar de plantar. De manhã comíamos tapioca, peixe frito, mandioca cozida, milho, meu pai pescava bastante, pegava bastante peixe. A pesca também diminuiu, esses povos de fora que vem ai pescar. Essas barragens ai quando solta pra cá já vem tudo contaminado. Hoje comemos um feijãozinho, um arroz... Tem que comprar né... se tiver um frango come, se não tiver tem que comprar. Tudo tem que comprar agora, não tem jeito. Café da manha tem que comprar cuscuz, o flocão, antes a gente fazia tudo natural. Tinha milho, a gente ralava bastante, até ralava a mão, mas não tinha jeito. Antigamente era muita fartura né. (ENTREVISTADO 01, QUILOMBO DA LAPINHA, 2019).

A concepção de que existe uma lógica dominante é consensual para os vazanteiros, que conseguem demonstrar como as dinâmicas alimentares globais exercem poder em suas lógicas de vida, primeiro pelos impactos de sua expansão, que levam a desapropriação, posteriormente pela imposição de novos modelos alimentares globais em territórios tradicionais, causando uma situação de restrição territorial e de limitação para o desenvolvimento de suas atividades produtivas. Estas comunidades tendem a aumentar a relação de dependência e consumo nas cidades, especialmente de alimentos processados e industrializados, devido à impossibilidade e autonomia na produção. Em muitas situações uma das alternativas frente à falta de alternativas encontradas é a busca por empregos em muitas situações precários em cidades vizinhas, que possibilitem a compra de suprimentos necessários para a sobrevivência da família.

Muitas das pessoas trabalham fora para levar pra lá, mas lá dentro mesmo, não tem chuva, quando tinha chuva o pouquinho que você colhia vendia, um pouquinho deixava em casa, e daí por diante, hoje nem a semente nos estamos tendo mais, antes colhíamos e guardávamos, armazenávamos, hoje não está tendo, porque o território é tão restrito, tão pequeno que nós estamos situados numa área de APP, sendo que nos atingíamos até depois das lagoas, e agora não atingimos nem dez por cento do nosso território. (ENTREVISTADO 07, PAU DE LÉGUAS, 2019).

Estes grupos sociais desenvolvem práticas e manejos seculares como na agroecologia, que de acordo com Silva *et al.* (2011) pode ser um constitutivo da

manutenção e proteção dos recursos naturais de sustentabilidade e coletividade. A Agroecologia engloba a: agricultura biodinâmica; agricultura natural; agricultura orgânica; permacultura; agrossilvicultura; os sistemas agro-florestais e agricultura ecológica. A forma mais integrada possível com o ambiente natural é a permacultura, que envolve plantas semi-permanentes e permanentes, incluindo a atividade produtiva de animais de pequeno porte, como galinhas, porcos e cabritos, ou seja, um sistema "Agrosilvopastoril". Estes processos "determinam modos de vida e as relações e interações culturais na maneira de produzir alimentos, resgata e revaloriza os costumes tradicionais da pequena agricultura de base familiar." (SILVA *et al.*, 2011, p. 2).

Silva *et al.* (2011) discute as práticas agroecológicas e as formas de resistências das comunidades tradicionais, tendo como exemplar de análise o Quilombo da Lapinha, que passam a viver em Ilhas restritas ou pequenas porções de terras às margens do Rio São Francisco, com poucas chances de reprodução social de seus costumes ancestrais, de modo que a criação de Unidades de Proteção Ambiental (UPIs), e Projetos de Irrigação descaracterizaram os modelos tradicionais vazanteiros. Uma importante estratégia foi à organização e criação da "Associação de Produtores Quilombola de Lapinha", como forma de resistência e sobrevivência na região.

A Luta pelo território com o propósito de conservar e preservar os modos de vida se manifesta no campo da ação coletiva, como uma das maiores estratégias construídas por meio das diversas mobilizações à constituição e inserção de redes mais amplas, como na articulação dos vazanteiros em movimento, e a articulação Rosalino Gomes de Povos e Comunidades Tradicionais, que recebeu da Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais do estado de Minas Gerais, o reconhecimento identitário.

Para os Vazanteiros de Pau de Léguas, bem como para as demais comunidades, existe um marco temporal que divide a fartura e a escassez, onde relatam que no tempo de liberto - se referindo à liberdade de criar de tudo, produzir e circular nos territórios - eram mais felizes, era possível ir às lagoas, pescar, plantar, coletar no mato, diferentemente da atualidade e do tempo de encurralamento. As casas eram de taipa e barro, sendo construídas pelas próprias famílias, e tinha muitas pessoas vivendo em comunidade, além disso, o barro era utilizado para fabricar telhas, tijolos, potes, botija, etc. Também havia a casa da farinha, onde o

trabalho com o processamento era coletivo, e dividiam as medidas entre os participantes. A Escola era na sede do IEF e professoras vinham de Matias Cardoso ou Manga. (PAULA *et al.*, 2019).

Mudou demais... Nessa época não tinha mata seca não – parque -, não tinha agressão. Trabalhava tranquilo, não aborrecia ninguém. De uns dez anos pra cá tem sido um sofrimento doido, deus me livre, não querem deixar ninguém trabalhar. Sou contra queimadas, e para cerca é madeira forrageira, podre para fazer cobertura na terra... As folhas servem para adubo, e madeira grossa que tiver seca vai pro aceiro que é pra fazer cerca; as vivas para produzir, pra fazer a cobertura da erosão, essa era a lógica nossa. Também mudou muito na pesca e agricultura, nós somos agredidos, não podemos criar um cachorro, nem galinha eles estão deixando. Não temos mais gado, eu tenho um burro que me ajuda a trabalhar e dois cachorros, que quando saio cuidam tudo da casa. Nós não destruímos a beira do rio de jeito nenhum, hoje plantamos em cima. É medido 100 metros do barranco que não vai água pra lá, aí depois dos 100 metros nos plantamos, feijão, amendoim... Antes dessas coisas era bom demais, a gente criava solto o animal, criava porco sossegado, hoje nem criar um porco... E o boizim – boi - que nos tínhamos que era um brinco, faltava falar, foram lá e pegaram. Falaram que iam voltar lá para pegar o boi e pegou, no outro dia sumiu de lá. (ENTREVISTADO 05, PAU DE LÉGUAS, 2019).

O marco temporal entre tempos de liberto, e tempos de encurralados também aponta como os vazanteiros se organizavam e organizavam suas criações e produções. Com o espaço territorial que possuíam, quase todas as famílias possuíam gado e criações, como: porco, cabra, galinhas, o que resultava em possibilidades de alimentação diversificada e nutritiva, como pode ser perbido abaixo.

Figura 31- Alimentação vazanteira

	ALIMENTAÇÃO “DE FATURA”	ALIMENTAÇÃO “DE AGORA”
	(Período anterior aos processos de conflitos territoriais – descritos pelos vazanteiros)	(Período após os processos de conflitos territoriais – descritos pelos vazanteiros, marcado pela restrição territorial).
Café da manhã:	Café, leite, milho, bolo de milho, pamonha, mingau, beijú, farinha de mandioca, batata doce, ovos, cuscuta e mandioca cozida.	Café, achocolatado, bebida láctea, pão francês, bolachas, biscoitos industrializados, cuscuta com flocão industrializado, tapioca pronta e bolo de misturas. Observação: os alimentos anteriores passam a serem utilizados com menor frequência.
	ORIGEM: produção local	ORIGEM: comércios e supermercados locais, principalmente de Matias Cardoso.
Almoço:	Feijão catador, arroz, mandioca, peixe, frango caipira, carne suína, carne bovina, ovos caipiras, legumes e hortaliças.	Feijão carioca, arroz, mandioca, peixe de criame, frango de granja, carne suína, ovos de granja, e carne bovina eventualmente. Observação: os alimentos anteriores passam a serem utilizados com menor frequência.
	ORIGEM: produção local	ORIGEM: comércios e supermercados locais, principalmente de Matias Cardoso.

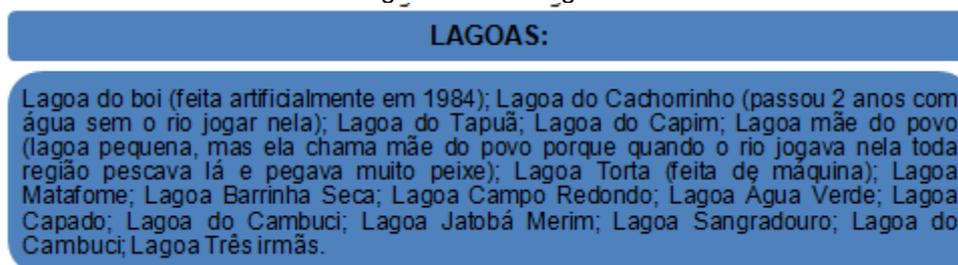
Fonte: Pesquisa de campo (2022).

No tempo das cheias, as colheitas eram com fartura, muitas hortas e rocinhas plantadas na vazante, muitos canteiros de alhos e cebola, plantações que possibilitavam sobreviver nos períodos de secas. O peixe e a pesca eram fundamentais para complementar a alimentação com o milho e feijão. Ainda de acordo com Almeida *et al.* (2019) a identidade vazanteira é inseparável da relação com o rio, as lagoas, e encantados, que possibilitam a plantação e alimentação. Para os pescadores as lagoas no território eram encantadas pelos mistérios que envolviam todo o processo da pesca e da fartura de peixes, predomina uma relação mística, de tradição, crenças e religiosidade. As embarcações e produções de barcos, canoas e apetrechos da pesca passavam e passam de geração em geração, de pai para filho, e nos tempos de escassez inclusive de dinheiro, a pesca era primordial para a circulação, acesso e trocas.

Durante entrevista realizada em 2018 pelo NIISA/Unimontes, no percurso de identificação de lagoas, uma liderança vazanteira afirmou o potencial de regeneração daquele lugar, uma vez que tudo aquilo teria sido no passado apropriado para plantação de cana com irrigação e canal, destacando o aterramento

das lagoas para grandes plantações. Além disso, afirmam a existência de 96 lagoas de conhecimento dos moradores mais antigos da comunidade, onde no decorrer da caminhada ele apresentou as seguintes:

Figura 32 – As lagoas



Fonte: Entrevistas NIISA/Unimontes (2018). Organizado pela autora. Pesquisa de campo (2018).

A existência das lagoas nos territórios vazanteiros representa não apenas a capacidade de regeneração da natureza, mas os cuidados dos povos em relação aos recursos que são essenciais para seu modo de vida. O aterramento das lagoas, provocado pela intensa irrigação e pelo canal, se apresenta como uma das consequências do modelo de desenvolvimento implementado na região, com a constituição das grandes plantações, que demandam grandes extensões de terras e um alto volume de água para irrigação.

Aqui tem muitas lagoas, eu sei todas as lagoas... Tem lagoa que pode deixar como berçário, igual, por exemplo, água verde, ela é bem próxima do rio verde, antigamente não secava, o povo pensava que lá tinha coisa encantada dentro daquela lagoa, quase ninguém pescava lá, era um berçário natural, ficava pra descanso, e outras lagoas maiores podia fazer a pesca. Ai pescava o graúdo e deixava o peixe pequeno. As lagoas que secam logo são Pruaçu, Cici, Matafome lá embaixo, e Campo Redondo também, as lagoas maiores secam logo. Teria que limpar elas, fundar mais, e deixar que a água venha natural, porque elas foram muito aterradas, na hora que ela baixa o peixe morre tudo. A vegetação é importante porque os peixes gostam de ficar num lugar que tem ar... No rio mesmo é assim... No rio os peixes ficam onde têm galhadas, no limpo eles não ficam... Aqui a gente plantava perto das lagoas no terreno daqui, na hora que a água abaixava nos plantávamos perto das lagoas, feijão, milho... O que sobra da para os porcos, os mais gordos a gente vende e come. Os peixes tratam e salgam para durar mais. (ENTREVISTADO 03, PAU PRETO, 2018).

O manejo ocorria com frequência com a limpeza das áreas e de roças, contribuindo para reprodução dos peixes, e com a limpeza dos canais favorecendo os fluxos. No que se referem à tradicionalidade, as rezas, e festas religiosas marcam também a cultura e identidade vazanteira e os processos de resistência, resultando em trabalhos artísticos, bordados, pinturas, e principalmente o compartilhamento e a

solidariedade na comunidade, com a confecção de decorações, comidas típicas e uma rede comunitária de socialização. (PAULA *et al.*, 2019).

Eu mesma faço crochê, bordados aqui na minha casa, e as outras... Elas reúnem. Eu faço aqui em casa mesmo: argila, crochê, bordados, e alguns pães, biscoitos doces caseiros; estou vendendo comidas às vezes para não ficar parada. (ENTREVISTADO 14, QUILOMBO DA LAPINHA, 2020)

[...] Nunca faltou peixe para nós, nem na seca nem nas águas... Quando o rio enchia entrava nesse córrego, “Córrego da Barra do Aica” quando o rio vazava os córregos ficavam cheios e as lagoas ficavam cheias [...] chegava às águas de novo e os peixes tinham [...] agora chega ao lugar do córrego não tem nem água mais... (ENTREVISTADO 04, PAU PRETO, 2018).

De acordo com Araújo (2009) a identidade quilombola é muito forte entre os moradores, característicos dos quilombos do Norte de Minas Gerais, o batuque e o samba de roda, são muito executados nas festividades dos vazanteiros.

Há mais de 100 anos realizam os festejos de São Sebastião no dia 10 de janeiro. Pela memória dos vazanteiros, também há as lembranças das festas do Divino espírito Santo, de Nossa Senhora do Rosário, e de reis que eram tradicionais. Estes festejos de folias foram se diminuindo, dando espaço para outras festividades, como festas juninas e festejos, que também há batuque, quadrilhas e leilões.

Na perspectiva das crenças, o Morro da Santa é narrado como um lugar sagrado de muita devoção e fé, onde segundo os vazanteiros, Nossa Senhora de Aparecida teria aparecido no morro e concedido muitas graças à comunidade, sendo um local muito especial no território, onde pagavam promessas e pediam graças por meio de orações e devoção.

Eu moro lá tem 30 anos... Na época eu morava em Manga e andava muito aqui dentro dessa fazenda, na época eu trabalhava, eu era menino novo cheguei de Pernambuco... e a gente é um pouco curioso, eu entrei dentro de uma gruta lá naquele morro do meio, chama morro da santa, ai eu to vendo aquela velinha lá dentro acesa, pois eu fui lá, todo mundo disse ‘tu é doido fulano’... Eu cheguei lá uma santa muito bonita lá dentro, o padre vinha rezar missa todo mês, o padre Abel, era um padre velho, morreu quase caducando deitando no meio da estrada, ai ele vinha todo mês dizer missa ai... Quem vinha trazer esse padre ai, quando não era o finado Zé era eu, que vinha trazendo no carrinho de Pedro pastor, que era dono de uma algodoeira lá em Manga. Quando foi um dia Pedro pastor falou ‘você vai levar nós hoje, já tinha aprendido dirigir, estava naquele negocio de infância e trabalhava na algodoeira dele. Vai levar-nos lá no morro da santa, lá em pau de léguas... Ele trouxe naquela época uma toca disco, eu já estou na boca da toca da gruta, ele ligou essa toca disco, coisa incrível, logo passou uns 4 a 5 minutos e nasceu um pedacinho de pau de gameleira na boca da entrada do salão, muito limpinho, maravilhoso, ai a gameleira lacrou e

ninguém tirou a santa de lá de dentro, a natureza cresceu lá dentro, só tem duas pessoas que sabem disso e que está vivo. A gameleira fechou e lacrou a gruta depois que ele fez esse forró de dia de domingo. (ENTREVISTADO 05, PAU DE LÉGUAS, 2019).

Deste modo, os tempos de encurralados representam a escassez, inicia com as disputas territoriais, que diminuem a extensão territorial das famílias, limitam e/ou exclui dos espaços de uso e produção, impactando diretamente nos modos de vida das comunidades, sobretudo, no contexto alimentar, sua soberania e segurança na autonomia das atividades agroalimentares e produtivas. Reduz-se a capacidade de criação de animais e de plantação, bem como a segurança e estabilidade em construir moradias e afins, nos territórios ameaçados de desapropriação, como destacado anteriormente. Como diz este vazanteiro do Quilombo da Lapinha ao ser questionado sobre as mudanças mais marcantes que percebia, e quais estratégias desenvolviam em torno desses processos:

Olha a alimentação mudou, assim, antes tínhamos “muitas farturas”, não éramos encurralados tínhamos espaços para criar e plantar. Hoje assim como você viu aqui, não dá para criar, e as roças são aquelas que você viu. Não dá para plantar de fartura, e quando plantamos na seca falta água do rio para molhar, e na época da chuva o Rio enche e entra tudo nas lavouras, e perdemos. Hoje a gente faz é comprar [na cidade] muitas das vezes. Pelo espaço que temos só dá mais para colher as sementes dos próximos plantios mesmo. (ENTREVISTADO 14, QUILOMBO DA LAPINHA, 2020).

Neste tempo dos encurralados as fazendas tornaram-se empresas rurais, e a expropriação se institucionaliza, sobretudo, com as derrubadas de casas e plantações a pedido dos proprietários, que provocaram a perda da moradia e do alimento, violando a dignidade de cada trabalhador ao presenciar seu tempo de dedicação ao trabalho ser desfeito rapidamente. Deste modo, os quintais - sendo o local ao redor da casa - representam uma estratégia fundamental para os vazanteiros, no contexto de restrição territorial, uma vez que passam a plantar e criar animais (cachorros, aves, galinhas e até porcos) nesses pequenos espaços de forma organizada, porém limitada. O cuidado diário é possível pela proximidade junto às moradias, e constitui um espaço fundamental que garante a chamada ‘mistura’, ou seja, complementaridade alimentar com os legumes e proteínas.

Figura 33 – Readaptaçãodos Quintais



Fonte: Pesquisa de campo (2020).

As imagens acima e o relato abaixo são importantes para demonstrar a atual condição dos vazanteiros e quilombolas na região, apesar de intensa pressão dos órgãos ambientais para criminalização das práticas tradicionais, as comunidades se mantêm na luta em busca de seus direitos territoriais e pela reprodução dos modos de vida ancestrais. A continuidade de algumas práticas busca manter as tradições e cultura em seus territórios, seja pelas plantações de grãos, hortaliças, criação de animais de pequeno e grande porte, e a comercialização dos itens na feirinha.

Ainda plantamos mandioca, milho, feijão catador, feijão de arranca, abóbora, melancia. Não nasce na mesma quantidade porque a chuva é pouca, depois de janeiro para março aproveitamos o lameiro, plantamos batata, feijão catador em abril, maio, junho, por aí. Fora isso é nos armazéns de Matias Cardoso. A principal atividade que contribui para a geração de renda é a plantação de hortaliças nos quintais, para consumo ou vender na feirinha sexta em Matias Cardoso. Os espaços foram sendo divididos conforme chegavam, uns tem maior ou menor. Criamos galinha e porco para consumo principalmente. Antes criávamos gado e bode para vender e comer, hoje não tem espaço. Após a chegada dos fazendeiros, comprando e cercando, fomos deixando de criar bichos. Outros trabalham em fazendas, área empresarial como no próprio projeto... É o que resta. Eles acabam com os ribeirinhos para que trabalhem para eles. O que mais sinto falta é a fartura. Ninguém passava fome. Fartura diminuiu. Era tapioca, garapa de cana, leite, tudo natural. Hoje se quiser tem que comprar na cidade. As crianças estudam aqui. Agora os jovens vão para Matias. Tem uma escola ali em cima, funciona até o 4º ano e depois vão para Matias. (ENTREVISTADO 01, QUILOMBO DA LAPINHA, 2019).

O território foi sendo retomado com as plantações feitas nas vazantes do rio, e com o retorno as áreas onde as moradias haviam sido derrubadas. De acordo com o entrevistado 13 “desde 2005 vivemos área de conflito com fazendas, ordens de despejo, várias liminares. Temos conflitos com as liminares de fazendeiros, parque estadual com a proteção integral, e o IEF”. (ENTREVISTADO 13, QUILOMBO DA LAPINHA, 2020).

Em março começamos plantar em São José, primeiro plantamos milho, mandioca, abóbora, feijão e batata. Depois no barranco feijão, melancia, feijão de arranca. Por último, as hortas e canteiros. Em maio para junho começamos a colher. Novembro e dezembro fazemos a roça na sequeira no alto para esperar a chegada de março. Muitas famílias compram na cidade quando não dá para plantar, de 1 a 2 vezes por semana vão nas mercearias da cidade, são umas três as mais frequentadas. (ENTREVISTADO 12, QUILOMBO DA LAPINHA, 2020).

Nas vazantes e ilhas foram registrados grandes números de etnoespécies de plantas alimentares, cultivadas ou coletadas, distribuídas nos ambientes, identificadas e registradas 101 plantas que eram utilizadas na alimentação. (PEREIRA *et al.*, 2016). Uma estratégia importante para os vazanteiros em situação de restrição territorial são os plantios nas áreas das vazantes, nas proximidades do rio, porém com a perda de espaço limitou o manejo as ilhas, que são recortes de terras dentro do rio. O conhecimento tradicional fundamenta todas as práticas cotidianas dos vazanteiros, em um dos relatos uma liderança compartilha que

acreditam que a enchente estaria chegando, conforme determinados pássaros formam grupos na beira de lagadiços e ficam cantando.

Eles adivinham, fazem os ninhos, da altura que está o ninho a água vem... Os animais selvagens têm raciocínio eles somente não falam... Eles sabem da época que vem água... Sabem onde podem fazer os ninhos... Nenhum passarinho faz o ninho abaixo do que a água vem... Quando você vê fazer o ninho é que não vem água... Interessante... Quando fazem bastante barulho com certeza vem enchente... Aqui também fica um sapinho, não sei que espécie é, quando a gente capina a terra para plantar ele faz uma bola de espuma, ali acho que ficam os ovos dele, quando a gente vê, já fala vi não vamos plantar aqui não que é aonde a água do rio vai vim, é dito e certo... Porque ele não desova se não tiver água, na ilha onde acha as bolas, não plantamos. Quando está faltando 3 a 4 dias para chover...na hora que o anum sai do topo da árvore e canta, todo mundo já sabe, daqui 3 dias vai ta chovendo... Dito e certo. A galinha no quintal quando ela deita no sol quente estica a perna e abre as asas, está nos dias de chover. (ENTREVISTADO 03, PAU PRETO, 2018).

A agricultura de vazante apesar de arriscada em virtude da instabilidade das cheias é beneficiada pela riqueza de matéria orgânica do rio. Além da estratégia de plantio nos quintais, a criação de canteiros de hortaliças e legumes possibilita uma alimentação mais completa diante dos desafios, inclusive para a criação de animais de pequeno porte, como galinhas e porcos, que sempre repartem ou estabelecem uma relação de trocas entre os vizinhos na comunidade. São muito utilizadas na alimentação, a palma, o maxixe, o cariru, entre outras, “já comi muita farofa de cariru, refogada na gordura e tempero, igual farofa da couve, gostoso. Maxixe aqui é mato, agente sai nas matas e pega pra fazer cortado”. Estas plantas nativas também são utilizadas para vender, como a caiçara, araçá do mato, e umbu. “Apreendi com meu avô, minha mãe e meu pai também... Desde criança gosto de aprender as coisas. Meu avô e minha mãe eram muito sabidos de pegar remédio do mato. Esse angico preto a gente tira a casca para sarar a cólera das galinhas.” (ENTREVISTADO 03, PAU PRETO, 2018).

Os alimentos dos quintais são livres de venenos e costumam serem resultados de sementes da região. Geralmente são evidenciados nos quintais: mangas, laranjas, limões, acerolas, bananas, tamarindos, pinhas, canas e mamoeiros. Os quintais possuem uma importância significativa para os vazanteiros, tanto no sentimento de liberdade de espaço, possibilidade de trabalhos domésticos, bem como de lazer entre os membros da família e as visitas acolhidas. As famílias possuem ainda um pequeno espaço nas proximidades do braço do Rio São

Francisco, onde utilizam de forma coletiva e comunitária para produção de canteiros de hortaliças, legumes e verduras, como pode ser observado abaixo.

Figura 34 - Produção de pimentas e cenouras



Fonte: Pesquisa de campo (2020).

Os vazanteiros têm sua alimentação totalmente ligada à pesca e à agricultura de vazante, norteados pelas crenças que envolvem todos os hábitos produtivos e de manejo. A atividade realizada na lua crescente representa uma possibilidade de fartura, ao passo que na lua minguante a possibilidade maior é de prejuízo. A pesca é culturalmente repassada ao longo das gerações, e significa um evento importante para a constituição da identidade vazanteira, sendo um costume realizar acampamentos ao longo do rio para a prática da pesca, assim o conhecimento dos peixes é importante na identidade vazanteira.

O cotidiano dos vazanteiros está associado à falta de alternativas em muitas situações, assim, muitos moradores precisam trabalhar nas fazendas vizinhas, inclusive no próprio Projeto Jaíba, ou nas cidades, em resposta às privações e vulnerabilidades vivenciadas. O Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) de Matias Cardoso informou em entrevista no ano de 2019, que as intervenções

desse aparelho consistem na oferta do serviço de convivência com crianças e gestantes, palestras, oficinas, e cursos do SENAR. As demandas frequentes das comunidades tradicionais vazanteiras tem sido de aluguel social, lonas, benefícios eventuais, cestas básicas, passagens rodoviárias e auxílio funeral. Além disso, as técnicas do CRAS afirmam que as comunidades não possuem estabilidade territorial ou uma renda fixa, o que interfere também na segurança em produzir, ou investir em uma casa de boa qualidade, devido às ameaças de desapropriação. O município não consegue desenvolver políticas públicas que possam atender melhor as condições de vida dessas comunidades, devido à falta de regularização territorial permanente. Assim, as técnicas do CRAS que foram entrevistadas reconhecem que os vazanteiros sofrem com as condições habitacionais e de infra-estrutura, uma vez que a construção em terra não regularizada é inviável. Deste modo, a dificuldade com a documentação da terra, inviabiliza o acesso a direitos sociais, como por exemplo, emissão de Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), pensão por morte, aposentadorias especiais, etc. (CRAS, 2019).

De acordo com o técnico da EMATER, 40% da cidade de Matias Cardoso consistem em Reserva Ambiental e parque de proteção integral. A cidade vive muitos problemas com a falta de escritura e titularização das terras, o que dificulta no desenvolvimento de projetos e políticas locais. Acredita que atualmente todos os assentamentos, assentados e núcleos familiares possuem a DAP nas duas modalidades: DAP V E DAP B. (EMATER, MATIAS CARDOSO, 2019). Porém, durante a pesquisa de campo essa afirmativa é negada pelas famílias que relatam dificuldades nessa emissão, o que evidencia os entraves no campo do reconhecimento dos direitos territoriais das comunidades.

As práticas alimentares cotidianas, produtos locais, variedades nativas, produção e consumo de alimentos são mecanismos de sociabilidade, que constituem modos de vida e visões de mundo. É neste sentido que Menasche (2013) destaca que os saberes e atos associados à prática do comer são manifestações de patrimônio cultural, tendo em vista que a comida é constitutiva de relações sociais. A autora se pauta na definição do texto, da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da Unesco (2003: 2) para justificar sua afirmativa,

[...] entende-se por 'Patrimônio Cultural Imaterial' os usos, representações, expressões, conhecimentos e técnicas, - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que lhes são inerentes – que as

comunidades, os grupos, e em alguns casos os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é recriado constantemente pelas comunidades e grupos em função do seu entorno, sua interação com a natureza e sua história, infundindo-os um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito da diversidade cultural e criatividade humana. (UNESCO, 2003: 2).

Desta forma, as principais formas de manifestação deste patrimônio são percebidas através das tradições e expressões orais herdadas, como rituais, atos festivos, conhecimentos e usos relacionados à natureza, idiomas, artes, saberes e práticas artesanais tradicionais que compõe seus territórios e territorialidades. A escolha dos alimentos diz muito sobre o indivíduo, tendo em vista que o fazer, comer e reproduzir é composto de manifestações culturais que resgatam a familiaridade, a ancestralidade e a cultura. No contexto da globalização existe uma constante necessidade de materializar as diversidades culturais e identidades, descaracterizando suas origens e impactando em seus modos de vida, transformando tudo em mercadorias com valor monetário. No campo da alimentação, Garine (1987) destaca que se torna necessário desconfiar das afirmativas, de que as sociedades tradicionais consomem o regime alimentar que mais convém fisiologicamente. A seleção das possibilidades alimentares ocorre a partir do que está ao alcance, e oferecido pelos meios e recursos técnicos. Inúmeras pesquisas evidenciam essa relação, ou seja, entende-se que há influência de fatores externos a estas questões (GOMES *et al.*, 2020, ALBUQUERQUE *et al.*, 2020).

Neste sentido, a alimentação e suas necessidades variam de acordo com a sociedade a que cada indivíduo pertence, contudo, há uma homogeneização dos modelos alimentares, em virtude da mundialização da economia alimentar, com a produção de alimentos, industrialização e processamento em grande escala. Desta forma os produtos tradicionais se mantêm vigentes, geralmente num contexto de resistência, tendo em vista que a auto-suficiência alimentar é o ideal das sociedades rurais, seja por questões simbólicas, seja pela escassez de recursos monetários. “Cada grupo social possui seus valores, seu estilo de vida e um registro alimentício que contribui para ilustrá-lo” (GARINE, 1987, p. 7).

Os efeitos da mundialização da economia alimentar e da globalização de ordens alimentares dominantes refletem impositivamente em outras ordens alimentares. No Norte de Minas Gerais não foi diferente, o discurso do progresso se apresentava como fundamentação e justificativa para os grandes empreendimentos

capitalistas, criando uma necessidade de expansão de projetos de modernização, com o objetivo de reduzir a pobreza nas áreas onde seriam implementados. Essas práticas reproduziram os padrões de dominação anteriormente exercidos sobre as colônias, mas nessa nova versão, os grupos hegemônicos nacionais garantiam a permanência do modelo colonial.

De acordo com Mignolo (2003, p. 134), os processos desempenhados pelos países na busca pelo progresso caracterizavam a emergência de “outro desenvolvimento da pós-colonialidade”, que para o autor “refere-se a ‘novas formas’ de colonialidade”. Essas novas formas de colonialidade descritas por Mignolo (2003) podem ser pensadas também, por meio da “característica das relações oriental-européias” segundo Said (2007, p. 73) considerando que “a Europa estava sempre uma posição de força, para não dizer dominação”.

Este cenário insere as comunidades vazanteiras das margens do Rio São Francisco, que desenvolvem estratégias de resistências cotidianas, onde os mecanismos de reprodução social dos seus modos de vida são tensionados, pelas diversas estruturas de poder, sobretudo, pela influência e domínio da lógica dos impérios alimentares globais, através das práticas de reprodução dos padrões de dominação anteriormente exercidos sobre as colônias, por meio do poder exercido pelos grupos hegemônicos nacionais ou não, que efetivam esta continuidade.

Com base na diferenciação feita entre os povos por meio do orientalismo, as identidades são constituições de percepções dos europeus, pois a caracterização e identificação do Oriente era feita pelo Ocidente, por meio de suas percepções e estereótipos. Segundo Said (2007, p. 74), “no que dizia respeito ao Ocidente durante os séculos XIX e XX”, a relação que se constituía se fundamentava na suposição e argumento de que “o Oriente e tudo que nele havia era, se não patentemente inferior ao Ocidente, algo que necessitava de um estudo corretivo pelo Ocidente”. A partir dos estereótipos e narrativas européias, a colonização se fazia justificada na visão do colonizador, e sua sustentação ocorria pela incorporação desse raciocínio pelos colonizados, legitimando assim a dominação dos países ocidentais sobre os orientais, mantendo fronteiras imaginárias com influência no cotidiano.

As fronteiras criadas a partir dos discursos possuem grande impacto na realidade social, pois como é descrito por Mignolo (2003, p. 80) elas constroem uma separação entre homens e reforçam diferenças, hierarquizando e inferiorizando determinados grupos. Para o autor a diferença colonial permite uma estruturação

“em duas direções”, por um lado estaria “rearticulando as fronteiras internas, ligadas aos conflitos imperiais” e por outro “rearticulando as fronteiras externas atribuindo novos significados à diferença colonial”. De acordo com Said (2007, p. 91), as fronteiras não são apenas imaginárias, elas são construídas pela humanidade com o objetivo de demarcar e separar realidades e modos de vida, considerando que “as fronteiras geográficas acompanham as sociais, étnicas e culturais de maneiras previsíveis”.

A diferenciação não ocorreu apenas entre Europa e demais continentes, mas na América a separação entre América do Norte e do Sul foi estabelecida a partir de parâmetros ligados aos modelos de desenvolvimento econômico e científico, atribuindo aos Estados Unidos à imagem de superioridade em relação aos demais países. Ainda assim, Mignolo (2003, p. 278) enfatiza a importância dos estudos que contribuíram para a emergência da teoria da subalternidade, por meio dos estudos realizados sobre a América e na América. No entanto, os Estados Unidos construiu uma relação de dominação do próprio conhecimento, se tornando o local onde a ciência era produzida, enquanto a América Latina era vista apenas como objeto de estudo. Este foi um dos fatores que levaram os estudiosos das teorias decoloniais a romper com grupos de estudos nos Estados Unidos, entendendo essa relação como colonialidade do poder.

[...] os estudos subalternos nas/das Américas tornam-se uma reflexão sobre a construção da subalternidade desde os estágios iniciais da globalização, sobre as diversas temporalidades das Américas, devido à diversidade das civilizações ameríndias e sobre o colonialismo europeu. (MIGNOLO, 2003, p. 278).

A colonialidade pelos países, resultando em uma colonialidade interna, se torna um entrave para o rompimento com as práticas de dominação, pois as chamadas elites nacionais desempenham um papel de reprodução das narrativas do colonizador, justificando a colonização europeia e silenciando outras narrativas. De acordo com Chatterjee (2004, p. 40) sobre o papel dessas classes, o mesmo argumenta que “há uma crescente impaciência entre as classes médias, que sentem que não estamos alcançando o ocidente rápido o suficiente porque temos democracia demais”. A busca constante para aproximação a cultura ocidental é cada vez mais justificável pelos governantes com base na ideia de progresso, entendendo os países europeus como modelos a serem seguidos. Essa colonização interna cria

uma série de desigualdades no país já fragilizado democraticamente pelas estruturas coloniais, e resquícios de colonização, pois impõe uma dominação interna aos grupos mais vulneráveis, que sem ocupação em espaços políticos não são ouvidos, se tornando públicos alvos de projetos desenvolvimentistas, arcando com todo o custo do então progresso nacional. Como destacado por Furtado (1992) os benefícios do desenvolvimento é desfrutado por poucos, mas os malefícios gerados pelo processo atingem grande parte da população, privada de determinados acessos.

Segundo Mignolo (2003, p. 151) o colonialismo ocorre de forma interna, mas de forma diferente, pois a condição e posição de subalterno não se configura da mesma forma para todas as pessoas e grupos. Exemplificando essa diferenciação o autor destaca que no caso dos EUA o subalterno se configurava na figura de povos diferentes, não ocorrendo da mesma forma para os nativos americanos, os asiáticos-americanos, ou os mexicanos-americanos. Assim também pode ser analisado na América Latina, os povos no Brasil que vivem em condição de subalterno não são os mesmo povos, e nem vivenciam as mesmas condições dos povos em outros países, são realidades distintas. Da mesma forma não podemos dizer que todos os povos quilombolas, ou indígenas do Brasil estão passando pela mesma condição, e que ocupam a mesma posição e passaram pelos mesmos processos históricos. Cada povo em sua particularidade vivencia processos diferenciados, com atores de oposições diferenciados, com percursos e estratégias distintas. Cada povo e cada luta são únicos segundo suas singularidades, e assim devem ser analisadas e respeitadas.

Pensando na existência da colonialidade interna, na dominação e disputa de poder, fica bem claro quando Memmi (1967, p. 89) enfatiza que “o colonizado não governa. Inteiramente afastado do poder, acaba, com efeito, dele perdendo o hábito e o gosto”. A disputa de poder internamente configura conflitos de diferentes naturezas, enquanto grupos buscam manter sua posição de privilégio, outros tentam romper com a posição de subalterno que foram condicionados. São disputas que vão além de conceituações e denominações, são forma de rupturas com narrativas hegemônicas, que não são apenas imaginárias, são fundamentações para a estruturação da sociedade, reforçando hierarquias e estratificações sociais desde período colonial, justificadas inclusive pelos discursos de diferenciação entre países ricos e pobres. De acordo com a teoria de Spivak (2010, p. 54), a partir de

oportunidades e alianças políticas, é possível que os oprimidos possam “falar e conhecer suas condições”, e assim os movimentos de lutas subalternas começam a emergir diante de sistemas opressores.

A visão de Escobar (2005, p. 69) é fundamental para entender as práticas alimentares vazanteiras, pois segundo o mesmo, é importante entender o processo de “reafirmação do lugar, o não-capitalismo, e a cultura local opostos ao domínio do espaço, o capital e a modernidade, os quais são centrais no discurso da globalização”, para além de compreender a reafirmação, é pensar e refletir que a partir desses processos “deve resultar em teorias que tornem viáveis as possibilidades para reconceber e reconstruir o mundo a partir de uma perspectiva de práticas baseadas-no-lugar”. Na perspectiva de Escobar (2005, p. 70) “um aspecto final da persistente marginalização do lugar na teoria ocidental é o das conseqüências que teve no pensar das realidades submetidas historicamente ao colonialismo ocidental”.

Quijano (1997) e Coronil (2002; 2005) por meio do debate da colonialidade dos saberes, questionam a formação dos discursos internos, no processo de modernidade e globalização, impactando os modos de vida de comunidades que são entendidas como o outro da colonização. Questionando a condição de o subalterno poder ou não falar, Spivak (2010, p. 97) considera “que o imperialismo estabelece a universalidade da narrativa do modo de produção, e que ignorar o subalterno hoje é – quer queira, quer não – continuar o projeto imperialista”. Nesse sentido, não é que o subalterno não possa falar, ele possui a fala em si, mas não significa que ela seja ouvida, que a sua ação seja reconhecida, ou respeitada. A posição subalterna condicionada a alguns grupos se reflete na não representação política, o que contribui para que a voz do subalterno não seja ouvida. Essa prática é uma forma de garantir a manutenção da colonialidade entre os países, em modelo moderno, revestido de discursos sobre progresso, mas com a mesma fundamentação imperialista, de modo que permanece a posição hegemônica de determinados discursos, e como resposta emergem os atos de resistências contra a condição subalterna.

Segundo Corbister (1967, p. 4) “o desequilíbrio ou contraste entre a riqueza dos países ricos e desenvolvidos e a pobreza dos países atrasados” não é coincidência, assim como foi apontado em seguida por Ribeiro (1978) e Furtado (1992), o desequilíbrio existente, na perspectiva econômica é “agravado, em virtude

da rapidez com que se verifica o progresso tecnológico”. Quanto mais o discurso desenvolvimentista prega a lógica de progresso, e quanto mais os países pobres incorporam esse discurso, com o objetivo de alcançar o tão sonhado desenvolvimento, o contraste fica mais evidente.

Em primeiro momento, as teorias pós-coloniais, e em segundo momento o grupo de estudos subalternos representa novas possibilidades de análise sobre a relação de dominação entre países no processo de colonização. Com a ruptura dos autores latino americanos ao grupo de estudos subalterno, ocorre a emergência do pensamento decolonial e assim uma nova perspectiva de análise sobre a condição de subalterno, a partir de teorias propriamente da América Latina, e não mais unicamente européia. A emergência do termo subalterno, apesar de ser entendido como confuso pela sua conceituação, representa uma nova visão sobre as condições dos agentes envolvidos nos processos, e segundo Mignolo (2003, p. 259) o termo “não constitui uma categoria, mas sim uma perspectiva”, construída a partir dos estudos subalternos. Destaca ainda o papel de Darcy Ribeiro para as teorias na América Latina e “sua visão da colonização como uma subalternização de povos e culturas”.

Para Mignolo (2003, p. 259) a perspectiva subalterna, assim entendida como perspectiva, busca compreender a partir de organizações e ações sociais, “suas relações ‘contratuais’ em obediência a regras coloniais e ‘as formas de denominação próprias das estruturas da modernidade’.”. A análise considera que os processos de colonização ocorrem de modo diferente em cada local, e assim seus efeitos são estruturados de modo particular. É nesse sentido que ressaltamos que a condição de subalterno não é vivenciada pelos povos, ou países da mesma forma, a partir de seu processo histórico cada grupo se configura como uma realidade específica, e por isso, as teorias decoloniais emergiram com a necessidade de compreensão e explicação da América Latina, por meio de teorias que reconhecessem suas particularidades, e não por meio de estudos baseados em outras realidades colonizadas.

O cenário em que as questões alimentares ganham visibilidade no âmbito nacional, e as categorias adotadas nas Políticas Públicas, reflete a legitimidade do direito à alimentação segura e de qualidade, e o papel do estado como agente aplicador, no sentido de reconhecer as dimensões simbólicas, sociais e culturais que a temática envolve, sobretudo na autonomia dos modos de vida das comunidades

tradicionais, suas territorialidades e organização social em torno dos territórios. No contexto das abordagens sobre a temática alimentar, se insere o conceito de segurança alimentar, que mais tarde passa a utilizar o termo segurança alimentar e nutricional, sendo inserido na construção das políticas públicas, no decorrer do tempo. Aliado a este conceito, a categoria soberania alimentar, também é reivindicada, seja por estudantes, militantes e movimentos sociais, que, sobretudo destacam as possibilidades para a conquista ou reconquista da autonomia alimentar.

6.4 OUTROS MUNDOS POSSÍVEIS À LUZ DO BEM VIVER: DESCONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS SILENCIADAS

Apesar do fim do colonialismo, Quijano (1997, p. 61) salienta que permanece uma relação de dominação colonial, por meio da colonização das outras culturas, o colonialismo não é traduzido apenas no estado e sua política, mas muito, além disso, é arraigado em mentalidades e subjetividades em espaço público e privado, de modo que em 1990 emerge o Bem Viver como discurso crítico ao modelo de desenvolvimento ocidental, e proposta a descolonização, e a transformação na relação sociedade-natureza, nas relações étnicas e culturais de poder. Assim, Alcântara e Sampaio (2017a) destacam que estas abordagens pressupõem também que os povos originários e tradicionais possuem modos de vida sustentáveis, distanciados da visão hegemônica ocidental de sociedade de consumo. A base do pensamento do “Bem Viver” é indígena, porém cada comunidade, ou grupo social pode ter a sua própria concepção do Bem-Viver, assim como as comunidades tradicionais vazanteiras.

Os termos Sumak Kawsai em Quechua, Suma Qamaã em Aymara ou Buen Vivir/Vivir Bien, na tradução mais difundida, representam uma cosmovisão construída por meio de muitos anos pelos povos altiplanos dos Andes, que se tornaram invisíveis frente ao colonialismo, patriarcalismo e capitalismo. Existem outros significados para o termo: em guaraní, “Teko Kavi” significa vida boa e viver bem (respeitar a vida). “Buen Vivir”, para los Embera de Colômbia, é estar em harmonia entre todos. (ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2017b, p. 234).

Partindo dos sinais da atual crise civilizatória e ambiental, provocada pelo capitalismo e seu suporte ideológico, calcado no individualismo e no racionalismo, Lacerda e Feitosa (2015) discorrem que o Bem Viver trata da qualidade de vida e do

desenvolvimento humano, sendo uma resistência a colonialidade do poder. A visão de atraso e de primitivismo associada aos povos originários tal como as comunidades tradicionais revelam uma expansão colonial eurocêntrica e moderna, que mesmo após o colonialismo se mantém viva, de modo que expressões de opção descolonial foram ganhando visibilidade e força (QUIJANO, 2011; CASTRO-GÓMEZ; GROSGOUEL, 2007; MIGNOLO, 2008).

Segundo Alcântara e Sampaio (2017b, p. 235) muitos povos conseguiram sobreviver e caminham com novos projetos na construção de alternativas ao modelo econômico dominante, por meio do processo de descolonização. O bem viver surge como um novo paradigma socioeconômico na construção de um projeto de sociedade que pensa a relação sociedade natureza. “Bem Viver’ é entendido como um paradigma que compreende um espaço-temporal comum, no qual podem conviver distintas ontologias, na construção de uma interculturalidade que aponte ‘alternativas ao desenvolvimento’”.

É um conceito que agrupa diversas posturas cada uma com sua especificidade, que questionam o desenvolvimento atual, e reivindicam mudanças substanciais para outras relações entre pessoas e ambiente, ou seja, é uma resignificação de espaços geográficos diante disputas por recursos naturais e a usurpação de estilos de vida. Deste modo, a construção do Bem-Viver implica em um processo duplo de descolonizar o saber, para desconstruir a superioridade ocidental e respeitar a diversidade das demais culturas rompendo com a hierarquia de uma sobre outra, e questionando o dualismo da Modernidade que separa sociedade e Natureza transformando-a em um conjunto de objetos que podem ser dominados, manipulados e apropriados, revelando outras formas de relacionamento com o meio. (GUDYNAS, 2011).

O Bem Viver está relacionado à qualidade de vida, e sua aplicação se dá de maneira distinta a cada contexto cultural e ambiental, onde diferentes ontologias podem conviver em interculturalidade, apontando “alternativas ao desenvolvimento” e a colonialidade do poder, a colonialidade do saber, a colonialidade do ser, e a colonialidade da natureza e da própria vida. Emerge uma identidade cultural por meio de uma relação profunda com o lugar onde se habita, e que é à base dos modos de vida e de expressões, como arte, dança, música, vestimenta, etc. sugerindo historicidade, memória e ancestralidade, “o diálogo em torno do Bem Viver sugere repensar a própria definição de desenvolvimento, relativizando-o, a

partir do entendimento de interculturalidade.” (ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2017b, p. 237). O bem estar social trata-se da qualidade de vida, e depende do desenvolvimento humano, sendo possível de se alcançar somente quando houver capacidade das pessoas articularem e construírem seus modos de vida, como afirma Sen (2000), este enfoque ao desenvolvimento humano considera as dimensões socioculturais e as políticas multiculturais, que fortalecem a identidade de grupos humanos, diante das injustiças historicamente enraizadas e socialmente arraigadas.

O Projeto Jaíba, olha a crise no rio, gasta muita água... Nós só fazemos mesmo beber, não puxamos água para molhar nada, e eles desperdiçam muita água, desmatam muito. É o que Deus deixou, não podemos destruir não. Nós temos regras, não pode derrubar árvore, é o ar que a gente respira. O manejo, tudo que usamos nós preservamos. Sobre a pesca, quando a pesca está fechada não pode, porque os peixes estão desovando. Todo mundo já sabe que é crime. A agricultura e a pesca são fundamentais, mas temos que adquirir das cidades agora... Eles acham que desenvolver é desmatar e acabar com tudo e com o rio. Nós queremos cultivar coisas boas, não acabar com o rio nem com a natureza. Usar e preservar. O rio principalmente eles destroem, usam veneno e a água volta para o rio. Queremos água para viver, plantar para comer e vender o que sobrar. (ENTREVISTADO 01, QUILOMBO DA LAPINHA, 2019).

O desenvolvimento associado ao crescimento econômico, na visão do conceito “Bem Viver”, ocidentalizou a vida no planeta, provocando a difusão de padrões de consumo, transformando humanos em ferramentas, a imposição da superioridade dos colonizadores, que descaracterizam os conhecimentos de povos tradicionais, assim, Bem Viver e desenvolvimento são conceitos em conflito. Para Lacerda e Feitosa (2015) os conceitos de “viver melhor”, “bem estar”, “qualidade de vida”, e “desenvolvimento humano” emergem à medida que aumenta o mal-estar com as consequências individuais e coletivas dos problemas relacionados ao estilo de vida, desigualdade socioeconômica, e desequilíbrio ambiental. Sendo assim, o estilo de vida moderno revela um mal viver, citando um termo trazido por Tortosa (2011) para reafirmar o fato de este ser marcado por pobreza e exploração, competição e consumo, causando o adoecimento físico e mental, destruindo os recursos naturais do planeta, pondo em risco a própria viabilidade da espécie humana.

O senso coletivo e de comunidade evidenciado no modo de vida e na organização social das comunidades vazanteiras é incompatível com a visão individualista e utilitarista, haja vista que o planeta possui capacidade limitada, ao

passo que o desenvolvimento provoca impactos, destruição ambiental, violência material e simbólica, e reproduz a colonização. O “Bem-Viver” é então uma reação aos conceitos convencionais de desenvolvimento. Esta perspectiva propõe ser uma alternativa ao desenvolvimento, fundamentado em bases comunitárias, reivindicando outra economia, que considere princípios como a solidariedade, a reciprocidade, o respeito à soberania alimentar e a produção local.

De acordo com Gudynas (2011), o Bem Viver é um conceito em construção, citando Alberto Acosta promotor ativo da ideia, está relacionado na cosmovisão tal como dos povos indígenas, no qual a luta é permanente e visa melhores condições sociais. A lógica do Bem Viver não tem como determinante apenas os bens materiais, como discorre Acosta (2008) uma vez que existem outros valores, como o conhecimento, o reconhecimento social e cultural, os códigos de condutas éticas e crenças na relação com a sociedade e a natureza, implica em questionar às ideias contemporâneas de desenvolvimento relativas ao crescimento econômico, seus impactos sociais e ambientais, e sua incapacidade de resolver os problemas das desigualdades sociais.

Frente a esta conjuntura política e conflitiva, as tensões emergem entre lutas históricas e interesses políticos e econômicos, assim, Alcântara e Sampaio (2017a) enfatizam as relações de poder e as estruturas e instituições que mantêm estas relações, naturalizam as assimetrias e desigualdades sociais, operando a desumanização em nível intersubjetivo e existencial.

Neste sentido, há outra dimensão de resistência e construção de alternativas de ordem política colonial de submissão e exclusão desta população, que implica em renunciar sua cultura, identidade, os modelos de vida próprios, e seus valores culturais, negando a possibilidade de incorporarem-se ao modo de vida “moderno” (ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2017a, p. 6).

Os processos de migração, em busca de empregos são apresentados pelos vazanteiros durante a pesquisa de campo, o qual foi mencionado anteriormente. De modo que, diante das limitações encontradas nos territórios, muitos vazanteiros migram temporariamente ou não, em busca de alternativas, mesmo que a permanência no território seja a primeira opção. Torna-se urgente a desconstrução das ideias dominantes sobre o Estado, e a superação da colonialidade constitucional para outras formas inclusivas e democráticas, que permita nutrir-se de cosmovisões,

saberes, epistemologias e práticas culturais diversas, como afirma Alcântara e Sampaio (2017a) à colonização representou para os povos indígenas, assim como entendemos que atualmente reflete nas comunidades tradicionais, como os vazanteiros, princípios de exclusão e desintegração socioeconômica e, por conseqüência, ambiental, associado à destruição das florestas, biodiversidade, mudanças climáticas, e destruição de culturas milenares.

Segundo Gudynas (2011) o Bem-Viver se distingue dos discursos que celebram o crescimento econômico, ou o consumo material como indicadores de bem-estar, ele visibiliza outras formas de falar, escrever ou pensar nosso mundo, reivindicando projetos políticos de mudança, planos governamentais, códigos de leis e a busca de alternativas ao desenvolvimento convencional, rompendo com as posturas convencionais criticadas. Deste modo, um aspecto central está na crítica ao desenvolvimento contemporâneo, e a racionalidade do desenvolvimento atual, que força, por exemplo, países latino-americanos como “subdesenvolvidos” a cumprir etapas sucessivas, e tentar reproduzir ou imitar a trajetória das economias industrializadas e hegemônicas.

O Bem-Viver é uma corrente de reflexão importante, que surgiu na América Latina nos últimos anos, tendo as primeiras formulações cristalizadas nas novas constituições de Equador (aprovada em 2008) e Bolívia (2009). Essa perspectiva de acordo com Larrea (2010) releva uma crise do desenvolvimento, de modo que possui claras implicações coloniais, sendo uma expressão da Modernidade, onde o Bem-Viver emerge como uma via para superação. O Bem-viver está relacionado à harmonia e a vivência, de nossos povos com a natureza e os recursos naturais, em contraponto aos processos de conflitos com projetos de desenvolvimento e seus impactos sociais e ambientais que desencadeiam um mal-viver. A reflexão do bem viver trás aspectos afetivos, saberes tradicionais, com potencial descolonizador, implica em mudanças profundas no entendimento de desenvolvimento, para além de simples ajustes, não apenas construir “desenvolvimentos alternativos”, pois estes se mantêm dentro da mesma lógica do progresso, e das relações entre humanos e a natureza, assim, apesar do alternativo ter sua importância, cabe mudanças mais profundas para a construção de “alternativas ao desenvolvimento” como trata Escobar (1996).

Para além da crítica ao desenvolvimento econômico, o Bem- Viver como disserta Gudynas (2011) resgata princípios clássicos de igualdade, inclusão,

dignidade, liberdade, solidariedade, reciprocidade, respeito, equidade social e de gênero na participação, bem-estar comum, responsabilidade, justiça social etc. Se traduz em um espaço de bem-estar, onde permeia a convivência entre pessoas, animais e cultivos, que são complementares e inseparáveis, além disso, reivindica um modelo próprio de vida frente à imposição colonial de estilos de desenvolvimento ocidentais. Dentre as posturas críticas sobre o desenvolvimento a respeito da marginalização e exclusão de outros modelos, se encontram os estudos críticos sobre o desenvolvimento, o ambientalismo biocêntrico, o feminismo radical, ou a descolonização do saber, que são alguns dos mais recentes.

Lacerda e Feitosa (2015) discorrem que uma das principais questões associadas à emergência, na América Latina, da ideia de Bem Viver, vem a partir dos debates em torno do chamado desenvolvimento econômico, alimentando-se da ideia da separação entre homem e natureza, o discurso do desenvolvimento se choca com a cosmologia indígena, assim como com outros modos de vida tradicionais, em que a natureza é indissociável de suas culturas. Constata-se o que Quijano (1997) afirmou sobre a relação de dominação entre a cultura européia, e outras como uma relação de dominação colonial. Tendo o foco no desenvolvimento e crescimento econômico, há também as relações verticalizadas de poder que perpetuam a subalternidade, que refletem nas pressões por desterritorialização.

Para Gudynas (2011) no Bem viver há a prática de uma interculturalidade que olha para o futuro, para construir alternativas ao desenvolvimento, ou seja, a posição mais adequada é a de uma interculturalidade, que desconstrói os elementos que tentam justificar a superioridade de um sujeito ou cultura, frente a outros sujeitos e culturas. Assim, reúne diferentes formas de relativizar a dualidade que separa a sociedade da Natureza, e reposiciona o ser humano como integrante da trama da vida. Apesar de ser um conceito em construção, em sua própria concepção, implica uma ruptura e transformação substancial com a ordem atual e hegemônica.

Como exemplar de análise, os povos indígenas da região andina, ao longo dos séculos tiveram a capacidade de desobediência epistêmica, por meio de formas de resistência contra as ordens colonial e republicana, de modo que ganha uma nova dimensão essa desobediência, a partir da década de 1970 e 1990, com o avanço do projeto neoliberal e suas novas formas de expropriação, esmagamento cultural e identitário, e impactos sobre o meio ambiente. Estas resistências estão relacionadas à “luta anti-neoliberal e decolonial como um projeto de futuro

fortemente ancorado em valores ancestrais e em sua experiência de resistência acumulada ao longo de cinco séculos de opressão”, onde historicamente foram ocultadas, fazendo (re)surgir o Bem Viver como projeto de futuro alternativo ao sistema moderno-colonial-capitalista. (LACERDA; FEITOSA, 2015, p. 15).

Deste modo, o Bem Viver parte de uma visão cósmica, não consiste, portanto, em acumular bens de consumo, mas em colaborar com a manutenção do equilíbrio cósmico. Esta concepção aponta como destaca Lacerda e Feitosa (2015, p. 17) para uma “forma de organização social comunitária e intercultural, avessa à assimetria de poder, de gênero e de “raça” hegemonicamente presente no mundo moderno ocidental.” Voltada para as necessidades coletivas, e relações harmônicas entre todos os seres, estando fundamentado em saberes e práticas antissistêmicas e contra hegemônicas, por defender que modos de vida tradicionais só terão chance com o próprio fim deste sistema, a própria consolidação da decolonialidade do poder.

A riqueza apreciada no Bem Viver consiste no equilíbrio entre as necessidades fundamentais da humanidade e os recursos disponíveis para satisfazê-las. Deste modo, como afirma Alcântara e Sampaio (2017b) às abordagens de desenvolvimento como o Bem Viver, demonstram a possibilidade de resistência ao modo de vida, propondo um novo arcabouço cultural, centrado no equilíbrio, bem-estar e na sustentabilidade presente em grupos sociais que lutam pelos seus territórios e desenvolvem contínuas estratégias de resistências cotidianas, como evidenciado nas entrevistas a seguir.

Eu pelos menos estou reivindicando poder trabalhar, nos meus 100 metros que é dado pela união, lá não se vende, não se troca, lá se eu morrer meu filho toma conta; se meu filho morrer os netos tomam conta, é assim, não vende. (ENTREVISTADO 05, PAU DE LÉGUAS, 2019).

Hoje eu estou com meus 56 anos, uma pessoa aposentada e sigo lutando, quero zelar pelos meus netos e bisnetos, e quero continuar esse trabalho lindo ficando lá, eu não vou abaixar minha cabeça nunca. Não podemos abaixar a cabeça nem entregar [nosso território]. (ENTREVISTADO 09, PAU DE LÉGUAS, 2019).

A concepção de Bem Viver de cada grupo social ou comunidade tem suas próprias singularidades, mas não se refere apenas ao bem estar material, mas a todo o sistema de organização social, símbolos, e significados, que compõe sua cosmovisão, inspirada na força dos povos indígenas, e que pode ser ressignificada

em uma alternativa concreta ao modelo neoliberal, que legitima a dominação de países “centrais” do “Norte” global, sobre os ditos “periféricos” do “Sul” global, como afirmam Lacerda e Feitosa (2015), concentrando riquezas, de modo que o Bem Viver sugere uma mudança de paradigma, por meio da ruptura epistemológica com o pensamento ocidental hegemônico. Assim como explana Acosta (2008) se legitima um novo modo de vida alternativo, em contraponto ao desenvolvimento econômico assumido pelas sociedades ocidentais que são completamente insustentáveis.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo entender o contexto dos conflitos socioambientais no Norte de Minas Gerais, e de que modo impactaram nos modos de vida das comunidades vazanteiras, influenciando nas estratégias agroalimentares. Procurou-se entender em que medida o caráter restritivo de acesso e manejo aos territórios impactaram e impacta na segurança alimentar dessas comunidades, sobretudo, em sua dinâmica alimentar e produtiva. Deste modo, buscou se compreender os saberes alimentares tradicionais e a perspectiva do Bem Viver, uma noção engendrada no contexto Latinoamericano, na organização social dos vazanteiros e nos seus processos de resistências frente à dinâmica agroalimentar global.

Sendo assim, esta pesquisa se dividiu em quatro momentos fundamentais para compreensão da questão em foco:

- a) a perspectiva decolonial, impérios alimentares, e a (re) existência dos saberes tradicionais locais;
- b) a modernização da agricultura e os projetos de desenvolvimento enfatizando os impactos socioambientais no Norte de Minas Gerais;
- c) sobre a organização da Articulação Vazanteiros em Movimento: mobilização política, reivindicações territoriais e estratégias de resistência;
- d) bem viver, saberes tradicionais e estratégias agroalimentares em territórios vazanteiros.

Estes capítulos possibilitaram refletir em que medida a instalação de empreendimentos desenvolvimentistas, a modernização da agricultura, e seus condicionantes ambientais, influenciaram na dinâmica dos saberes tradicionais e práticas alimentares dos vazanteiros, e quais as estratégias construídas nestes processos de resistências.

O Primeiro Capítulo discutiu o modo como o processo de colonização de países ao longo da história está relacionado à dominação social, econômica, ambiental, política, cultural e até mesmo alimentar de países colonizados. O que resulta numa condição de subalternidade e subalternização vivenciada por esses países entendidos no sistema mundo como periféricos. Estas questões foram fundamentais para entender a realidade dos povos e comunidade tradicionais no Norte de Minas Gerais, marginalizados pelo seu modo de vida, de saber e viver,

como as comunidades vazanteiras, que lutam contra os processos de ruptura, de desorganização e desestruturação dos sistemas agroalimentares tradicionais, provocadas pela restrição e criminalização de suas formas de gestão e manejo, em virtude da política de conservação ambiental que favorece grandes projetos agroindustriais, seguindo a lógica do sistema capitalista em reduzir essas comunidades e seus modos de vida, através da imposição de modelos hegemônicos.

No Segundo Capítulo tornou-se fundamental a contextualização do campo de pesquisa, para entender como estas questões marcaram o processo de emergência de conflitos socioambientais e políticos no Norte de Minas Gerais, com a expansão da pecuária, criação de perímetros de irrigação, e incentivo as monoculturas de eucalipto e algodão, na perspectiva da política de modernização da agricultura e fomento aos projetos de desenvolvimentos econômicos, por meio da operacionalização das indústrias agroalimentares, e seus respectivos impactos e compensações ambientais. O processo de modernização no campo, e o modelo de desenvolvimento excludente constituíram um cenário de conflito em torno dos diferentes modos de apropriação dos recursos naturais, provocando o encurralamento das comunidades locais. A desterritorialização é inicialmente provocada pela expansão das grandes fazendas destinadas à pecuária, e posteriormente intensificadas pela criação do Projeto Jaíba, com a criação de unidades de conservação como compensação aos impactos deste projeto.

No Terceiro Capítulo, a mobilização política e as reivindicações territoriais dos vazanteiros foram centrais para entender a organização social e o acionamento da identidade como resposta aos processos de invisibilização de suas existências e das lutas invisibilizadas. Deste modo, a construção e a consolidação da articulação dos Vazanteiros em Movimento tem significado um espaço de representatividade, e uma das importantes estratégias de resistência cotidiana, na luta pelo reconhecimento e pela regularização dos seus territórios. As transformações dos sistemas de produção e a modificação dos agroecossistemas locais têm intensificado a invisibilização cultural e socioeconômica dos vazanteiros, de modo que a descaracterização de sua organização social e produtiva implica na necessidade de construção de estratégias de resistência e sobrevivência, frente à inserção de outras dinâmicas fundamentadas pelo modelo agroalimentar global.

Finalmente, o Quarto Capítulo é fundamental para a sistematização deste trabalho, uma vez que possibilita a reflexão sobre a criminalização e restrição das práticas tradicionais vazanteiras, e as estratégias de resistências construídas frente às dinâmicas alimentares globais, buscando entender nos saberes tradicionais e nos modos de vida vazanteiros, a concepção de que outros mundos são possíveis à luz da perspectiva do Bem viver, como propósito de desconstrução e reconstrução de alternativas. Percebe-se no cotidiano das comunidades tradicionais vazanteiras, através da pesquisa de campo, que as práticas alimentares estão fundamentadas no sistema de saberes e tradições culturais, que constituem os seus modos de vida, que são compostos de valor simbólico, vínculos afetivos e crenças que perpassam gerações, por outro lado, ameaçadas diante do contexto da globalização e da modernização, através dos processos excludentes de hierarquização de conhecimento, que se manifesta por meio de relações políticas e simbólicas, de dominação e poder, influenciando nos saberes tradicionais e locais de grupos sociais, saberes que envolvem etapas de produção, processamento, consumo, sociabilidade e conhecimento da natureza, bem como nas formas de manejo dos recursos naturais, na organização social do trabalho, e também na própria autonomia alimentar.

A consecução destes quatro momentos dialogados permite visualizar o cenário de embate, entre os saberes alimentares tradicionais, e a dinâmica de expansão do agronegócio, das políticas desenvolvimentistas e da hegemonia dos impérios alimentares sobre outros modos de vida, de modo que as estratégias de resistência, que perpassam o cotidiano dessas comunidades surgem como uma resposta desafiadora ao cenário de transformações arbitrárias. Estas estratégias devem ser entendidas em sua gênese delicada, relacionada à falta de opções e de alternativas no dia-a-dia das famílias, uma vez que as estruturas hegemônicas de poder e dominação, que incidem nesses territórios provocam intensas rupturas, desorganização e restrição nos modos de vida tradicionais. As estratégias construídas não constituem uma oportunidade de escolha das comunidades, são na verdade o caminho encontrado para enfrentar a luta por visibilização, e pela garantia do direito territorial, diante dos processos que além da desapropriação, impôs uma nova dinâmica territorial às comunidades, onde os agentes ambientais operacionalizam sistematicamente e diariamente a desapropriação e restrição

territorial através do gerenciamento e fiscalização das unidades de conservação e de projetos e políticas públicas ambientais.

No campo das estratégias agroalimentares, diante da grande restrição territorial, o uso coletivo de territórios comunitários, associado à organização das atividades produtivas nos quintais representam uma importante possibilidade encontrada. As comunidades vazanteiras enxergam os quintais como fundamentais para a complementaridade do cardápio alimentar, onde podem cultivar canteiros de hortaliças e árvores frutíferas, além de manterem pequenas criações de animais de pequeno porte como aves e porcos. A pesca realizada nas épocas possíveis - fora da piracema – por pescadores artesanais e profissionais, além de constituir uma atividade elementar na cultura vazanteira, segue resistindo apesar das transformações no uso e manejo do território, que implica na redução das lagoas e escassez dos peixes.

A comercialização de produtos e animais produzidos nos fundos das casas ocorre nas feirinhas em Matias Cardoso, que proporciona uma renda complementar as famílias. A outra parte da produção se divide entre o consumo e a troca com os vizinhos, conforme demanda de alimentos. Outra renda importante apresentada pelos vazanteiros e também pelo CRAS da cidade foi o acesso ao Programa Bolsa Família, que possibilita as famílias um poder de compra dos alimentos que não produzem, haja vista que o acesso às políticas públicas rurais fica limitado devido à falta de regularização fundiária e titularidades das terras.

Entre as estratégias de resistências construídas, a criação de associações para representação formal, significa um importante instrumento de luta pela reconquista dos territórios, visto que representa a apropriação dos discursos vigentes e dos meios legais necessários para conseguirem dialogar e reivindicar com representatividade. Sendo assim, a organização da Articulação dos Vazanteiros em Movimento, e a participação na Articulação Rosalino Gomes de Povos e Comunidades Tradicionais fortalecem a rede social e política de parceiros e de forças empenhadas em causas semelhantes, partilhadas e compartilhadas pelos territórios que as compõe. Constitui um exemplo da unificação da luta, juntamente com a emergência dos Guardiões da sociobiodiversidade do cerrado, que atua na preservação e conservação das sementes crioulas, que favorece a soberania alimentar dos grupos sociais, e a qualidade da produção, resistindo à dependência e

a agressividade da modernização técnica que se impõem ao modo de vida tradicional.

O deslocamento até as cidades de Matias Cardoso e Manga tem aumentado cada vez mais, seja para o acesso aos comércios locais, e a compra de produtos que não conseguem mais produzir por falta de espaço territorial, seja pela busca de empregos temporários, que possibilitem uma renda suficiente para a sobrevivência das famílias sem condição de investirem seu trabalho nas atividades tradicionais realizadas desde as gerações anteriores. Por um lado aumenta o consumo de produtos industrializados, processados, embutidos e com agrotóxicos, que não constituía de forma significativa a pirâmide alimentar dessas famílias. Por outro, o próprio Projeto Jaíba que no primeiro momento desterritorializou estas comunidades, ainda absorve de forma precária a mão de obra desses trabalhadores, sem muitas alternativas em curso, e com urgência em demandas básicas.

Neste sentido, podemos considerar que a criação de UPI's em territórios tradicionais provocou um cenário de disputas territoriais, desapropriação, restrição territorial, transformações no manejo dos recursos naturais, resistências e intensas reivindicações dos atores sociais diante dos conflitos socioambientais, sobretudo, com a sobreposição dos Parques Estaduais. Deste modo, as comunidades vazanteiras de Pau de Léguas, Pau Preto e Quilombo da Lapinha, se organizam e defende projetos alternativos de sustentabilidade e conservação da natureza, em favor da autonomia, reprodução dos saberes tradicionais, e das práticas alimentares associadas à continuidade dos seus modos de vida tradicionais.

Os saberes tradicionais e as práticas agroecológicas nas comunidades reafirmam o importante papel social desenvolvido no manejo sustentável da terra. A luta pelo reconhecimento dos territórios ainda é um projeto de vida das comunidades vazanteiras do Quilombo da Lapinha, Pau Preto e Pau de Léguas, uma vez que permanecem os conflitos para a regularização fundiária e posse das terras. Deste modo, estas comunidades vivenciam a precariedade e escassez nos restritos territórios, visto que faltam infraestrutura básica que atenda às necessidades das famílias, e promovam bem estar social, sendo urgente a construção, e principalmente a efetivação de políticas públicas democráticas, participativas e inclusivas, que reconheçam as singularidades que constituem a identidade e cultura de distintos grupos sociais, e fortaleçam sua manutenção em seus respectivos territórios.

Estas questões sinalizam os desafios decorrentes do avanço do capitalismo sobre territórios tradicionais, provocando transformações e tensões na produção e sustentabilidade dos seus modos de vida. As dinâmicas alimentares globais dominantes impactaram e impactam diretamente no modo de vida dos vazanteiros, através da implementação do Projeto Jaíba para atender a lógica da produção alimentar em grande escala, por meio de grandes perímetros de irrigação. Além disso, é necessário destacar que a criação de medidas ambientais compensatórias, como as unidades de conservação, unidades de proteção integral e parques, estão inseridos na lógica capitalista de exploração, produtividade e impactos ambientais, que transferem as responsabilidades da degradação aos que possuem menor poder de dominação na geopolítica dos impérios. Portanto, a reivindicação das comunidades vazanteiras é legítima, e traduz o anseio pela reconquista dos seus territórios, conservação de sua territorialidade, e a autonomia em exercer o direito de decidir sobre sua produção e consumo, em consonância com a diversidade cultural e étnica que compõe a sua cultura.

REFERÊNCIAS

- ACCARINI, José Honório. **Economia rural e desenvolvimento**: reflexões sobre o caso brasileiro. Petrópolis: Vozes, 1987.
- ACOSTA, Alberto. El buen vivir, una oportunidad por construir. **Ecuador Debate**, Quito, v. 75, p. 33-47, 2008. Disponível em: https://base.socioeco.org/docs/ecuador_debate_dic.2008.pdf. Acesso em: 10 ago. 2022.
- ACSELRAD, Henri. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, 2010.
- ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino *et al.* **Breve introdução à etnobiologia evolutiva**. Recife: Nupeea, 2020.
- ALCÂNTARA, Liliane Cristine Schlemer; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Bem viver**: (de)colonização como processo de resistência das comunidades indígenas. Trabalho apresentado no XVII ENANPUR, São Paulo, 2017a.
- ALCÂNTARA, Liliane Cristine Schlemer; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Bem viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 40, p. 231-251, abr. 2017b. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v40i0.48566>. Acesso em: 10 ago. 2022.
- ALIER, Joan Martínez. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Presidente Prudente, v. 6, n. 1, p. 9-32, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2004v6n1p9>. Acesso em: 10 ago. 2022.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno *et al.* **Comunidade tradicional Vazanteira da Ilha de Pau de Léguas, Manga-MG**. Manaus: UEA; PNCSA, 2019. (Projeto Conflitos sociais e desenvolvimento no Brasil central, 10). Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/download/10-comunidade-tradicional-vazanteira-da-ilha-de-pau-de-legua/>. Acesso em: 10 jul. 2022.
- ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. Prefácio. *In*: SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- AMON, Denise; MENASCHE, Renata. Comida como narrativa da memória social. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 1, p. 13-21, 2008.

ANAYA, Felisa. **De “encurralados pelos parques” a “vazanteiros em movimento”**: as reivindicações territoriais das comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Léguas e Quilombo da Lapinha no campo ambiental. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós- Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-97KHGE>. Acesso em: 10 ago. 2022.

ANAYA, Felisa. “Vazanteiros em movimento”: o processo de ambientalização de suas lutas territoriais no contexto das políticas de modernização ecológica. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 10, p. 4041- 4050, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320141910.09242014>. Acesso em: 10 ago. 2022.

ARAÚJO, Elisa Cotta de. **Nas margens do São Francisco**: sociodinâmicas ambientais, expropriação territorial e afirmação étnica do quilombo de lapinha e dos varzanteiros do Pau de Léguas. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2009.

ARAÚJO, Marco Antônio. Centenário de Darcy Ribeiro. **Revista Ensino Superior**, [s.l.], 6 out. 2022. Disponível em: <https://revistaensinosuperior.com.br/2022/10/06/centenario-darcy-ribeiro/>. Acesso em: 10 ago. 2022.

ARRUDA, Rinaldo. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente & Sociedade**, [s.l.], v. 2, n. 5, 2. sem. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/RfgDyLnkxRnFNqQcWTR6bQG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2022.

ARRUDA, Rinaldo. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. *In*: DIEGUES, Antonio Carlos (org.). **Etnoconservação**. São Paulo: Hucitec/Nupaub, 2000.

BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Campo - Território**: revista de geografia agrária, Uberlândia, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11787>. Acesso em: 15 out. 2022.

BARBOSA, Rômulo Soares; SANTOS, Fabio Dias dos. Unidades de conservação, conflitos sócio ambientais e o encurralamento das populações locais no Norte de Minas. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2008, Acre. **Anais [...]**. Acre, 2008. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/ags/sbrfsr/109655.html>. Acesso em: 15 out. 2022.

BARTH, Frederick. Etnicidade e o conceito de cultura. **Revista Antropológica**, Niteroi, v. 19, p. 15-30, 2005.

BELIK, Walter. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 12-20, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902003000100004>. Acesso em: 15 out. 2022.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 106-132.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004a.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004b.

BRAGA, Maria Ângela Figueiredo. **Industrialização da Área Mineira da SUDENE**: um estudo de caso. 1985. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1985.

BRAGA, Vivian. Cultura alimentar: contribuições da antropologia da alimentação. **Saúde Rev.**, Piracicaba, v. 6, n. 13, p. 37-44, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A comunidade tradicional. In: COSTA, João Batista de Almeida; LUZ, Cláudia (org). **Cerrado, Gerais, Sertão**: comunidades tradicionais dos sertões roseanos. Montes Claros, 2000.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A comunidade tradicional. In: COSTA, João Batista de Almeida; OLIVEIRA, Cláudia (org.). **Cerrado, Gerais, Sertão**: comunidades tradicionais nos sertões roseanos. São Paulo: Intermeios, 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer o trabalho de campo. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 10, n. 1, p. 11-27, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/sec.v10i1.1719>. Acesso em: 15 out. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 10 ago. 2021.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 10 ago. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em: 20 maio 2019.

BURTON, Richard. **Viagem de Canoa, de Sabará ao Oceano Atlântico**. São Paulo: Itatiaia EDUSP, 1977.

CAMENIETZKI, Carolina Poswar de Araújo. **Unidades de conservação e soberania alimentar: uma análise da Comunidade Vazanteira Ilha de Pau de Légua, no entorno do Parque Estadual da Mata Seca, Norte de Minas Gerais**. 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2011. Disponível em: <https://www.posgraduacao.unimontes.br/uploads/sites/20/2019/05/15-Carolina-Poswar-de-Ara%C3%BAjo-Camenietzki.pdf>. Acesso em: 15 out. 2015.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades, 2001.

CARDOSO, José Maria Alves. A Região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais. *In*: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. **Formação social e econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000.

CARIM, Adelaide Linhares de Carvalho. **Reavaliação da segurança de barragens de terra construídas na década de 50**: caso da UHE Três Marias. 2007. Dissertação (Mestrado Profissional em Engenharia Geotécnica) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Geotécnica, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2007. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/2239>. Acesso em: 30 ago. 2020.

CARNEIRO, Eder Jurandir. Política ambiental e a ideologia do desenvolvimento sustentável. *In*: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (org.). **A insustentável leveza da política ambiental**: desenvolvimento e conflitos sócio-ambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005a.

CARNEIRO, Eder Jurandir. A oligarquização da “política ambiental” mineira. *In*: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (org.). **A insustentável leveza da política ambiental**: desenvolvimento e conflitos sócio-ambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005b.

CEDEFES. **Comunidade de Lapinha**. Belo Horizonte, 25 ago. 2010. Disponível em: <https://www.cedefes.org.br/comunidade-de-lapinha/>. Acesso em: 30 ago. 2020.

CEMIG. **Usina Hidrelétrica de Três Marias**. Três Marias, 2021. Disponível em: <https://www.cemig.com.br/usina/tres-marias/>. Acesso em: 1 jan. 2021.

CHATTERJEE, Partha. **Colonialismo, modernidade e política**. Salvador: EDUFBA, CEAO, 2004.

CIMI. **“O rio que dá a vida está sendo morto por mais uma barragem”, denunciam os povos que vivem e fazem viver o Velho Chico**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://cimi.org.br/2020/07/o-rio-que-da-a-vida-esta-sendo-morto-por->

mais-uma-barragem-denunciam-os-povos-que-vivem-e-fazem-viver-o-velho-chico/. Acesso em: 6 jun. 2021.

CORBISTER, Roland. Prefácio. *In*: MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

CORONIL, Fernando. Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 105-132.

COSTA, Bruno. Governo aprova construção de hidrelétrica e ameaça Velho Chico e população ribeirinha. **Brasil de Fato**, Belo Horizonte, 25 jun. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefatomg.com.br/2020/06/25/governo-aprova-construcao-de-hidreletrica-e-ameaca-velho-chico-e-populacao-ribeirinha>. Acesso em: 5 jun. 2021.

COSTA, João Batista de Almeida. Cultura sertaneja: a conjugação de lógicas diferenciadas. *In*: SANTOS, Gilmar Ribeiro dos. **Trabalho, cultura e sociedade no Norte de Minas Gerais: considerações a partir das Ciências Sociais**. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997.

COSTA, João Batista de Almeida. A (des) invisibilidade dos povos e comunidades tradicionais: a produção da identidade, do pertencimento e do modo de vida como estratégia para efetivação de direito coletivo. *In*: GAWORA, Dieter; IDE, Maria Helena de Souza; BARBOSA, Rômulo Soares (org.). **Povos e comunidades tradicionais no Brasil**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2011.

COSTA, João Batista de Almeida. **Mineiros e baianos: englobamento, exclusão e resistência**. Brasília, 2003. Tese (Doutorado em Antropologia) – Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2003. Disponível em: http://www.dan2.unb.br/images/doc/Tese_051.pdf. Acesso em: 5 jun. 2021.

COSTA FILHO, Aderval. **Quilombos e povos tradicionais**. Belo Horizonte: Gesta-UFMG, 2011. Disponível em: https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-COSTA_FILHO_Aderval_Quilombos_e_Povos_Tradicionais.pdf. Acesso em: 22 out. 2014.

COSTA FILHO, Aderval *et al.* Mapeamento dos povos e comunidades tradicionais de Minas Gerais: visibilização e inclusão sociopolítica: um breve relato sobre incursões no semiárido mineiro. **Interfaces: revista de extensão**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 69-88, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/18965>. Acesso em: 22 out. 2022.

CUNHA, Luis Henrique. Da “tragédia dos comuns” à ecologia política: perspectivas analíticas para o manejo comunitário dos recursos naturais. **Raízes**, Campina Grande, v. 23, n. 01-02, p. 10–26, jan./dez. 2004.

DAYRELL, Carlos Alberto. Os geraizeiros descem a serra ou a agricultura de quem não aparece nos relatórios dos agrobusiness. *In*: DAYRELL, Carlos Alberto; LUZ, Cláudia. **Cerrado e desenvolvimento**: tradição e atualidade. Montes Claros: Editora Unimontes, 2000. p.191-274.

DA MATTA, Roberto. Sobre o simbolismo da comida no Brasil. **O correio da Unesco**, Rio de Janeiro, p. 22-23, 1987.

DELGADO, Guilherme C. Questão agrária no Brasil, 1950-2003. *In*: JACCOUD, Luciana (org.) **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Aspectos sócios culturais e políticos do uso da água**. São Paulo: NUPAUB/USP; Center for Research on Human Population and Wetlands in Brazil, 2005.

DIEGUES, Antônio Carlos. Comunidades tradicionais: a questão conceitual: dificuldades e ambigüidades. *In*: DIEGUES, Antônio Carlos (org.). **Biodiversidade e comunidades tradicionais no Brasil**. São Paulo: USP, 2000.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2001.

DIEGUES, Antônio Carlos. As populações tradicionais: conceitos e ambigüidades. *In*: DIEGUES, Antônio Carlos (org.). **O mito da natureza intocada**. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

DIEGUES, Antônio Carlos; ARRUDA, Rinaldo S. V. (org). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: MMA; São Paulo: USP, 2001. p. 160-176. (Biodiversidade, 4).

DIJ. **Ficha fundiária do Projeto Jaíba**. Jaíba, 2018. Disponível em: https://www.projetojaiba.com.br/arquivos_upload/plano_operativo/3.pdf. Acesso em: 10 ago. 2018.

DOWIE, Mark. Refugiados da conservação. **Artigos**, São Paulo, n. 4, 2006.

DURHAM, Eunice R. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. *In*: CARDOSO, Ruth *et al.* **A aventura antropológica**: teoria e pesquisa. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 55-70.

EMATER/MG. **Produtores do Jaíba exportam frutas e consolidam mercado internacional**. Belo Horizonte, 7 nov. 2016. Disponível em: http://www.emater.mg.gov.br/portal.cgi?flagweb=novosite_pagina_interna&id=19645. Acesso em: 22 nov. 2018.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo**. Construcción y deconstrucción del desarrollo. Bogotá: Norma, 1996.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 69-86.

EUCLYDES, Humberto Paulo *et al.* Atualização dos estudos hidrológicos na bacia do Alto São Francisco em Minas Gerais. *In*: EUCLYDES, Humberto Paulo. **Atlas digital das águas de Minas**. 3. ed. Belo Horizonte: SEAPA; SEMAD; UFV, 2010. Disponível em: http://www.atlasdasaguas.ufv.br/alto_sao_francisco/resumo_alto_sao_francisco.html. Acesso em: 30 ago. 2020.

FEITOSA, Antônio Maurílio; BARBOSA, Rômulo Soares. A dinâmica de luta pela terra no Norte de Minas Gerais. *In*: FEITOSA, Antônio Maurílio *et al.* **Debaixo da lona: tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil**. Goiânia: Editora da UCG, 2006.

FEITOSA, Antônio Maurílio; BARBOSA, Rômulo Soares. Homem e natureza nos Gerais de Minas. **Revista Educare**, Montes Claros, v. 1, 2005.

FERREIRA, Vinícius Verna Magalhães. **Avaliação de externalidades do setor hidrelétrico no Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

FIRPO, Marcelo. **Mapa de conflitos: justiça ambiental e saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Neepes/ENSP/Fiocruz, 2009. Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/mg-atividade-de-empresas-de-mineracao-e-siderurgia-em-vazante-e-tres-marias-e-foco-importante-da-contaminacao-do-rio-sao-francisco-pescadores-artesanais-ja-denunciaram-as-graves-consequencias-par/>. Acesso em: 7 jun. 2021.

FONSECA, Pedro Cezar D. **Desenvolvimentismo: a construção do conceito**. Brasília: IPEA, 2015.

FRANÇA, Iara S. de; BARBOSA, Rômulo Soares; SOARES, Beatriz Ribeiro. **O Sertão Norte-Mineiro e suas transformações recentes**. Montes Claros: Editora Iseib, 2006. v. 2, n. 1.

FURTADO, Celso. O subdesenvolvimento revisitado. **Economia e Sociedade: revista do Instituto de Economia da UNICAMP**, Campinas, v. 1, p. 5-19, ago. 1992.

GARINE, Igor de. Alimentação, culturas e sociedades. **O Correio da Unesco**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 7, p. 4-7, 1987.

GASQUES, José Garcia. **Painel sobre “A economia rural brasileira e as questões agroalimentares mundiais”**. Apresentado no SOBER, Foz do Iguaçu, 2020.

GIARD, Luce. Cozinhar. *In*: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano**: 2. morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 211- 297.

GOMES, Amélia. Quilombo Lapinha luta contra despejo de 170 famílias. **Jornal Brasil de Fato**, Belo Horizonte, 30 jul. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefatomg.com.br/2019/07/30/quilombo-lapinha-luta-contradespejo-de-170-familias>. Acesso em: 25 ago. 2020.

GOMES, Danúbia Lins *et al.* Local criteria for theselectionofwild food plants for consumptionandsale in Alagoas, Brazil. **Ethnobiology and Conservation**, [s.l.], v. 9, n. 10, 2020.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. As minas e os gerais: breve ensaio sobre desenvolvimento e sustentabilidade a partir da geografia do Norte de Minas. *In*: DAYRELL, Carlos Alberto; LUZ, Cláudia. **Cerrado e desenvolvimento**: tradição e atualidade. Montes Claros: Editora Unimontes, 2000.

GUDYNAS, Eduardo. Buen vivir: germinando alternativas al desarrollo. **América Latina em Movimento - ALAI**, Quito, n. 462, p. 1-20, feb. 2011.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **O complexo agroindustrial no Brasil**. [S.l.], 1976. Disponível em: http://r1.ufrj.br/cpda/als/corpo/html/teses/tes_apassosb.htm. Acesso em: 16 out. 2015.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 9., 2001. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 2 out. 2022.

HARDIN, Garrett. The tragedy of the commons. **Science**, New Series, [s.l.], v. 162, n. 3859, p. 1243-1248, Dec. 1968. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1724745>. Acesso em: 2 out. 2022.

HIRAI, Wanda Griep; ANJOS, Flávio Sacco dos. Estado e segurança alimentar: alcances e limitações de políticas públicas no Brasil. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 335-353, jul./dez. 2007.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

IBAMA. **Etapas do licenciamento ambiental federal**. Brasília, 2020. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/laf/procedimentos-servicos/etapas-do-licenciamento-ambiental-federal>. Acesso em: 10 ago. 2022.

IBGE. **História**: Manga. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/manga/historico>. Acesso em: 29 mar. 2019.

IBGE. **História**: Matias Cardoso. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/matias-cardoso/historico>. Acesso em: 21 mar. 2019.

IBGE. **História**: Três Marias. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/tres-marias/historico>. Acesso em: 30 ago. 2020.

IBGE. **[Januária]**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/januaria.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2019.

ICMBIO. **Plano de manejo**: estação ecológica de Pirapitinga. Brasília, 2013. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/esec_pirapitinga_pm.pdf. Acesso em: 25 ago. 2020.

IGTEC. **Microrregiões do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/conteudo/conhecaminas/geografia/localizacao-geografica>. Acesso em: 10 mar. 2019.

IVO, Anete B. L. O paradigma do desenvolvimento: do mito fundador ao novo desenvolvimento. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 65, p. 187-210, maio/ago. 2012.

LACERDA, Rosane Freire; FEITOSA, Saulo Ferreira. Bem viver: projeto u-tópico e de-colonial. **Interritórios**: revista de educação da Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, v. 1, n. 1, 2015.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 21-53.

LARREA, Ana María. La disputa de sentidos por el buen vivir como proceso contrahegemónico *In*: SENPLADES. **Los nuevos retos de América Latina**. Socialismo y sumakkawsay. Quito, 2010. p. 15-27.

LEITE, Marcos Esdras; PEREIRA, Anete Marília. A expansão urbana de Montes Claros a partir do processo de industrialização. *In*: PEREIRA, Anete Marília; ALMEIDA, Maria Ivete Soares de. **Leituras geográficas sobre o Norte de Minas Gerais**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2004.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Brasília, 2002. (Série Antropologia).

LYNCH, John. **América Latina, entre colônia y nación**. Barcelona: Crítica, 2001.

LOPES, José Sérgio Leite. Sobre processos de "ambientalização" dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 31-64, 2006.

MALUF, Renato S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, abr. 2004.

MALUF, Renato S.; MENEZES, Francisco; VALENTE, Flávio L. Contribuição ao tema da segurança alimentar no Brasil. **Revista Cadernos de Debate**, Campinas, v. 4, p. 66-88, 1996.

MARCUS, George. Etnografia en/del sistema mundo. El surgimento de la etnografia multilocal. **Revista Alteridades**, México, v. 11, n. 22, p. 111-127, jul./dec. 2001.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil. *In*: SADER, Emir (org.). **Dialética da dependência**: uma antropologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MARTINS, José de Souza. Modernização agrária e industrialização no Brasil. *In*: MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. O problema das migrações e da exclusão social no limiar do terceiro milênio. *In*: MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 119-137.

MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. **História do Sertão Noroeste de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson, 1999.

MCMICHAEL, Philip. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

MEDEIROS, Alexandre da silva; SILVA, Rosimeri Aquino da. Observação na pesquisa social: olhar de perto como método. *In*: PREMEBIDA, Adriano *et al.* **Pesquisa social**. Curitiba: Intersaberes, 2013.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Instituto Lula, 1961. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/e-inaugurada-usina-de-tres-marias>. Acesso em: 7 jun. 2021.

MENASCHE, Renata. Quando la comida se convierte en patrimonio: puntualizando la discusión. *In*: CALDERÓN, Jose Luis Mingote. **Patrimonio inmaterial, museos y sociedad: balances y perspectivas de futuro**. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, 2013. p. 180-187.

MÉNDEZ, Cecilia Díaz; BENITO, Cristóbal Gómez. Sociología y alimentación. **Revista Internacional de Sociología (RIS) Tercera Época**, Córdoba, v. 63, n. 40, p. 21-46, enero/abr. 2005. Disponível em: <https://revintsociologia.revistas.csic.es/index.php/revintsociologia/article/view/188>. Acesso em: 7 jun. 2021.

MIGNOLO, Walter D. **La colonialidad a lo largo y a lo ancho: el hemisferio occidental en el horizonte colonial de la modernidad**. [S.l.], 2008. Disponível em: <http://waltermignolo.com/wp-content/uploads/2013/03/Lacolonialidad.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2021.

MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo. O hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 71-103.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais / perspectivas globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2003.

MINTZ, Sidney W. Comida e antropologia: uma breve revisão. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 16, n. 47, p. 31-41, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/tbHWcbmyDz8N59zqkZX7zsS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 jun. 2021.

NIEDERLE, Paulo Andre; WESZ JUNIOR, Valdemar João. **As novas ordens alimentares: introdução**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

OLIVEIRA, Cláudia Luz de. **Vazanteiros do Rio São Francisco: um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade no Norte de Minas Gerais**. 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Sociologia e Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005. Disponível em: <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/05/Dissertacao-Claudia.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2021.

OLIVEIRA, Cláudia Luz de; DAYRELL, Carlos Alberto; D'ANGELIS FILHO, João S. Economias invisíveis e comunidades tradicionais no Norte de Minas. *In*: GAWORA, Dieter; IDE, Maria Helena de Souza; BARBOSA, Rômulo Soares (org.). **Povos e comunidades tradicionais no Brasil**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2011.

OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. Análise documental. *In*: PREMEBIDA, Adriano *et al.* **Pesquisa social**. Curitiba: Intersaberes, 2013.

OLSON JR., Mancur. **The logic of collective action**. Cambridge: Harvard University, 1965.

OSTROM, Elinor. **Governing the commons**: the evolution of institutions for collective action. New York: Cambridge University Press, 1990.

PAULA, Andréa Narciso Rocha de; BRANDÃO, Carlos Rodrigues; CLEPS JUNIOR, João. Pesquisa de campo e em campo, os saberes das histórias de vida em comunidades rurais no sertão de Minas Gerais/Brasil. *In*: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7., 2006, Quito. **Anais [...]**. Quito: Asociacion Latino Americana de Sociologia Rural, 2006.

PAULA, Dilma Andrade de. A Usina Hidrelétrica de Três Marias, o desenvolvimentismo seletivo e o papel de intelectuais. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29., 2017, Brasília. **Anais [...]**. Brasília, 2017. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1488660290_ARQUIVO_anpuh2017.pdf. Acesso em: 10 jul. 2022.

PERALTA, Nelissa. A contribuição da teoria da escolha racional para o debate sobre o uso comum dos recursos naturais. **UAKARI**, Tefé, v. 6, n. 1, p. 61-72, jun. 2010. Disponível em: <https://www.mamiraua.org.br/documentos/d69c9dda46643887cbd05bb4ae0e3ae9.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2022.

PEREIRA, Adriana Rodrigues. O Rio São Francisco e a Hidrelétrica de Três Marias: história e vivências dos moradores ribeirinhos (1957/1979). **Revista Hydra**, Guarulhos, v. 5, n. 9, p. 302-322, abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.34024/hydra.2021.v5.11673>. Acesso em: 10 jul. 2022.

PEREIRA, Bárbara Elisa; DIEGUES, Antonio Carlos. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 22, p. 37-50, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v22i0.16054>. Acesso em: 30 abr. 2014.

PEREIRA, Laurindo Mékie. **Em nome da região, a serviço do capital**: o regionalismo político norte-mineiro. 2007. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PEREIRA, Lis Soares *et al.* **Cartilha 3**: Vazanteiros do Pau Preto: sua história, saberes e práticas com plantas alimentares. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa; MEC/SESU, 2016. (Coleção Norte de Minas). Disponível em: <https://www.novoscursos.ufv.br/projetos/ufv/nape/www/wp-content/uploads/cartilha-3-Vazanteiros-do-Pau-Preto-sua-hist%c3%b3ria-saberes-e-pr%c3%a1ticas-com-plantas-alimentares.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2022.

PEREIRA, Roberto Mendes Ramos. **Sobre(vivências) no Velho Chico**: o trabalho dos pescadores artesanais de São Francisco-MG (1960-2014). São Paulo: Paco, 2019.

PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. Grupos étnicos e etnicidade. *In*: LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Antropologia e direito**. Brasília: Nova Letras, 2012.

PIRES, José de Souza; RAMOS, Pedro. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. **Documentos Técnico-Científicos**, Brasília, v. 40, n. 03, jul./set. 2009. Disponível em: http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1140. Acesso em: 15 out. 2015.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e impérios alimentares**: luta por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PRADO, Maria Ligia; PELLEGRINO, Gabriela. **História da América Latina**. São Paulo: Contexto, 2018.

PRÓALCOOL - Programa Brasileiro de Álcool. **Biodieselbr**, [s.l.], 29 jan. 2006. Disponível em: <https://www.biodieselbr.com/proalcool/pro-alcool/programa-etanol>. Acesso em: 15 out. 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, cultura y conocimiento em América Latina. **Anuario Mariateguiano**, Lima, v. 11, n. 9, 1997.

RAJAK, Dinah. From boardrooms to mineshafts: in pursuit of global corporate citizenship. *In*: COLEMAN, Simon; HELLERMANN, Pauline (ed.). **Multi-sited ethnography**: problems and possibilities in the translocation of research methods. New York; Abingdon: Routledge, 2011.

RANZI, Tiago Juruá Damo; FONSECA, Rogerio; SILVEIRA, Ronis da. Uso e manejo de fauna silvestre em Resex, RDS e Flona Federais. **Biodiversidade Brasileira**, Brasília, v. 8, n. 1, p. 35-52, 2018. Disponível em: <https://revistaeletronica.icmbio.gov.br/BioBR/article/view/757/584>. Acesso em: 14 mar. 2023.

RIBEIRO, Darcy. **Dilema da América Latina**: estruturas de poder e forças insurgentes. Petrópolis: Vozes, 1978.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães *et al.* Gestão, uso e conservação de recursos naturais. **Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, v. 7, n. 2, nov. 2005.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **Florestas anãs do sertão**: o cerrado na história de Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. v. 1.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. História ecológica do Sertão Mineiro e a formação do patrimônio cultural sertanejo. *In*: DAYRELL, Carlos Alberto; LUZ, Cláudia. **Cerrado e desenvolvimento**: tradição e atualidade. Montes Claros: Editora Unimontes, 2000.

RODRIGUES, Luciene. Contribuição da agricultura irrigada ao desenvolvimento regional: o caso do Projeto Jaíba. *In*: DAYRELL, Carlos Alberto; LUZ, Cláudia.

Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade. Montes Claros: Editora Unimontes, 2000.

RIST, Gilbert. El desarrollo: historia de una creencia occidental. [S.l.], 2002.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil:** entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SAID, Edward W. **Orientalismo:** o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SALCIDO, Gerardo Torres. Sistemas agroalimentarios localizados: innovación y debates desde América Latina. **R. Inter. Interdisc. INTERthesis**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 68-94, jul./dez. 2013.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos:** proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2005.

SANTOS, Francine Kateriny. **A complementaridade entre pesca e agricultura e os impactos da instalação de uma unidade de conservação no modo de vida de uma comunidade vazanteira do Médio São Francisco, Minas Gerais.** Monografia (Graduação), Unimontes, 2015.

SANTOS, Francine Kateriny; YOSHINAGA, Thomás Toshio; THÉ, Ana Paula Glinfskoi. Conhecimentos tradicionais de vazanteiros da Ilha do Pau de Léguas: o saber conservar e o “des”envolvimento da conservação. *In: COLÓQUIO INTERNACIONAL A UNIVERSIDADE E MODOS DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: PARA QUE DESENVOLVIMENTO?*, 5., 2015, Montes Claros. **Anais [...].** Montes Claros, 2015. Disponível em: http://coloquiointernacional.com/ds/anais_quinto/gt08/CONHECIMENTOS%20TRADICIONAIS%20DE%20VAZANTEIROS.pdf. Acesso em: 6 abr. 2022.

SANTOS, Francis dos; TONEZER, Cristiane; RAMBO, Anelise Graciele. Agroecologia e agricultura familiar: um caminho para a soberania alimentar? *In: CONGRESSO SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL*, 47., 2009, Porto Alegre. **Anais [...].** Porto Alegre, 2009.

SANTOS, Gilmar Ribeiro dos; SILVA, Ricardo dos Santos. Desenvolvimento regional no Norte de Minas Gerais. *In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 35., 2011, Caxambu. **Anais [...].** Caxambu, 2011.

SANTOS, Kleber Carvalho dos. **Heterogeneidade nas estratégias de sustento:** a experiência da intervenção planejada na etapa 1 do Projeto Jaíba, Minas Gerais. 2013. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/79128>. Acesso em: 14 mar. 2023.

SCOTT, James C. **Los dominados y el arte de la resistencia.** Discursos ocultos. [S.l.]: Era, 2000. (Colección Problemas de México).

SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 5, p. 217-243, jan./jul. 2011.

SEN, Amartya. **Desarrollo y libertad**. Barcelona: Planeta, 2000.

SILVA, Ana Cláudia Soares da; FAGUNDES, Rodrigo Veloso; FONSECA, Ana Ivania Alves. A luta pelo território e a busca pela identidade: um estudo de caso do Quilombo da Lapinha no Norte de Minas Gerais. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS, 4., 2016, Montes Claros. **Anais [...]**. Montes Claros, 2016. Disponível em: http://coloquiointernacional.com/povosecomunidadestradicionais/arquivos/anais_quarto/eixo_1/A%20LUTA%20PELO%20TERRITORIO%20E%20A%20BUSCA%20PEL A%20IDENTIDADE.pdf. Acesso em: 10 abr. 2022.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. Desenvolvimento e Sustentabilidade nos Cerrados: O caso do Sertão Norte - Mineiro. *In*: DAYRELL, Carlos Alberto; LUZ, Cláudia. **Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2000.

SILVA, Eldo Carlos Pereira da *et al.* Agroecologia e resistência no quilombo da lapinha em Matias Cardoso no norte de Minas Gerais. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 7., 2011, Fortaleza. **Resumos [...]**. Fortaleza, 2011. Disponível em: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/cad/article/view/12571/7414>. Acesso em: 2 set. 2020.

SILVA, Gabriella Duarte. **O impacto da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos no desenvolvimento de municípios, o caso do reservatório da usina hidroelétrica Três Marias**. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, 2007. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1305/1/Dissertacao_2007_GabriellaSilva.pdf. Acesso em: 2 set. 2020.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SILVA, Ricardo dos Santos. **Nos trilhos do capital: a ferrovia no processo de integração do Norte de Minas Gerais às relações capitalistas de produção**. 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2011. Disponível em: <https://www.posgraduacao.unimontes.br/uploads/sites/20/2019/06/Ricardo-dos-Santos-Silva.pdf>. Acesso em: 2 set. 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A produção social da identidade e da diferença**. Identidade e diferença: a perspectiva de estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 15-30.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SUDENE. **[Mapa Norte Minas Gerais]**. Recife, 2019. Disponível em: http://sudene.gov.br/images/2017/arquivos/mapa_mircroregioes_norte_MG_v2.jpg. Acesso em: 10 jun. 2019.

TAUNAY, Affonso de Escragnolle. **História geral das bandeiras paulistas**. São Paulo: Imprensa Oficial, 1948. 11 volumes.

TRÊS MARIAS. Prefeitura Municipal. **Município**. Três Marias, 2020. Disponível em: www.tresmarias.mg.gov.br. Acesso em: 30 ago. 2020.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHNEIDER, Sergio. Alimentação, sistema agroalimentar e os consumidores: novas conexões para o desenvolvimento rural. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, Bogotá, v. 12, n. 75, ene./jun. 2015.

VANKRUNKELSVEN, L. **Soberania alimentar**: por uma democracia nos sistemas locais de alimentos. [S.l.], 2006. Disponível em: http://www.fetrafsul.org.br/downloads/Artigos-Cronicas/Soberania_Alimentar.pdf. Acesso em: 08 set. 2008.

VIANA, Urbino. **Bandeiras e sertanistas baianos**. São Paulo: Editora Nacional, 1935.

WALLERSTEIN, Immanuel. A análise dos sistemas-mundo como movimento do saber. In: VIEIRA, Pedro Antonio; VIEIRA, Rosângela de Lima; FILOMENO, Felipe Amin (org.). **O Brasil e o capitalismo histórico**: passado e presente na análise dos sistemas-mundo. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p.17-28. Disponível em: https://gpepsm.paginas.ufsc.br/files/2020/06/capitulo_Wallerstein2012.pdf. Acesso em: 08 set. 2008.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O fim do mundo como o conhecemos**: ciência social para o século XXI. [S.l.]: REVAN, 2019.

WEISHEIMER, Nilson. O questionário na pesquisa social. In: PREMEBIDA, Adriano *et al.* **Pesquisa social**. Curitiba: Intersaberes, 2013.

WILKINSON, John. **As biotecnologias**: repercussões no sistema agroalimentar e para a agricultura familiar. Projeto de Cooperação Técnica UTF/BRA/083/BRA. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura – OPPA, jul. 2016.

WILKINSON, John. Os gigantes da indústria alimentar entre a grande distribuição e os novos clusters a montante. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 147-174, abr. 2002.

WILKINSON, John. **Painel sobre “A economia rural brasileira e as questões agroalimentares mundiais”**. Foz do Iguaçu, 2020.

WOORTMANN, Ellen F. Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades pesqueiras do Nordeste. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s.l.], v. 7, n. 18, 1992.

WOORTMANN, Ellen F. Práticas eco-agrícolas tradicionais: ontem e hoje. **Retratos de Assentamentos**, [s.l.], v. 14, n. 2, 2011.

WOORTMANN, Klaas. “**Com parente não se neguceia**”: o campesinato como ordem moral. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Tempo Brasileiro, 1990. (Anuário antropológico, 87).

ZHOURI, Andrea; ZUCARELLI, Marcos Cristiano. **Mapa dos conflitos ambientais no Estado de Minas Gerais**: notas preliminares de uma pesquisa em andamento. Trabalho apresentado no IV Encontro Nacional da ANPPAS, Brasília, 2008.

APÊNDICE A - FOTOS























OBS: Trazer cópias legíveis e originais para conferência dos documentos solicitados

1. RG (carteira de identidade) do casal
 2. CPF (cadastro de pessoa física) do casal
 3. Certidão de Casamento quando for casado(a). Para a exclusão de um dos titulares da DAP anterior (em caso de renovação), apresentar: Certidão de divórcio ou atestado de óbito. Declaração de União Estável.
 4. Comprovante de endereço (conta de água ou luz atual).
 5. Documento da posse do imóvel:
 - Escritura (com número da matrícula).
 - Contrato de arrendamento (mais cópia da escritura).
 - Contrato de comodato (mais cópia da escritura).
 - Contrato de parceria ou meação (assinada pelos dois ou mais agricultores envolvidos)
 - Declaração de posse mansa e pacífica do imóvel (emitida pela associação, ou STR – Sindicato Trabalhadores Rurais ou CMDRS).
 6. Extrato do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS do(s) titular(es) e dos dependentes que possuem vínculo empregatício - Retirar em <https://www.inss.gov.br/servicos-do-inss/meuinss>
 7. Extrato da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) - Retirar (em: <http://www.rais.gov.br/sitio/consultatrabalhadoridentificacao.jsf>) (Contador ou na Caixa Econômica).
 8. Folha Resumo do Cadastro Único (CRAS).
 9. Extrato do CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais. (contador) quando o imóvel for escriturado.
 10. Carteira de trabalho dos titulares
- IRPF –
11. Declaração de imposto de Renda de Pessoa Física
 12. CCIR/ INCRA / CCU
 13. ITR – Imposto territorial Rural
 14. Extrato do SIPRA (caso dos assentados da reforma agrária)
 15. Cartão de Produtor Rural (Secretaria de Agricultura está emitindo gratuitamente).
 16. Notas fiscais de vendas de Produtos agropecuários dos últimos 12 meses.
 17. GTA – quando for venda de animais/ Extrato do IMA



**APÊNDICE B - ROTEIRO DE QUESTÕES SOBRE O PROJETO JAIBA
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO
PARNAÍBA (CODEVASF)**

1- Informações detalhadas sobre os lotes empresariais e os lotes destinados para pequenos produtores:

a) Caracterização dos empreendimentos Etapa 1 e 2:

Qual o número de colonos assentados na implantação e na etapa 2 se for o caso (atualmente quantos ainda estão no projeto)?

Qual o número e nome das empresas? Quantas foram implementadas na etapa 1, na etapa 2, e quantas e quais ainda permanecem?

Quem são os principais acionistas? Quanta gente emprega? Qual o tamanho dos lotes por hectare antes (Etapa 1) e atualmente (etapa 2)?

Quais as principais plantações, como e que quantidade é produzida por hectare? Pertencem a empresas (quais) ou colonos? A etapa 2 é somente empresarial?

b) Caracterização do Mercado consumidor

Quem compra e o que se compra (países e mercados nacionais e internacionais)?
Quais os valores das produções?

c) Caracterização dos Pequenos agricultores

Qual origem de procedência? Qual o tamanho dos lotes por hectare? O que produzem? Quais mercados regionais, nacionais e internacionais? Qual o valor da produção?

2- Ambiente:

Qual o Tamanho da área desmatada para a etapa 1 e 2?

Tipo de vegetação?

Quais os tipos de compensação e acordos mitigatórios existentes?

4- Andamento da etapa 3:

Qual o tamanho da área comprada? Quem são os principais empreendimentos e proprietários? Quais os tipos de produção e valor estimado de venda? Quais os principais mercados a serem alcançados? Qual a previsão de área de desmatamentos?